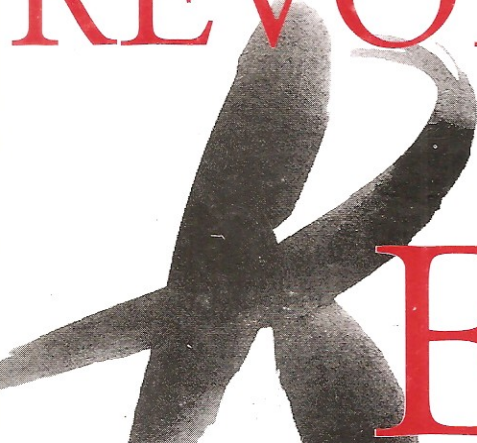


# A REVOLUÇÃO DAS EDES



A colaboração solidária  
como uma alternativa  
pós-capitalista à globalização atual

Euclides André Mance

---

*A colaboração solidária*, conforme a hipótese central deste livro, pode converter-se em uma estratégia de organização de sociedades pós-capitalistas, através da implantação de redes nas quais unidades de produção e de consumo se articulam em laços de realimentação. *A revolução das redes*, como argumenta o autor, permite não apenas a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, mas, especialmente, uma autônoma transformação cultural das sociedades em que se implanta, afirmando-se uma ética e uma visão de mundo solidárias. A expansão de redes de colaboração solidária locais, regionais e mundial, tende a permitir a democrática construção de uma viável alternativa pós-capitalista à globalização em curso, possibilitando o crescimento econômico (ecológica e socialmente sustentável) que tenha como horizonte imediato e último a expansão das liberdades públicas e privadas, eticamente referenciadas.

Perante o crescimento da pobreza, violência e exclusão provocadas pelo capitalismo que concentra as riquezas e expande seu poderio econômico, político e cultural, este livro parece ilustrar a conhecida frase: “Quando eles imaginaram ter fechado todas as saídas, nós saímos pela entrada!” A entrada, nesse caso, é a prática do consumo, finalidade e acabamento de toda produção. O que se propõe

a cada pessoa que deseje participar dessa revolução é, primeiramente, consumir em razão de seu próprio bem-viver e selecionar solidariamente os produtos e serviços que usufrui para favorecer, com o seu próprio consumo, o bem-viver de todos.

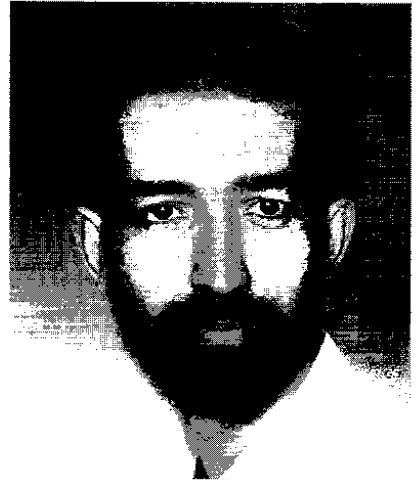


Foto: Dae Color

*Euclides André Mance*, mestre, é filósofo, pós-graduado em Antropologia Filosófica e Educação pela UFPR. Foi professor de Lógica e Filosofia da Ciência nesta mesma Universidade, sendo atualmente membro do *Núcleo de Estudos Latino-Americanos* do Setor de Ciências Humanas desta Instituição. Leciona Filosofia da Linguagem e Filosofia Latino-Americana em instituições de ensino superior em Curitiba. Sócio-fundador do *Instituto de Filosofia da Libertação – IFiL*, presidiu esta entidade no período de 1995 a 1998. É assessor da Central de Movimentos Populares do Paraná. Artigos e conferências do autor estão disponíveis em [www.milenio.com.br/mance](http://www.milenio.com.br/mance).

# A REVOLUÇÃO DAS REDES



---

EDITORA VOZES

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Mance, Euclides André

A revolução das redes : a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual / Euclides André Mance. – Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

Bibliografia.

ISBN 85.326.2280-1

1. Redes sociais 2. Solidariedade I. Título. II. Título: A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.

99-3477

CDD-302.14

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Colaboração solidária : Redes : Aspectos sociais 302.14
2. Redes de colaboração solidária : Aspectos sociais 302.14

Euclides André Mance

# A REVOLUÇÃO DAS REDES

---

A colaboração solidária como uma alternativa  
pós-capitalista à globalização atual



---

Petrópolis  
2000

© 2000, Editora Vozes Ltda.  
Rua Frei Luís, 100  
25689-900 Petrópolis, RJ  
Internet: <http://www.vozes.com.br>  
Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

*Editoração e org. literária:* Augusto Angelo Zanatta

ISBN 85.326.2280-1

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

Para  
Maria Aparecida Zanetti,  
Maria André Mance e Miguel Mance.

# Agradecimentos

---

Sou muito grato aos colegas do *Instituto de Filosofia da Libertação – IFiL* pelas observações, críticas e sugestões feitas em seminários e diálogos particulares que realizamos sobre esse estudo; a Roque Zimmermann pelo seu apoio e incentivo no percurso da construção teórica que venho realizando; e ao *Centro de Pesquisas e Apoio ao Trabalhador – CEPAT* pela atenção concedida ao tema, divulgando sínteses e críticas às idéias desta investigação em algumas edições de seu periódico.

Em particular desejo agradecer a Osvaldo Fusi e Domênico Costella que me acompanharam em Milão no início do corrente ano – quando de minha conferência na Universidade Católica daquela cidade sobre *Os Efeitos da Globalização no Brasil* – propiciando encontros com representantes do Comércio Ético e Solidário, do Banco Ético e de outras organizações, o que tornou possível a incorporação de novos elementos ao presente estudo.

A todos, agradeço imensamente.

*Euclides André Mance*  
Curitiba, março de 1999

# Índice das Tabelas

- Tabela 1 – Ocupação de Pessoal e Gastos Correntes de Organizações Sem Fins Lucrativos em Relação ao PIB, em Países Seleccionados, 22
- Tabela 2 – Razões pelas Quais o Associado Fará Depósitos no Banco Ético, 61
- Tabela 3 – Despesa Média Mensal Familiar no Brasil para Famílias com Renda Mensal de 2 a 3 Salários Mínimos, 81
- Tabela 4 – Iniciativa na Adoção do Sistema de Autogestão no Brasil nos anos de 1992 a 1998, 88
- Tabela 5 – Crescimento do Número de Empresas Autogeridas no Brasil de 1996 a 1998, 90
- Tabela 6 – Crescimento de Empregos Diretos Mantidos por Empresas Autogeridas no Brasil de 1996 a 1998, 91
- Tabela 7 – Empresas sob Autogestão no Brasil em 1996 Agrupadas por Atividade, 91
- Tabela 8 – Número de Companhias que aderiram à Economia de Comunhão no Mundo Todo de 1991 a 1996, 94
- Tabela 9 – Crescimento do Número de Empresas que Aderiram à Economia de Comunhão por Regiões Mundiais no Período de 1993 a 1996, 94
- Tabela 10 – Crescimento do Número de LETS na Grã-Bretanha entre 1991 e 1994, 100
- Tabela 11 – Número de LETS por Países Seleccionados em 1993, 101
- Tabela 12 – Faturamento em Vendas no Comércio Ético e Solidário nos Principais Países Europeus em 1994, 115
- Tabela 13 – Cota do Mercado de Café e Mel Vendidos pelo Sistema de Comércio Ético e Solidário em Alguns Países Europeus (1995-1996), 116
- Tabela 14 – Graduação por Ordem Decrescente entre 13 Países Europeus por Faturamento de Consumo Ético *Per Capita*, Rendimento *Per Capita*, % da população (entre 20 e 24 anos) com Formação Superior e Índice de Desenvolvimento Humano, 117
- Tabela 15 – Empreendimentos Produtivos Diversos – Investimento, Giro, Ocupação, Custo e Lucro, 121

Tabela 16 – Empreendimento Produtivo (Produção de Aves) – Investimento, Giro, Ocupação, Custo e Lucro, 122

Tabela 17 – Produção de Olerícolas em Cultivo Mecanizado, 182

Tabela 18 – Principais Dificuldades na Condução dos Negócios da Empresa no Brasil em seu Primeiro Ano de Atividade e Motivos de Fechamento da Empresa, 127

## Índice das Figuras

Figura 1 – O Terceiro Setor entre Estado e Mercado, 21

Figura 2 – A Desigualdade Econômica Global em 1989, 64

Figura 3 – Unidades Produtivas Solidárias no Terceiro Mundo que Comercializam seus Produtos na Europa Através de Cooperazione Terzo Mondo, Commercio Alternativo, Equomercato e Roba dell'Altro Mondo, 110

Figura 4 – Fluxograma do Comércio Équo e Solidário na Europa, 112

Figura 5 – Fluxo Material de Célula de Consumo, 138

Figura 6 – Fluxo de Valor de Célula de Consumo, 138

Figura 7 – Fluxo Material de Célula Produtiva, 139

Figura 8 – Fluxo de Valor de Célula Produtiva, 140

Figura 9 – Fluxo Material de Célula de Serviço, 141

Figura 10 – Fluxo de Valor de Célula de Serviço, 143

Figura 11 – Cadeia Produtiva – Milho, 196

Figura 12 – Cadeia Produtiva – Ovinocultura, 197

# Sumário

---

Introdução, 13

Capítulo 1 – Conceitos Fundantes, 17

1. A Colaboração Solidária, 17
2. O Público Não-Estatal, 19
3. As Redes de Colaboração Solidária, 23
4. O Consumo como Mediação do Bem-Viver, 25
5. O Consumo Solidário, 29
6. A Revolução das Redes, 32
7. A Colaboração Solidária Internacional como Alternativa à Globalização Capitalista, 39

Capítulo 2 – As Redes de Colaboração Solidária, 47

1. A Rede Econômica da Colaboração Solidária, 47
  - 1.1. Células: Produção e Consumo, 47
  - 1.2. Como surgem as Células na Rede Produtiva, 50
  - 1.3. A Emergência de Células Espontâneas e o seu Encadeamento em Rede, 53
  - 1.4. A Incorporação e Produção de Tecnologias Adequadas à Rede, 54
  - 1.5. O Consumo Solidário e a Consolidação das Redes, 56
  - 1.6. O Financiamento Solidário, 58
  - 1.7. A Gênese de Novas Células nas Redes Consolidadas, 66
  - 1.8. A Informática Aplicada às Redes Solidárias, 67
    - a) A Incorporação de Tecnologia da Informação, 69
    - b) Um Sistema de Gerenciamento de Informação e de Comunicação, 71
  - 1.9. Aspectos da Implantação de Redes Econômicas, 75
  - 1.10. Atendendo Demandas Reais, 80
  - 1.11. Partindo do que já existe, 83
    - a) Modelo Assistencialista, 85
    - b) Modelo Capitalista, 85

- c) Modelo Socializante, 86
- d) Modelo de Autogestão, 86
- e) Economia de Comunhão, 92
- f) O Modelo LETS, 96
- g) O Comércio Équo e Solidário, 106
- h) Perspectivas Promissoras, 118
- 1.12. Conectando Pequenos Projetos Produtivos em Rede, 120
- 1.13. Fluxos de Valor e Cadeia Produtiva, 132
  - a) A Formalização dos Fluxos de Valor, 136
- 1.14. O Estatuto da Produção Colaborativa, 157
- 1.15. Crescimento Econômico e Colaboração Solidária Mundial, 158
- 2. Alguns Equívocos sobre a Economia Solidária, 162
  - 2.1. Críticas à Proposta de Economia Solidária e sua Estratégia, 168
    - a) O aumento das Desigualdades, 168
    - b) A Ação dos Governos como Condição Necessária ao Sucesso da Economia Solidária, 169
    - c) A Economia Solidária entre Empresas Capitalistas Privadas, 171
    - d) A Competição Solidária, 173
    - e) A Solidariedade dos Pobres entre Si, 174
    - f) Proteção Externa no Período de Aprendizagem, 174
    - g) Uma Moeda Própria para a Reserva de Mercado, 175
    - h) Competição, Qualidade e Custos, 176
    - i) O Prestígio e o Patrocínio Externos, 177
  - 2.2. O conceito de *Colaboração Solidária* é mais complexo que o de *Economia Solidária*, 178
- 3. A Dimensão Política e Cultural da Colaboração Solidária, 180
  - a) O Aspecto Político da Colaboração Solidária, 180
  - b) O Aspecto Cultural da Colaboração Solidária, 182

Conclusão, 185

Anexos, 187

- 1. Consumo Crítico e Economia Alternativa, 187
- 2. Habitações Auto-sustentáveis e Fluxos de Material e Valor, 192
- 3. Exemplos de Cadeias Produtivas, 195
- 4. Alternativas para Comunicação Eletrônica em Redes, 198
- 5. Informativos Diários Organizados em Rede, 201
- 6. A Revolução das Redes – Uma Apresentação Sintética, 203

Referências Bibliográficas Citadas, 215

# Introdução

---

Este livro tem por objetivo expor uma alternativa viável e concreta para os excluídos e marginalizados pelo movimento de globalização do capitalismo. Mais que isso, se efetivada de modo amplo e mundial, a organização de redes de colaboração solidária tende a construir uma sociedade alternativa ao capitalismo, valendo-se dos recursos que nele foram produzidos.

Para a viabilização dessa meta somente uma condição é requerida e nada mais, a saber, que todos os que aderirem ao projeto de uma nova ordem mundial centrada na promoção das liberdades públicas e privadas pratiquem o consumo solidário, isto é, que em todas as suas atividades de consumo dêem preferência a produtos que tenham sido produzidos pelas redes de colaboração solidária, mesmo que estes produtos custem um pouco mais caro que os produtos elaborados sob a rede capitalista, embora, em geral, venham a ser mais baratos, uma vez que na colaboração solidária inexistente a figura do acúmulo privado de lucro.

O *consumo solidário* é movido pela consciência de que o consumo é o objetivo final de todo o processo produtivo e que, ao consumir, nós contribuimos para preservar ou destruir os ecossistemas, manter empregos ou gerar desempregos em nosso país ou em nossa cidade, contribuimos na manutenção da exploração dos trabalhadores em uma sociedade capitalista e injusta ou colaboramos para a eliminação de toda forma de exploração dos seres humanos e para a construção de uma nova sociedade colaborativa e solidária.

Como ficará claro ao leitor, não estamos aqui apresentando a utopia de um mundo a ser realizado em um futuro longínquo. Pelo contrário, trata-se de um projeto que pode ser iniciado desde já e em toda parte onde seja possível às pessoas organizarem atividades autônomas de consumo e labor, uma vez que

todas as demais condições de possibilidade estão dadas ao conjunto dos excluídos e dos seres humanos solidários que desejam construir uma sociedade mais justa e fraterna. Cada célula de colaboração solidária que surgir ensinará o surgimento de outras e assim, progressivamente, os excluídos do capitalismo construirão uma alternativa econômica ao próprio capitalismo como modelo de reprodução social.

A revolução das redes iniciará a organização de uma sociedade pós-capitalista que não se confunde com algum cooperativismo capitalista, com qualquer variação anarquista ou com o socialismo estatal, mas que absorve elementos das mais variadas propostas emancipatórias gestadas na história dos oprimidos e grande parte dos recursos tecnológicos desenvolvidos pela presente sociedade capitalista (em especial a tecnologia da informação e os novos recursos de comunicação de dados), superando todos esses modelos, ampliando de maneira jamais vista na história da humanidade as liberdades públicas e privadas. O citado recurso à informática é instrumental, significando que é possível organizar e expandir redes de colaboração solidária mesmo sem utilizar-se dos recursos digitais atualmente disponíveis para conexão de redes.

Está, pois, ao alcance de todos nós acabarmos com a pobreza e o desemprego de uma vez por todas, compartilharmos uma riqueza cada vez maior e aumentarmos o tempo livre de todos os seres humanos para que possam desenvolver atividades culturais e de lazer, para que se possa propagar o bem-viver. Tudo depende de que cada pessoa, que aderir a este projeto, pratique o consumo solidário, colaborando com a preservação dos ecossistemas, com a justiça social e com a promoção do exercício ético da liberdade de todas as pessoas, independentemente de sua etnia ou credo.

Na primeira parte deste livro apresentamos os conceitos fundamentais da colaboração solidária no campo da economia, da política e da cultura. Explicitamos o que é colaboração solidária, o que entendemos por rede, liberdade e bem-viver, consumo solidário e as principais diferenças entre o sistema da colaboração solidária e o sistema atualmente vigente, centrado no acúmulo de capital.

Na segunda, indicamos as três redes de colaboração solidária que se interpenetram, a saber, as redes econômicas, as redes políticas e as redes culturais, de âmbito local, regional e mundial. Explicitamos exaustivamente, todavia, somente a dimensão econômica da colaboração solidária e os principais aspectos de sua estratégia de implantação – tendo por horizonte um modelo de complexidade que envolve a auto-organização, realimentação, *autopoiese*,

etc. —, deixando para outra oportunidade o desenvolvimento de suas dimensões políticas e culturais que, neste estudo, são apenas parcialmente referidas.

Tratamos também de algumas conseqüências da implantação desta rede sobre as economias nacionais e mundial, e de sua influência sobre o processo de reprodução do capitalismo globalizado. Analisamos ainda as conseqüências políticas do fortalecimento da democracia e do poder local, o movimento de democratização do Estado sob o controle popular e como a nova classe social dos colaboradores solidários poderá orientar um processo de cooperação política internacional na promoção das liberdades públicas e privadas. Consideramos, enfim, alguns aspectos tendenciais posteriores à implantação das Redes de Colaboração Solidária, em particular, os possíveis aprimoramentos dos movimentos de comércio com o concurso de moedas digitais e o estabelecimento de um padrão monetário solidário mundial.

Como se verá oportunamente, a confiança desses parágrafos reside em uma compreensão das potencialidades de inúmeras ações efetivas, atualmente em curso no mundo todo. O trabalho que estamos realizando, parcialmente publicado neste livro, é o de analisar essas práticas, em suas debilidades e potencialidades, e investigar como os elementos simples que as constituem podem ser articulados em propostas estrategicamente capazes de permitir a expansão de uma economia solidária antagônica à economia capitalista, mas que progressivamente se aproprie das gigantescas forças produtivas que atualmente nela operam, colocando-as a serviço da liberdade de todos os seres humanos e não do acúmulo de riquezas de um grupo cada vez menor de pessoas.

Porém, como cada realidade muda ao seu modo, cabe aos excluídos construir os seus próprios caminhos. Nesta obra coletiva, contudo, há espaço para todos os que se solidarizam na construção de uma sociedade justa e democrática, sendo mister a cada qual dizer a sua palavra, participando na produção do conhecimento que contribui para a libertação de todos. Afinal, ninguém liberta ninguém; ninguém se liberta sozinho: todos se libertam juntos! Este é o objetivo maior da colaboração solidária: ampliar, a cada dia, as possibilidades do exercício das liberdades públicas e privadas. A reflexão que aqui apresentamos reveste-se, pois, deste caráter: uma proposição dialógica, um contributo a uma construção coletiva e emancipatória.

Com efeito, o exercício concreto da liberdade democrática supõe, necessariamente, mediações materiais, políticas, informativo-educacionais e éticas, que devem ser garantidas ao conjunto das pessoas com vistas ao melhor desenvolvimento de suas qualidades humanas. Considerando-se este pressuposto, a

práxis econômica da colaboração solidária é concebida como mediação para a ampliação do exercício da liberdade dos que participem das redes, do mesmo modo que a práxis política e cultural, pois a finalidade da vida humana não é a política ou a economia, em particular, mas a ética realização do livre bem-viver pessoal e coletivo, que supõe a garantia das mencionadas mediações.

Se as hipóteses e conclusões de nosso estudo – ou algumas de suas passagens – não forem todavia consistentes, seguramente teremos, ao menos, contribuído para o desenvolvimento de uma linha investigativa que muitos frutos haverá de produzir.

# Capítulo 1

## Conceitos Fundantes

---

### 1. A Colaboração Solidária

A palavra *colaboração* deriva do verbo latino *collaborare*, que significa trabalhar juntos. A palavra *solidário*, por sua vez, deriva de *solidu*, significando algo forte, que dificilmente se deixa destruir por uma força externa. Em português claro, como nos indicam os dicionários, a palavra *solidariedade* possui um sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades de um grupo social, de uma nação ou da própria humanidade. Ela indica uma relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira tal que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar os demais. Colaboração solidária significa pois um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular.

O *bem-viver*, por sua vez, é o exercício humano de dispor das mediações materiais, políticas, educativas e informacionais não apenas para satisfazer eticamente necessidades biológicas e culturais de cada um, mas para garantir, eticamente, a realização de tudo o que possa ser concebido e desejado pela liberdade pessoal que não negue a liberdade pública. O bem-viver solidário implica em respeitar o desejo pessoal e promover a sua realização na igual medida em que se respeita o desejo público e se promove a sua realização. Garantidas todas as melhores condições materiais, políticas, educativas e informacionais para o exercício das liberdades humanas, o bem-viver é compartilhar felicidades e alegrias, com quem quisermos, no momento em que alcançamos rea-

lizações que nos são caras, bem como poder compartilhar nossos sofrimentos e tristezas nos momentos da dor e dos reveses.

Engana-se quem acredita que basta acumular muitas riquezas materiais para que se possa realizar o bem-viver. Do mesmo modo é um equívoco imaginar que sem satisfatórias mediações materiais alguém possa praticá-lo.

O bem-viver não se resume a consumir produtos que são propagandeados pelas mídias sob as publicidades engenhosamente produzidas. Se observarmos a maior parte dos comerciais veremos, em geral, situações excitantes, alegres e bonitas em que pessoas se relacionam manifestando sentimentos de prazer, ternura, satisfação, felicidade e amor. Veiculam-se imagens de famílias felizes para vender-se margarinas, cafés, biscoitos e geléias; veiculam-se imagens de grupos de jovens para vender-se roupas, relógios, desodorantes, etc. Contudo nenhuma margarina poderá substituir o amor do casal pelos filhos e destes pelos pais, nenhuma roupa, relógio ou desodorante poderá substituir a ternura e o respeito entre um casal de namorados; nenhum desodorante fará surgir um príncipe encantado na vida de alguém. Nenhum imóvel, automóvel ou dinheiro em conta bancária poderá preencher a ausência humana – da qual não podemos escapar – provocada pela morte de nossos entes queridos; nenhum produto pode substituir a presença amiga no momento da doença, a mão que enxuga a nossa lágrima, os braços que nos abraçam no momento da dor.

O bem-viver está muito longe do consumismo alienante promovido pelo capitalismo. Em um mundo de simulacros e ilusões, o capitalismo desumaniza as necessidades pessoais para realizar seus giros de produção que possibilitam o acúmulo de mais-valia; gera novas necessidades e desejos, criando satisfações e gozos alienados para acumular cada vez mais capital com a venda das mercadorias que possam satisfazê-los. Neste mundo de mercadorias, os bens materiais valem mais do que as pessoas e estas somente são reconhecidas socialmente quando participam desta riqueza, quando a ostentam. Contudo, dela despidas, nenhum reconhecimento social teriam, porque tais pessoas, sob a lógica do capital, valem menos do que a riqueza que possuem.

A ostentação capitalista do bem-viver é um engodo. Os portentosos jazigos nos cemitérios, em formato de capelas com paredes, portas e telhados parecem fazer crer que aquele morto está em melhores condições que os demais, abrigado da chuva e mais próximo da piedade de Deus, descansando em paz dentro do simulacro de uma igreja. Do mesmo modo as luxuosas mansões fazem crer que seus habitantes estão mais próximos da felicidade, da alegria e do amor. Isto contudo não corresponde ao real.

Se para bem viver é preciso dispormos de mediações materiais que garantam nossa liberdade pessoal, cabe considerar que nenhuma propriedade material proporcionará o bem-viver se, mesmo que indiretamente, não estiver voltada à colaboração solidária. Nenhum ser humano que refina sua sensibilidade pode sentir-se feliz vendo crianças e pobres vivendo pelas ruas. Nenhuma ostentação capitalista de mercadorias (vestir-se com roupas de grife, pendurar jóias por sobre o corpo, mover-se dentro de automóveis caros, morar dentro de mansões, etc.) pode preencher o vazio que surge naquele que reconhece em cada criança pobre, em cada pedinte de esmolas, um ser humano que tem direito ao bem-viver.

A colaboração solidária é, pois, uma atitude ética que orienta a nossa vida e uma posição política frente à sociedade em que estamos inseridos. Eticamente trata-se de promover o bem-viver de cada um em particular e de todos em conjunto, e politicamente de promover transformações na sociedade com esse mesmo fim.

## **2. O Público Não-Estatal**

Uma significativa parcela da humanidade mobiliza-se, atualmente, em movimentos de solidariedade, colaborando com populações vítimas da fome, do desemprego, de secas ou inundações, de guerras civis, de discriminações sexuais, étnicas e religiosas, entre muitos outros. Milhares, senão milhões, de projetos de assistência social, educação popular, geração de renda, construção de moradias populares, de combate ao racismo, ao machismo, de apoio a crianças em situação de risco, de preservação do meio ambiente, entre muitos outros, são financiados com recursos arrecadados por voluntários que apóiam uma ampla gama de atividades de Organizações Não-Governamentais e movimentos sociais no mundo todo.

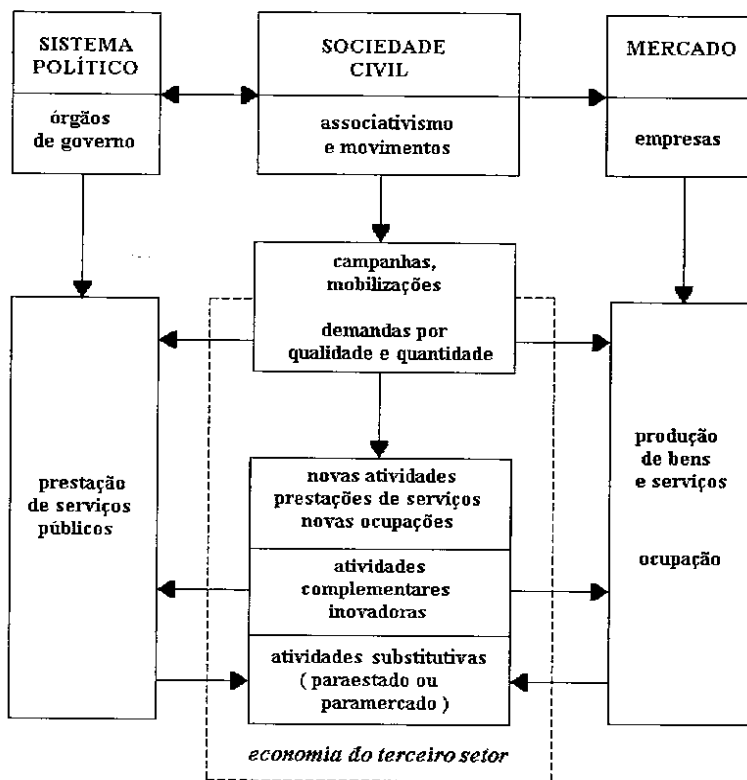
Esta aplicação de recursos e o crescimento do volume de trabalhos voluntários em todo o mundo têm feito surgir novas interrogações sobre o caráter peculiar destas atividades solidárias nos campos econômico, político e cultural. Com efeito, embora tratem-se de recursos aplicados para o bem público e de serviços voltados ao bem comum, não são todavia recursos do Estado ou serviços financiados por ele ou pelo mercado. Atrás desse vasto rol de serviços e recursos está o trabalho voluntário de milhões de pessoas em todos os continentes, mas especialmente no Primeiro Mundo; tratam-se de pessoas que disponibilizam uma pequena parte de seus ganhos para financiar tais projetos ou

que dedicam uma parte de seu tempo para neles atuar – havendo aqueles que colaboram sob as duas formas. Várias agências financiadoras ligadas a igrejas, sindicatos e outras organizações sociais participam desse movimento internacional de solidariedade aos mais carentes, buscando promover um socorro imediato às suas necessidades e, sempre que possível, o desenvolvimento de projetos que conquistem auto-sustentação financeira e que possam beneficiar o conjunto da comunidade. Atividades de geração de emprego e renda, grupos de compras comunitárias (que comprando em grandes quantidades evitam os atravessadores barateando os preços das mercadorias), serviços comunitários de saúde e assistência social, atendimento de crianças e idosos marginalizados, atividades de proteção ambiental, auxílio a populações carentes e discriminadas, ações culturais-educativas e lutas por direitos humanos, entre outras práticas do gênero, são alguns dos inumeráveis exemplos de trabalhos realizados por agentes solidários.

A diversificação destas formas de atividade e sua expansão vêm ensejando um debate conceitual em busca de precisar certas noções que melhor compreendam esses fenômenos em sua relação com o Estado e com o mercado. Algumas dessas noções, já bastante difundidas, mas com sentidos ainda imprecisos, são *Terceiro Setor*, *Setor Sem Fins Lucrativos* e *Setor Público Não-Estatal*. Tratar-se-ia de uma esfera de atividades voluntárias, remuneradas ou não, que se localiza frente ao estado e ao mercado – atividades essas que engendrariam uma alternativa às formas de trabalho tradicionais. Diferentemente da escravidão, da servidão e do trabalho assalariado, o serviço comunitário, como destaca Jeremy Rifkin, não é produto de coação nem de uma relação centrada no dinheiro. Trata-se de uma ação de ajuda movida por solidariedade.

Para alguns, esse Terceiro Setor, que surge por ação da sociedade civil e que não se confunde com os setores estatal e do mercado, poderia ser representado como mostra a *Figura 1*.

*Figura 1 – O Terceiro Setor entre Estado e Mercado*



Fonte: Mario PIANTA<sup>1</sup>.

Independentemente dessa frágil representação que pode induzir-nos a compreensões indevidas, cabe salientar que muitas ONGs, caracterizáveis como organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, não praticam a colaboração solidária, sendo organizações que defendem o modelo capitalista até mesmo em sua versão neoliberal. Contudo, o número de ONGs, solidárias ou não, e o conjunto dos recursos por elas mobilizado em inúmeros países, é bastante elevado.

1. Apud Giulio MARCON, Marco MERLINI e Mario PIANTA, "Introduzione". In LUNARIA, *Lavori scelti – Come creare occupazione nel terzo settore*. Edizioni Gruppo Abele, Torino, 1997, p. 6.

Conforme Jerimy Rifkin, em 1997, somente “nos Estados Unidos são mais de um milhão e quatrocentas mil organizações sem fins lucrativos com um patrimônio total de 500 bilhões de dólares, ...cuja atividade representa 6% do Produto Interno Bruto e 10,5% da ocupação [de trabalhadores]. 89 milhões de americanos – um em cada dois adultos – oferece, em média, quatro ou mais horas por semana para atividades de voluntariado nas organizações sem fins lucrativos.”<sup>2</sup> De fato, “o dinheiro movimentado pelas organizações sem fins lucrativos nos EUA é maior do que os produtos brutos de todos os países do mundo, exceto sete.”<sup>3</sup> Em muitos outros países esse percentual é também bastante elevado, como mostra a *Tabela 1*, com dados anteriores a 1996.

**Tabela 1 – Ocupação de Pessoal e Gastos Correntes de Organizações Sem Fins Lucrativos em Relação ao PIB, em Países Selecionados**

País	E.U.A.	G. Bretanha	Alemanha	França	Japão	Itália	Hungria
Ocupação (% sobre ocupação total)	6,8%	4,2%	3,7%	4,2%	2,5%	1,8%	0,8%
Gastos Correntes (% sobre o PIB)	6,3%	4,8%	3,6%	3,3%	3,2%	1,9%	1,2%

Fonte: Sergio OSPAN<sup>4</sup>.

Valendo-nos de uma outra noção, que não é a de *Terceiro Setor*, podemos caracterizar como *Setor Público Não-Estatal* uma esfera de relações na sociedade civil em que se realizam incontáveis ações voltadas a garantir suportes materiais, políticos e culturais necessários à realização das liberdades públicas e privadas, promovendo-se o bem comum – desenvolvendo-se atividades econômicas de geração de emprego e renda, serviços gratuitos ou quase gratuitos em áreas de saúde e educação popular, entre muitas outras ações que não têm fins lucrativos e que são mantidas com recursos advindos da colaboração solidária de inúmeras pessoas. Para a realização dessas atividades, inúmeras ONGs e movimentos sociais mobilizam trabalhadores voluntários e efetuam, também, a contratação de profissionais que, em muitos casos, recebem pagamentos bem menores do que receberiam se trabalhassem em outras instituições,

2. RIFKIN, Jeremy, “Prefazione”. In LUNARIA. *Lavori scelti...*, p. 6.

3. LINS DA SILVA, Carlos Eduardo, “Rifkin anuncia ‘fim do emprego’”. *Folha de S. Paulo*, 03/03/96, p. 5-11.

4. Cf. Sergio OSPAN, *Stato e Mercato: dall’ economia del benessere all’ economia civile*. Tese de Lúrcia em Economia e Comércio – Universidade Católica de Piacenza, Itália, 1997, p. 146 e 148.

mas que decidem permanecer neste trabalho solidário por motivações ético-políticas e não econômicas. Nos casos de atividades produtivas, de geração de emprego e renda, equacionam-se as remunerações buscando equilibrar-se a justa remuneração dos trabalhadores, a manutenção do empreendimento e um satisfatório preço final ao produto, a fim de mantê-lo acessível aos consumidores.

O crescimento dessa nova esfera, na qual se confere um caráter solidário a atividades econômicas, políticas e culturais implementadas, não significa que as organizações populares da sociedade civil que nela atuam não continuem a pressionar o Estado com vistas a garantir políticas públicas voltadas ao atendimento dos interesses sociais. Pelo contrário, boa parte dos movimentos sociais de pressão são freqüentemente organizados por essas entidades, as quais propõem políticas públicas alternativas e reivindicam que o Estado as implemente.

### 3. As Redes de Colaboração Solidária

O termo *rede* tem sido empregado, com sentidos diversos, por muitos movimentos sociais, ONGs e intelectuais que atuam junto as essas organizações. Há alguns anos, por exemplo, entidades e movimentos da esfera pública não-estatal, atuantes na área de alfabetização, se conectaram nacionalmente constituindo a *Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil*, adotando especificamente essa nomenclatura. Igualmente, um conjunto de universidades do país constituiu, em março de 1999, a *Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*. Alguns estudiosos consideram como *redes de movimentos sociais* um amplo conjunto de fóruns e articulações variadas que conectam organizações e entidades populares<sup>5</sup>. Na Europa, atualmente, encontra-se o emprego da expressão *Rede de Economia Solidária*<sup>6</sup> referindo-se a articulação de certas atividades de financiamento, produção e comércio. De outra parte, com a propagação da Internet, têm surgido *redes* de intelectuais, de movimentos por direitos humanos e muitos outros que utilizam as infovias para desenvolverem formas de conexão e de ação conjunta.

---

5. Cf. Ilse SCHERER-WARREN, *Redes de Movimentos Sociais*, São Paulo, Loyola, 1993.

6. CENTRO NUOVO MODELLO DI SVILUPPO. *Guida ao Consumo Critico – Informazioni sul comportamento delle imprese per un consumo consapevole*. Bolonha, EMI, 2ª ed., 1998, p. 30.

Não se deve, entretanto, confundir as redes com os distintos tipos de medições que as possibilitam. Isto é, as redes de organizações sociais não dependem de infraestruturas informatizadas para existir. Tais recursos, entretanto, podem potencializar essas redes:

Todo o conjunto de ações solidárias que destacamos anteriormente, ao considerar o *setor público não-estatal*, tende aos poucos a se conectar em grandes *redes* a partir de fóruns e de outros mecanismos para comunicação, deliberação e ação articulada.

Embora os diversos atores sociais-populares que se valem da noção de rede tenham uma certa intuição de sua importância estratégica para o avanço de suas questões específicas, faltam-lhes alguns elementos que permitam compreender as redes como fenômenos complexos e não apenas mecânicos ou dialéticos. Necessitamos pois explicitar conceitualmente uma noção mais complexa de rede, para que seja compreensível o seu potencial caráter revolucionário.

A idéia elementar de *rede* é bastante simples. Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos.

Um princípio básico dessa noção de rede é que ela funciona como um sistema aberto que se auto-reproduz, isto é, como um sistema *autopoiético*. A idéia de rede que conecta grupos de um determinado movimento social, por exemplo, do movimento de mulheres, é a de que a articulação entre todos os movimentos deste tipo fortaleça cada movimento em particular pelos intercâmbios que passem a ocorrer entre eles e que tal fortalecimento venha a contribuir no surgimento de novos movimentos de mulheres em outras cidades, a fim de ampliar o combate ao machismo e a defesa dos direitos da mulher em uma área muito maior do que a atingida pelo conjunto dos movimentos já organizados.

Outros dois princípios de rede que a tornam revolucionária são os de *intensividade* e *extensividade*. Ampliar a *intensividade* significa que cada unidade da rede venha a atingir e envolver um maior número de pessoas no local onde aquela unidade atua. Isto pode significar o surgimento de outros pequenos nóculos naquela região articulados entre si e conectados à rede em geral. Ampliar

a *extensividade*, por sua vez, significa expandir a rede para outros territórios colaborando no surgimento de novas unidades suas e no desenvolvimento destas, ampliando a abrangência da rede e fortalecendo o seu conjunto.

Contudo é em razão de sua *diversidade*, *integralidade* e *realimentação* que a rede pode crescer de modo fecundo. Uma rede capaz de conectar a *diversidade* será capaz de integrar, de maneira fecunda e criativa, as ações realizadas na esfera pública não-estatal que envolvem todas as ONGs, organizações populares, associações, movimentos, etc., que pratiquem a colaboração solidária, articulando seus recursos e consolidando a implementação de seus projetos, fortalecendo cada nó na medida em que ele mantém um fluxo constante com os demais. *Integralidade* significa que todos os objetivos da colaboração solidária defendidos pelos diversos nódulos da rede em particular sejam assumidos pelo conjunto dos nódulos da rede. Isso significa que embora os movimentos de mulheres continuem a lutar em defesa da mulher, tais movimentos também colaborarão na medida do possível para avançar as lutas em favor das crianças, dos negros, dos portadores de deficiência, dos direitos humanos, de geração de empregos, de saúde, por moradia, etc. O mesmo se passa com cada outro nódulo que assume o compromisso de fortalecer as lutas dos demais nódulos, contribuindo para que eles possam ampliar sua *intensividade* e *extensividade*, contribuindo assim para o fortalecimento de toda a rede de colaboração solidária. Por fim a idéia de *realimentação* significa que as ações desenvolvidas pela rede, através de seus nódulos e suas articulações, agenciem novas ações da própria rede, ampliando-a enquanto tal e expandindo o conjunto de suas ações em um círculo virtuoso capaz de envolver cada vez mais pessoas, atuando sobre objetos sempre mais diversos que fazem brotar novos nódulos que, por sua vez, fortalecem o conjunto da rede, na medida em que introduzem diversidades que perpassam os fluxos do conjunto, possibilitando novas transformações de cada nódulo em particular e da rede como um todo.

#### **4. O Consumo como Mediação do Bem-Viver**

O consumo é uma exigência para a reprodução de cada ser vivo em particular. Sem consumo a vida de qualquer ser se esgota, resultando em sua morte. No caso da vida humana, entretanto, o consumo não visa apenas satisfazer necessidades naturais, biológicas, mas também necessidades culturais que são produzidas pelo próprio modo de viver das sociedades. Além disso, consumimos também para satisfazer desejos, aplacar medos, preencher ansiedades, sentir-se especial, etc.

Poderíamos destacar rapidamente três práticas de consumo – o *consumo alienante*, o *consumo compulsório* e o *consumo como mediação do bem-viver* – para em seguida explicitarmos, em sua peculiaridade, o *consumo solidário*.

O *consumo alienante*, que já consideramos anteriormente, é praticado massivamente na atual sociedade capitalista por uma significativa parcela da população. Muitas pessoas buscam nas mercadorias mais do que simples qualidades objetivas. Agenciados pelas peças publicitárias, *merchandisings* e modismos, muitas pessoas passam a conferir aos produtos certas qualidades virtuais que acabam determinando sua aquisição e consumo. Desejos, anseios, angústias, medos e necessidades são modelizados de tal modo que o consumo de certos produtos de certas marcas passa a ser considerado: como a melhor opção para alcançar a felicidade, a realização humana, a concretização dos desejos mais íntimos, a superação dos obstáculos; como condição para vencer na vida, ter uma bela namorada ou namorado, garantir o conforto e a paz da família, conquistar o sucesso profissional, ser reconhecido pelos amigos, conquistar prestígio, etc. Embora conscientemente todos digam, em geral, que tais produtos não têm tanto poder assim, por outra parte, graças às semioses desenvolvidas com o recurso das mídias, esses aspectos todos ficam vinculados como interpretantes semióticos daqueles objetos sógnicos, sendo em grande medida determinantes da aquisição de tais produtos, uma vez que produtos similares – com as mesmas qualidades objetivas de uso e, às vezes, até mais baratos – são preteridos em razão de não serem os signos da moda ou de não agenciarem certos interpretantes no imaginário social. Carentes de uma formação educativa que lhes permita a apreciação crítica das publicidades e semioses que os atingem, e estando desprovidos de um conjunto de outras informações relevantes para a sua tomada de decisão, quando das ações de consumo, estes consumidores são facilmente enredados no consumismo alienante que permite o giro do capital e a concentração progressivamente maior de riqueza sob o poder de grupos cada vez menores. Afinal, quanto mais poderoso é o grupo, tanto mais pode investir em publicidade, o que lhe aumenta as possibilidades de hegemonizar maiores parcelas do mercado.

Outra significativa parcela da sociedade, entretanto, pratica o *consumo compulsório*. Trata-se dos pobres e excluídos, subempregados, desempregados e populações de rua que não dispõem de recursos para consumir os produtos de grife ou as marcas famosas e caras. Premidos pela necessidade, buscam maximizar o poder de consumo dos poucos recursos que têm. Nos casos mais dramáticos, reviram as latas de lixo nos centros urbanos em busca de restos de comida ou entram em bares e restaurantes, pedindo algum lanche às pessoas

presentes, até que – por serem pedintes – sejam dali expulsos. Nesta situação-limite pouco se pode escolher. Já os trabalhadores pobres “esticam o salário” buscando comprar o que é essencial e mais barato, primando mais pela quantidade de produtos adquiridos sob a mesma quantia de dinheiro do que pelas suas qualidades propriamente ditas. Mesmo estes, contudo, sempre compram um ou outro produto que, em seu imaginário – produzido pelas semioses publicitárias –, satisfaça algum desejo, isto é, que se consuma simplesmente pelo prazer de consumir e não apenas para satisfazer alguma necessidade. No estrato um pouco mais elevado, os consumidores passam sempre a jogar com os critérios de quantidade e qualidade considerando a determinada quantia de recursos que podem dispor para realizar suas aquisições. Assim, por exemplo, predefinindo até quanto gastarão em sua compra mensal de mantimentos, passam a escolher os produtos visando adquirir gêneros em quantidade suficiente para satisfazer as suas necessidades e que sejam da melhor qualidade possível, dentro de suas possibilidades aquisitivas. Aqui também ocorre que alguns itens de qualidade inferior podem ser selecionados justamente para sobrar mais recursos, tendo em vista comprar outros itens de qualidade superior. A grande maioria desses consumidores, entretanto, gostaria de poder praticar o consumismo proposto pelas mídias. Se tivessem recursos para isso, comprariam os produtos identificados com o consumo de elite e fariam questão de exibir roupas de grife, jóias, relógios, cartões, automóveis, etc., para destacarem-se socialmente como importantes e especiais.

*O consumo como mediação do bem-viver* é uma outra modalidade de consumo – menos importa aqui as aparências e imaginários produzidos pelas mídias do que a satisfação das necessidades pessoais, a preservação da saúde e do bem-estar, e o refinamento dos prazeres por ele possibilitado. As necessidades pessoais variam conforme a singularidade de cada um. O que pode ser necessidade para um, não o será para outro. Tintas e telas para pinturas ou um tênis especial para praticar corridas em trilhas nos bosques são mediações necessárias para duas pessoas que encontram prazer e satisfação pessoal em pintar ou em praticar essa modalidade de esporte, mas serem desnecessários para outros que não têm interesse nessas atividades.

As pessoas que praticam o *consumo como mediação do bem-viver* não seguem as ondas consumistas, não se deixando levar pelas publicidades e seus engodos. Muitos alimentos anunciados sedutoramente nas mídias possuem tantos corantes, acidulantes e aromatizantes “químicos” que melhor faria para a saúde das pessoas consumir uma fruta qualquer do que ingeri-los. Muitos sabões em pó que “lavam mais branco” contêm branqueadores que são, de fato,

substâncias químicas que ficam impregnadas nas roupas fazendo-as refletir mais luz, gerando a impressão que estão mais brancas. Alguns branqueadores, entretanto, são, em certas doses, um veneno letal aos ecossistemas, poluindo rios e mares. As pastas de dentes que “deixam os dentes mais brancos” contêm, em geral, abrasivos que prejudicam a camada de esmalte natural dos dentes. Outros produtos semiprontos “práticos para quem não tem tempo a perder” se ingeridos continuamente podem causar cânceres de diversos tipos. Sem falar de desodorantes cujo gás utilizado como *spray* contribui para destruir a camada de ozônio, ou dos chicletes que provocam cáries e gastrites pois deixam micropartículas de borracha açucaradas grudadas nos dentes e aumentam a produção de sucos gástricos que danificam a mucosa do estômago. A lista poderia ser bem mais longa, sendo preciso incluir aí produtos de péssima qualidade nos gêneros de filmes, novelas, desenhos, videogames e outros mais que são consumidos nos momentos de lazer, que em razão de sua péssima qualidade embrutecem as sensibilidades, anestesiam as subjetividades frente à violência e à opressão e acabam, em graus variados, alterando comportamentos daqueles que ficam expostos durante largo tempo a esses bombardeios semiológicos de baixo nível.

Praticar o *consumo como mediação do bem-viver* requer o refinamento das sensibilidades e sentidos humanos, bem como o desenvolvimento de critérios avaliativos a partir dos quais selecionam-se os objetos, dentro das possibilidades de consumo que cada um tenha, que venham a contribuir, da melhor maneira, com a singularização de cada pessoa, com o bem-estar social e com a preservação dos ecossistemas<sup>7</sup>. Assim, para que se possa generalizar socialmente o *consumo como mediação do bem-viver* é necessário superar tanto as formas de consumo compulsório quanto as formas de consumo alienante. Além disso é necessário desenvolver-se a habilidade de apreciar-se os sabores, os odores, os sons, as imagens, as texturas, as variadas composições expressivas de diversas ordens semióticas, as combinações desses diversos elementos, seus fluxos, ritmos, etc. O mais importante a ser destacado, contudo, é que o bem-viver é sempre, de algum modo, um *compartilhar*. Nos momentos em que nos sentimos satisfeitos e felizes de poder viver intensamente, sempre surge em nós o desejo de compartilhar este instante com alguém – “como seria bom se fulano estivesse aqui!” ou “como é bom estar aqui com você!” ou “como seria bom que outras pessoas pudessem viver um momento como esse!” Em geral

---

7. Um sugestivo guia com critérios e informações que permitem selecionar os produtos para um consumo crítico e responsável foi referido na nota anterior. O site da ONG responsável pela sua elaboração encontra-se em [www.cmi.it](http://www.cmi.it) – Sobre o tema do *consumo crítico* veja-se também o *Anexo 1*.

mostrar fotografias de viagem a parentes e amigos, descrevendo o que nos aconteceu – quando não é um ato exibicionista de um *consumismo alienante* –, é como compartilhar, com eles, aqueles momentos que foram tão saborosos, revivendo-os na companhia de estimadas pessoas.

## 5. O Consumo Solidário

O *consumo solidário* ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem-viver pessoal, mas igualmente o bem-viver coletivo. Esse tipo de conduta somente se torna possível quando as pessoas compreendem que a produção encontra a sua finalidade – ou o seu acabamento – no consumo e que ele tem impacto sobre todo o ecossistema e sobre a sociedade em geral. Em outras palavras, o consumo é a última etapa de um processo produtivo e as escolhas de consumo – feitas pelos indivíduos em particular e pela sociedade como um todo – podem influenciar tanto na geração ou manutenção de postos produtivos em uma dada sociedade, na preservação de ecossistemas, na reciclagem de materiais, no combate à poluição, na promoção do bem-estar coletivo da população de sua comunidade, de seu país e do planeta, quanto podem, também, gerar desemprego, colaborar na destruição de ecossistemas e na extinção de espécies vegetais e animais, na produção cada vez maior de lixo não biodegradável, no aumento da poluição e na piora da qualidade de vida da população de sua comunidade, de seu país e do planeta como um todo.

Consideremos, como exemplo, uma cidade em que há várias pequenas confecções que empregam muitas pessoas na produção de roupas que são comercializadas na região. Se ocorrer que alguma política cambial adotada pelo país faça com que roupas importadas possam ser vendidas a preços bem mais baixos nesta cidade, o que acontecerá? Se as pessoas optarem por comprar as roupas importadas, que são mais baratas, as confecções não conseguirão vender a sua produção, acabarão falindo e gerando desemprego naquela cidade, o que é ruim para toda a economia local. Por outro lado, se as pessoas decidirem comprar as roupas produzidas na região, mesmo sabendo que elas são um pouco mais caras, as confecções continuarão vendendo sua produção e os empregos serão mantidos. Desse modo, as escolhas de consumo podem influenciar na manutenção do emprego ou na geração do desemprego.

Em outro exemplo, analisemos o caso de duas indústrias que vendem toda a sua produção em determinado país. Uma delas utiliza tecnologias não poluen-

**tes e vende seu produto um pouco mais caro que a empresa concorrente, que despeja toneladas de detritos tóxicos nos rios destruindo a fauna e a flora de uma imensa região, preferindo gastar um pouco mais de recursos com publicidade. Se todos consumirem o produto mais barato, a empresa que produz de modo a preservar o ambiente falirá. A concorrente será vitoriosa e aumentará a produção destruindo ecossistemas em uma região ainda maior. Por outro lado, se todos consumirem o produto da empresa que preserva o meio ambiente, a concorrente se verá forçada a modificar o seu processo produtivo de modo a torná-lo ecologicamente adequado se quiser continuar funcionando.**

Se de fato os consumidores induzidos pelo *consumismo alienante* não têm compreensão do que seja *consumir para bem viver*, por outra parte, os que estão submetidos a um *consumo compulsório* pouca ou nenhuma margem de manobra têm para praticá-lo, mesmo se tivessem a compreensão mais ampla do processo de consumo. Sendo assim, frente às duas situações de nossos exemplos, os que praticam um consumo compulsório tenderiam a consumir os produtos mais baratos, uma vez que buscam maximizar a quantidade de produtos que possam comprar com os poucos recursos que têm, ao passo que os que praticam um consumo alienante tenderiam a seguir as publicidades e consumir os produtos importados ou produzidos de maneira ecologicamente inadequada. Em ambos os casos – no consumo compulsório e alienante – as opções de consumo promoveriam o desemprego e a degradação ambiental.

Consumir um produto que possui as mesmas qualidades que os similares – sendo ou não um pouco mais caro – ou um produto que tenha uma qualidade um pouco inferior aos similares – embora seja também um pouco mais barato –, com a finalidade indireta de *promover o bem-viver da coletividade* (manter empregos, reduzir jornadas de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços públicos não-estatais, etc.) é o que denominamos aqui como *consumo solidário*.

O *consumo solidário*, em níveis variados, é praticado atualmente em milhares de localidades no Brasil e no mundo. São inúmeros os grupos de trabalhadores desempregados que organizaram pequenas atividades produtivas em que se fabricam pães, massas, produtos de limpeza, roupas, móveis, esquadrias, vassouras, escovas, brinquedos e uma infinidade de outros produtos; milhares são os “clubes de mães” que produzem roupas, peças de tricô e crochê, rendas, bordados, tapeçarias, doces, salgados, geléias, compotas, entre outros artigos; em muitos lugares encontram-se artesanatos indígenas, anéis de tucum ou frutos colhidos das florestas – de modo ecologicamente sustentável – sendo comercializados. Grande parte dessa produção, salientemos, é consumi-

da por pessoas que têm consciência de que, embora esses produtos possam não ser os melhores à disposição no mercado ou não sejam os mais baratos em comparação aos similares ou, até mesmo, não atendam alguma demanda imediata, consumi-los é garantir às pessoas que os produzem a condição de continuar vivendo de seu próprio trabalho, com a dignidade que todo ser humano merece. Do mesmo modo, inúmeros são os assentamentos de agricultores no Brasil que conquistaram recentemente áreas para plantio e que produzem milho, feijão, soja, batata, mandioca, entre outros produtos em regimes cooperativados e que vêm construindo redes de comercialização alternativa em um movimento amplo de solidariedade.

Essa forma de consumo que se preocupa com o bem-viver da coletividade pode ser promovida e propagada. Quando os pobres, os excluídos e todas as pessoas que têm uma consciência solidária compreenderem que ao escolher, para seu consumo, certos produtos e serviços podem promover a distribuição de renda, o desenvolvimento ecologicamente sustentável, a geração de empregos, o combate à exploração, torna-se possível avançar não apenas na manutenção dessas unidades produtivas, mas no processo de sua integração em redes, transformando-as em células, fortalecendo-as e multiplicando-as, incorporando mais trabalhadores ao processo laboral, diversificando e qualificando a produção e aumentando as demandas de consumo – a serem atendidas pelas células – em razão do próprio crescimento da rede. Experiências locais poderão ser difundidas regionalmente e redes locais poderão agregar-se em redes regionais. Será possível ampliar a sua *intensividade* e sua *extensividade*, promover a *diversificação* da produção visando atender as demandas da própria rede em sua *integralidade* e das comunidades por ela atingidas, em cujas regiões novas células poderão se multiplicar partindo da experiência, informação e recursos acumulados coletivamente.

O fenômeno atual de desemprego e exclusão – que vem multiplicando essas unidades produtivas, as quais somente sobrevivem graças ao consumo solidário – resulta de um processo gradual de mudança nas relações de produção capitalistas, provocado pelo desenvolvimento das forças produtivas. Em outras palavras, sob o influxo de uma nova revolução científica, novas tecnologias **ampliaram** o potencial de produção agrícola e industrial, bem como acabaram **reduzindo** certas demandas na área de serviços, embora venham gerando novas demandas em certos segmentos desse setor.

Se, por um lado, a produção capitalista necessita de uma quantidade proporcionalmente menor de trabalhadores assalariados para produzir uma quan-

tidade cada vez maior de mercadorias a um custo cada vez mais baixo, por outro lado, os excluídos iniciam, atualmente, o processo de gestação de novas relações de produção centradas na colaboração solidária, tendo em vista satisfazer suas próprias necessidades. Dito de outro modo, os excluídos, isoladamente, não têm como competir com o capital. O fator preponderante até agora na permanência ativa destas novas unidades produtivas, precárias e de pequenas proporções, é o consumo solidário que elas agenciam. Contudo, quando um movimento de redes integrar a todas, e elas se conectarem em cadeias produtivas, consumindo e produzindo prioritariamente para ampliar a própria rede, que se expande multiplicando-se em novas células, então um novo movimento de geração de riquezas se desenvolverá progressivamente, em razão da incorporação ao processo produtivo dos trabalhadores atualmente excluídos. A qualificação da produção e o aumento da produtividade permitirão uma progressiva redução da jornada laboral. E uma nova sociedade pós-capitalista estará surgindo, centrada não somente no consumo solidário, mas no consumo em razão do bem-viver.

## 6. A Revolução das Redes

Analisando a história da humanidade podemos perceber que o desenvolvimento das forças produtivas (aproveitamento de novas formas de energia, novos conhecimentos, surgimento de novas tecnologias, etc.) sempre provoca alterações nas relações sociais de produção (o modo como os membros daquela **sociedade** se relacionam em função do processo produtivo).

*Na passagem do feudalismo para o capitalismo, por exemplo, o desenvolvimento da tecnologia das navegações aprimorou o comércio marítimo e fortaleceu as cidades (os burgos) como pontos comerciais, fazendo surgir uma nova classe que começou a enriquecer. Quando ocorreram novas descobertas científicas e essas descobertas foram aplicadas ao processo produtivo desenvolvido nas manufaturas, que se concentravam nos burgos, começou a ocorrer uma revolução econômica. As relações econômicas feudais centradas em modelo hierarquizado de concessão do uso de terras, de produção agrária e de cobrança de impostos foram suplantadas por novas relações produtivas em que os capitalistas passam a contratar os trabalhadores em regime de assalariamento, explorando-os na feitura de mercadorias, acumulando excedentes produzidos no processo laboral.*

Posto que os burgos estavam incrustados nos feudos e que os senhores controlavam exércitos, os quais agiam em seu território – teoricamente, defen-

dendo também as cidades –, os senhores feudais, aproveitando-se dessa situação, passaram a pressionar os capitalistas. Vez por outra, a seu mando, suas tropas acabavam por extorquir e roubar os burgueses, ao invés de protegê-los. Estes, por sua vez, aproveitando-se de suas redes comerciais (ligas, hansas, etc.) e do poder social que passam a ter, articulam-se politicamente como classe junto aos reis e conquistam a independência das cidades, rompendo nessas regiões com o regime dos senhores feudais. Por toda parte se multiplicam os burgos e em cada burgo novas empresas capitalistas se implantam subvertendo as relações feudais de produção. Aos poucos as redes de comércio interligam os mercados e a forte burguesia promove revoluções políticas introduzindo parlamentos nos quais as forças da livre iniciativa burguesa passam a definir as leis que regulam as novas relações de produção, legitimando o processo de exploração do trabalho assalariado.

Trata-se de uma revolução econômica, política e cultural. Revolução econômica porque as relações sociais de produção feudal foram suplantadas por novas relações sociais capitalistas. Revolução política porque institui-se uma nova configuração de poder através do Estado, o qual, na figura do parlamento e do judiciário, legitima a nova ordem de exploração econômica e que, na figura do executivo, a impõe por sobre o conjunto da sociedade. Revolução cultural não apenas porque uma nova ciência suplantou as concepções antigas, mas porque surgem novos conceitos artísticos, filosóficos e religiosos que também subvertem noções vigentes.

Neste exemplo paradigmático, são transformações econômicas nas relações de produção que, conectadas a transformações culturais, provocam movimentos de revolução política. Há todavia casos distintos na história, quando revoluções políticas promovem revoluções econômicas – introduzindo novas relações de produção – conectadas a transformações culturais.

Atualmente assistimos os desdobramentos de uma nova fase da globalização capitalista. A partir dos anos 70 têm-se um rápido desenvolvimento das forças produtivas em razão de uma nova revolução tecnológica, assentada em novas descobertas científicas que se desdobram, particularmente, na Tecnologia da Informação (informática, telecomunicação, multimídias, etc.), na Robótica, na Biotecnologia e na Tecnologia dos Materiais. A atual revolução produtiva vem provocando novas alterações nas relações sociais de produção, uma vez que os milhões de excluídos passam a criar novas relações produtivas em que o trabalho assalariado vai sendo suprimido.

Denominado como *economia informal*, um significativo campo de relações econômicas vem se estabelecendo, em meio à ilegalidade, frente à ordem capitalista vigente. Grande parte dessas atividades econômicas – entre as quais se destacam: contrabando, pirataria, exploração de mão-de-obra infantil, produção e tráfico de entorpecentes e redes de prostituição – não são atividades de colaboração solidária, uma vez que reproduzem estruturas de exploração, não tendo compromissos com o bem-viver coletivo, desconsiderando a promoção das liberdades públicas e privadas. Entretanto, uma outra significativa parcela de ações econômicas inseridas também na *economia informal* – como as citadas no item 5 sobre o *Consumo Solidário* – apresenta novas relações de produção que subvertem as relações de produção capitalistas e que expandindo-se em redes, multiplicando suas células por toda a parte, incorporando ao processo produtivo e de consumo os excluídos do capital, poderá fortalecer-se ao ponto de avançar em transformações não apenas econômicas, mas políticas e culturais que extrapolem as fronteiras regionais e nacionais, promovendo o surgimento de novas relações de produção pós-capitalistas – uma sociedade centrada na colaboração solidária.

Na atual configuração das relações de produção capitalista, o trabalhador que produz bens tangíveis vai se tornando supérfluo, uma vez que o trabalho produtivo imediato desses bens está sendo reduzido quantitativamente a uma proporção cada vez menor. Mesmo ainda sendo qualitativamente imprescindível, o trabalho produtivo imediato torna-se subalterno frente ao trabalho científico geral, bem como à aplicação tecnológica das ciências naturais, ou mesmo frente à força produtiva resultante da divisão social da produção global. Portanto, embora o trabalho imediato que produz bens tangíveis possa continuar a produzir riqueza, o desenvolvimento científico permite produzir muito mais com menos trabalho e menos custo. O desenvolvimento científico se converte pois na mais importante fonte de riqueza para a empresa capitalista. Em razão disso grande parte de seu lucro será investido em “Pesquisa & Desenvolvimento”, pois as inovações que forem desenvolvidas permitirão aumentá-lo ainda mais, produzindo em maior quantidade, em melhor qualidade e com menos trabalhadores, isto é, com menores custos<sup>8</sup>.

---

8. Algumas passagens sugestivas de Marx sobre esse tema podem ser lidas em: Karl MARX, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*, 10ª ed., México, Editora Siglo Veintiuno, 1985, Vol. 2 (Cadernos VI e VII), p. 221s.

Desse modo, a criação da riqueza para o capitalista passa a depender menos do tempo de trabalho, da quantidade de trabalho que é empregada no processo produtivo, e muito mais do desenvolvimento da ciência aplicada à produção, em outras palavras, do progresso tecnológico. Uma vez que o trabalhador que produz bens tangíveis torna-se um agente secundário no processo de acumulação de capital, não sendo mais a fonte principal da riqueza, do mesmo modo, o tempo de trabalho começa a deixar de ser a medida dessa riqueza. O preço das mercadorias cai a valores cada vez mais baixos e a produção fundada no valor de troca começa a se desestruturar. Esta situação gera a possibilidade de que os excluídos do processo produtivo, apropriando-se das forças produtivas já desenvolvidas – uma vez que de um mesmo conhecimento científico pode-se desdobrar variadas mediações tecnológicas que permitam produzir bens que satisfaçam demandas similares – possam produzir com vistas a promover o desenvolvimento livre das individualidades, em função do bem viver, havendo uma ampla redução do tempo de trabalho necessário, posto que atuais e futuras tecnologias, respectivamente, já permitem e irão progressivamente permitir produzir muito mais com menos trabalho. Com isso, as pessoas poderão desenvolver outras habilidades – artísticas, científicas, etc. – promovendo o bem viver. Desse modo, todo desenvolvimento tecnológico aplicado ao processo produtivo nas redes de colaboração solidária terá, como contrapartida, a ampliação da produção, a qualificação dos produtos, a redução da jornada de trabalho e a incorporação de um número maior de trabalhadores, o que amplia ainda mais o potencial de consumo da rede. Amplia-se pois o tempo livre de todos e a sua riqueza simultaneamente. O capital, portanto, ao gerar cada vez mais excluídos e ao desenvolver continuamente as forças produtivas, atua em direção de sua própria dissolução ao ir eliminando progressivamente a relação “capital-trabalho assalariado” como modo dominante da produção social, criando as bases e a necessidade de expansão e desenvolvimento das redes de colaboração solidária como único modo de os excluídos poderem gerar e usufruir da riqueza produzida com vistas a assegurar o bem viver pessoal e coletivo.

Assim, tanto mais rica é uma sociedade quanto menos necessário for trabalhar para bem viver.

Quando a rede passa a expandir-se incorporando e aprimorando as tecnologias desenvolvidas ainda sob o capital, para que sejam compatíveis com um desenvolvimento ecologicamente sustentável, o único modo de incorporar nas células de produção solidária os trabalhadores que foram por ele excluídos é multiplicar as células ou equipes de trabalho, reduzindo a jornada de trabalho

de todos, ou incorporando trabalhadores em atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. Sob o modelo das redes de colaboração solidária – posto que se consome em razão do bem-viver e não para produzir ainda mais – não ocorre a saturação dos bens tangíveis – como acontece no mercado capitalista; igualmente nunca ocorrerá saturação na área de produção científica, pois um novo conhecimento supera o anterior.

Como o tempo de trabalho vivo vai deixando de ser a medida da riqueza efetivada no processo produtivo, o capitalista passa a ter dificuldade para manter alguma unidade real de valor que sirva de referência para estabelecer o valor da mercadoria. Ele tenta ainda reduzir as gigantescas forças sociais criadas, ao tempo de trabalho (vivo e objetivado) gasto na produção da mercadoria. Esta é, ainda, a única alternativa que lhe resta, para que não se dilua todo o valor que já acumulou. Contudo, esta perda de referência de quanto vale hoje, por exemplo, a Netscape ou a Microsoft – que atuam produzindo conhecimentos que são digitalizados e convertidos em mercadorias –, faz com que seus papéis nas bolsas de valores oscilem de maneira absurda sempre que uma ou outra lança um produto virtual que passe a ser multiplicado gratuitamente na Internet. A rigor, *ninguém sabe quanto vale o conhecimento* dos trabalhadores das duas empresas ou mesmo se a projeção de ganhos com seus softwares se realizará, posto que uma terceira empresa, que hoje pouco valha, desconhecida pelo grande público, pode vir a produzir softwares tão inovadores que suplantem os produtos dos concorrentes em poucos meses. Do mesmo modo, não há como estabelecer com precisão quanto vale um parque industrial instalado que pode ou não se obsoletizar rapidamente em razão de desenvolvimentos tecnológicos dos concorrentes.

Assim, na mesma medida em que se reduz o volume de trabalho vivo produtivamente empregado na produção de bens tangíveis destinados ao consumo final, cresce o tempo de trabalho gasto na produção da ciência e de bens de capital, ampliando-se as forças produtivas em razão da aplicação dos conhecimentos científicos na inovação das máquinas, equipamentos e ferramentas. Paralelamente, as referências de valor econômico passam a oscilar cada vez mais, com papéis que se valorizam ou desvalorizam nos mercados em função de indicadores pouco consistentes para uma avaliação segura das empresas, seus patrimônios e ganhos.

Na mesma medida em que a rede estiver crescendo o capital passa a experimentar uma progressiva redução na sua taxa de lucros. O necessário investi-

mento de capital em trabalho não-produtivo<sup>9</sup>, que resulta na efetivação de capital fixo na forma de maquinaria que não amplia o capital, somente pode ser compensado pela recuperação futura deste investimento, quando da venda do produto final, que será produzido em maior quantidade e melhor qualidade, empregando menor volume de trabalho vivo por unidade produzida. Por outro lado, o volume geral gasto em salário também é cada vez menor, reduzindo-se, portanto, o potencial de consumo no mercado capitalista, ao passo que o volume de mercadorias produzido com menos trabalho vivo é proporcionalmente cada vez maior. Tem-se, assim, uma tendência de queda do valor da mercadoria pela redução dos custos produtivos, acompanhada de queda do seu preço de venda em razão da disputa no mercado saturado, e, portanto, de queda na taxa de lucros. Em outras palavras, considerando-se que, na competição entre capitais, os que ampliam a produtividade em razão de inovação tecnológica abaixam o valor da mercadoria – se comparada ao capital que a produz com tecnologia inferior, uma vez que tal avanço tecnológico possibilita produzir abaixo do tempo médio socialmente necessário à produção daquela mercadoria – e, agregando-se que essa competição tende a se acirrar na medida em que mais se investe em trabalho vivo que produz meios produtivos tecnologicamente mais eficientes, têm-se, então, uma tendência geral à queda na taxa de lucro<sup>10</sup>. Paralelamente a esta queda, contudo, tem-se um aumento da magnitude do lucro para a empresa vencedora da concorrência naquele período, dado o volume ou escala de mercadoria vendida – isto é, o investimento de capital em volume de 100 com uma taxa de lucro de 10%, por exemplo, gera uma magnitude de lucro menor que um investimento de capital maior em volume de 1.000 com uma taxa de lucro de 2%.

O que importa destacar como conseqüência desse processo é que, sob sua lógica, tende a ocorrer o desaparecimento do trabalho assalariado, como forma dominante de relação produtiva, diluindo-se o tempo de trabalho como a referência capitalista do valor – face ao que ocorrem as grandes crises que acabam repondo o próprio capitalismo. Tais crises e sobressaltos levam à aniquilação de significativos volumes de capital, possibilitando-lhe retomar nova-

---

9. Mantemos aqui a categoria marxiana de *trabalho não-produtivo*, apenas para facilitar a compreensão da passagem, embora consideremos que ele seja produtivo.

10. Não é possível compreender adequadamente esta formulação válida para o nível superior da grande indústria e, portanto, da atual fase de globalização capitalista se se entende a taxa de lucro sob os parâmetros vigentes na manufatura onde o trabalho vivo era considerado a única fonte produtora de valor e portanto a taxa de lucro era calculada considerando-se essencialmente o tempo de trabalho necessário e o tempo de mais-trabalho (ou trabalho excedente). Aqui além de considerar-se a ação do trabalho vivo do ser humano, há considerar-se também a ação do trabalho objetivado da maquinaria. Sobre isso veja-se MARX, *op. cit.*, p. 281-282 e 300.

mente seu movimento; em outras palavras, tais aniquilações do capital são, com efeito, condições da própria autoconservação do capitalismo sob novos patamares de uma concentração ainda maior do capital existente. As crises que o mundo todo assiste atualmente, provocando desempregos, quedas dos papéis nas bolsas de valores com bilhões de dólares em capitais evaporando-se numa corrida desenfreada de vendas de ações e de desvalorizações cambiais, não são apenas resultados de ações especulativas, mas sinais evidentes que ninguém mais é capaz de dizer quanto valem as ações, quanto valem os conhecimentos dos laboratórios, quanto valem as logomarcas das empresas, quanto valem instalações produtivas que se obsoletizam em poucos meses em razão do valor produzido pela pesquisa científica e pelo desenvolvimento tecnológico das empresas concorrentes, quanto vale a alteração de um código genético produzindo um novo tipo de matéria-prima, ou mesmo quanto valem os serviços de um jogador de basquete ou de um locutor de telejornal, ou ainda, quanto vale um objeto qualquer transformado socialmente em fetiche, graças a um trabalho de marketing elaborado com grande competência.

Assim, o que está em curso é um processo em que o capitalismo engendra condições que possibilitam tanto o surgimento de uma nova forma de barbárie, crescimento de narcotráfico, prostituição, violência de assaltos, roubos, seqüestros, banalização da morte, conflitos com população migrante, degradação ambiental, aumento da fome e da miséria por toda a parte, ou o surgimento de novas relações de produção centradas na colaboração solidária que possibilitam um movimento virtuoso de geração e distribuição social de riqueza, com a concomitante ampliação do tempo livre para o bem-viver de todos e para a ampliação das liberdades públicas e privadas.

O crescimento das Redes de Colaboração Solidária dependerá da decisão dos próprios excluídos e das pessoas comprometidas com a construção de uma sociedade pós-capitalista em praticar o consumo solidário, dispondo-se a consumir os produtos e serviços nelas disponibilizados. Com o fortalecimento econômico dessas redes, consolidando-se o movimento de multiplicação de suas células sob os princípios de intensividade, extensividade, diversidade, integralidade e agregação, elas terão poder suficiente para promover uma *revolução política* assumindo o controle dos governos através do fortalecimento da democracia e pôr em marcha uma *revolução cultural* que afete, especialmente, a cinco áreas: a) socialização e produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, b) difusão de uma nova ética centrada na colaboração solidária que visa promover as liberdades públicas e privadas, c) difusão de uma nova política, d) difusão generalizada de práticas artísticas mediadas pelas mais di-

versas linguagens promovendo a livre expressão, e) utilização dos mais variados mecanismos de comunicação por parte do conjunto da sociedade, possibilitando a cada pessoa exercer um papel ativo no processo de emissão e recepção de mensagens.

O movimento solidário através das redes extrapolará os limites locais e regionais, não se deixando barrar pelos limites geográfico-políticos atuais, desconsiderando os limites de nação ou país como contornos bloqueadores de sua expansão e agregação, respeitando a livre decisão de consumidores e produtores locais por integrarem redes mais abrangentes de colaboração solidária.

Assim, a internacionalização desse modelo – em que o trabalho e o consumo alienados dão lugar ao trabalho e ao consumo voltados a garantir o bem-estar da comunidade e da sociedade em geral – poderá permitir que tecnologias sem pagamentos de *royalties* ou sem *direitos de cópia* sejam apropriadas por outras populações nas mesmas condições, em vistas da realização do mesmo projeto da colaboração solidária. A complementaridade das economias internacionais, de suas poupanças canalizadas pelas redes se fará, então, em função da universalização das liberdades e não em favor do acúmulo da maior parte da riqueza do planeta por algumas centenas de milhares de pessoas, como ocorre atualmente.

Se os milhões de excluídos puderem produzir com as tecnologias que já estão socialmente disponíveis, se tiverem condições de satisfazer medianamente as condições materiais ao exercício de sua liberdade, se estiverem envolvidos politicamente com a consolidação de um projeto democrático substancial, se tiverem a habilidade de criticar as semioses publicitárias que conduzem ao consumo alienado e se forem capazes de consumir com a preocupação de garantir os postos de trabalho gerados pelas redes, inicia-se, então, um movimento de acúmulo de poupança interna e a geração de um forte mercado consumidor. Progressivamente, o desenvolvimento de novas tecnologias adequadas ao potencial geoestratégico das regiões, a redução progressiva da jornada de trabalho, a promoção da distribuição de renda e o crescimento da poupança interna vão reafirmando a soberania dos povos e ampliando as mediações ao exercício das liberdades públicas e privadas.

## **7. A Colaboração Solidária Internacional como Alternativa à Globalização Capitalista**

A ocorrência de processos de articulação das atividades produtivas já em curso no *setor público não-estatal*, dando origem a redes econômicas de cola-

boração solidária – permitindo que se verifiquem fenômenos autopoieticos em todas elas, como a sua expansão e o surgimento de novas células –, passa a instituir e expandir novas relações de produção, que se finalizam no consumo solidário. Pela sua própria característica, tal movimento desencadeia simultaneamente um intercâmbio cultural entre as diversas células da rede, que se torna não apenas econômica, mas também cultural. A conexão das células implicará na constituição de coordenações, democraticamente eleitas, encarregadas de decidir – com base na consulta de todos – a inclusão na rede de novas células propostas pela livre iniciativa solidária, considerando os insumos demandados por essas novas células, seu produto final, a importância deste para a reprodução da rede naquele momento, etc., podendo sugerir aos proponentes da nova célula que produzam outra coisa ou prestem outro serviço que seja estrategicamente demandado naquela situação. No momento em que surgir a primeira coordenação democraticamente eleita, interligando duas ou mais células, a rede passará a ter também um caráter político, sendo necessário garantir a autonomia coletiva nas ações que ela passará a desenvolver, na definição de sua estratégia de crescimento e das políticas a serem adotadas frente às ações que empresas capitalistas e organismos estatais passarão a desenvolver para afetar o seu crescimento. A agregação de redes locais em redes regionais, redes internacionais e, por fim, em uma rede mundial, passará a fortalecer a democracia em todas essas esferas; as Redes de Colaboração Solidária terão um poder de alcance cada vez maior, podendo interferir democraticamente nas políticas públicas nesses diversos níveis, transformando os estados para que efetivamente garantam as liberdades públicas e privadas e a promoção do bem-viver de *todos* os cidadãos. Quando esse fenômeno econômico, político e cultural ocorrer nessa escala, uma nova revolução planetária estará em curso, estabelecendo a colaboração solidária como modo de produção dominante. Simultaneamente, os resquícios de capitalismo se enfraquecerão cada vez mais, impotentes econômica, cultural e politicamente. Neste momento, a era da globalização capitalista terá terminado.

Vale aqui destacar alguns aspectos que evidenciam as diferenças entre ambos os sistemas.

*Ao invés do individualismo, a colaboração.* O individualismo capitalista provoca a exclusão, a miséria e a desigualdade. Restringe as liberdades públicas e privadas da maior parte da população mundial, ampliando fabulosamente a liberdade daqueles que detêm o grande capital. Em troca, a *colaboração solidária* centra-se na inclusão de todos no processo produtivo (com ressalvas às crianças e aos anciãos, entre outras exceções decorrentes de insuficiências fi-

sicas e psicológicas) e a integração de todos no processo de consumo. A **co-participação no trabalho** e no consumo pelo bem da comunidade e dos ecossistemas, **compõe** a realização do bem-viver pessoal com a realização do bem-viver coletivo. Como a condição do crescimento da rede é a promoção do consumo, ela combate a miséria e enfrenta as desigualdades sociais, permitindo que cada pessoa possa, de acordo como sua livre iniciativa solidária, promover da melhor maneira possível o seu próprio bem-viver, optando pelas escolhas de consumo solidárias que melhor lhe convierem para realizar a sua singularidade.

*Ao invés da competitividade, a solidariedade.* Assim, ao invés de centrar o relacionamento humano na competição entre os indivíduos por interesses privados, que leva ao surgimento dos excluídos e à degradação dos ecossistemas, tem-se a promoção da solidariedade entre todos, a promoção do bem-viver da comunidade, em seu todo, e de cada pessoa em particular. Sem o cultivo da solidariedade, a rede não tem como expandir-se e os excluídos não terão como gerar uma alternativa eticamente defensável frente ao capitalismo.

*Ao invés do desemprego, a geração de empregos.* A globalização capitalista produz ciência com o objetivo de acumular mais capital e, em razão do aumento da produtividade que sua aplicação produz, tem-se o desemprego por toda a parte. Contudo, o trabalho será eternamente uma fonte inesgotável de valor, de riqueza. Utilizando as tecnologias disponíveis em cada comunidade a rede possibilitará gerar empregos e produzir riquezas que sejam compartilhadas pelo conjunto dos que a assumirem. Além de incorporar os desempregados e excluídos, a introdução de novas tecnologias produtivas na rede, ampliando a produção e gerando excedentes, possibilitará uma redução progressiva da jornada de trabalho com o concomitante enriquecimento de todos.

*Ao invés da destruição dos ecossistemas, o desenvolvimento ecologicamente sustentável.* A disputa capitalista, em busca do lucro, tem provocado uma degradação tão acentuada do meio ambiente, que serão necessários centenas de anos, em alguns casos milhares deles, para que alguns fenômenos de desequilíbrio ecológico possam regredir. Mais grave ainda, a aniquilação da biodiversidade gerada em bilhões de anos pela natureza tem levado ao desaparecimento de uma riqueza incomensurável em razão da ganância dos que detêm o controle do capital. O desenvolvimento ecologicamente sustentável considera a ecologia em três esferas: ambiental, social e mental ou subjetiva. Sob o aspecto ambiental trata-se da preservação dos ecossistemas locais, regionais e planetário e do desenvolvimento de ações que revertam a atual devastação mundial provocada por chuvas ácidas, poluição radioativa, desertifi-

cações, poluições de rios e mares, etc. Sob a dimensão social, trata-se de reconstruir os relacionamentos interpessoais, suplantando a degradação das relações humanas, promovendo a colaboração solidária. Por fim, quanto ao aspecto mental ou subjetivo, trata-se de reciclar todo o lixo despejado em nossas subjetividades pelo bombardeio de semioses capitalísticas que modelizam afetos, sentimentos, desejos e outras intensidades, direcionando-os para o consumo alienante de mercadorias. Trata-se de recuperarmos coletivamente a saúde psíquica de todos, superando neuroses, ansiedades, strass, fobias e uma série de outras perturbações que dificultam o bem-viver<sup>11</sup>.

*Ao invés da exploração do trabalho, a redução da jornada.* Sob o capitalismo os trabalhadores são explorados pelos capitalistas que acumulam privadamente o excedente efetivado no processo produtivo. No sistema da colaboração solidária, por sua vez, o excedente produzido é compartilhado entre todos e uma parcela sua é reinvestida no incremento da produtividade, na expansão da rede, no apoio ao surgimento de novas células. Quando a produção do excedente, na rede como um todo, suplanta as demandas de consumo, passa a ocorrer uma redução da jornada de trabalho de todos, gerando-se um tempo livre em que se pode desfrutar do bem-viver em outras atividades culturais.

*Ao invés da dependência dos capitais externos, o aumento da poupança interna.* Atualmente os países – especialmente os que não dispõem de tecnologias de ponta – dependem cada vez mais do capital internacional para manter a estabilidade de suas economias e promover algum desenvolvimento econômico. Os surtos de desenvolvimento que neles ocorrem devem-se à importação de tecnologias provenientes de países avançados, aumentando-se a dependência externa para financiar o pagamento delas. Capitais são assim remetidos ao exterior para que novas tecnologias possam chegar ao país. Contudo, em pouco tempo elas se tornam obsoletas, o surto de crescimento econômico se reduz e o país necessita importar novas tecnologias. Aumentam-se as suas dívidas externa e interna. Sob o modelo das redes, entretanto, os trabalhadores – que são parte das forças produtivas da região – passam a produzir com as tecnologias que têm à disposição. O seu produto tende a custar um pouco mais que os similares capitalistas ou ser de qualidade um pouco inferior, em alguns casos. Contudo, como esses produtos são consumidos em razão do *consumo solidário*, a riqueza produzida pela rede permanece na própria rede cuja poupança do valor econômico não consumido pode ser empregado na qualificação da pro-

---

11. Sobre isso, veja-se Félix GUATTARI, *As Três Ecologias*. São Paulo, Editora Papirus, 5ª ed., 1995.

dução, no aumento do excedente e na diversificação da produção. Tem-se assim um movimento de acúmulo de poupança interna que passa a financiar o próprio desenvolvimento econômico da rede, não dependendo o país de capitais externos para promover um desenvolvimento sustentável. O consumo de produtos fabricados na própria região ou em outras regiões, mas em células da rede, reduz o consumo de produtos importados internacionalmente, diminuindo as pressões de déficit na balança comercial.

Em razão de seu próprio movimento autopoiético, a autonomia da rede frente ao mercado capitalista vai sendo conquistada progressivamente e somente será total quando a colaboração solidária, organizada em redes, tornar-se o modo de produção dominante. Neste movimento progressivo, a própria rede passará a desenvolver as tecnologias mais apropriadas para reduzir o tempo de trabalho dos seus membros em todas as células, garantindo-lhes um tempo livre maior para outras atividades com um padrão de consumo satisfatório ao seu bem-viver.

*Ao invés da concentração de capitais, a distribuição da riqueza.* O capitalista para levar os indivíduos a *consumirem compulsoriamente ou alienadamente* em função do seu interesse privado – do interesse privado do capitalista – é obrigado a reduzir o preço das mercadorias que vende para disputar o mercado ou produzir subjetividades para que consumam seus produtos. Com a inovação tecnológica e geração de desemprego, as empresas distribuem cada vez menos recurso na forma de salário e aumentam o acúmulo de excedente, havendo a concentração de capital. Em sentido totalmente oposto, contudo, para que a rede solidária possa crescer cada vez mais, ela necessita igualmente distribuir cada vez mais a riqueza produzida, incorporando um número progressivamente maior de trabalhadores e reduzindo paulatinamente a jornada de trabalho. Com efeito, como os seus produtos são consumidos sob a forma do *consumo solidário*, somente há três modos de ampliar a sua demanda: a) gerando novas células produtivas que incrementem o consumo de insumos e materiais de manutenção, b) ampliando o número de trabalhadores nas células laborais, reduzindo o tempo de trabalho e promovendo a distribuição de renda que permite realimentar o consumo na rede, e c) incrementando o consumo de produtos finais em razão do aumento de consumidores nas células de consumo, convencendo aqueles que não participam da rede produtiva a consumir os seus produtos pelos efeitos sociais e ecológicos que tal consumo provoca. Esses três casos exemplificam o movimento de *intensividade* e *extensividade* peculiar à dinâmica da rede. Ao incorporar mais trabalhadores nas células de produção e serviço ou ao ampliar as células de consumo, gera-se uma riqueza

ainda maior da qual passam a participar estes que estavam excluídos. Assim, a rede somente pode crescer com distribuição de riqueza.

*Ao invés do crescimento de metrópoles, o desenvolvimento sustentado e geograficamente distribuído.* A propagação do capitalismo gerou o hipertrofiamento de uma rede de centros urbanos interligados mundialmente. Sob a lógica do mercado, o movimento de industrialização e a urbanização capitalistas se concentrou em algumas regiões que dispunham, inicialmente, de boa infra-estrutura e mercados de trabalho e de consumo. As pessoas, buscando melhores condições de vida e emprego, deslocaram-se para essas regiões. As empresas, na disputa pelo mercado consumidor que aí se concentrou, também se deslocaram para essas áreas. Esse círculo vicioso levou a uma ocupação extremamente desigual do território e à segregação de regiões inteiras em que não ocorreram maiores investimentos dos agentes privados, ficando relegadas à pobreza e à miséria, o que provocou a emigração de seus habitantes em direção aos grandes centros, os quais se conformaram como sociedades de massa. A colaboração solidária, pelo contrário, tende a expandir-se também para as regiões que foram abandonadas pelo capital. O fato de as células comporem cadeias produtivas tendencialmente completas implicará na emergência de um novo tipo de agricultura, criação de peixes, aves, gado, etc., em regime de colaboração que não utiliza agrotóxicos, hormônios e outros produtos do gênero. Em torno dessas células produtivas outras atividades aumentarão a demanda local possibilitando o surgimento de novas células de consumo na região. O padrão de extensividade e o fato de que a rede não tenha um núcleo central fazem com que ela possa, em seu crescimento, expandir-se em qualquer direção e gerar novas células locais que satisfaçam demandas regionais, anteriormente satisfeitas por células de outras regiões. O movimento de expansão da rede implica em que células hiperconectadas (que produzem insumos consumidos por muitas outras células) sejam divididas e que as novas unidades, geradas por essa divisão, fiquem estrategicamente estabelecidas, quando possível, em localidades próximas ao conjunto de células que irá abastecer. Assim, além de ser um desenvolvimento localmente sustentado, ele será geograficamente distribuído, reduzindo os desequilíbrios por demandas de recursos hídricos, equipamentos e serviços públicos extremamente concentrados em algumas áreas enquanto muitas regiões ficam totalmente desassistidas. O crescimento da rede em regiões abandonadas pelo capital ampliará o seu peso político nessas áreas e forçará, na fase de transição, a implementação de outras políticas que desconcentrem os investimentos públicos em benefício do conjunto das populações atualmente desassistidas nessas localidades.

- *Ao invés da livre iniciativa privada, a livre iniciativa solidária.* Sob o capitalismo, a criatividade, inteligência, vontade e empenho de grande parte da sociedade movem-na a uma “iniciativa livre” em busca de satisfazer os seus interesses privados, gerando-se pouca ou nenhuma preocupação com o que decorre socialmente dessa conduta. No caso das redes solidárias, contudo, uma de suas características mais importantes é a promoção da liberdade pessoal, da criatividade de cada um em proveito de seu bem-viver pessoal e do bem-viver coletivo. Na sua livre iniciativa pessoal, todos os membros da rede sabem que somente podem melhorar o seu bem-viver na medida em que a rede cresça, pois, se esta se esvazia, os produtos elaborados em suas células não serão consumidos e o ciclo de produção de riqueza associado à redução da jornada de trabalho se enfraquece. Com efeito, a livre iniciativa solidária significa que qualquer pessoa pode propor a produção de qualquer tipo de bem ou a realização de qualquer serviço que, inclusive, ela própria possa vir a produzir ou prestar. Feita a proposta os membros das demais células avaliam se desejam consumir aquele produto ou serviço, ou se aquele bem poderia ser incorporado como insumo em novos produtos. Em caso afirmativo, cada célula indicaria o volume de sua demanda por aquele bem ou serviço. Finalmente, considerando a apreciação coletiva e o volume de demandas projetadas, a coordenação regional da rede delibera pela aprovação ou não da proposta. Se for aprovada, indica-se quando aquele insumo ou produto final estará sendo produzido. A implementação desta nova célula, por sua vez, gera novas demandas e assim a rede vai crescendo. Diferentemente do seu crescimento por *cadenciamento*, isto é, por multiplicação de células que visam atender demandas por insumos ou serviços nas cadeias produtivas, o crescimento da rede baseado na *livre iniciativa solidária* permite que se atualize o princípio de *diversidade*. Quanto maior a diversidade de bens produzidos que satisfaçam, como produtos finais, as necessidades do bem-viver singular e coletivo, ou que possam, como insumos, ser incorporados em novas linhas de produção, gerando novas cadeias produtivas e uma diversidade ainda maior de produtos finais, mais a rede aumentará a quantidade de mediações materiais disponíveis que possibilitam ampliar as liberdades públicas e privadas de todos.



# Capítulo 2

## As Redes de Colaboração Solidária

---

### 1. A Rede Econômica da Colaboração Solidária

As redes de colaboração solidária podem ser consideradas sob três aspectos: econômico, político e cultural. Com isso queremos destacar que não são três redes que se superpõem, mas uma única rede que tanto canaliza fluxos cujas propriedades podem ser consideradas sob esses três aspectos, quanto efetiva ações que atualizam, em maior ou menor medida, algum desses caracteres. Com efeito, é impossível desenvolver-se qualquer atividade política sem a mediação condicionante de elementos econômicos e culturais; igualmente toda ação econômica supõe uma certa organização coletiva do poder e um conjunto de mediações simbólicas; por fim, as ações culturais, do mesmo modo, estão intrinsecamente condicionadas por elementos econômicos e políticos.

A análise que desenvolveremos neste capítulo, todavia, apresenta a configuração estratégica da rede de colaboração solidária em sua dimensão propriamente econômica, as particularidades das células, como elas crescem e se multiplicam, suas ligações, os fluxos de informação, matérias e valor entre elas, etc. Além disso, considerando inúmeras experiências concretas em andamento e diversos conjuntos de dados indiciais, destacaremos possíveis realizações coletivas sob o modelo complexo de rede, o qual poderia conferir a todas elas um novo potencial de expansão.

#### *1.1. Células: Produção e Consumo*

A unidade básica da rede é a célula. Todavia, o que permite às células conformarem uma rede é a interligação entre elas, possibilitando a estas enviar e

receber fluxos materiais, informativos e de valor, assegurando a expansão e aprimoramento da rede como um todo.

Sob a lógica capitalista, uma empresa que produz bens de consumo somente sobrevive quando é capaz de suprir uma demanda existente ou criada por ela própria, compondo da melhor maneira preços baixos, qualidade elevada e eficiência na produção e distribuição das mercadorias; agregue-se a isso a eficiência na produção e agenciamento de subjetividades dos consumidores através da publicidade. A eficiência produtiva inclui: integrar-se a uma cadeia de fornecedores dos quais se adquire insumos que possuam o padrão esperado em preço e qualidade, dispor de trabalhadores qualificados para produzir sem falhas e desperdícios, manter um padrão de qualidade do produto final e dispor de equipamentos que maximizem o rendimento da força de trabalho, das matérias-primas e matérias auxiliares ou dos ingredientes, e que consumam o mínimo de energia e infra-estrutura física. Sendo assim, unidades produtivas que operam isoladamente na economia informal tendem a fracassar, cedo ou tarde, pois não conseguem superar a concorrência sob a lógica competitiva do mercado capitalista, seja na eficiência em produzir e distribuir a mercadoria, equilibrando preços baixos com qualidade elevada, ou em produzir subjetividades e agenciar o consumo alienante através de semioses publicitárias.

Sob a lógica da rede solidária, entretanto, destaca-se que toda célula produtiva é, primeiramente, uma célula de consumo e que todas as células da rede interligam-se por movimentos de consumo e produção. A primeira ênfase, pois, está nas ligações da cadeia produtiva e no fluxo ou intercâmbio que se estabelecem nas relações de consumo e produção das diversas células interconectadas. Assim, o padrão de qualidade dos produtos e de quantificação dos valores de troca praticado na rede não se guia pelo padrão do mercado capitalista, mas por sua capacidade de fluir pela rede tanto satisfazendo as demandas do consumidor final quanto as demandas por insumos produtivos das demais células, permitindo a autopoiese da rede. A qualidade exigida pelo consumo final ou pelo insumo demandado força a cadeia toda a aprimorar-se em seu processo produtivo evitando a desativação de células, pois isso enfraqueceria a rede como um todo, reduzindo sua demanda e produção.

Todo consumo da rede está classificado sob duas categorias: consumo final e consumo produtivo. O consumo final é aquele praticado por todas as pessoas que satisfazem suas necessidades e seus desejos com os produtos e serviços consumidos. Consumo produtivo é todo aquele demandado para a realização de outros produtos e serviços. Assim, o consumo de massas produzidas na

rede, em um almoço, é consumo final. O consumo de farinha, ovos, óleos, sal, energia elétrica, produtos de limpeza e outros, demandado pela célula que produz massas, é consumo produtivo, pois aqueles elementos são consumidos na elaboração de um novo bem ou produto. Assim, um mesmo produto, sob determinadas condições, tanto pode satisfazer um consumo final quanto um consumo produtivo – como ocorre com os ovos, óleo e produtos de limpeza neste exemplo, que poderiam servir também ao consumo final.

Em toda célula produtiva da rede, contudo, ocorrem os dois tipos de consumo. As pessoas que trabalham em cada célula necessitam consumir vários produtos para satisfazer seus desejos e necessidades. As atividades produtivas desenvolvidas nas células também necessitam de insumos. Sendo assim a existência de atividades produtivas em uma célula produtiva supõe tanto o consumo final, quanto o consumo produtivo. Uma célula, contudo, não é capaz de produzir tudo o que ela necessita para satisfazer seu consumo final e seu consumo produtivo. Os princípios de *diversidade* e de *integralidade* que regem a organização da rede indicam que, para fortalecer-se e se expandir, a rede deve *tender* a diversificar suas células e os produtos nela elaborados, de modo a atender as mais diversas demandas por consumo final ou produtivo do conjunto das células de consumo ou de produção. Esta tendência orienta o próprio crescimento da rede e implicará em promover conversões de processos produtivos visando aprimorar a *autopoiese*, isto é, ampliar as margens em que a rede realimenta a si mesma, satisfazendo suas próprias necessidades na mesma medida em que gera um novo ciclo de demandas, tendo em vista o bem-viver de todos e de cada um em particular.

O funcionamento de cada célula produtiva demanda, pois, *consumo final* pelos trabalhadores que nela atuam e *consumo produtivo* de matérias que são incorporadas no produto final, de matérias que nele não são incorporadas, de energia, desgastes de equipamentos e máquinas, etc. Contudo, a fim de facilitar a análise dos fluxos de valor, esses dois tipos de consumo serão deslindados: o consumo dos trabalhadores será considerado como demanda das células de consumo e o consumo produtivo como demanda das células de produção ou serviço<sup>12</sup>.

Essa distinção é necessária, pois, considerando-se as práticas atuais de consumo solidário, perceberemos que uma significativa parcela dos que o praticam não trabalham em unidades produtivas nas quais são elaborados tais pro-

---

12. Para facilitar a análise, consideraremos as atividades de *comércio*, realizadas no interior da rede, como sendo *serviço* a ela prestado.

duto. A satisfação da demanda desse conjunto de consumidores, em geral, é o que garante a sobrevivência dessas unidades, que muitas vezes se acomodam, descuidando-se de qualificar a produção, de pesquisar continuamente o quadro de fornecedores, de reinvestir uma parte do excedente no incremento da produção, na diversificação de produtos, no aprimoramento tecnológico, etc.

Sendo assim, mesmo considerando que *toda* produção se conclui no consumo, há que desmembrar-se analiticamente tanto as demandas por insumo e manutenção na *rede produtiva* quanto as demandas finais da *rede de consumidores* composta de pessoas que trabalham em células da rede ou que ainda trabalham sob o regime de assalariamento capitalista, bem como os que são pensionistas ou servidores do estado. Em seu início de implantação, a rede deve pesquisar o volume e a diversidade de demanda em setores desses segmentos – dispostos a praticar a produção e o consumo solidários – visando desenvolver estratégias de organização de *células produtivas* e de *serviços* que satisfaçam as demandas das *células de consumo*.

A expansão da rede de consumidores solidários, promovendo a intensividade e extensividade das células de consumo, é vital na primeira fase de implantação da rede produtiva, para que esta tenha a capacidade de faturar valores que permitam satisfazer as suas próprias demandas (de consumo produtivo e final) e arcar com outras despesas do exercício laboral. É possível compor nesta fase – e durante todo o processo de transição a uma economia mundial solidária – o consumo solidário dos produtos e serviços da rede com outros produtos e serviços advindos do mercado capitalista. A organização de compras comunitárias – como forma de células de consumo – permitirá maximizar os recursos na satisfação das demandas dos consumidores solidários, escoar os produtos elaborados na rede produtiva e baratear a aquisição dos insumos utilizados na produção.

## 1.2. Como surgem as Células na Rede Produtiva

Considerando que a rede produtiva já exista (ainda que em um nível mínimo, isto é, que existam algumas células articuladas entre si), novas células podem surgir de quatro modos distintos: *geração espontânea*, *cadenciamento*, *fissão* e *conversão de sistema*.

A *geração espontânea* ocorre quando um grupo de pessoas, movido pela *livre iniciativa solidária*, propõe organizar uma nova célula produtiva que gerará um certo tipo de produto final que satisfaça alguma demanda dos consu-

midores da rede, substituindo ou não algum produto que se compra no mercado capitalista.

O *cadenciamento* é o surgimento de novas células tendo em vista suprir demandas de consumo produtivo de outras células. Como o processo produtivo de um bem final supõe uma cadeia produtiva com fases intermediárias, o surgimento de uma célula que produz um certo bem final demanda insumos que podem ser produzidos por outras células. O surgimento de células para atender demandas produtivas de outras células é, portanto, o que denominamos *cadenciamento*. Assim, por exemplo, o surgimento de uma célula que produz massas implica em demandas de farinha e ovos. Esta demanda pode dar origem ao surgimento de uma granja e de um moinho. Por sua vez, a produção de aves e de farinha pode dar origem a uma célula de produção de milho e trigo.

A idéia básica de *fissão* reside em que a elevação de uma certa demanda por produto final que extrapola a capacidade produtiva da célula que a atende dê origem a uma nova unidade produtiva que, valendo-se ou não da mesma tecnologia empregada na outra célula, aumente a produção daquele bem, garantindo-se que o conjunto da demanda seja atendido por ambas. A *fissão* também pode ocorrer quando uma célula, em razão de sua elevada produtividade – de produto final ou de insumos –, torna-se hiperconectada, instaurando uma fragilidade para a segura reprodução da rede como um todo. Em outras palavras, o surgimento de novas células e a ampliação da rede de consumidores aumentam a demanda por produtos já fabricados na rede. Quando cresce a demanda de um produto, é possível ampliar a produção que a satisfaça de três modos: a) aplicando uma nova tecnologia em uma unidade já operante, b) aumentando o número de trabalhadores que operam em uma célula produtiva, utilizando a mesma tecnologia ou c) criando uma nova célula com as mesmas propriedades da célula existente para atender aquela demanda. No primeiro caso, a aplicação de novas tecnologias que incrementem a produção deve ser simultânea à redução da jornada de trabalho dos envolvidos e à inclusão de mais trabalhadores no processo produtivo, seguindo o princípio da *intensividade*. Se esta célula, entretanto, em razão de elevada produção, vai se tornando hiperconectada, torna-se estratégico cindi-la a fim de que a sua paralisação, por qualquer motivo – cooptação capitalista, fenômenos climáticos, um incêndio, etc. – não venha a prejudicar o desempenho das demais cadeias produtivas da rede laboral que dela dependem ou o abastecimento dos consumidores solidários finais. Ocorre assim a sua *fissão*. No segundo caso, o aumento de trabalhadores em uma célula produtiva, mantendo-se a mesma tecnologia, implicará em um novo gerenciamento de turnos sob outra grade horária de modo a au-

mentar a produção em vista da demanda. Contudo se mesmo utilizando-se toda a capacidade produtiva da unidade instalada a demanda ainda for maior, torna-se necessário constituir uma nova célula, ocorrendo a *fissão*. A idéia básica de *fissão*, pois, é que a demanda anteriormente atendida por uma única célula passe a ser atendida por duas ou mais. Isso não quer dizer que a célula seja dividida ao meio, mas que a célula atenda apenas uma parte da demanda e que uma nova célula atenda a outra parte. A rede se reproduz de modo seguro quando a quantidade de células que produzem um mesmo tipo de produto pode atender ao conjunto da demanda, mesmo se uma determinada célula destas, por qualquer motivo, parar de produzir. Isto significa que nenhuma célula deve estar produzindo quantitativamente em seu limite máximo, mas compartilhar o esforço produtivo com o maior conjunto possível de células do mesmo tipo.

A *conversão de sistema* ocorre quando unidades produtivas que operam sob a lógica capitalista (micro e pequenas empresas) aderem ao modelo da economia solidária – seguindo os seus princípios na determinação dos fins do processo produtivo e na gestão dos seus elementos mediadores, na participação do trabalho e na distribuição do resultado obtido. Quando a rede estiver em fase avançada de expansão e o acirramento da competição tecnológica capitalista baratear ainda mais o preço das mercadorias, as micro e pequenas empresas privadas enfrentarão uma situação muito difícil para colocar os seus produtos no mercado, pois não conseguirão competir com as grandes empresas na disputa pelo segmento que pratica o consumo alienante ou compulsório – pois estas investem em pesquisa, desenvolvimento e produção de subjetividade – e não conseguirão atingir o segmento que pratica o consumo solidário, segmento esse cada vez maior em razão da própria expansão das redes que passam a atingir níveis elevados de autopoiese. Por outro lado, a redução do desemprego que ocorrerá em razão do crescimento da colaboração solidária tenderá a elevar o nível salarial dos trabalhadores empregados em empresas capitalistas, aumentando o custo de produção dos micro e pequenos empresários privados. As pequenas empresas capitalistas que estiverem fechando poderão optar pelo regime de colaboração solidária e serem adquiridas pelas redes ampliando a capacidade produtiva da economia solidária. Por sua vez, os microempresários, que gastam grande parte de seu tempo trabalhando para manter suas empresas funcionando com margens de lucro extremamente reduzidas em face da competitividade do mercado e que se endividam, pois não conseguem obter um excedente elevado com a venda de seus produtos, abandonarão a ilusão de que algum dia venham a alcançar níveis bastante elevados de um consumo alienante, preferindo dedicar-se ao bem-viver, convertendo

suas unidades produtivas ao regime da economia solidária – abdicando, portanto, da condição de empresários capitalistas. Do contrário, acabarão tendo que vender parte de seu patrimônio pessoal para saldar as dívidas geradas pelo seu negócio. Além do mais a progressiva redução da jornada de trabalho na rede, o incremento de consumo experimentado por todos e a crise do consumo alienante, permitirão elevar a qualidade do bem-viver em níveis que colocarão em xeque o resultado pessoal alcançado por vários proprietários de microempresas capitalistas que, na esperança de acumular capital, abdicam deste mesmo bem-viver.

### *1.3. A Emergência de Células Espontâneas e o seu Encadeamento em Rede*

Embora atualmente existam muitas unidades produtivas de caráter solidário no mundo todo, que permanecem funcionando graças ao consumo praticado por amplos segmentos solidários, essas unidades ainda não podem ser consideradas *células*, pois não estão interligadas em redes de produção e consumo.

Essas unidades, todavia, podem converter-se em células na medida que se conectem em rede. Para tanto basta que tenham conhecimento recíproco, façam um levantamento das demandas de seus trabalhadores, dos que consomem seus produtos, dos insumos e outros materiais consumidos no processo produtivo, e estabeleçam um projeto conjunto visando atender progressivamente essas demandas, diversificando sua própria produção ou promovendo o surgimento de novas células, seja por cadenciamento, seja por geração espontânea. Trata-se pois de mapear as atividades produtivas existentes que já têm um caráter solidário ou que poderiam ter interesse em se converter a esse sistema, as demandas por consumo final ou produtivo que poderiam ser atendidas pela rede e definir as novas células ou linhas de produção que conviria gerar ou estabelecer. Inicialmente parece adequado considerar como áreas estratégicas para diversificação produtiva as que respondem por necessidades básicas, tais como alimentação, vestuário, materiais de higiene e limpeza, construção de moradias, etc. Dada a fragilidade inicial no sistema de escoamento, a produção efetivada nas células deve voltar-se, fundamentalmente, para a satisfação das demandas locais, da região em que a rede está estabelecida.

As redes que forem surgindo em várias regiões poderão se conectar, conforme o princípio de agregação, e isso será benéfico para o conjunto das células, pois aumentar-se-á a diversidade de produtos que circulam pela rede e cada célula poderá atingir um conjunto maior de consumidores. Aos poucos as

redes próximas, que vão se conectando e se expandindo, poderão agregar-se a redes remotas, dando origem a redes macrorregionais. O último passo será a constituição de uma rede mundial, versão pós-capitalista do que seria uma União Econômica Mundial.

Convém salientar que essas redes articularão também *células prestadoras de serviços* educativos, médicos, odontológicos e jurídicos, entre muitos outros, podendo ofertar cursos de saúde, de informática, de alfabetização, etc., prestar assessoria jurídica, administrativa e contábil, apoio ao desenvolvimento tecnológico ecologicamente sustentável em função das necessidades locais, etc. Assim, por exemplo, os hospitais filantrópicos, que sobrevivem com muita dificuldade, poderiam integrar-se a estas redes fornecendo serviços de saúde aos seus participantes e recebendo, como contrapartida mensal, uma quantidade diversificada de gêneros alimentícios produzidos ecologicamente, materiais de limpeza, serviços de jardinagem, pintura, vigilância, etc.

Assim, quaisquer que sejam as atividades produtivas e de serviços, elas podem ser progressivamente integradas nas redes de colaboração solidária, diversificando os produtos e serviços nelas disponibilizados e melhorando a qualidade de vida de todos.

#### *1.4. A Incorporação e Produção de Tecnologias Adequadas à Rede*

Neste contexto, cumpre destacar que as células produtoras de *bens tangíveis* devem, inicialmente, utilizar as tecnologias que já estejam disponíveis, ao seu alcance na Rede de Colaboração Solidária local ou regional. Os critérios básicos para saber se a tecnologia adotada é satisfatória ou não reduzem-se a quatro elementos: a) ser ecologicamente adequada; b) não ser prejudicial à saúde dos trabalhadores; c) permitir um volume de produção que possa recuperar o que foi gasto em recursos materiais no processo produtivo (matérias, energia, transporte, etc.), cobrir o ganho dos trabalhadores envolvidos – conforme o patamar estabelecido pela rede – e o pagamento das taxas legais de impostos, previdência e outros; d) gerar um excedente que possa ser reinvestido no crescimento da rede, melhorando o bem-viver de todos.

Embora seja objetivo da rede incorporar progressivamente tecnologias produtivas mais qualificadas, o que permite ir reduzindo a jornada de trabalho de todos, não se deve queimar recursos comprando constantemente novas tecnologias junto às empresas capitalistas – tecnologias que logo se tornam obsoletas. Não somente a ciência gera riqueza, mas também o trabalho produtivo.

Um mesmo volume de riqueza pode ser produzido por um único homem trabalhando com uma tecnologia altamente sofisticada ou por dez homens trabalhando com uma tecnologia não tão avançada. Contudo, se esses dez trabalhadores são capazes, com este trabalho, de cobrir todos os custos do processo produtivo, incluindo a remuneração que recebem, taxas legais, etc., e gerar um excedente que contribua para o crescimento da rede – disponibilizando um produto cujo valor de troca permite que as cadeias produtivas e produtos finais sejam mantidos dentro de uma margem aceitável pelo conjunto dos que praticam o consumo solidário –, então a utilização desta tecnologia é compatível com o crescimento da rede, permitindo satisfazer um conjunto de demandas coletivas.

Por outra parte, as células que produzem *bens intangíveis*, como softwares – que poderão ser utilizados por outras células no processo produtivo de bens tangíveis, na qualificação da produção e gestão, bem como nos processos de comunicação entre as diversas células da rede –, poderão valer-se tanto de tecnologias *freeware*, isto é, que podem ser livremente utilizadas por qualquer pessoa sem a necessidade de pagamento de qualquer espécie aos seus criadores, pois sobre elas não há *copyright* de interesse privado, quanto de tecnologias sob *copyleft*, isto é, cujo *copyright* confere livre direito de cópia e modificação do programa a qualquer interessado. Há uma infinidade de produtos com tecnologias de ponta na área da informática que circula gratuitamente pela Internet, podendo ser utilizada por qualquer usuário. Estas tecnologias são distribuídas gratuitamente por três motivações básicas: a) em alguns casos, pela solidariedade de programadores que dedicam horas de seu trabalho ao bem público, gerando bons produtos que passam a satisfazer demandas concretas sem que os usuários tenham de pagar por isso; b) em outros, trata-se da auto-afirmação de programadores que, buscando prestígio, sentem prazer em ver um produto construído pela sua imaginação e inteligência sendo utilizado por uma infinidade de pessoas em todos os recantos do mundo, e que encontram nessa forma de distribuição uma maneira de serem conhecidos pelas empresas de software que possam vir a ter o interesse de contratá-los; c) por fim, em razão do empenho comercial de algumas empresas em transformar o seu produto em uma espécie de padrão comum, graças a sua adoção por amplos segmentos de usuários, após o que, as empresas passam a comercializar as novas versões deste mesmo produto tendo como público alvo o mercado que conseguiram criar para si, momentaneamente, com a distribuição gratuita de versões prévias de seu software que, entretanto, não são tão sofisticadas como as posteriores, adquiríveis somente através de pagamento. Seja como for, a aplicação das tecnologias *freeware* ou sob *copyleft* às redes solidárias permite multi-

plicar fabulosamente o seu potencial de crescimento, como veremos posteriormente, embora tal emprego não seja condição necessária para o surgimento e expansão de redes de colaboração solidária.

Destaque-se também que há uma infinidade de conhecimentos biotecnológicos que são do domínio de comunidades rurais e populares – herdados da tradição milenar indígena – que poderão ser formalizados em razão das parcerias da rede com universidades públicas, permitindo o patenteamento de novos medicamentos e substâncias ativas que gerarão benefícios para as comunidades locais, em cuja tradição esse conhecimento foi desenvolvido e preservado, e à rede como um todo que poderá também comercializar esses produtos com um amplo segmento que não tenha aderido à economia solidária.

### *1.5. O Consumo Solidário e a Consolidação das Redes*

A Rede de Colaboração Solidária conecta células constituídas pelos membros da rede produtiva e suas famílias, que trabalham e consomem motivados pela colaboração solidária. Das células de consumo participam também aqueles que trabalham para o capital mas que solidariamente promovem compras comunitárias mensais – colaborando no consumo dos produtos da rede – ou que se valem permanentemente dos serviços por ela prestados. Por fim, a rede atinge também aqueles que consomem apenas alguns de seus produtos ou serviços.

Todos os trabalhadores, que atuam nas células produtivas, devem participar de alguma célula de consumo, adquirindo necessariamente uma certa quantidade de produtos elaborados sob o regime de colaboração solidária. Na fase inicial de implantação da rede, a sua produção supre algumas demandas básicas de consumo pessoal ou familiar dos colaboradores e pode suprir a necessidade de alguns insumos produtivos. Contudo, na rede ainda não estarão disponíveis inúmeros tipos de produtos demandados pelo consumo dos trabalhadores das células e de suas famílias, ou de insumos necessários às atividades produtivas de cada célula em particular. Assim, para que a rede possa sobreviver nessa fase, ela necessita que uma certa parte dos seus produtos seja vendida aos consumidores de sua região. Uma das melhores alternativas para alcançar este objetivo – garantindo o escoamento de toda a produção da rede e, conseqüentemente, o ingresso de moedas que permitam comprar insumos para a nova etapa de produção, cobrir a remuneração dos trabalhadores, as taxas legais e o reinvestimento na expansão da rede – é o *sistema de compras comunitárias organizadas por células de consumo*.

No sistema de compras comunitárias, um conjunto de famílias totaliza as suas demandas mensais de cada tipo de produto e os adquire no atacado ou diretamente do produtor, evitando os atravessadores. Esse procedimento, em geral, barateia significativamente o valor da compra mensal de cada família, uma vez que nele não está embutido boa parte do lucro que fica no setor do comércio. No caso da rede solidária, paralelamente às células produtivas organizam-se as células de consumo, que envolvem os trabalhadores da rede e outras famílias interessadas na vantagem das compras comunitárias e dispostas a praticar o consumo solidário nos itens produzidos pela rede. Totalizam-se, então, as demandas de consumo final de todos os que compõem a célula de consumo, bem como a demanda de insumos e outros materiais que serão utilizados na próxima etapa do processo produtivo. Quanto mais intensiva for a célula de consumo ou quanto maior for o número delas, isto é, quanto mais pessoas participarem da compra comunitária, maiores serão os descontos conseguidos junto aos atacadistas e fornecedores. Os itens incluídos na relação de compras que já forem produzidos pela rede solidária serão atendidos preferencialmente com produtos desta. Assim, os produtos da rede serão vendidos nas células de consumo e o custo final das compras para todas as famílias será compensador. Em uma fase mais avançada de implantação da rede, as pessoas poderão realizar suas compras solidárias através da Internet, de BBS ou sistemas similares, simplesmente agendando os seus pedidos e recebendo os produtos em casa, quando farão o pagamento pela sua aquisição. Totalizando um volume significativo de pedidos, a rede comprará direto dos produtores ou atacadistas e atenderá personalizadas a cada consumidor, expandindo cada vez mais a sua abrangência.

Por outra parte, os itens mais solicitados nas compras comunitárias que ainda não estão disponíveis na rede passam, se possível, a ser produzidos naquele local ou em regiões próximas. Deste modo, quanto maior for a quantidade de itens atendidos pela rede com um padrão satisfatório de qualidade, mais ela se fortalecerá em seu crescimento. E quanto mais aumente o número de trabalhadores que nela atuam, maior será o seu potencial de consumo. Esta é uma outra razão pela qual a *fissão* é uma das características valiosas da rede, quando a nova célula se implanta em uma região ainda não atingida. Em certas circunstâncias, ao invés de ter-se 50 trabalhadores a 8 horas diárias – produzindo um excedente que supre a necessidade de 120 trabalhadores –, é preferível ter 100 trabalhadores a quatro horas, ampliando o percentual de consumo potencial da rede, atingindo uma nova região e ampliando o número de colaboradores.

Pequenos comerciantes e donos de supermercados que sentirem o impacto das compras comunitárias sobre seus negócios, que tendem a se esvaziar, po-

derão converter suas empresas em novas células de serviço, sob o regime da colaboração solidária, trabalhando na organização de compras comunitárias ou na comercialização dos produtos da rede em pontos fixos de venda.

Outra possibilidade é, na fase inicial de implantação da rede, que as células produtivas estejam conectadas com sistemas variados de vendas: vendedores autônomos que consigam colocar os produtos no mercado regional, em áreas onde não há células de compras comunitárias; feiras solidárias ou mercados volantes vendendo produtos da rede em regiões de periferia; convênios com associações de moradores, sindicatos, comunidades e outras entidades que receberiam um percentual pela venda dos produtos, etc. Os próprios familiares dos trabalhadores das células poderiam comercializar os produtos da rede ganhando um percentual sobre as vendas. Todos esses distribuidores autônomos – que ganham comissões sobre as vendas realizadas a outros segmentos – podem se organizar como células de serviço, iniciando cadeias solidárias de distribuição e comércio.

### *1.6. O Financiamento Solidário*

As milhares de unidades produtivas que sobrevivem atualmente no Brasil em função do consumo solidário surgiram por iniciativa de entidades de caráter assaz diverso. Muitas surgiram pela colaboração solidária de entidades internacionais, de cunho religioso ou assistencial, que financiam projetos de geração de renda, de combate à fome e à miséria em comunidades pobres do Terceiro Mundo e que dão apoio a organizações não-governamentais em suas lutas por direitos humanos, em defesa da mulher, de populações em situação de risco, etc. Outras surgiram a partir de programas governamentais visando encontrar paleativos frente ao desemprego, promovendo diversas formas de mutirão e de empreendimentos produtivos. Uma parte delas emergiu da organização dos próprios movimentos sociais – como as várias cooperativas que envolvem agricultores, apicultores e trabalhadores da construção civil, entre outras. Muitas são organizadas por iniciativa de grupos religiosos locais em diversas regiões. Contudo, uma grande parcela das atividades produtivas de economia informal, que sobrevive dependendo ou não de consumo solidário, não dispõe de nenhuma forma estruturada de financiamento. O mesmo ocorre com inúmeras organizações e atividades populares que sobrevivem graças a diversas formas de captação de recursos.

Entre as práticas mais comumente utilizadas para o levantamento de valores que custeiem as atividades dessas organizações estão as rifas, festas, bin-

gos, leilões, ações entre amigos, gincanas, bazares da pechincha, quermesses, almoços comunitários, festas juninas, solicitações de prendas, bolões esportivos, shows (com ingressos em mantimentos ou cujos recursos arrecadados em dinheiro são doados às entidades), pedágios estudantis, colaborações espontâneas (carnês de mensalistas – que apóiam orfanatos, creches, etc. – ou contribuições por telefone, sob a forma disque-apoio), campanhas de agasalho, campanhas do quilo, reembolsos pelo recebimento de programas *freeware* ou pagamento de registros pelo uso de programas *shareware*, etc. Seguramente há muita criatividade nessas iniciativas com as quais se constroem, entre outros, salões comunitários, creches, orfanatos e hospitais; atendem-se inúmeras famílias desabrigadas por enchentes ou aflitas pela tragédia das secas; arrecadam-se recursos que garantem, mensalmente, cestas básicas para muitas famílias que vivem na pobreza extrema; levantam-se contribuições para a manutenção de acampamentos de sem-terras ou para a realização de congressos nacionais estudantis e mesmo para manter em funcionamento hospitais que atendem os pobres. A quantidade de serviços públicos não estatais prestados com esses recursos é volumosa e difícil de ser quantificada.

Surgindo ao seu próprio modo – seja a partir de um clube de mães ou de um movimento de desempregados, seja com o apoio de sindicatos e de igrejas, seja com a subvenção dos governos ou com a solidariedade de organizações internacionais – uma vez existentes e conectadas em rede, as células podem se reproduzir se o consumo solidário for praticado por uma certa parcela da população.

Toda célula conectada em rede não apenas consome produtos elaborados em outras células, contribuindo para o seu fortalecimento, como participa, proporcionalmente ao excedente por ela realizado, da ampliação de um fundo local destinado à expansão da rede como um todo. Esse fundo serve como fonte de financiamento para o surgimento de outras células, em especial, na forma de *cadenciamento*, isto é, para suprir demandas de insumos das células já existentes. Progressivamente, com o crescimento das atividades de produção e consumo, esse fundo terá um patrimônio significativo que permitirá uma expansão veloz da própria rede, com a conversão de micros e pequenas empresas ao sistema de economia solidária. Nada impede que, nessas condições, a rede organize, com vistas à sua própria expansão, um banco que recolha e administre os depósitos solidários.

Com efeito, em várias partes do mundo, microprodutores têm reunido seus recursos e organizado o que ficou conhecido como *Bancos do Povo*. Em Ban-

gladesh, particularmente, foi organizado um banco deste tipo, que não faz empréstimos a uma pessoa, mas a um grupo solidário, o qual assume a responsabilidade pelo empréstimo.<sup>13</sup> Em outros países também foram implantados sistemas similares, como nos casos da Bolívia ou do Brasil, em Porto Alegre e Brasília. Em vários países da América Latina, África e Ásia, estão sendo criadas organizações coletivas para captar poupança e redistribuí-la, investindo-se em atividades solidárias. O mesmo ocorre na Europa.

Na Itália, em 1998, por exemplo, foi organizada uma instituição bancária – como ademais já havia na Suíça, Alemanha, Holanda (Países Baixos) e em outros países – que tem por finalidade financiar projetos solidários. O capital inicial requerido pela legislação italiana para autorizar-se a constituição de uma instituição desse tipo, valor consideravelmente alto, foi conseguido com uma infinidade de pequenas doações insignificantes para os doadores, mas que permitiram a fundação do *Banco Ético*. As principais razões em apoio à proposta, por parte dos que aderiram ao projeto, são: contribuir para a construção de uma sociedade melhor, instituir um novo sistema de crédito baseado em princípios éticos e dar suporte às ações de entidades sem fins lucrativos, denominadas na Itália como *Terceiro Setor* – ver *Tabela 2*.

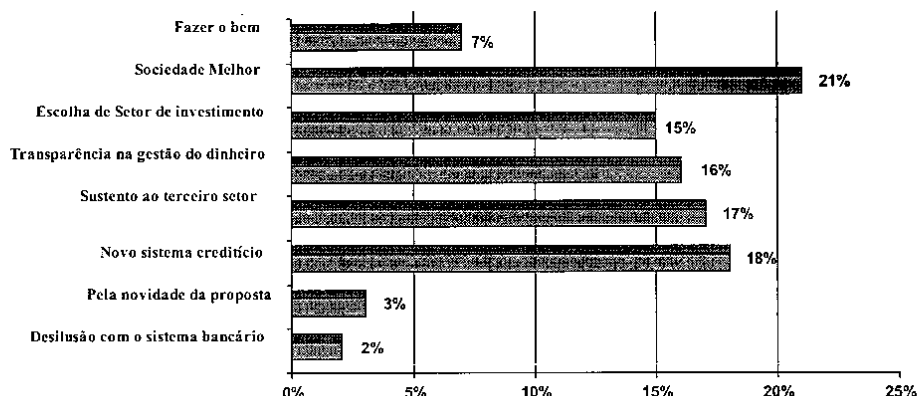
Diferentemente dos bancos movidos sob a lógica do capitalismo, o “Banco Ético é uma instituição normal de crédito que, todavia, é especializado na concessão de crédito a cooperativas, entidades, círculos e associações, mas também para sociedades de capitais sob a condição que os acionistas controladores sejam cooperativas ou associações. A importância desta iniciativa está propriamente em possibilitar que as organizações e entidades do Terceiro Setor tenham acesso a capital de risco, coisa bastante difícil porque elas muito raramente possuem a garantia patrimonial requerida pelos bancos para concessão de crédito...”<sup>14</sup>

---

13. Paul SINGER, “Crise do Trabalho e Economia Solidária”. Fundação Joaquim Nabuco. <http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/semi/trop98-5.html>.

14. Manuela POLO, *Economia di Comunità: Aspetti socio-organizzativi*. Tese de Láurea em Economia e Comércio. Universidade Católica do Sagrado Coração. PIACENZA, Itália, 1998, p. 59.

**Tabela 2 – Razões pelas Quais o Associado Fará Depósitos no Banco Ético**



Fonte: Banco Ético<sup>15</sup>.

Na Suíça, por sua vez, a fundação do *Alternative Bank Schweiz*, ocorreu em 1990. Desde o seu surgimento esta entidade tem por objetivo "...contribuir com projetos alternativos de caráter econômico, ecológico, sócio-político e cultural, através da concessão e da gestão de fundos e de capital..."<sup>16</sup> O banco, baseando-se em critérios sociais, ecológicos ou autogestionários, subvenciona projetos alternativos no que se refere a formas de trabalho, ambiente natural ou estilo geral de vida. O ABS busca desenvolver uma consciência social e uma responsabilidade pessoal sobre o uso do dinheiro, propondo que as pessoas renunciem aos juros tendo em vista colaborar com o financiamento de projetos eticamente orientados.

Outra iniciativa do gênero ocorreu na Alemanha, como desdobramento de ações do movimento pacifista e ecológico desenvolvidas desde os anos 60. Em certa ocasião, quando realizavam uma campanha contra a fabricação de mísseis, os pacifistas perceberam que, enquanto protestavam politicamente, seus recursos financeiros, depositados em certos bancos, estavam sendo empregados no financiamento à produção de armas. Preocupados com a utiliza-

15. Roberto BENSI, "Un questionario per la futura Banca Etica". In *Banca Note – Rapporto 1*. (2ª cd.), Padova, Agosto de 1998, p. 11.

16. Luca CALIARI, "Alcune Banche Etiche/Alternative in Europa – ABS, Ökobank, Triodos". In *Banca Note – Rapporto 1*. (2ª cd.), Padova, Agosto de 1998, p. 15.

ção de seus recursos, várias organizações promoveram a fundação do Öko-bank em 1984, que foi reformulado em 1988, ampliando seu campo de ação. Atualmente, ele busca articular princípios da economia de mercado aos da economia social, preocupando-se tanto com o rendimento da aplicação de seus clientes quanto com os processos em que o dinheiro será investido para alcançá-lo. Assim, o banco defende o emprego responsável do dinheiro, abstendo-se, estatutariamente, de financiar a indústria armamentista e nuclear, privilegiando o financiamento à "... pesquisa e desenvolvimento de produtos e de processos ecológicos, à experimentação de novas formas de cooperação e de responsabilidade social."<sup>17</sup>

O *Triodosbank*, por sua parte, surgiu na Holanda (Países Baixos), ainda em 1980, promovendo o financiamento de projetos no campo social<sup>18</sup>. A história deste empreendimento inicia-se em 1968, em face dos desafios, no campo econômico, enfrentados pelas iniciativas sociais inovadoras. De um grupo inicial de estudo e trabalho formou-se posteriormente uma associação de fundos em comum que, por fim, conformou a base do banco. Atualmente o *Triodosbank* financia projetos nas áreas de meio ambiente, educação e arte. O seu leque de atuação vai desde projetos de agricultura sustentável e de educação integral de crianças, até a promoção das artes como elemento peculiar à qualidade de vida dos seres humanos.

No Brasil, recentemente, surgiu o CRE\$OL, que é um sistema de financiamento alternativo aos agricultores, tendo por base cooperativas de crédito rural: "O CRE\$OL é um sistema integrado de cooperativas de crédito rural com interação solidária. As cooperativas são instituições financeiras amparadas por lei federal, devidamente autorizadas pelo Banco Central e conveniadas com o Banco do Brasil. As CRE\$OL são constituídas e administradas por agricultores familiares e se articulam com as organizações populares. (...) Cada CRE\$OL tem sua agência e postos de atendimento. (...) A missão das CRE\$OL vai desde a prestação de serviços como conta corrente, talão de cheques e empréstimos até a consolidação de um Sistema de Crédito voltado aos interesses e necessidades da Agricultura Familiar. As cooperativas do Sistema CRE\$OL, diferente de outras instituições financeiras, captam recursos dos agricultores do município para reaplicá-los ali mesmo. É o dinheiro do agricultor financiando o próprio agricultor. É o dinheiro do município promovendo-

---

17. *Ibidem*, p. 16-17.

18. *Ibidem*, p. 18s.

do o desenvolvimento do próprio município. Além disso, as cooperativas captam recursos estaduais, nacionais e internacionais para financiar a agricultura local.”<sup>19</sup> Esta rede congrega hoje 16 agências em três estados brasileiros. Vale salientar que o CREŞOL surgiu da luta de organizações populares e sindicais, ultimamente aglutinadas no “Grito da Terra”, que no sudoeste e centro-oeste do Paraná “... coordenaram e gestaram os Fundos de Crédito Rotativo, a partir de 1988... Os Fundos Rotativos foram criados com recursos da solidariedade internacional (Alemanha e Bélgica). Eram amparados, legalmente, e administrados por organizações populares de caráter social e filantrópico. Essa experiência logo demonstrou a necessidade de criação de instituições financeiras que pudessem incorporar os Fundos Rotativos e outros recursos da poupança dos agricultores familiares e outros serviços.”<sup>20</sup>

Todas essas iniciativas estruturadas de financiamento a projetos alternativos e solidários ganham um sentido ainda mais importante quando consideramos a desigualdade econômica global, particularmente no que se refere ao crédito comercial, poupança e investimento (ver *Figura 2*). Neste contexto fica patente o quanto essas alternativas podem ser valiosas para atender as necessidades de financiamento à produção da parcela mundial historicamente marginalizada.

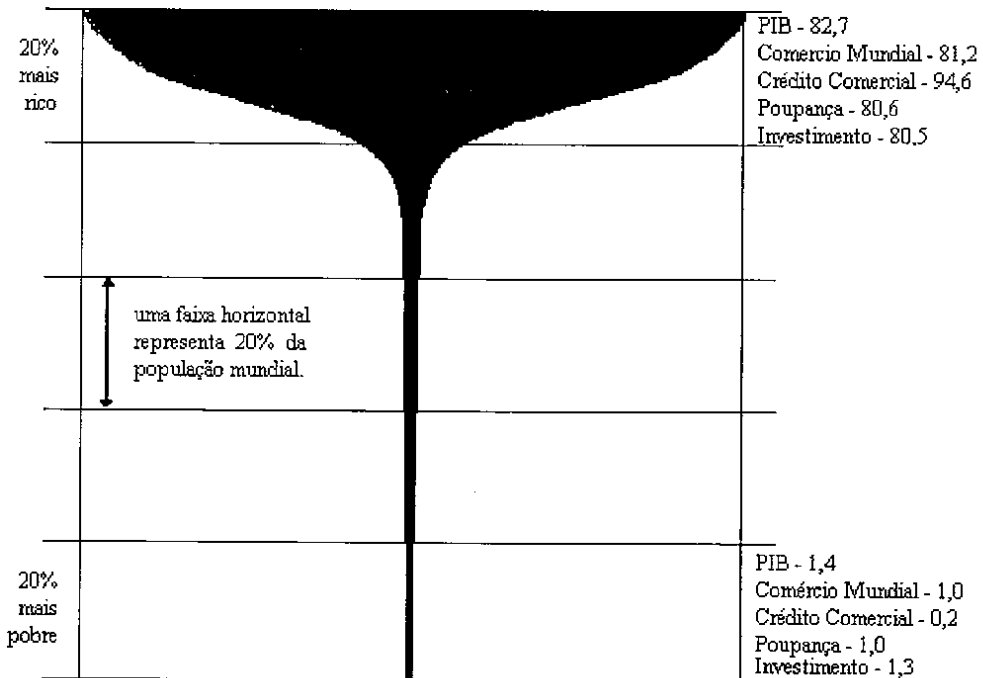
Por fim, considerando-se, ainda, que há uma grande quantidade de capital pertencente aos trabalhadores nos fundos de pensão, atualmente aplicados sob taxas de juros em mercados seguros ou de risco, buscando valorizar-se em fenômenos especulativos, mas que diversamente poderiam ser movimentados por Bancos Éticos, patrocinando o desenvolvimento solidário, poder-se-ia desenhar um cenário bastante promissor de financiamento às redes de colaboração solidária. Se os trabalhadores e possuidores desses recursos tomarem a decisão política de não mais aplicá-los sob a lógica perversa da globalização financeira capitalista, que vem contribuindo na quebra de moedas e países, mas de aplicá-los em proveito da colaboração solidária, esses gigantescos valores poderiam fomentar significativos movimentos de geração de emprego com distribuição de renda, através da propagação de redes de economia solidária pelo mundo todo, possibilitando ampliar o bem-viver dos próprios beneficiários desses fundos.

---

19. CRESOL. *O Crédito da Agricultura Familiar*. Folder de divulgação. Francisco Beltrão, PR, s.d.

20. *Ibidem*.

**Figura 2 – A Desigualdade Econômica Global em 1989 – Distribuição da Atividade Econômica. Percentual sobre o total mundial. Faixas de 20% da população, segundo renda**



Fonte: UNDP<sup>21</sup>.

Seja como for, as redes de colaboração solidária poderão financiar-se a si mesmas e crescer de modo gradual e seguro com o excedente produzido por suas próprias células. Poderão também contar com o estabelecimento de um fundo em que se promovem depósitos privados voluntários, resgatáveis a qualquer momento pelos trabalhadores, mas que não recebem nenhum tipo de remuneração exceto uma proteção frente à inflação – uma vez que receber juros é apropriar-se de um valor produzido pelo trabalho alheio. Sob uma margem técnica de segurança, discriminando o volume de depósitos que advém de

21. Gráfico elaborado sobre dados de 1989 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Undp) extraído de: VÁRIOS, *Cooperativa verso la Banca Etica*. Supplemento della Rivista Dell'Economia Solidale (1/97). Cooperativa Ctm-Mag. Padova, 1997, p. 25.

trabalhadores da rede e de suas células e a parcela que advém de outros poupadores solidários, a rede poderá valer-se deste fundo para financiar o surgimento de novas unidades produtivas e aprimorar o processo de comercialização e conexão entre elas. As máquinas, equipamentos e instalações de células que surgirem graças à aplicação de recursos dos fundos peculiares à rede, isto é, toda a estrutura material das novas unidades estabelecida com os recursos da rede, pertencer-lhe-á, operando como um lastro de seus investimentos, e não poderá ser utilizada com outra finalidade a não ser a promoção de atividades de economia solidária.

O maior capital da rede, entretanto, será a disposição subjetiva de trabalhadores e consumidores em promover o bem-viver de todos os membros da sociedade, razão pela qual praticam o consumo solidário. Isto significa que ela disporá sempre de um mercado consumidor em crescimento até suplantará o capitalismo como sistema de produção hegemônico, não precisando gastar milhões de dólares em publicidade para seduzir alguém a consumir qualquer coisa, embora possa promover campanhas de informação social sobre a importância do consumo solidário. Simbolizando esta disposição, todos os produtos da rede terão uma logomarca identificadora que permitirá aos consumidores distingui-los com facilidade. Essa logomarca será, seguramente, vítima de pirataria por parte de empresas capitalistas que começarão a vender produtos no mercado informal como se fossem produzidos na rede. Com efeito, a própria disposição de consumir solidariamente em função do bem-viver social e da preservação solidária dos ecossistemas não pode ser modelizada pelo capital senão como propaganda enganosa. Ambos os casos – a pirataria e a propaganda enganosa – são passíveis de processo judicial, acionáveis pela rede junto ao Estado em defesa da colaboração solidária, em proveito do bem comum.

Por outra parte, com o desenvolvimento do sistema de compras comunitárias e com a expansão da diversidade de produtos fabricados pela rede, esta começará a implantar supermercados e *shoppings* como espaços de comercialização, que garantirão ao consumidor a procedência dos produtos, isto é, que são realmente feitos em um regime de colaboração solidária. Melhor que isso, através da Internet ou de outras redes regionais as pessoas poderão comprar diretamente das células produtoras o que quiserem, criando-se um sistema de escoamento direto da produção, sendo o produto entregue na residência do comprador, pelo serviço de transporte local de cada célula – como nos atuais *dis-que pizza* – ou através de um sistema de correio mantido pela rede, que poderá inclusive promover entregas internacionais.

### 1.7. A Gênese de Novas Células nas Redes Consolidadas

Quando alguma rede já estiver consolidada ela tenderá a crescer em diversidade. Neste momento surgirão muitas células por *geração espontânea*, as quais, por sua vez, farão surgir outras por *cadenciamento*. As três fases básicas do surgimento de uma nova célula por geração espontânea serão as seguintes: projeção, aprovação e realização.

Através da Internet, de outra rede de transmissão de dados, ou de outro mecanismo de comunicação, como os tradicionais correios, qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, poderá saber quais são as células de uma região ou cidade, o que elas produzem, o que elas demandam, quantas pessoas são atendidas pela produção, quantas pessoas trabalham nas células, etc. Poderá trocar mensagens com os trabalhadores de qualquer célula, pedir informações ou dar sugestões. Quanto mais aprimorado for o fluxo de dados, facilitando o envio e recepção de mensagens e a sua organização por ordem de prioridades ou relevâncias, maior facilidade haverá para a projeção de novas células.

A *fase de projeção* ocorre quando qualquer grupo de pessoas, fazendo um diagnóstico do que é produzido e consumido em uma certa região, propõe o surgimento de uma nova célula que elabore algum tipo de bem ou preste algum serviço que ainda não está disponibilizado pela rede local. Isto ocorre graças à *livre iniciativa solidária*. Tal grupo de pessoas pode ser, por exemplo, um grupo de desempregados, desejosos de trabalhar juntos em uma nova unidade produtiva, ou um grupo de trabalhadores que não querem mais continuar sendo explorados em uma empresa capitalista. O projeto proposto prevê o que será produzido, em que quantidade, que insumos demanda, etc. Considerando-se a célula projetada, simula-se a sua incorporação à rede avaliando-se, em particular, sua integração às cadeias produtivas já existentes. Em seguida, o projeto e a análise dos impactos sobre as cadeias produtivas são apreciados por todos os membros de cada uma das células de consumo, que se reúnem, periodicamente, para avaliar as propostas de expansão da rede, considerando se as pessoas gostariam de consumir os novos produtos propostos e se eles realmente merecem ser produzidos. Através de sistemas de comunicação ágeis, o resultado dessa análise é recolhido pela coordenação local.

Na *fase de aprovação*, a coordenação da rede local – onde a célula seria instalada, segundo o projeto – delibera, podendo aprovar ou não a sua implantação, considerando a apreciação dos consumidores e o impacto da sua aprovação nas cadeias produtivas. Sendo aprovada, ela começa a ser implantada,

entrando na *fase de realização*. Informa-se a todos a data a partir da qual a célula entrará em funcionamento, o que isto implicará em novas demandas e, possivelmente, no surgimento de novas células por *cadenciamento*. Quando a célula entrar em funcionamento, conectada com as demais, a sua demanda projetada e sua produção prevista se tornam demanda e produção efetivas.

Todos que analisarem os fluxos materiais das redes, visando propor novas células ou produtos, podem fazer um diagnóstico, considerando as várias fases e *status* das células (projetada, aprovada, rejeitada e incorporada), das demandas e ofertas atuais de produtos, e um prognóstico sobre as demandas e produtos que existirão em determinado momento, quando as células aprovadas (mas que estão ainda em fase de implantação) forem incorporadas, efetuando a produção anteriormente prevista.

### *1.8. A informática Aplicada às Redes Solidárias*

Como a colaboração solidária se organiza livremente, deve-se garantir a todos os participantes as condições materiais, políticas, informativas e educativas para desenvolverem a gestão participativa da organização e expansão da própria rede, efetivando-se assim outros dois básicos princípios seus que são a *descentralização do poder* e a satisfatória *circulação entre as células de fluxos informativos, materiais e de valores*.

Considerando, materialmente, que significativa parcela das entidades que colaboram com organizações solidárias dispõe de microcomputador e telefone ou pode valer-se de algum equipamento deste tipo, disponível em sindicatos, paróquias, escolas ou em alguma residência particular, cabe considerar como viável – para agilizar a gestão participativa e a circulação de informações entre as células – a organização de uma rede de comunicação de dados facilmente manejável a partir da Internet ou por outros meios digitais<sup>22</sup>.

O mesmo resultado, entretanto, poderia ser obtido através de outros meios de comunicação, como cartas, telefonemas, fax, comunicação por rádio amador, reuniões periódicas com representantes das células, etc. Neste caso, o conjunto de funções aqui realizadas através de programas de computador teria de ser realizado por outros meios, o que apenas tornaria mais lenta as análises dos dados, diagnósticos dos fluxos de valores, análise de conexões entre célu-

---

22. Ver Anexos 4 e 5.

las, projeções de demandas futuras, avaliação coletiva para a implantação de novas células, etc.

Embora as redes de colaboração solidária possam existir perfeitamente sem recorrer à mediação da informática, valer-se de tal recurso facilita enormemente a organização e expansão das redes. Em razão disso, explicitamos o funcionamento da rede de colaboração solidária considerando que ela incorpora esta tecnologia já disponível e, em grande parte, utilizada gratuitamente, sem maiores custos adicionais.

O sistema de comunicação da rede segue os mesmos princípios desta e se expande do mesmo modo, podendo a rede organizar células com a finalidade de serem provedores de sua comunicação. Os softwares a serem utilizados são apenas ferramentas, modificáveis em função do crescimento complexo das redes. Por outra parte, os dados do conjunto da rede poderão estar disponíveis em cada célula; isso significa que cada uma delas terá armazenada, em si, toda a informação necessária para recriar a rede como um todo, podendo regenerá-la a partir de qualquer ponto se, porventura, alguma catástrofe se abater sobre ela. O fato de cada célula ter disponível a informação básica que, se convertida em conhecimento, permite regenerar outras células é o que confere à extensividade da rede o seu poder de acionar o desenvolvimento local, pois a partir de qualquer célula conectada à rede torna-se possível gerar outras células que nela operam.

Destaque-se também que este sistema de comunicação possibilitará a qualquer pessoa ter acesso às peculiaridades de cada célula e suas interconexões, permitirá a todos os participantes avaliar os produtos da rede, propor a produção de novos bens, a organização de novas células ou conexões, bem como participar democraticamente de decisões importantes em votações seguras, exercendo seu direito de propor e decidir. As coordenações locais, regionais e mundial da rede – eleitas pelas redes produtivas locais, regionais e mundial – agirão, nas definições estratégicas sobre a rede, respeitando a maioria, seguindo decisões tomadas em eleições diretas realizadas pelos participantes do conjunto da rede. Fluxos de informação poderão circular diretamente de uma célula a outra, através de suas páginas na Internet ou por outro sistema, através de correios eletrônicos e reuniões simultâneas em salas de *chat*. As *páginas web*, atualizadas periodicamente, indicarão os produtos feitos pela célula, quem são os seus fornecedores e consumidores, a avaliação pública da qualidade dos bens nela elaborados, quem são as pessoas que participam da célula, quais as melhores técnicas para produzir sob aquelas condições parti-

culares, etc. Além de elementos técnicos e gerenciais, essas páginas permitirão expressar a dignidade humana dos trabalhadores, seus sentimentos, anseios e esperanças; permitirão apresentar fotografias e gravações de áudio dos trabalhadores, dos consumidores e de seus familiares, suas histórias pessoais, informações sobre como o consumo solidário tem possibilitado reduzir o desemprego, a mortalidade infantil, os acidentes de trabalho e outros aspectos na região; permitirão destacar as ações, desenvolvidas pelas células, que se voltam à ecologia ambiental, social e subjetiva. Festas e outras atividades de produtores e consumidores solidários, suas músicas, poesias e outros elementos da tradição cultural local poderão ser registrados e disponibilizados em suas páginas na Internet. Enfim, como pressuposto a essas ações, serão desenvolvidas atividades pedagógicas como mediação educativa para que todos os participantes possam compreender o funcionamento da rede e participar conscientemente das decisões, da recepção e emissão de mensagens.

#### a) A Incorporação de Tecnologia da Informação

Sem um adequado sistema de gerenciamento da informação, as redes de colaboração solidária não podem se expandir. Um instrumento eficiente para mediar tal gerenciamento são os recursos atualmente disponíveis de tecnologia da informação. Posto que toda a informação deve fluir livremente pela rede, o mesmo deve ocorrer com os programas que permitam incorporar tecnologias mais eficientes ao sistema.

Não se trata apenas de que softwares possam ser incorporados sem promover fluxos de valor negativos (o que ocorreria se a rede tivesse de pagar por softwares adquiridos no mercado), mas que os mesmos possam sofrer mutações a partir das necessidades locais, sem contudo violar os princípios do crescimento solidário da rede. A fim de que essas duas condições possam se cumprir, cabe optar pelos *softwares livres* sob o estatuto *copyleft*<sup>23</sup>.

*Softwares livres* são softwares que legalmente permitem ao usuário copiá-los, distribuí-los e modificá-los gratuitamente ou em troca de alguma gratificação. Para evitar que alguém, após introduzir alguma pequena ou grande mudança em um software assim adquirido, venha posteriormente a vendê-lo sob *copyright* como um *software de propriedade*, impedindo a sua gratuita re-

---

23. Maiores informações sobre *software livre* podem ser obtidas em [www.fsf.org](http://www.fsf.org).

produção ou modificação pelo usuário que venha a adquirir este produto modificado, criou-se o sistema de registro *copyleft*. Um software sob o estatuto *copyleft* é um software registrado sob *copyright* que, em seu documento de distribuição, autoriza o usuário modificá-lo e distribuí-lo a qualquer pessoa, gratuitamente ou não, desde que o mantenha sob o mesmo estatuto *copyleft*.

Os *softwares de propriedade* (de empresas comerciais privadas, por exemplo) são escritos sob uma semântica conceitual (código fonte) e depois compilados para uma outra linguagem (linguagem binária) que, embora mantenha a mesma sintaxe ao rodar no computador, torna impossível a qualquer programador modificá-lo significativamente. Eles são, de fato, uma espécie de caixa preta, cujo conteúdo somente o proprietário do *copyright* conhece. Ninguém sabe que linhas de código estão lá escritas ou quais sub-rotinas podem ser acionadas sem que o usuário queira, ou de um modo totalmente inesperado, provocando *bugs*<sup>24</sup>. Ao contrário, os termos do *copyleft* dos *softwares livres* exigem que o código fonte seja distribuído com o software permitindo que todas as linhas de código do programa sejam conhecidas e que as mesmas possam ser alteradas, conforme as conveniências do usuário.

Assim, por exemplo, se cada computador da rede utilizar como sistema operacional o *Microsoft Windows*, ela terá, com esse expediente, um fluxo negativo de valor, uma vez que parte da riqueza que ela produz será constantemente acumulada por Bill Gates a cada atualização dos softwares ou quando do surgimento de cada nova célula que, ao valer-se de um computador, necessitará pagar à Microsoft pela utilização do Windows. Diferentemente, se a rede optar pelo sistema operacional *Linux*<sup>25</sup>, que é um *software livre*, ela pode-

---

24. Existem inúmeras sub-rotinas estranhas em diversos softwares, que foram batizadas como *ovos de páscoa*. Elas nada têm a ver com o funcionamento do software e são acionáveis com seqüências de movimentos e cliques do mouse sobre regiões da interface gráfica dos programas, acompanhadas de pressionamento de algumas teclas, obtendo-se resultados que nada têm a ver com os comandos ou funções próprias do programa. Uma relação desses *easter eggs* pode ser encontrada em [www.ccggs.com](http://www.ccggs.com), um dos quais indica que após uma seqüência de comandos estranhos na inicialização do sistema Windows 95 é possível fazer surgir a imagem de um dos cavalos de Bill Gates como papel de parede do computador. Similarmente, é possível tanto incluir sub-rotinas em um sistema que dificultem o funcionamento de certas versões de programas de empresas concorrentes quando executados a partir dele sob algumas condições, quanto nos programas para que acusem mensagem de erro quando executados sob um determinado sistema. De fato, as primeiras versões do Windows apresentavam frequentemente mensagens de erro quando eram executadas sobre um sistema operacional de disco de uma empresa concorrente, levando os usuários a abandoná-lo e adotarem o MS-DOS, isto é, o sistema operacional de disco da Microsoft, que também tem os seus *eggs*. Contudo, nada se pode afirmar sobre essas incompatibilidades sem o acesso aos códigos-fonte desses programas que, em razão da competição capitalista, são escondidos a sete chaves. Portanto, para um crescimento seguro da rede de colaboração solidária é necessário que as células tenham acesso aos códigos-fonte dos programas que venham a utilizar.

25. Atualmente a USP e a UNICAMP estão desenvolvendo, no Brasil, projetos de divulgação desse sistema que podem ser acessados em <http://linux.unicamp.br> e <http://linux.usp.br>.

rá fazer quantas cópias quiser sem ter que pagar nada a ninguém. Destaque-se que as várias distribuições do sistema *Linux* disponíveis são constantemente atualizadas por equipes de colaboradores voluntários que somam milhares de programadores que trabalham solidária e cooperativamente em rede, através da Internet.

Assim, as redes de colaboração solidária podem apropriar-se gratuitamente de valiosas tecnologias. Nesse caso, optar pelo *software livre* é a única forma de evitar fluxos de valor negativos ao incorporar a Tecnologia da Informação para o sistema de gerenciamento de informações da rede; tal opção permite também que os programas possam ser adaptados às necessidades de cada célula, preservando a ética da colaboração solidária e os princípios que dela decorrem na expansão econômica da rede.

Saliente-se, enfim, que células especializadas em prestar esse serviço de suporte à rede nas áreas de informática podem ser organizadas realimentando fluxos internos de valor a custos muito mais baixos do que os que seriam gastos com a simples compra de pacotes de software de domínio privado.

#### b) Um Sistema de Gerenciamento de Informação e de Comunicação

A rede de colaboração solidária necessitará de meios que permitam agilizar a análise e conexão das células de produção e consumo, diagnosticando demandas por insumos e produtos finais, visualizando processos de cadenciamento, permitindo a participação de qualquer membro da rede solidária na decisão sobre o surgimento de novas células, na definição de prioridades produtivas, etc.

Atualmente a conexão de unidades empresariais em redes de informação através da Internet ou de canais diretos de satélite é praxe usual de multinacionais capitalistas. Como elas não praticam a economia solidária, nenhuma delas se vale dessas mediações para promover a emancipação dos trabalhadores. Entretanto é possível a apropriação de tecnologias já disponíveis ao processo de constituição de redes por todas as células solidárias, sob forma de *software livre*, com baixo custo. Os softwares que venham a ser utilizados como instrumentos para gerenciamento e comunicação nas redes devem respeitar, todavia, as propriedades e parâmetros organizacionais que sejam democraticamente deliberados pelos participantes da colaboração solidária, tendo em vista ampliar sempre os exercícios reais da liberdade pública e privada em razão do bem-viver de todos os seres humanos.

O desenho básico de um programa deste tipo, executável a partir da Internet ou de outra rede de comunicação de dados, inclui a possibilidade de que qualquer interessado possa propor a produção de novos produtos ou projetar uma nova célula que poderia ser implementada atendendo novas demandas finais ou demandas de insumos. Ao acionar a função de projeção de uma nova célula – que será avaliada e aprovada ou não pela coordenação local, considerando-se a análise do conjunto dos participantes da rede local –, o programa solicitaria, por exemplo: a) onde será localizada a nova célula, b) quem a está propondo, c) como retornar informações a esta pessoa, d) o investimento inicial necessário para implantar a unidade produtiva, e) o investimento fixo inicial, f) o custo fixo mensal, g) o montante de capital de giro necessário, h) quantos trabalhadores estarão envolvidos, i) quantas horas de trabalho mensal (ou de trabalho por ciclo médio, no caso de produtos agrícolas), j) que tipo de trabalho será executado pelos trabalhadores, k) quanto será gasto com mão-de-obra, l) que tipo de produtos finais seriam produzidos, m) qual a sua quantidade, n) que insumos são incorporados em cada linha de produção, o) que demandas atenderá, p) dos insumos, o que e quanto consumirá de outras células da rede solidária e o que e quanto consumirá do mercado capitalista, q) qual o potencial produtivo máximo da célula, r) custo por unidade final produzida, s) preço por unidade final produzida, t) excedente para reinvestimento na rede; etc.

Com a entrada dos dados o programa passaria a considerar a existência de uma *célula projetada* e simularia quais seriam as outras células a surgir por *cadenciamento* em razão das novas demandas. Nesta simulação o sistema considera as unidades já em funcionamento como células-padrão, replicáveis conforme as demandas da rede. Sobre a *célula projetada*, os participantes da rede poderiam tecer considerações: quem se interessa por aquele produto, se as regiões comportam o cadenciamento de novas células ou se a célula projetada deveria se efetivar em outra região, etc.

Considerando as ponderações feitas pelos membros da rede, a coordenação decidiria pela realização, ou não, da célula. Se a deliberação fosse negativa, o projeto da célula seria arquivado em um banco de propostas preteridas, aduzindo-se as razões da rejeição. Desse modo seria possível a recuperação futura desses projetos em outras propostas, modificando-os, considerando-se as razões de sua anterior rejeição. Se fosse positiva a deliberação, o programa passaria a considerar a célula como em *fase de realização* incluindo como projeção de demanda futura real os insumos que ela passaria a consumir quando estivesse efetivamente funcionando. Isso permitiria que outras pessoas pudessem projetar o surgimento de novas células para datas futuras, quando tal de-

manda fosse efetivada ou quando aquela produção começasse a ocorrer<sup>26</sup>. Quando a *célula aprovada* entrasse em operação, produzindo e consumindo, ela mesma geraria uma nova *página web*, atualizada periodicamente, detalhando sua produção e consumo e apresentando a avaliação pública dos seus produtos elaborada por outras células da rede. A página conteria também os outros aspectos mencionados anteriormente sobre as pessoas que compõem a célula, visando criar laços entre os participantes da rede, permitindo uma comunicação direta entre eles.

O programa permitiria mapear automaticamente em qualquer *região* geográfica selecionada diversas peculiaridades da rede. Entre elas, por exemplo, os insumos consumidos no processo produtivo. Desses insumos, a) quais são atendidos por células da rede e quais são atendidos por empresas capitalistas e quais seriam atendidos por células projetadas já aprovadas mas ainda não realizadas; b) quais os insumos de células projetadas e aprovadas seriam demanda efetiva e quando tal demanda teria previsão de se efetivar. Indicaria também quais os produtos mais consumidos pelas células de consumo. Desses produtos, a) quais são produzidos pela Rede e quais pelo Capital e quanto dessa demanda seria atendida por células projetadas já aprovadas mas ainda não incorporadas, b) quanto dessa demanda atendida pelo capital seria atendida pelas células aprovadas mas ainda não incorporadas, c) quanto a incorporação dessas células implicaria em aumento de demanda em consumo produtivo e final, e d) quando essa demanda teria previsão de se efetivar. Seria também possível a) levantar rapidamente quais são os produtos mais fabricados em qualquer região selecionada; b) localizar a saturação local de um produto e sua demanda em outra região; c) mapear quais as células projetadas visam atender as demandas; d) quais as células aprovadas reduzirão essas demandas na região; e) o que pode ser ali produzido como excedente para atender demandas de outras áreas. Esse tipo de mapeamento permitiria ao usuário, movido pela *livre iniciativa solidária*, projetar novas células que atendessem, especialmente, demandas que ainda estivessem sendo satisfeitas pelo mercado.

Igualmente, o sistema também permitiria visualizar graficamente as conexões entre as células, conformando cadeias produtivas (em que o produto de uma é insumo de outra), e que células possuem um número maior de conexões

---

26. Para garantir uma segura expansão da rede, essas novas *células projetadas* (com base em demanda futura de células aprovadas mas ainda não realizadas), somente poderiam ser aprovadas assim que a demanda das células já aprovadas se tornasse demanda efetiva, isto é, quando tais células aprovadas fossem realmente incorporadas.

produtivas com as demais. Com efeito esse diagnóstico é necessário, pois a célula hiperconectada, que produz *bens tangíveis*, necessita ser progressivamente dividida e as células que surjam dessa divisão devem ser localizadas, preferencialmente, mais próximas das células que consomem seus produtos como insumos. Por sua vez, a célula hiperconectada, que produz *bens intangíveis*, também deve ser dividida em outras unidades que colaborem entre si na produção desses bens, socializando os conhecimentos dessa produção. Evita-se, dessa forma, que a perda de alguma célula hiperconectada (seja por cooptação do capital, seja por outra fatalidade) inviabilize o atendimento, ainda que parcial e emergencialmente, das demandas da rede com a produção efetivada em outras células.

Com efeito o próprio programa, seguindo algumas propriedades e parâmetros deliberados coletivamente, poderia sugerir a fissão de células e o remanejamento de realimentação de insumos, não apenas visando reduzir custos do processo produtivo mas para indicar alternativas emergenciais caso ocorra a perda de alguma célula produtiva em situação de exceção ou ainda para implementar ações de intensividade e extensividade.

O sistema de gerenciamento de informação e comunicação pode, ainda, permitir o mapeamento de ONGs, movimentos social-populares, sindicatos, partidos e outras organizações que participem da *Rede Política da Colaboração Solidária*, facilitando a busca por serviços dessas organizações nas regiões e áreas definidas pelo usuário, por exemplo, apoio à criança, saúde da mulher, direitos humanos, assessoria jurídica, educação popular, qualificação profissional e atividades culturais, entre muitos outros. Quando o usuário pesquisasse determinado serviço naquela região, o sistema indicaria todas as entidades que podem atendê-lo, apresentando suas *páginas web* e mecanismos de contato, endereço, telefone, etc.

O escopo desse sistema, em síntese, é apenas facilitar a análise e organização da rede, possibilitando decisões democráticas e ágeis. Cabe aos participantes deliberar sobre os movimentos de expansão das redes, até que, após sucessivos movimentos de agregação, a rede mundial entre em um equilíbrio dinâmico, isto é, seja capaz de integrar novas células, ampliando a diversidade de seus produtos, sem gerar excedentes desnecessários ao bem-viver de todos. Conforme essas decisões coletivas e novas necessidade práticas de gerenciamento, os softwares serão modificados para melhor atender a análise dos fluxos da rede e a sua projeção de crescimento e equilíbrio em razão da *livre iniciativa solidária*.

Nesta seção convém ainda dissipar duas opiniões inadequadas, representadas pela *tecnofobia* e pela *tecnolatria*. A aversão de muitos pelo desenvolvimento tecnológico impede que estes percebam o caráter emancipatório dos novos recursos existentes que se desenvolveram nas últimas décadas. Por outro lado, o culto à inovação tecnológica, enquanto tal, faz com que outros não percebam o potencial destrutivo e aniquilador do atual emprego de vários recursos por ela desenvolvidos. Com efeito trata-se de colocar as tecnologias a serviço das liberdades públicas e privadas, criticando eticamente o seu emprego, socializando a sua aplicação e benefício e desativando a aplicação de tecnologias que trazem malefícios ecológicos e sociais.

Destaque-se ainda que não é o emprego de tecnologias de ponta ou atrasadas o que permite ou inviabiliza a expansão da rede. A condição fundamental para que ela possa surgir e se expandir é o consumo e a produção solidárias, razão pela qual a revolução das redes pode iniciar-se desde já e em toda a parte onde seja possível às pessoas organizarem atividades autônomas de consumo e labor.

### *1.9. Aspectos da Implantação de Redes Econômicas*

É possível organizar-se as redes de colaboração solidária de inúmeras maneiras. Apresentamos aqui uma seqüência de ações que permitem visualizar os principais elementos a serem compostos em uma estratégia local, em particular para áreas urbanas. A complexidade do real, todavia, é bem maior que a articulação aqui feita destes aspectos, razão pela qual cabe partir-se sempre da realidade. Assim, o número de elementos a serem considerados é bem maior que os apresentados didaticamente abaixo. Indicamos, nesta seção, apenas o movimento básico de organização de um conjunto de células de consumo, de produção e de serviços conectadas em rede e não discorremos sobre a sua ulterior estruturação quanto ao fluxo de informações. A ordem das ações também não é necessariamente a apresentada nesta seqüência.

1. Elabora-se um *cadastro dos desempregados* da cidade. Trata-se de listar não apenas os que estão efetivamente procurando emprego, mas os que estão fazendo bicos, prestando serviços esporádicos, vendendo coisas pelas esquinas, etc. Estas pessoas fazem parte de um segmento social que pratica o consumo compulsório, dada a sua carência de recursos.

2. Esses trabalhadores se associam em *cooperativas por regiões da cidade*, conforme seu local de moradia. São organizadas, assim, cooperativas locais de desempregados, com cerca de vinte membros em cada uma. Estas cooperativas serão o embrião de células de consumo, de produção e serviços.

3. As cooperativas dos desempregados configuram-se, paralelamente, como *células de consumo*, por exemplo sob a forma de compras comunitárias. Como todos os desempregados e suas famílias necessitam consumir, este contingente articulado através da cooperativa passa a realizar conjuntamente suas compras, conseguindo comprar mais com menos recursos.

4. *Ampliação das células de consumo*. Amplia-se, a seguir, as células de compras comunitárias com famílias que desejem praticar o consumo solidário (participantes de comunidades, paróquias, sindicatos, associações, etc.).

5. Atenção especial deve ser dada à *lista de compras* comunitárias. Estas listas permitem diagnosticar demandas constantes de produtos que satisfazem necessidades e interesses destes segmentos. As compras devem ser feitas no atacado, podendo-se reunir várias células de consumo em um único ato de compra. Esta totalização do volume de mercadorias adquiridas em um único ato de compra aumenta o poder de barganha dos compradores junto aos negociantes. Permite também comprar determinados produtos diretamente dos produtores, uma vez que o volume de um mesmo tipo de mercadoria a ser adquirida é maior.

6. Criação de um *fundo solidário* para a geração de emprego e renda. Como as compras comunitárias barateiam os produtos significativamente, cada participante da célula de consumo pode solidariamente contribuir para a organização desse fundo. Por exemplo: se a compra comunitária baratear em 10% o preço pago pelo participante, ele pode contribuir com 5% para a constituição do fundo e, ao mesmo tempo, aumentar em 5% a quantidade de mercadorias à disposição de seu consumo.

7. Levantam-se as *demandas por serviços* das células de consumo já existentes. Serviços domésticos, construção, reparos, atendimentos de saúde, odontológicos, etc. As cooperativas podem, por exemplo, estabelecer convênios com dentistas – barateando tratamentos –, organizar suas próprias creches, etc.

8. Realiza-se uma *totalização das demandas por mercadorias e serviços* do conjunto das células de consumo. Em outras palavras reúnem-se todas as listas de compras comunitárias e de demandas por serviços em um banco de dados único do município, com acesso livre a todas as células.

9. Levantam-se as *atividades geradoras de renda* que os desempregados e subempregados vêm praticando com vistas à geração de recursos que satisfaçam as suas próprias demandas: revenda de produtos, produção de salgadi-

nhos e de outros tipos de alimento, reparos em encanamentos e outros tipos de serviço doméstico, digitação de trabalhos escolares, aulas particulares, serviços em informática, coleta de papel, de latas de alumínio e de outros materiais recicláveis, carretos, etc.

10. Realiza-se o *mapeamento das unidades produtivas alternativas já existentes* (familiares, comunitárias, etc.) que sejam fonte de renda local – por exemplo, padarias, fábricas de vassoura, oficinas de costura, fabricas de sabão, hortas comunitárias, produção doméstica de compotas e conservas, entre outras. Vale destacar que ações produtivas individuais – como no caso de uma senhora que trabalha em casa como costureira gerando renda para colaborar na manutenção da família – podem ser consideradas unidades produtivas e podem ser integradas em rede.

11. Faz-se um diagnóstico das atividades produtivas e serviços realizados nas unidades mapeadas anteriormente, levantando-se as *demandas por insumos e materiais de manutenção* consumidos em tais atividades, e as *demandas para a distribuição de produtos*.

12. Avalia-se que *atividades produtivas devem ser prioritariamente organizadas ou aprimoradas coletivamente* para atender as demandas do conjunto dos consumidores e das unidades produtivas já existentes. Por exemplo. Feito o diagnóstico do consumo de ovos praticado mensalmente pelo conjunto de cooperativas de consumo e produção, pode-se concluir que seja viável organizar uma granja para atender tal demanda. Do mesmo modo, feito o diagnóstico do volume de barras de sabão consumido pelo conjunto das cooperativas de consumo e produção, torna-se possível projetar a produção deste bem em uma pequena fábrica solidária, adequando seu porte às demandas previstas.

13. *Conectam-se em rede as unidades de produção, serviço e consumo final já existentes*, buscando criar mecanismos de realimentação entre elas – que umas venham a consumir os produtos de outras ou contribuir para vendê-los em sua região ou potencializá-las com recursos do fundo solidário. O surgimento da rede implica na organização de mecanismos democráticos de tomada de decisões coletivas, em particular sobre o excedente produzido pelas diversas células.

14. Se for conveniente, pode-se formalizar juridicamente uma *organização empresarial* que articule todas as células de produção e serviço, reduzindo-se custos do fluxo de insumos na rede, custos que existiriam se o mesmo fosse caracterizado como compra e venda de produtos de pessoas jurídicas distintas, de microempresas distintas.

15. O passo seguinte é a *constituição de novas células*, unidades produtivas locais, visando atender as demandas levantadas no diagnóstico feito, sejam de produtos finais, sejam de insumos, materiais de manutenção ou de serviços. A organização dessas novas células, envolvendo as cooperativas de desempregados, é financiada pelo fundo solidário e por outras iniciativas de apoio.

16. Considerando-se o *perfil profissional* dos participantes define-se democraticamente as funções que irão assumir nas unidades produtivas.

17. Os membros da cooperativa também trabalharão nas *vendas de produtos da rede* (da célula produtiva local e das demais células produtivas) para consumidores que não estão nas células de consumo.

18. Cada cooperativa de desempregados organiza também uma *lista de serviços* que pode prestar à comunidade local, divulga essa lista no bairro e solicita que esses serviços – quando forem necessários – sejam solidariamente contratados. Se não houver alguém no bairro que preste aquele serviço ou que o faça sem a qualidade esperada, busca-se na lista de um bairro próximo quem possa atender aquela demanda com a qualidade devida. A rede atuará no sentido de qualificar constantemente todas as atividades profissionais por ela prestadas.

19. O excedente produzido pelas unidades produtivas, isto é, o que seria considerado lucro em uma empresa capitalista, é depositado no *fundo solidário para a geração de emprego e renda*, administrado pela rede de colaboração solidária.

20. Para o crescimento da rede mantêm-se os princípios de fluxo de valor, matérias e informação, os princípios de diversidade, extensividade, intensividade e agregação.

Na fase inicial de implantação, há que se ter bastante criatividade no levantamento dos produtos e serviços que a comunidade local poderá realizar sob a perspectiva do consumo solidário. Quanto mais atividades produtivas forem conectadas em rede, mais ela se fortalecerá. Com imaginação será possível produzir uma diversidade muito grande de itens e – sabendo selecionar as matérias-primas, matérias auxiliares ou ingredientes – atividades que, em princípio, parecem não se conectar poderão ser articuladas em cadeia produtiva.

Se o percurso considerado anteriormente parece difícil de ser realizado, valha talvez apresentar um exemplo em que alguns de seus itens estão considerados.

Neste exemplo, um grupo de 20 desempregados organiza uma célula de compras comunitárias. Cada desempregado busca a adesão de cinco famílias. A célula se constitui, assim, com 100 famílias.

Se o consumo médio da compra mensal de cada família for R\$ 70,00, tem-se um consumo total de R\$ 7.000,00 por mês. Composto-se o fundo com 5% do valor das compras, tem-se uma entrada líquida de R\$ 350,00 mensais para o *fundo solidário*, ao passo que cada família ainda sai beneficiada pela compra comunitária pagando 5% mais barato as suas compras ou podendo comprar 5% a mais em mercadorias.

Em dois meses, a cooperativa teria R\$ 700,00 em caixa e poderia comprar, em uma revenda especializada, uma máquina de tricô usada (modelo SK 321, com cartelas que permitem produzir peças com desenhos) pelo valor de R\$ 500,00 e comprar R\$ 200,00 em lã. Com este equipamento, poderiam ser produzidas de 5 a 10 peças por dia. Supondo que sejam produzidas 7 peças por dia, com R\$ 1,50 de lucro em cada peça, já descontada a remuneração do trabalhador, o capital de giro como um todo e outros custos, teríamos por mês uma entrada mensal de R\$ 315,00 para o fundo solidário.

Totaliza-se, assim, uma entrada de R\$ 665,00 mensais neste fundo, o que permite montar-se uma Fábrica de Sabão em Barras em 8 meses – unidade essa que não somente geraria um lucro aproximado de R\$ 460,00 por mês – já descontados o pagamento de trabalhadores, recolhimento de impostos, etc., como também baratearia, ainda mais, a compra de todos.

Assim, em dez meses a cooperativa local teria um patrimônio de R\$ 5.820,00, teríamos gerado 5 empregos diretos na produção, 15 ocupações indiretas (considerando-se os que venderão as mercadorias da rede), contabilizando-se uma entrada líquida mensal de recursos no valor de R\$ 1.125,00 para o fundo solidário – já descontado tudo o que foi pago em matérias-primas, impostos, energia, salário, encargos sociais e comissão de vendas. E todos os vinte desempregados iniciais da célula estarão ocupados com atividades que melhoram seu nível de renda, podendo ainda maximizar seus recursos com as compras comunitárias.

Destaque-se ainda que desde o início da cooperativa, contudo, alguns desempregados poderiam organizar a produção caseira de pães, doces, lasanhas, etc., atendendo outras demandas da célula de consumo local.

Outros serviços, tais como jardinagem, pintura, reparos em chuveiros ou encanamentos, aulas particulares, cuidar de crianças, atendimento a idosos, lavagem de roupas, limpeza de casas, etc., também poderiam ser feitos por desempregados da cooperativa local.

Por outra parte, se todas as famílias que participam da rede fizerem a coleta seletiva do lixo, incentivando seus vizinhos a fazerem o mesmo, os desempregados – que têm nesta atividade uma fonte suplementar de renda – coletariam o material que poderia ser destinado a uma unidade cooperativada de prensagem e enfardamento, e negociada diretamente com as fábricas para reciclagem.

Considere-se também que vários tipos de olerícolas como cenouras, beterrabas, couve-flor, brócolis, etc., compráveis junto aos produtores a um preço melhor que os do mercado, poderiam ser acondicionadas sob a forma de conservas, diminuindo-se as perdas dos produtores e aumentando-se a quantidade de alimento disponível às células de consumo, podendo ser consumido a prazos mais largos e com preços mais baixos. A cooperativa poderia, ainda, negociar diretamente com produtores agrícolas e avícolas na região a entrega semanal de verduras, ovos e aves frescas por um preço mais barato que o do mercado.

Com efeito, tudo o que se requer para que a implantação de uma rede econômica ocorra é a colaboração solidária – neste caso, basicamente, o consumo e o trabalho solidários.

### *1.10. Atendendo Demandas Reais*

Após a constituição dessa rede que é ainda muito frágil mas que já conecta células de produção e consumo, cabe definir uma estratégia para seu crescimento, em função das demandas dos consumidores. Um quadro geral das demandas das famílias que, no Brasil, vivem na faixa de dois a três salários mínimos pode servir-nos de referência.

Conforme a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE realizada em 1996 a despesa média mensal familiar na classe de dois a três salários mínimos é de R\$ 365,33. Do conjunto do recebimento médio mensal dessas famílias, 52,80% advém de trabalho assalariado, 21,63% de trabalho por conta própria, 15,26% de aposentadoria pública. A *Tabela 3* mostra os principais gastos mensais das famílias nesta faixa de renda.

Tomando esses valores por referência, imaginemos que 200 famílias organizem uma rede de consumo solidário e que entre elas solidariamente sejam organizados uma chácara comunitária, uma padaria, uma granja, um salão de cabeleireiro e uma confecção. Em cada mês a padaria venderia o equivalente a R\$ 2.904,00 em panificados e biscoitos, a granja venderia R\$ 1.682,00 referente a aves e ovos; a chácara venderia R\$ 1.114,00 em tubérculos, raízes, legumes e verduras; o salão de cabeleireiro movimentaria R\$ 510,00 e a confecção venderia R\$ 4.102,00 em roupas variadas. Para cada possível empreendimento destes seria necessário analisar os custos de produção e de serviço para definir-se o faturamento mínimo necessário à manutenção do empreendimento, cobrindo-se todo o valor necessário a ser reaplicado no processo produtivo e uma certa margem de excedente.

**Tabela 3 – Despesa Média Mensal Familiar no Brasil para Famílias com Renda Mensal de 2 a 3 Salários Mínimos**

Desembolso Global	365,33
Despesas de Consumo	330,13
Alimentação	124,00
Arroz, feijão e outros cereais	8,76
Farinhas, féculas e massas	4,87
Tubérculos e raízes	2,05
Açúcares e derivados	4,38
Legumes e Verduras	3,52
Frutas	4,98
Carnes, vísceras e pescados	17,90
Aves e Ovos	8,41
Leites e Derivados	14,75
Panificados (pão francês, biscoitos, outros)	14,52
Óleos e Gorduras	1,79
Bebidas e Infusões (Cafê, Refrigerante, cervejas, outros)	8,32
Enlatados e Conservas	0,63
Sal e condimentos	2,27
Alimentos Preparados	1,11
Alimentação fora do domicílio	14,69
Habitação	88,61
Manutenção do lar	8,26
Artigos de limpeza	4,09
Mobiliários e Artigos do Lar	8,79
Consertos e Manutenção de Artigos do Lar	2,29
Vestuário	20,51
Transporte	21,31
Higiene e Cuidados pessoais	6,37
Assistência à Saúde	27,32
Educação	5,21
Recreação e Cultura	4,18
Fumo	9,29
Serviços Pessoais	4,86
Cabeleireiro	2,55
Manicuro e Pedicuro	0,69
Outras	1,62
Despesas Diversas	7,97
Outras Despesas (impostos, contribuição trabalhista, etc.)	10,56
Aumento do Ativo	21,23
Veículo	2,35
Aquisição de Imóvel	0,72
Reforma de Imóvel	17,33
Outros Investimentos	0,83
Diminuição do Passivo	3,41

Fonte: IBGE<sup>27</sup>.

27. IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares, 1995-1996*. Rio de Janeiro, IBGE, 1997.

Contudo, se a padaria caseira comprar junto à granja os ovos que utiliza na produção de biscoitos e bolos, as vendas da granja aumentarão bastante, crescendo também o valor a mais produzido. Se a padaria experimentar produzir pães utilizando batatas como ingrediente ou iniciar uma linha de produção de massas usando cereais e tubérculos como insumos, isso aumentaria as vendas da chácara. Se a horta aproveitar o esterco da granja como adubo, gastaria menos em fertilizantes e a produção seria maior. Se a granja comprar milho da chácara e restos de verdura para alimentar as galinhas, seus custos seriam também menores. Assim, se essas unidades produtivas forem conectadas em rede, transformando-se em células, a circulação de matérias entre elas se realimentaria, fortalecendo o conjunto. Trata-se, entretanto, não apenas de atender a demanda dessas células, mas de produzir para um segmento mais amplo que extrapole a essas duzentas famílias, bem como gerar novas células por *cadena-mento*, que forneçam insumos necessários ao processo produtivo. Neste caso, por exemplo, um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras poderia não apenas fornecer milho para a granja, farinha para a produção de massas ou mel para fazer pães e doces, mas tornar-se uma nova célula de consumo das roupas produzidas na confecção.

O diagnóstico, entretanto, do quê e quanto será produzido, depende do levantamento feito sobre as unidades produtivas de caráter solidário existentes na região e das demandas de consumo daqueles que se dispõem a praticar o consumo solidário. Há uma quantidade de consumo mínima necessária para que qualquer unidade produtiva possa sobreviver nessa fase e o valor final do produto não pode ficar muito acima do que possa ser compensado pelo mecanismo das compras comunitárias, nem com uma qualidade que seja insatisfatória para atender as demandas dos consumidores – uma vez que do mesmo modo como eles se dispõem a colaborar consumindo os produtos da rede, eles podem decidir encerrar a sua colaboração. Após os diagnósticos, estabelece-se uma estratégia com vistas a conectar em rede as unidades produtivas já existentes – o que significa necessariamente conectá-las em cadeias produtivas – bem como adequar a sua produção ao quadro de satisfação das células de consumo.

Estrategicamente, após a sua constituição, a rede, para avançar na conquista de sua *autopoiese*, necessita diversificar a produção, aprimorar a qualidade dos bens e serviços que disponibiliza e ampliar o segmento consumidor, considerando sempre as demandas reais. Assim, quanto maior o número de trabalhadores envolvidos nas células de produção e consumo – respeitando-se

o princípio básico de que o resultado final da produção deve ser suficiente para garantir o reinvestimento no processo produtivo, a remuneração de todos e os gastos adjacentes – mais fácil será garantir o consumo da produção de toda a rede, pois aumenta-se o seu potencial de consumo. Daí decorre que é importante fraturar as células e espalhá-las por territórios abandonados pelo capital junto a populações carentes, possibilitando o surgimento de novas células laborais e de consumo em novas regiões.

### 1.11. *Partindo do que já existe*

A produção doméstica de pão, macarrão, sabão, roupas, a criação de aves, o cultivo de hortas, entre tantas outras atividades produtivas caseiras, é uma prática comum em muitas regiões do país. Ocorre que nos períodos de crise econômica e aumento do desemprego a produção familiar é superada, em inúmeros casos, por uma produção comunitária, surgindo assim hortas comunitárias, padarias comunitárias, clubes de mães, entre muitos outros empreendimentos, como atividades de suplementação de renda familiar.

Em muitas dessas unidades produtivas, no caso brasileiro, a produção se organiza em função das necessidades comunitárias e surge de maneira quase espontânea, sem nenhuma perspectiva estratégica de pretender constituir-se em uma alternativa auto-sustentável, não apenas para os que estão nela envolvidos como trabalhadores, mas para atender com eficiência e qualidade as demandas da sociedade local.

Em outros casos, essas atividades produtivas surgem por iniciativas de ONGs, igrejas e grupos de solidariedade internacional. Destaque-se também que muitas unidades de produção resultam de conquistas do movimento popular – como no caso das 300 experiências comunitárias de produção e prestação de serviços que se organizaram pelo Paraná, em meados dos anos 80, graças às pressões dos movimentos de desempregados em Londrina, Foz do Iguaçu e Curitiba, fazendo com que o governo estadual abrisse, em princípio, *Frentes de Trabalho* nessas regiões e, depois, subvencionasse, a fundo perdido, centenas de *Associações de Produção*, em especial nas regiões oeste e norte do estado, nos anos de 1985 a 1987<sup>28</sup>.

---

28. IPARDES, *Avaliação de Experiências Comunitárias no Paraná*. Relatório N.1 – Volume I. IPARDES, julho de 1987, 34 p.

O conjunto dessas experiências, entretanto, é muito mais significativo do que parece à primeira vista. Considerando as 300 experiências comunitárias de produção e prestação de serviços, catalogadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento (IPARDES) no período citado – embora uma parcela possa ter servido como disfarce para desvio de verbas que chegavam às prefeituras a título de “fundo perdido” –, cabe salientar o quadro extremamente diversificado das unidades produtivas que funcionaram naquele período. Essas *Associações de Produção* desenvolveram atividades nas seguintes áreas: a) *cultivos e culturas* (cultivo de hortas, pomares, lavouras e sítios; criação de galinhas, coelhos e peixes, etc.), b) *transformação* (marcenaria, olaria, sapataria, malharia, padaria, moenda comunitária, moinho colonial; confecções de panos de prato, acolchoados, roupas, tapetes e chinelos; artesanania em vidro, em palha de milho, bambu ou cipó; produção de materiais de pesca, vassouras, sabão e outros produtos de limpeza; produção de leite de soja, doces e vinagre; corte de poliedros, produção de artefatos de concreto; construção civil, etc.) e c) *serviço* (capina, desmatamentos, manutenção de áreas verdes, mutirões de saneamento, pavimentação, reprocessamento e incineração de lixo; colheita de algodão, mutirão escolar, lavanderia comunitária, coleta de papéis e materiais recicláveis, consertos de sapatos, reformas de roupas usadas, etc.). O que não teria ocorrido se essas trezentas experiências de produção comunitária tivessem se organizado em redes, sob a estratégia do consumo solidário, constituindo células por cadenciamento e para atender demandas de consumo final articuladas em um sistema de compras comunitárias, gerando uma parcela de excedente que fosse reinvestida na expansão da rede?

Esta pergunta poderia ser atualizada, considerando-se a astronômica quantidade de organizações do setor público não-estatal existentes no mundo. Se analisarmos o que ocorre com uma parcela dessas organizações que atuam no financiamento, produção e comércio, veremos que inúmeras redes começam a surgir por toda a parte conformando cadeias complexas. Em algumas delas, produtos elaborados no Terceiro Mundo são comercializados no Primeiro Mundo; em outras, certas comunidades criam sistemas que abolem a necessidade de moedas nacionais como condição de intercâmbio gerando, com isso, grandes benefícios locais; em outras, os trabalhadores, assumindo a posse e o controle das empresas, organizam sistemas de autogestão. Contudo, similarmente às trezentas experiências referidas, o conjunto dessas organizações não possui uma estratégia comum que permita conectá-las em fluxos de informa-

ção, de matérias e de valores, e que possibilite um movimento consistente de rede como explicitamos nas seções anteriores.

Com efeito, essas organizações econômicas solidárias existentes seguem rumos muito distintos, sendo também organizadas sob princípios diversos. Poderíamos sistematizá-las em seis grupos ou modelos: assistencialista, capitalista, socialista, a economia de comunhão, sistema de autogestão, sistema local de comércio e emprego e sistema de comércio équo e solidário.

#### a) Modelo Assistencialista

No *modelo assistencialista*, a produção familiar é superada em uma produção comunitária, como no caso das hortas comunitárias e dos clubes de mães, entre outros. Os produtos elaborados são vendidos na própria comunidade a um preço irrisório em “bazares beneficentes”. Esses grupos não possuem autonomia econômica, recebendo verbas de entidades nacionais, do Estado e do exterior; os produtos têm baixa qualidade; os trabalhadores não desenvolvem noções mais elaboradas de administração e contabilidade, não se preocupando com a auto-sustentação do empreendimento, uma vez que as verbas vêm a fundo perdido; não possuem uma compreensão dos mecanismos que operam no processo produtivo capitalista. Em síntese, as verbas recebidas são transformadas em produtos e praticamente “repassadas” para o consumo da comunidade suprindo algumas carências mais imediatas. Encerrados o financiamento ou o fornecimento gratuito de insumos, essas unidades produtivas cessam suas atividades.

#### b) Modelo Capitalista

No *modelo capitalista* enquadram-se pequenas unidades produtivas caracterizáveis como microempresas privadas. Estas possuem certa competência técnica, administrativa e contábil, que varia conforme o empreendimento. Acompanham os movimentos do mercado, pesquisam constantemente novos fornecedores e desenvolvem estratégias para baratear seus produtos e ampliar sua clientela. Sob este modelo enquadram-se vários projetos de entidades sociais que empregam adolescentes pobres, em uma perspectiva de profissionalização, visando o seu posterior ingresso no mercado formal de trabalho, e que conseguem auto-sustentação financeira com as atividades produtivas realizadas pela empresa. Destaque-se que, no Brasil, alguns empreendimentos que

surgem com características assistencialistas acabam posteriormente recebendo assessoria de entidades governamentais – como ocorreu com financiamentos concedidos pela LBA a unidades produtivas em meados dos anos 80 – e se convertem, por fim, em microempresas capitalistas – que, em sua maioria, fracassam depois de algum tempo.

### c) Modelo Socializante

São poucas as tentativas mais explícitas de organização de unidades produtivas sob o *modelo socializante* em meio às sociedades capitalistas – o que inclusive pode parecer um paradoxo para muitos. Algumas organizações econômicas do Terceiro Setor, entretanto, possuem um matiz socialista. Nos anos 80 havia algumas unidades produtivas na zona leste da região metropolitana de São Paulo, que podem ser aqui elencadas. Em uma delas – a partir de um projeto de educação pelo trabalho mantido por entidades populares – organizou-se uma padaria na qual jovens trabalhadores dominavam o processo produtivo em todas as suas etapas, revezavam-se em três turnos produtivos e comercializavam a produção na região, sob um modelo autogestionário seguindo, em certa medida, o ideário socialista. O grupo, como um todo, determinava o valor de sua própria remuneração e o montante de recursos a reinvestir na produção e no aprimoramento da unidade produtiva, melhorando a qualidade do produto e ampliando a venda na comunidade local. Outra unidade produtiva neste modelo, na mesma região, trabalhava com a produção de armações para óculos. Com os recursos e conhecimentos que acumularam trabalhando em empresas do ramo, organizaram um sistema alternativo de produção de armações e criaram a Cooperótica, uma cooperativa inspirada em ideais socialistas, assumindo formalmente um registro de microempresa. Inspirada na Cooperótica uma outra unidade produtiva na área de confecções, composta por vinte pessoas, foi instalada em uma favela da região. Caberia também incluir aqui assentamentos rurais recentes no Brasil que optaram pela posse coletiva da terra, com a utilização coletivizada de implementos agrícolas e gestão compartilhada dos empreendimentos sob a inspiração ética e política do socialismo.

### d) Modelo de Autogestão

A autogestão ocorre quando a gerência de uma empresa é realizada pelos próprios trabalhadores, que elegem uma direção e um conselho de gestão. Quan-

do as empresas autogeridas assumem a forma de cooperativa, tem-se cotas iguais para todos os membros; quando assume a forma de uma associação, os trabalhadores são simultaneamente operários e sócios da associação. Na cooperativa, os proventos do trabalhador advêm da *retirada mensal*, variando conforme a sua função. Neste modelo reduzem-se os encargos trabalhistas, recebendo o cooperado uma remuneração por serviços prestados na forma de pró-labore, tendo os sócios uma participação no faturamento. Na associação, por sua vez, o trabalhador, no Brasil, tem registro em carteira, sendo remunerado conforme as normas da CLT.

No sistema de autogestão, os funcionários detêm, no mínimo, 51% do capital acionário da empresa, a qual administram “... tomando decisões em relação a investimentos, processo produtivo, clientes, fornecedores e mesmo o valor de seus salários e retiradas.”<sup>29</sup> Assim, com a autogestão, podendo livremente decidir os rumos da empresa, os trabalhadores conseguem manter seus empregos e estabelecem o seu nível de renda conforme a atuação da empresa. Em geral, nos empreendimentos autogeridos a diferença de remuneração entre os trabalhadores diminui.

O sistema de co-gestão, por sua vez, ocorre quando a direção da empresa envolve conjuntamente patrões e empregados, sendo a empresa “... dirigida em conjunto pelo empregador e seus funcionários, que não podem ter mais de 49% da participação acionária.”<sup>30</sup>

No caso brasileiro, nos anos recentes, a proposta da autogestão surge nas situações em que a empresa sofre graves problemas financeiros. Em geral são os sindicatos de trabalhadores que tomam a iniciativa de propor o modelo, embora, em menor medida, a proposta também advenha dos empregadores ou mesmo dos trabalhadores (veja-se a *Tabela 4*). Os trabalhadores então analisam o setor de mercado em que atua a empresa, o fluxo produtivo e mão-de-obra nela disponível e avaliam as causas dos problemas por ela enfrentados, os motivos do fechamento ou das dificuldades financeiras do empreendimento, se resultam de má administração ou de fraudes contábeis, se a empresa pode recuperar mercado, enfim, se ela é viável economicamente. Após esse processo, se forem assumidas pelos trabalhadores, tais empresas passam a ser “... ali-

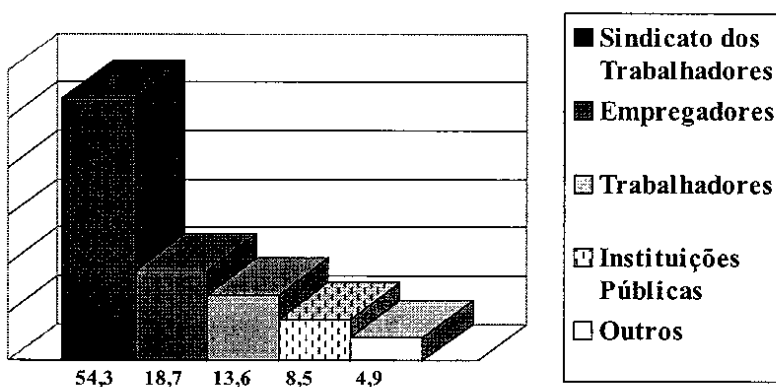
---

29. Daniela FERNANDES, “Entenda como é o programa”. *Folha de S. Paulo*, 03-11-96, p. 2-4.

30. *Ibidem*.

cerçadas na força e energia dos trabalhadores-proprietários, na inteligência coletiva e nos princípios da cooperação e da solidariedade.”<sup>31</sup> Destaca Paul Singer, considerando empreendimentos autogeridos, que “cooperativas de produção, de consumo e de crédito, ao lado de associações mutualistas de seguro e saúde e de sistemas locais de integração comercial, constituem componentes de um modo de produção que tem o trabalho e o consumo – e não o lucro – por prioridade.”<sup>32</sup>

**Tabela 4 – Iniciativa na Adoção do Sistema de Autogestão no Brasil nos anos de 1992 a 1998 (Valores em Percentual)**



Fonte: Antcag<sup>33</sup>.

Neste cenário, o primeiro projeto de autogestão recente no Brasil foi efetivado em 1991, envolvendo a Makerli, uma empresa de calçados. Em 1992 haviam empresas autogeridas nos setores calçadista e têxtil. Em fevereiro de 1994 foi criada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG, que desenvolveu uma metodologia apropriada à conversão de empresas aos regimes de autogestão ou co-gestão.

31. Aparecido FÁRIA, “Autogestão, emprego a custo zero”. *Folha de S. Paulo*, 23-03-98, p. 2-2.

32. Paul SINGER, “Autogestão contra o desemprego”. *Folha de S. Paulo*, 22-06-97, p. 2-2.

33. “Como se dividem as empresas de autogestão”. *Folha de S. Paulo*, 03-11-96, p. 2-4.

Analisando o crescimento e o resultado das empresas sob este modelo, afirma Paul Singer, membro do conselho da ANTEAG:

“O surpreendente é que os operários, sem experiência administrativa e sem conhecimentos especializados, tiveram êxito onde o capital privado fracassara. Isso não foi milagre nem obra do acaso. Na realidade, está se forjando uma metodologia de reorganização e reestruturação de empresas que possibilita a sua reabilitação exatamente porque a sua gestão passou às mãos dos trabalhadores. O desenvolvimento dessa metodologia se deve à Anteag..., em que atua uma equipe de técnicos, educadores e consultores, especializada em desenhar, implantar e desenvolver projetos de auto e co-gestão.”<sup>34</sup>

Em certas empresas, como no caso da Cooperativa Autogestionária Industrial de Trabalhadores Têxteis (Coopertex), que tem 84 cooperados, “... a produtividade por trabalhador e o salário subiram 30% depois da transformação da fábrica em cooperativa.”<sup>35</sup>

Além de orientar os empregados a assumirem ou não empresas em processo de falência, a ANTEAG também presta assistência a grupos de trabalhadores que pretendem organizar novas empresas sob o sistema de autogestão.

Com a crise atual, há uma tendência de que surjam no Brasil novas cooperativas, como vem ocorrendo há alguns anos em outros países, entre os quais Itália, Inglaterra, Estados Unidos e Espanha. Na Inglaterra, por exemplo, na primeira metade da década de 1990, foram criadas, aproximadamente, 250 novas cooperativas por ano naquele país, conforme dados apresentados por Aparecido Faria à imprensa. De todas as empresas autogeridas, lá existentes, a maior delas é a “... John Lewis Partner, com 34 mil empregados em 22 lojas de departamentos e 105 supermercados.”<sup>36</sup> Por sua vez, nos Estados Unidos, “... existem mais de 10 mil empresas autogeridas... O faturamento dessas empresas ultrapassa os US\$ 6 bilhões.”<sup>37</sup>

Em alguns países a legislação favorece o surgimento de empresas cooperativadas autogeridas. Atualmente, na Espanha, existe um dispositivo legal “... que obriga as empresas a oferecerem aos empregados a possibilidade de assumi-

---

34. Paul SINGER, “Autogestão...”, p. 2-2.

35. Fátima FERNANDES, “Crise leva indústrias a virar cooperativas”. *Folha de S. Paulo*, 17-08-98, p. 3-3.

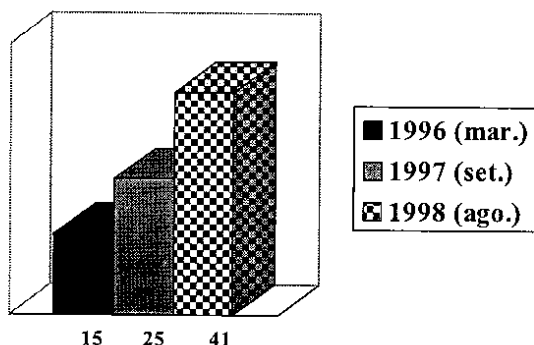
36. Francisca RODRIGUES, “EUA tem 10 mil firmas autogeridas”. *Folha de S. Paulo*, 29-05-95, p. 2-3.

37. *Ibidem*.

rem o negócio antes de serem fechadas, o que favorece as cooperativas.”<sup>38</sup> Também em razão disso, na cidade espanhola de Mondragon, aproximadamente 35 mil pessoas trabalham em inúmeras cooperativas de produção.<sup>39</sup>

No Brasil, em março de 1998, havia 27 projetos de empresas autogeridas: “três no Nordeste, com 2.200 empregos diretos, 20 no Sudeste, com 3.650 empregos, e quatro no Sul, com 850 empregos.”<sup>40</sup> Em agosto do mesmo ano cooperativas de produção atuavam nos ramos moveleiro, metalúrgico, extração mineral, máquinas, transporte, plástico, químico, vidro, agroindústria, entre outros, somando 41 empresas associadas à ANTEAG, com cerca de 10 mil empregados (veja-se *Tabelas 5, 6 e 7*) e com um faturamento previsto para o ano de, aproximadamente, R\$ 215 milhões, tendo as vendas crescido entre 5% a 10% ao ano nos últimos quatro anos.<sup>41</sup>

**Tabela 5 – Crescimento do Número de Empresas Autogeridas no Brasil de 1996 a 1998**



Fonte: ANTEAG<sup>42</sup>.

38. Fátima FERNANDES, “Desafio é sobreviver sem a crise”. *Folha de S. Paulo*, 17-08-98, p. 3-3.

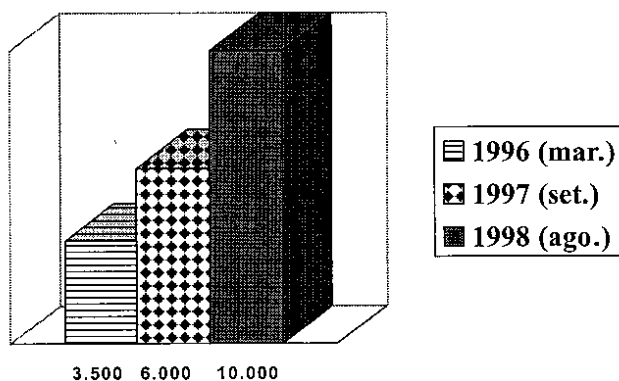
39. *Ibidem*.

40. Aparecido FÁRIA, “Autogestão...” p. 2-2.

41. Fátima FERNANDES, “Crise leva indústrias...”, p. 3-3. Elencam-se entre outras empresas autogeridas no Brasil a Cobertores Parahyba, com 450 empregados, instalada em São José dos Campos (SP); a Facit com 450 trabalhadores, em Juiz de Fora (MG); a Frunorte, com 700, no Vale do Açu (RN); a Coopervest, com 600, em Aracaju (SE); a CBCA, com 450, em Criciúma (SC), a Cootim-Sakai, com 100, em Ferraz de Vasconcelos (SP); a Conforja co-gestão, com 500 trabalhadores, em Diadema (SP); a Hidrophocnix, com 50, em Sorocaba (SP); a Mambrini em Vespasiano (MG); a Consid, com 1.100 empregados; a Cootrac com 300 trabalhadores; a Remington, com 120 trabalhadores. Fontes: Paul SINGER. “Autogestão...”, p. 2-2, e Francisca RODRIGUES. “Autogestão de empresas ganha força, diz associação”. *Folha de S. Paulo*. 29-05-95.

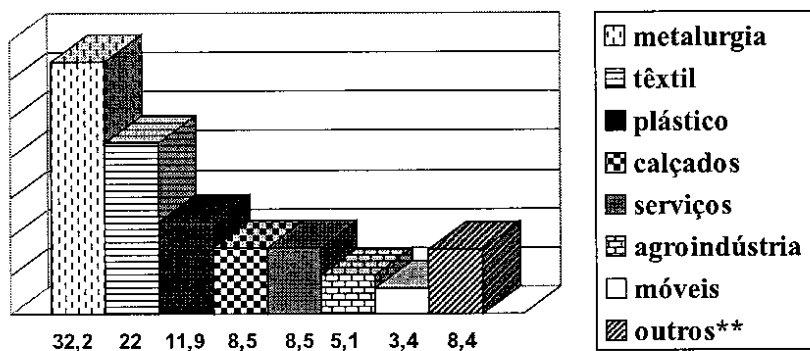
42. “Autogestão recupera empresas quebradas”, *Folha de S. Paulo*, 28-09-97, p. 2-15; Aparecido FÁRIA, “Autogestão, emprego...”, p. 2-2, e Fátima FERNANDES. “Crise leva indústrias...”, p. 3-3.

**Tabela 6 – Crescimento de Empregos Diretos Mantidos por Empresas Autogeridas no Brasil de 1996 a 1998**



Fonte: ANTEAG<sup>43</sup>.

**Tabela 7 – Empresas sob Autogestão no Brasil em 1996 Agrupadas por Atividade (em percentual\*)**



\* inclui também projetos em discussão.

\*\* alimentação, tintas, embalagens, cerâmica e vidro.

Fonte: ANTEAG<sup>44</sup>.

43. "Autogestão recupera empresas...", p. 2-15; Aparecido FARIA, "Autogestão, emprego...", p. 2-2, e Fátima FERNANDES, "Crise leva indústrias...", p. 3-3.

44. "Como se dividem as empresas...", p. 2-4.

Estas iniciativas contudo recebem quase nenhum apoio do poder público. Até dezembro de 1996, o BNDES havia financiado R\$ 24 milhões para cinco empresas autogeridas, quando havia, contudo, 16 outras empresas neste sistema que necessitavam de financiamento. Ocorre que “... a legislação não permite que órgãos públicos emprestem recursos a empresas com falência requerida e débitos com o Fisco – situação da maioria das empresas que adotou o sistema de autogestão.”<sup>45</sup>

#### e) Economia de Comunhão

O modelo de *Economia de Comunhão*, por sua vez, surgiu em 1991 no Brasil sob a inspiração de Chiara Lubich – líder religiosa italiana – que, em razão desta proposta e por outros motivos, já recebeu três títulos de Doutora Honoris Causa, um deles em economia pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Em síntese a proposta, assumida por mais de 700 empresas em vários continentes, mantêm o modelo de produção capitalista, estabelecendo uma nova destinação para os lucros líquidos: “1) consolidação da empresa com justos salários e respeito às leis vigentes; 2) ajuda aos necessitados e criação de postos de trabalho; 3) sustento a estruturas aptas para formar homens capazes de viver a cultura da solidariedade, a cultura da partilha.”<sup>46</sup> Propõe-se ampliar o volume de lucro da empresa para melhor atender essa tripla destinação, sempre colocando no centro da empresa a “pessoa humana” e não o capital.

Conforme os divulgadores do modelo, que tem sido motivo para inúmeras teses acadêmicas<sup>47</sup>, ele altera a relação entre empregadores e empregados. Os empresários formulam estratégias envolvendo os diferentes membros da empresa, valendo-se ao máximo dos talentos dos recursos humanos, favorecendo a criatividade e a corresponsabilidade entre todos. Os lucros, entretanto, passam a ser utilizados não apenas para o desenvolvimento empresarial, mas para auxiliar pessoas em dificuldades econômicas e para formar uma nova cultura econômica centrada no “dar” e não no “ter”. Esses aspectos, desdobrados de uma aspiração de justiça, acabam – segundo os divulgadores – incrementando a produtividade dos trabalhadores que se voltam não somente para o seu bene-

---

45. Daniela FERNANDES, “BNDES tem financiamento para sistema”. *Folha de S. Paulo*, 03-11-96, p. 2-5.

46. MOVIMENTO DOS FOCOLARES. *Economia de Comunhão*. [www.focolares.org.br/PAGEEDC.html](http://www.focolares.org.br/PAGEEDC.html).

47. Uma relação de teses disponíveis na Internet sobre o tema pode ser encontrada em [http://www.focolares.org/it/ecot\\_i.html](http://www.focolares.org/it/ecot_i.html) e <http://www.quasarbbs.com/ftp/tesi2.html>.

fício pessoal ou empresarial, mas também à finalidade social desta nova economia de comunhão.

Com esta prática, a empresa passa a travar um relacionamento diferenciado com seus clientes, fornecedores e com a sociedade em geral, buscando oferecer bens e serviços com boa qualidade e preços justos, ao mesmo tempo em que mantêm um relacionamento leal com os concorrentes. Dessa forma ela obtém estima e confiança dos fornecedores, clientes e da administração pública, o que confere maior estabilidade ao empreendimento. Eticamente, a empresa paga todos impostos e se relaciona corretamente com sindicatos e outros órgãos de controle. Ecologicamente, busca não poluir, adotando tecnologias adequadas a esse fim.

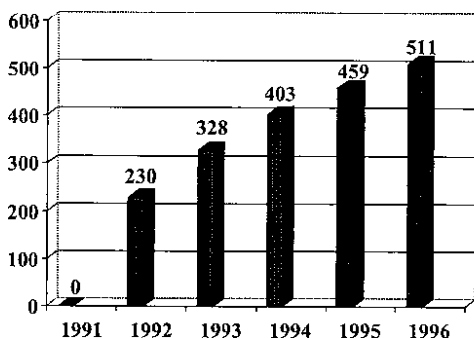
Assim, os empresários passariam a transformar sua empresa em uma comunidade, dando especial atenção às normas de segurança, condições ambientais, saúde dos trabalhadores e jornada compatível com o tipo de serviço. Além disso, buscariam articular as empresas entre si em relacionamentos econômicos úteis a todas elas, valendo-se de sistemas comunicativos que as interligam em nível local e internacional. Sob essa característica, conforme os analistas, “... vai se concretizando a participação internacional do capital, concessão de créditos, transferência de tecnologias entre as empresas de nações diferentes e até mesmo de diferentes continentes”<sup>48</sup>.

A *tabela 8* mostra o número de companhias que aderiram à Economia de Comunhão em todo o mundo no período entre 1991 (quando surge a proposta) e 1996.

---

48. Alberto FERRUCCI, *Economia de Comunhão na Liberdade*. [www.focolarcs.org.br/PAGE2EDC.htm](http://www.focolarcs.org.br/PAGE2EDC.htm).

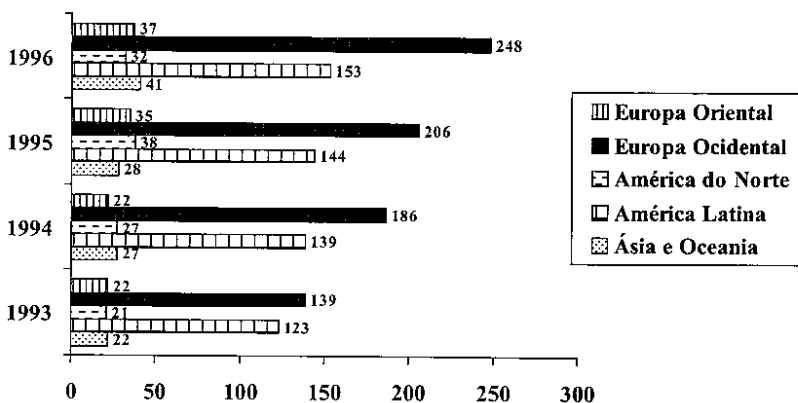
**Tabela 8 – Número de Companhias que aderiram à Economia de Comunhão no Mundo Todo de 1991 a 1996**



Fonte: Manuela POLO<sup>49</sup>.

A Tabela 9, por sua vez, mostra o crescimento e distribuição das empresas que praticam a Economia de Comunhão em cinco regiões mundiais, nos períodos de 1993 a 1996.

**Tabela 9 – Crescimento do Número de Empresas que Aderiram à Economia de Comunhão por Regiões Mundiais no Período de 1993 a 1996**



Fonte: Manuela POLO<sup>50</sup>.

49. Manuela POLO, *op. cit.* Outra fonte indica a existência de 551 unidades em 1995. Cf. Valeria FERRERO. *Economia di Comunione e gestione delle imprese: dall'utopia alla proposta*. Tesi de Laurea em Economia e Comercio. Università degli Studi di Torino. Torino, Itália, 1997, p. 76.

50. Manuela POLO, *op. cit.*, p.79. Outras fontes dão conta de que na África existiam 11 empresas em 1996 praticando esta economia. Veja Valeria FERRERO, *op. cit.*

A Economia de Comunhão, contudo, não é uma alternativa viável historicamente para o conjunto dos excluídos. Se considerarmos os dados disponíveis, podemos destacar os seguintes aspectos fundamentais.

Em primeiro lugar, o número das companhias que se converteu a esta proposta ou que sob ela surgiu praticamente se estabilizou na América Latina, Europa Oriental, Ásia e Oceania. No caso da América do Norte o número até mesmo diminuiu. Somente na Europa Ocidental ela continua crescendo a uma modesta taxa, se se espera que este modelo venha a ser uma real alternativa aos excluídos nas próximas décadas. O salto inicial se deveu mais à própria adesão de focolarinos envolvidos em negócios do que uma expansão propriamente econômica do modelo. O ritmo de crescimento vem caindo de 43% entre 1992 e 1993 para 11% entre 1995 e 1996. Nos casos de América Latina e Europa, os países que incrementam as estatísticas são Brasil (90 empresas) e Itália (125 empresas), em razão da própria projeção do movimento focolarino nos dois países.

Em segundo lugar, o modelo não gerou um número maior de empregos nas companhias que a ele se converteram. A conversão da maioria dessas empresas, portanto, não significou um aumento no número total dos empregos nas suas regiões. Geração de novos empregos, mas poucos, ocorreu apenas nos casos em que novas empresas foram organizadas sob esta perspectiva.

Em terceiro lugar, o lucro não foi aplicado seguindo-se fielmente a regra da tripartição. De fato, como a atitude de dar é espontânea, a maior parte dessas companhias não aplica totalmente o princípio proposto por Chiara Lubich, embora passem a ter algum prestígio em certos segmentos por assumirem teoricamente uma proposta que na prática implementam de modo mais simbólico que efetivo. Reconhecem alguns pesquisadores que "... quem adere à economia de comunhão na realidade não respeita rigidamente os vínculos propostos, e isto constitui um fato importante e positivo, enquanto reconhece que o empreendedor deve continuar a ser o sujeito econômico que decide e arrisca. Conseqüentemente, aderindo ao projeto pode e deve agir livremente segundo o que lhe propõe a sua sensibilidade frente às necessidades dos outros e àquelas contingentes à atividade que realiza"<sup>51</sup>.

Em quarto, o conjunto de trabalhadores de uma empresa qualquer não a pode converter à *Economia de Comunhão*, somente o capitalista pode fazê-lo.

---

51. Valeria FERRERO, *op. cit.*, p. 410-411.

**De outra parte**, o capitalista o pode fazer, mesmo que os trabalhadores não tenham nenhum compromisso com a “nova cultura do dar”.

Por fim, se somente os empresários podem converter as empresas à Economia de Comunhão, não ficam os trabalhadores dependentes dos capitalistas? E no caso das novas pequenas empresas capitalistas, que surjam por obra dos trabalhadores, como poderiam enfrentar os grandes concorrentes sem subverter a lógica do mercado, isto é, que aquele que vende mais barato e em melhor qualidade será o vitorioso?

#### f) O Modelo LETS

Para compreendermos adequadamente o funcionamento do modelo LETS, que se configura como um Sistema Local de Comércio e Emprego, convém esclarecer inicialmente a noção de moeda e trabalho com a qual seus adeptos operam.

- A Moeda – Da mercadoria que facilita as trocas à pretensa condição indispensável do intercâmbio

A invenção da moeda visava resolver um grande problema no sistema de trocas. As pessoas nem sempre encontravam o que desejavam no mercado e portanto não tinham como trocar seus produtos – muitas vezes perecíveis ou que davam muito trabalho para transportar – pelos bens que necessitavam ou desejavam. O intercâmbio de mercadorias por moedas agilizou imensamente o comércio, pois estas poderiam ser transportadas com facilidade para trocas futuras. Neste caso, o dinheiro operava como outra mercadoria qualquer.

Contudo, com o advento do capitalismo, o dinheiro deixou de ser um instrumento de facilitação das trocas, para se converter na mercadoria por excelência. Com o objetivo de acumular valor, o capitalista passa a converter o seu dinheiro em mercadorias – matérias-primas, força de trabalho, etc. – que são consumidas em um processo produtivo a fim de gerar produtos que quando convertidos novamente em dinheiro geram um valor maior do que o aplicado anteriormente.

Quando o capitalismo se tornou o sistema de produção hegemônico, o dinheiro, que fora um meio de facilitar o intercâmbio entre produtores e consumidores, concentrou-se ainda mais sob o modelo de acumulação privada e transformou-se culturalmente em uma condição indispensável para o intercâmbio

das mercadorias em geral e para a remuneração do emprego do trabalho em particular.

Isto teve e tem conseqüências nefastas. Com efeito, mesmo podendo prestar serviços ou produzir com seu trabalho algum produto com valor de uso real que possa ser trocado por outros valores de uso reais, uma parcela da sociedade vai ficando excluída das possibilidades de intercambiar produtos ou prestar serviços porque não tem o dinheiro que funcione como mercadoria de troca, uma vez que ele é acumulado por outra parcela social como forma de valor.

Considerado fenomenicamente e ingenuamente, o “trabalho é correntemente definido como aquilo que alguém faz para obter dinheiro e, portanto, considera-se trabalho muitas coisas que são negativas e destrutivas para o ambiente, para a sociedade ou para a singularidade humana. Pelo contrário, muitas atividades proveitosas, positivas e construtivas realizadas pelas pessoas não são classificadas como trabalho, porque com elas não se obtém dinheiro.”<sup>52</sup> Esta dificuldade conceitual persiste mesmo se, criticamente, considerarmos que o capital (enquanto bens tangíveis e forças produtivas) é a riqueza de uma sociedade, que o trabalho produtivo é aquele que produz capital e que o equivalente geral do capital é o valor que se manifesta aparentemente e parcialmente no mercado como dinheiro. Do mesmo modo, essa concepção econômica e filosófica gera perplexidades quando consideramos algumas situações concretas. Sob essa perspectiva, fabricar armas que alimentam guerras ou produzir mercadorias destruindo irreversivelmente o meio ambiente são atividades consideráveis como trabalho produtivo – pois ampliam o capital de quem nelas investe – ao passo que todo o trabalho caseiro que garante a reprodução social da vida ou todo o trabalho voluntário de solidariedade que visa promover conforto e bem-estar à comunidade são trabalhos improdutivos, porque não geram capital.

Contudo, se tomarmos como objeto de reflexão o trabalho e o consumo que se praticam em razão do bem-viver pessoal e comunitário – e não do acúmulo privado de capital –, então temos a necessidade de compreender as relações de troca de bens e serviços sob outras bases. A partir delas pode-se inclusive organizar relações econômicas que prescindam das moedas oficiais ou que gerem novas moedas solidárias, simplesmente com a finalidade de intermediar as relações de intercâmbio entre as pessoas – como ocorre atualmente nos Sistemas Locais de Comércio e Emprego que vem se expandindo em cidades de vários países.

---

52. Andrew PAM, “LETS. The Economic System of giving”. <http://www.aus.xanadu.com/GlassWings/utopia/lets.html>.

## • Sistemas Locais de Comércio e Emprego

Nos anos 80 surgiu e se expandiu, em algumas cidades do Primeiro Mundo, um Sistema Local de Comércio e Emprego, cuja abreviação em inglês é LETS, de *Local Employment and Trading System*. A idéia central do sistema é permitir que vizinhos de uma mesma comunidade possam intercambiar mercadorias e serviços sem valer-se de moedas. Isso permite que produtos e serviços locais tenham preferência frente aos demais e que as pessoas com pouco dinheiro possam preservá-lo para gastos em produtos e serviços que não sejam disponibilizados pela própria comunidade<sup>53</sup>.

Basicamente, o sistema opera do seguinte modo: Os membros de uma comunidade concordam em oferecer bens e serviços uns aos outros, ficando algumas pessoas encarregadas de registrar as transações de intercâmbio mútuo e de publicar a lista indicando os serviços, bens disponíveis para comércio e as pessoas que os oferecem naquela comunidade. Alguns LETS se valem de um software que permite organizar a troca mútua de bens e serviços registrando-se créditos e débitos em um computador, suprimindo-se assim as transações em moeda corrente. “Cada transação dá lugar a um crédito na conta do vendedor e um débito para o comprador. Na medida em que os associados intensificam o seu intercâmbio, novos débitos e créditos se somam aos anteriores e ao mesmo tempo se compensam. Um membro que vendeu a outros, digamos num mês, tanto quanto adquiriu dos mesmos ou de outros termina como saldo zero. O importante é que produziu e consumiu sem precisar fazer pagamentos em dinheiro oficial.”<sup>54</sup>

Outros criam suas próprias moedas, como vales que circulam entre os membros da comunidade que participam do sistema de intercâmbio<sup>55</sup>. Uma dessas moedas começou a circular em novembro de 1991 na cidade de Ithaca, nos Estados Unidos, sendo denominada *Hour* (em português, *Hora*), que equi-

---

53. Ampla bibliografia sobre o tema pode ser encontrada em: GMLETS. *LETSsystems – the Home Page*. LETSgo Manchester, Manchester, 1996. <http://www.gmlets.u-net.com/>

54. Paul SINGER, *Globalização e Desemprego – Diagnóstico e Alternativas*. São Paulo, Editora Contexto, 1998, p. 132.

55. “The LETSsystem is designed to deal with the problems associated with conventional money, and is defined by three underlying considerations: community, personal and practical. [1] Community: The principle of community refers to a finite group of people who decide to participate in the system. It also requires that nobody can claim or exert ownership. [2] Personal: The money created within a LETSsystem is personal in that it is created by the promises of the participants. The consent of the individual is required at all times. No third party can have control over the money and the money cannot leave the system. [3] Practical: The LETSsystem differs from other personal money networks by adopting a practical stance. The unit of measure has the same value as the national currency, so allowing the local money to integrate into the mainstream economy where it sets up beneficial cycles within the community.” Andy BLUNT (comp.) *LETSsystem – A Guide*. LETSgo Manchester, Manchester, 1994 <http://www.gmlets.u-net.com/zips/guide.zip>.

vale a uma hora de trabalho ou a 10 dólares americanos. Dois anos depois de lançada a proposta, 4.200 *Horas* haviam sido emitidas e circulavam entre 800 participantes. Como destaca Paul Singer, “a nota de uma ‘Hora’ é uma imitação da de 1 dólar e traz no verso: ‘Tempo é dinheiro. Esta nota dá direito ao portador de receber uma hora de trabalho ou seu valor negociado em bens ou serviços. Por favor, aceite-a e depois gaste-a’. E em letra menor: ‘As Horas de Ithaca são lastreadas em capital real: nossas habilidades, nossos músculos, nossas ferramentas, florestas, campos e rios’”<sup>56</sup>. É curioso e paradoxal considerar que, no exato momento em que o futuro das moedas nacionais européias está sendo decidido em acordos internacionais da União Européia que instituíram o Euro como moeda única entre os países membros daquele bloco econômico, ao mesmo tempo, “... moedas locais para cidades ou regiões particulares estão sendo estabelecidas por grupos de voluntários em muitos diferentes países. Com efeito, Sistemas Locais de Emprego e Comércio..., moedas de livre-interesse e sistemas de crédito informal, estão buscando estimular economias locais e combater o desemprego.”<sup>57</sup> Os nomes das moedas em geral estão associados a questões ecológicas. Em alguns desses sistemas elas são denominadas *Ecodollars* em outros *Green Dollars*. Conforme uma publicação do LETS de Manchester, “o dinheiro convencional encoraja práticas que são, ultimamente, destrutivas para a sustentabilidade da economia do mundo. Economias nacionais têm se tornado difíceis de conduzir, uma vez que a instabilidade política provoca amplas flutuações no preço dos recursos brutos e matérias alimentícias. Contrariamente a isto, a ação dos LETSsystems, pelo encorajamento à produção e consumo local, resulta em comunidades mais resistentes aos efeitos da inflação e recessão. LETSsystems não são uma alternativa à moeda nacional..., mas uma poderosa e inovadora moeda complementar, idealmente adaptada aos mercados e necessidades locais.”<sup>58</sup>

O primeiro LETS foi estabelecido em *Comox Valley*, na cidade canadense de *British Columbia*, em 1983, organizado por Michael Linton. “O projeto foi adaptado do então chamado ‘sistema comercial barter’, comum nos Estados Unidos, e foi desenvolvido ao encontro de necessidades comunitárias. (...) O

---

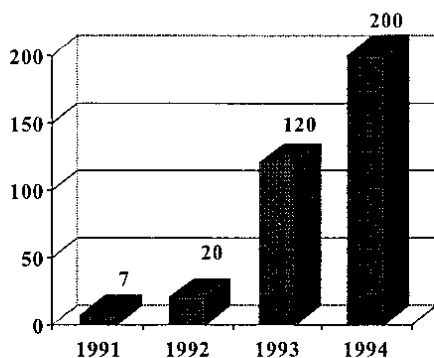
56. Paul SINGER. *Globalização e Desemprego...* p. 134.

57. Roy DAVIES. “Money – Past, Present & Future”. [Http://www.cx.ac.uk/~Rdavies/arian/money.html](http://www.cx.ac.uk/~Rdavies/arian/money.html) Traduzimos como “moedas de livre-interesse” a expressão inglesa “interest-free currencies” que pode significar também moedas que não estão sujeitas a fenômenos especulativos de “lucro” ou “juro”, expressões que em inglês se expressam por “interest”.

58. Michael LINTON e Outros. “The Origin of LETSsystem” in: *GM LETSsystems – Registry*. LETSgo Manchester, 1994, p. 27.

crescimento inicial foi vagaroso durante os anos 80 devido ao limitado desenvolvimento de recursos e a frágil confiança dos usuários. Desde 1987, contudo, um firme crescimento foi estabelecido em pelo menos 70 sistemas similares na Nova Zelândia e aproximadamente 200 na Austrália. Na Grã-Bretanha [veja-se a *tabela 10*], o número elevou-se de 7, em 1991, para 20 em fevereiro de 1992 e para 200 até fevereiro de 1994.<sup>59</sup>

*Tabela 10 – Crescimento do Número de LETS na Grã-Bretanha entre 1991 e 1994*



Fonte: Michael LINTON<sup>60</sup>.

Com efeito, o sistema de intercâmbio local com moeda própria mais antigo em nosso século talvez seja o *Wir*, que funciona desde os anos 30 na Suíça, tendo como organismo central um banco que opera a conversão da moeda local em francos suíços<sup>61</sup>. Em 1985 o LETS foi introduzido na Noruega e em 1987 na Escócia e no país de Gales<sup>62</sup>. Na França, a partir de 1990, desenvolveu-se o *Système d'Echanges Local (SEL)*, com uma prática semelhante à do LETS, mas desdobrando-se da experiência precedente da *Réseau d'Echange Reciproques de Savior*. Existe também um tipo de SEL denominado *Troc-Temps* que prevê a troca somente de serviços de solidariedade social<sup>63</sup>. O modelo britânico do LETS, entretanto, se espalhou por vários países. Em dezembro de 1994 havia, no mundo, pelo menos 500 LETSsystems em operação – to-

59. Andy BLUNT (comp.), *op. cit.*

60. Michael LINTON, *op. cit.*, p. 24.

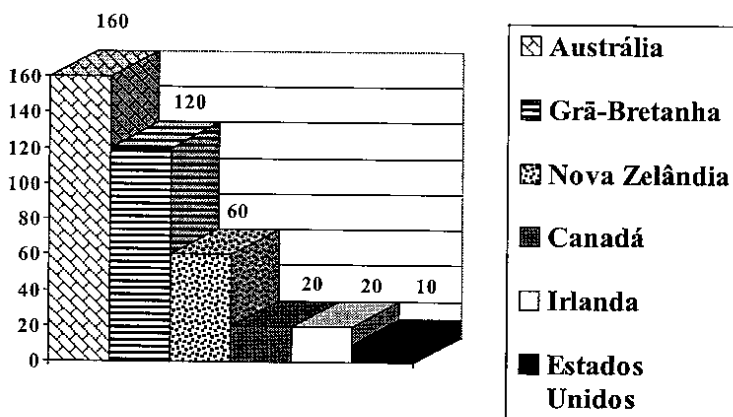
61. Andrea GANDINI, "L'Altra Economia – finanza e mercati alternativi". Milão, *Orientamenti*, N. 5-6, 1998, p. 45.

62. *Ibidem*, p. 44.

63. *Ibidem*, p. 44.

dos baseados no protótipo de Comox Valley.<sup>64</sup> Conforme Paul Singer, no final de 1993, haviam 120 LETS na Grã-Bretanha, 160 na Austrália, 60 na Nova Zelândia, 20 no Canadá, 20 na Irlanda e 10 nos Estados Unidos, tendo o maior de todos 2.000 associados na Nova Zelândia<sup>65</sup> – veja-se *Tabela 11*. Em abril de 1994, na cidade de Manchester na Inglaterra, começou a funcionar um LETS cujo perímetro de abrangência previa atingir a cidade toda. Os organizadores do sistema introduziram inovações no gerenciamento a fim de adaptá-lo a essa extensão, criando instrumentos para que outras cidades pudessem implantar sistemas similares<sup>66</sup>. Segundo Singer, os LETS estão se expandindo rapidamente: “... isso está pegando feito fogo em palha na Argentina onde já existem centenas de grupos dessa natureza, na Espanha, na França. (...) e hoje [1998] já se cria... possibilidades de se usar uma moeda, desse tipo, na Argentina para passar as férias na Espanha ou na França, porque hotéis, pensões estão, exatamente, neste sistema, se internacionalizando.”<sup>67</sup> É significativa a expansão desse modelo também na Alemanha e Áustria<sup>68</sup>. Conforme o autor, um grupo destes começou a funcionar em São Paulo, na região de Pinheiros.

**Tabela 11 – Número de LETS por Países Selecionados em 1993**



Fonte: Thomas GRECO<sup>69</sup>.

64. Andy BLUNT (comp.), *op. cit.*

65. Paul SINGER, *Globalização e Desemprego...* p. 133.

66. Veja-se Michael LINTON, *op. cit.*, p. 28.

67. Paul SINGER, “Crise do Trabalho...”.

68. Andrea GANDINI, *op. cit.*, p. 45.

69. Citado por Paul SINGER, *Globalização e Desemprego...* p. 133.

Este rápido crescimento na década de 90 provocou, em algumas regiões, elevado interesse no assunto por governos locais, partidos políticos e organizações comunitárias. Segundo os principais organizadores do modelo, “aperfeiçoamentos em software, administração e procedimentos para desenvolvimento acelerarão, dramaticamente, a adoção e efetividade de moedas locais em grande parte do mundo.”<sup>70</sup>

Um dos fatores desse crescimento é, seguramente, o seguinte. Diferentemente da disputa capitalista em que se busca derrotar o concorrente, no LETS todos se entreapóiam, porque, fortalecendo a cada um, todos se fortalecem juntos:

“... o ganho de cada membro depende diretamente do ganho dos outros: quanto maior for o número de membros, quanto maior e mais diversificada for a sua produção, quanto maior o fluxo de compras e vendas, tanto maior será a chance de sucesso de cada produtor individual associado ao sistema. Este fato fica logo claro e induz a solidariedade entre os membros. Ao contrário do mercado capitalista, em que a quebra de um concorrente aumenta a clientela potencial dos demais, num LETS, a quebra de um membro reduz a clientela e o quadro de fornecedores dos demais.”<sup>71</sup>

A primeira geração de LETS, surgida nos anos 80, não era capaz de manter relações de comércio com sistemas de outras vizinhanças ou comunidades. A partir dos anos 90, contudo, vários LETS – com a inovação no processamento de dados – passaram a manter intercâmbios entre si, permitindo que o mesmo sistema de relações de comércio opere entre membros de comunidades diversas, do mesmo modo que opera no interior de um único LETS. A isto se denominou Multi-LETS<sup>72</sup>.

Por outra parte, os LETS passaram a ter como membros também empresas, cooperativas e outros tipos de organizações, tendendo a articularem-se nacionalmente. Certas lojas passam a aceitar parte do pagamento de produtos

---

70. Michael LINTON, *op. cit.*, p. 24.

71. Paul SINGER, *Globalização e Desemprego...* p. 137.

72. “Essentially a multi-LETS provides an accounting service for many LETSsystems. The design allows people to trade in any number of LETSsystems that are recognised by their Registry. Registries are separate entities from LETSsystems. The registry simply assures the provision of accounting services to all users. A LETSystem will usually have its own Stewards and board of Advisors, and its participants may come from many registries. The multi-LETS Registry keeps all the accounts for each LETSystem and ensures that each user has a unique account ID. (...) All registries run a LETSystem linking all its users. Each account-holder then has, at least one LETSystem in common with every other account-holder in the registry.” Andy BLUNT (comp.) “Multi-LETSsystems”. In: *LETSystem – A Guide...*

que comercializam em créditos deste sistema, com os quais pagam, por sua vez, outros serviços que necessitam. No caso da Austrália, em particular, um governo estadual destinou verbas orçamentárias com vistas a difundir o LETS, considerando-o uma forma de combater o desemprego<sup>73</sup>.

Conforme esclarecem alguns documentos dessas organizações, as transações econômicas realizadas nesse sistema de intercâmbio não fazem parte de uma economia *underground* e não visam encontrar alguma forma de evitar o pagamento de impostos sobre as operações realizadas. Desse modo, mesmo as transações que se realizam sem valer-se de moedas – quando não são favores a um amigo ou amiga, mas trocas comerciais – permanecem sujeitas a impostos, devendo os compradores e vendedores considerar em seus negócios a parcela destinada ao pagamento de taxas legalmente devidas.

Com o desenvolvimento do modelo, com a ampliação do número dos usuários e a extensão dos cadastros e listas a serem atualizados constantemente, alguns LETS passaram a cobrar uma taxa anual dos membros para a manutenção deste serviço que não tem fins lucrativos. O sistema de Ottawa, Canadá, cobra \$ 15 por uma pessoa, ou \$ 20 por família (com direito a dois nomes) ou \$ 25 para empresas ou organizações<sup>74</sup>.

Embora as pessoas possam negociar entre si os valores dos serviços e mercadorias, o que se verificou nesta década de funcionamento do sistema em várias cidades é que o LETS tende a estabilizar os pagamentos por trabalho e preços dos produtos, uma vez que as pessoas buscam uma troca justa em seus intercâmbios e, também, porque nas listas é possível encontrar várias alternativas para atendimento das demandas. Como destacam alguns analistas, em textos que instruem a conduta de novos participantes do sistema, a economia que embasa o LETS é comunitariamente controlada, não tendo por objetivo a acumulação de moedas, mas o intercâmbio de bens e serviços: “Ecodollars não são uma mercadoria (lembre-se, quando você soma os balanços sobre todas as contas no LETS, o total é igual a zero), mas simplesmente uma medida de favores feitos e recebidos. Eles são unicamente limitados pela capacidade dos membros em comerciar. Isto é, trata-se de uma moeda baseada na cooperação: ajudando pessoas com coisas que elas não são capazes de fazer para elas

---

73. Paul SINGER, *Globalização e Desemprego...* p. 133. Veja-se também Andy RYRIE. “Gold, Flat Earth and LETS.” <http://www.gmlts.u-net.com/resources/letsconnect/issue1/1letsc01.html>.

74. Terry COTTAM e Heather BREEZE, “Ottawa LETS: Questions and Answers”. [http://www.sandelman.ottawa.on.ca/lcts/terry\\_cottam\\_essay.htm](http://www.sandelman.ottawa.on.ca/lcts/terry_cottam_essay.htm).

mesmas, em troca do auxílio delas com coisas que você não pode prontamente fazer para você mesmo. Assim, quando você estabelece o preço sobre o que você oferece, você está atribuindo uma unidade de medida aos bens ou serviços que você proporciona à economia local. O parâmetro do mercado à vista é um importante indicador, mas, afinal, quem pode decidir melhor que você e o comprador de seu produto ou serviço?”<sup>75</sup> Como o estabelecimento de um valor numérico e impessoal não é tarefa simples, os autores sugerem considerar três aspectos: “1) O Ecodollar é igual em valor ao Dollar canadense. Assim, veja ao seu redor o que outras pessoas estão pedindo por um serviço similar e use esse valor como ponto de partida. 2) Esteja à vontade para aprender com acertos e erros. ... Você não está obrigado a manter o seu preço original. 3) Seja justo com você mesmo. Não desvalorize seu trabalho.”<sup>76</sup>

Nas transações realizadas entre os participantes ocorre algumas vezes que uma parte do comércio é feito utilizando-se moedas correntes do país com a finalidade de cobrir gastos, intrínsecos aos serviços prestados, referente à aquisição de componentes ou insumos ainda não disponibilizados nas listas do LETS. Assim, por exemplo, um encanador receberia em *Greendólares* a parcela do pagamento que cobre o seu serviço e em *Dólares* a parcela referente à aquisição, no mercado, de conexões, tubos, colas e lixas. Em alguns casos, até mesmo a primeira parcela, é paga sob as duas espécies. O LETS de Otawa, por exemplo, permite que até 30% do valor das transações seja feito em dinheiro vivo. Contudo, ele não faz câmbio entre *Ecodólares* e *Dólares Canadenses*. Diferentemente da moeda nacional, o *Ecodólar* não tem valor fora da comunidade que o institui, restringindo o comércio ao círculo de amigos, vizinhos ou negócios locais.

Quanto aos direitos de compradores e vendedores, destacam alguns analistas que, frente a possíveis transações em que alguém se considere lesado nos negócios, é possível recorrer aos recursos legais de interpelação. De outra parte, o tratamento dado aos que desequilibram seus saldos junto ao sistema é simples: os LETS costumam divulgar listas ensejando a pressão moral da comunidade sobre os que têm muitos débitos a pagar com seus bens e serviços ou créditos a gastar. Destaca, contudo, Paul Singer que “um ponto provavelmente delicado é a possível permanência, por longos períodos, de saldos negativos e positivos, sobre os quais atualmente os LETS não cobram nem pagam juros.

---

75. *Ibidem*.

76. *Ibidem*.

Apenas exercem certa pressão moral sobre os membros ao divulgar os seus saldos periodicamente. Enquanto o sistema for estritamente comunitário, com todos os membros se conhecendo pessoalmente, talvez isto baste. Mas, quando o sistema atingir dimensões grandes, será necessário adotar normas mais impessoais e provavelmente cobrar e pagar juros sobre saldos, para que haja incentivos para equilibrá-los.”<sup>77</sup> Esta proposta de Singer, contudo, vai na contramão da própria idéia original do sistema que não considera a moeda como uma mercadoria que possa ser negociada a um certo preço, a uma certa taxa de juros.

Quanto aos benefícios gerados pelo sistema local de comércio e emprego, pode-se destacar cinco aspectos<sup>78</sup>. 1) *As pessoas* que dele participam, especialmente os desempregados ou subempregados, são beneficiadas pois “pagando em Ecodólares liberam seu escasso dinheiro vivo para outros pagamentos ou depósitos”<sup>79</sup>, aumentando a flexibilidade de suas finanças; o sistema também possibilita mais oportunidades de gerar auto-emprego, de as pessoas usarem produtivamente suas habilidades ou de desenvolverem novas habilidades através de treinamento. 2) *A comunidade* também se beneficia, uma vez que através deste comércio as pessoas estreitam laços comunitários, passam a se conhecer melhor e ampliam o espírito de cooperação, e porque “as redes de comércio fortalecem a economia local, proporcionando flexibilidade contra os refluxos da economia mais abrangente”<sup>80</sup>. Além disso, a palavra da comunidade passa a ter mais força no planejamento e implementação de iniciativas comunitárias, melhorando a convivência, ampliando as facilidades pessoal e comunitária no cuidado com a saúde e reduzindo a violência e criminalidade. 3) Também os *negócios locais* são beneficiados, uma vez que o LETS proporciona aumento imediato dos fregueses, favorecendo aos comerciantes que realizam negócios na moeda comunitária, sendo que “a rede de comércio local encoraja a busca por fornecedores locais”<sup>81</sup>; além disso, destacam-se a diminuição do custo operacional, a facilitação do fluxo de caixa, maior motivação dos empregados e menor absenteísmo, fortalecimento da competitividade do comércio local e desenvolvimento de vínculos estreitos com as comunidades da região. 4) Por sua vez, as *organizações sem fins lucrativos* também se beneficiam, uma vez que o sistema possibilita uma maior disponibilidade de dinhei-

---

77. Paul SINGER, *Globalização e Desemprego...* p. 133-134.

78. Veja-se Andy BLUNT (comp.), *op. cit.* e Terry COTTAM, *op. cit.*

79. *Ibidem.*

80. *Ibidem.*

81. *Ibidem.*

ro local para as suas atividades, reduzindo a dependência de dinheiro vivo, aumentando os fundos para gastos com voluntários e beneficiários. 5) Por fim o *meio ambiente* também é beneficiado, uma vez que o comércio na moeda comunitária “... promove a compra de bens e serviços produzidos localmente, reduzindo, por isso, o consumo de energia [gasta no transporte]. O LETS encoraja o comércio de bens reciclados e usados, o que o torna um sistema ecologicamente benéfico. Além disso, o LETS mantém a produção e consumo de bens e serviços na mesma comunidade. Isto encoraja os produtores a serem mais ambientalmente responsáveis uma vez que o interesse local é também o seu interesse.”<sup>82</sup>

Este cenário tão positivo apresentado em vários documentos deve ser confrontado com a realidade dos mais de 500 LETS existentes para um embasamento rigoroso na avaliação do modelo. Contudo, a partir da exposição precedente torna-se perceptível que os LETS também podem ser facilmente integrados ao modelo capitalista, como foi destacado no item 3 do parágrafo anterior, não havendo como evitar esta integração, na medida em que o capitalista aceite comerciar com a moeda local os insumos que adquire – por exemplo, comercializando com *ecodólares* a produção efetivada pelos agricultores locais que se agregam à sua agroindústria, única consumidora capaz de absorver toda a sua produção, mesmo que a um preço baixo.

#### g) O Comércio Équo e Solidário

Outra prática bastante interessante é o Comércio Équo e Solidário, que poderia também ser denominado como “justo e solidário”. Trata-se, basicamente, da comercialização em países do Primeiro Mundo de mercadorias produzidas por cooperativas e outras pequenas organizações produtivas do Terceiro Mundo. De modo geral, este comércio está baseado nos *princípios* de: a) *justa distribuição da riqueza* como uma das formas de construir um desenvolvimento mais harmônico entre as nações; b) *solidariedade*, promovendo-se a cooperação entre as pessoas, compartilhando os princípios de igualdade e autodeterminação dos povos, gerando as condições e bases para a produção autóctone e estruturada de produtos vendáveis em um mercado cada vez mais globalizado. Conforme alguns estudiosos, esses princípios estão vinculados a alguns *conceitos* básicos como: a) *trabalho e ocupação*, visando gerar oportu-

---

82. *Ibidem*.

nidades de ocupação e condições dignas de vida aos trabalhadores; b) *justiça*, significando a justa retribuição do valor gerado pelo trabalho de produção e distribuição; c) *desenvolvimento*, compreendido como a estruturação de processos produtivos na perspectiva da autogestão e autodesenvolvimento; d) *ambiente*, respeito e manutenção do habitat natural compatibilizando adequadamente a produção e os ecossistemas<sup>83</sup>.

Embora tenha uma história de poucas décadas, esta prática vem ganhando projeção internacional e alto grau de profissionalismo, tendo sido recentemente assumida em uma das resoluções do Parlamento Europeu como forma de atividade comercial a ser apoiada pela União Européia.

As origens deste tipo de comércio remontam a distintas ações. Uma das primeiras tem início em 1959, quando um grupo de jovens cristãos fundou, na Holanda, a organização *SOS-Warenhandel*, com a finalidade de importar produtos artesanais vindos do Terceiro Mundo. A atitude de apoiar os produtores do sul tinha, naquele contexto, um sentido ético e político em meio ao processo das lutas contra o neocolonialismo. Era, por outro lado, uma forma de praticar a solidariedade sob uma certa inspiração religiosa. Outras iniciativas vieram surgindo até que em 1967 foi criada a *Fair Trade Organizatie*, uma entidade especificamente voltada a este tipo de importação.

Na Grã-Bretanha, por sua vez, o grupo Oxfam também operava comercialmente com países do sul. A partir dos anos 50 ele passou a negociar na Europa produtos de refugiados chineses que trabalhavam em Hong-Kong, e em 1964 fundou a *Alternativ Trade Organization – ATO*. Consolidando-se a venda de produtos artesanais importados do sul, é organizada em 1968 a *Oxfam-Trade-craft*, uma central de importação, aprimorando-se as atividades de comércio solidário que já eram efetuadas e que buscavam assegurar um justo preço aos produtores.

Na Suíça a primeira associação que adotou o comércio équo e solidário foi criada em 1974, sob o nome *Artisans du Monde*. Outras organizações do gênero foram surgindo nesse país e em 1976 é constituída a associação *OS3*, em forma de cooperativa, articulando vários grupos de comércio solidário.

---

83. Cf. Giorgio FIORENTINO, "Il prodotto-progetto nel Commercio Equo e Solidale". In Fabio AMATUCCI (org). *Il Commercio Equo e Solidale*. Milão, Etaslibri, 1997, p. 111-117.

Na Bélgica, praticando o comércio justo e solidário, surge a *Oxfam Werelwinkels* atuando com produtos alimentícios e posteriormente a *Magasins du Monde-Oxfam*, em 1978, operando com artesanatos e publicações.

Na Alemanha, por sua vez, entidades católicas e protestantes criaram conjuntamente, em 1974, a *AG3WL*, que é uma federação de lojas que praticam este mesmo tipo de comércio, e a *GEPA*, que é uma central de importação.

Na França, em 1973, surge a sociedade *Artisans du Monde* atuando na comercialização de artesanatos e alimentos. Em 1981 as lojas passam a compor uma federação, organizando-se neste país a *FAM – Fédération Artisans du Monde*.

Na Itália o comércio équo e solidário se inicia em 1987, com o apoio de outras organizações européias. No ano seguinte é constituída uma cooperativa nacional, *Cooperazione Terzo Mondo – CTM*, com a adesão de outras entidades. Ainda na Itália a cooperativa *Commercio Alternativo – CA* surge em 1992; outras entidades que ali praticam o comércio justo e solidário são a *Roba dell'Altro Mondo – RAM* e a *Cooperativa Sir John Ltd*.

Na Noruega, por sua vez, tem-se o surgimento da *Alternativ Hahdel* em 1984. Na Áustria as lojas de comércio équo e solidário articulam-se à *EZA*, que opera como central de importação. Por sua parte, surgem na Irlanda a *Tradeirean*, na Dinamarca a *Landsimportem*, na Finlândia a *Afristar*, e na Suécia a *Handelsfront*. Há lojas do mesmo tipo de comércio na Austrália, Canadá, Japão e Estados Unidos<sup>84</sup>. Atualmente este tipo de comércio começa a se expandir para o Leste Europeu<sup>85</sup>.

Todas essas organizações adotam princípios e práticas semelhantes. A organização italiana *Cooperazione Terzo Mondo*, por exemplo, se define como “... uma cooperativa sem fins lucrativos que pratica o comércio équo e solidário: isto é, importa dos países do sul do mundo produtos alimentares e artesanais pagando-lhes um justo preço, substituindo todas as regras do mercado pelas da solidariedade. Assegura, assim, um rendimento digno a milhões de agricultores e artesãos e estimula o desenvolvimento da comunidade local no respeito ao meio ambiente.”<sup>86</sup> De fato, somente na Itália existem mais de duzentas

---

84. EFTA. *Il Raporto del Commercio Equo: 1998-2000*. Cooperazione Terzo Mondo, Bolzano, 1998, p. 26.

85. “Il commercio solidale sbarca all’Est”. *L’altromercato*. Ano VIII, N. 4, set-out 1998, suplemento *Altreconomia*, p. 23, Bolzano.

86. CTM. *Viaggio a Sud – prodotti e produttori del commercio equo e solidale*. Cooperazione Terzo Mondo, Bolzano, 1996, 283 p.

lojas dedicadas à prática deste comércio, ao passo que na Europa, como um todo, há mais de três mil delas, instaladas em 18 países. Considerando-se somente as unidades produtivas que vendem seus produtos na Europa através de redes de comercialização como CTM, RAM, Comércio Alternativo e *Equo-mercato*, registraram-se 236 unidades produtivas em 41 países do Terceiro Mundo – ver *Figura 3*.

Importa destacar que participam do sistema unidades produtivas que prezam o regime de produção solidária, que produzem respeitando princípios ecológicos e que adotam a gestão democrática. Assim, por exemplo, nas lojas solidárias existentes em Milão, articuladas na rede *L'Altromercato* que é mantida pela Cooperativa Chico Mendes, é possível comprar produtos que vêm da Indonésia, do Vietnã, do Senegal, do Brasil, de Cuba, da Nicarágua e de muitos outros países. Pode-se, em particular, comprar camisetas feitas no Zimbábue, cujo algodão é cultivado, beneficiado e tecido em uma cadeia produtiva solidária local com processos ecologicamente adequados, sendo as camisetas estampadas com temas africanos enfatizando a dignidade humana.

Conforme alguns, a história do comércio équo e solidário pode ser dividido em três fases. De 1959 a 1970 tem-se a etapa do *entusiasmo empírico* com experiências isoladas e de pouco impacto, ligadas a ações missionárias. Imagina-se o comércio solidário como uma forma de ajudar os pobres, e a pobreza destes como estando vinculada a aspectos ambientais e culturais locais. De 1971 a 1987 têm-se a etapa da *solidariedade política*. Neste período “... assiste-se uma expansão da atividade acompanhada de um incremento do número de lojas e daqueles que delas dependem. A firma-se o modelo alemão de empreendimento e passa-se a sustentar campanhas em favor da emancipação feminina, contra toda a forma de *apartheid*, e a apoiar-se os países que sofrem políticas comerciais injustas ou guerras civis. O Comércio Équo e Solidário, nesta fase, passa a ser visto como um estilo de vida alternativo.”<sup>87</sup> A partir de 1988 tem-se a etapa do *profissionalismo* e da *coordenação*, período em que se reconhece no mercado “... uma via para corrigir as ineficiências que devastam a economia e a sociedade.”<sup>88</sup> Não se trataria de uma opção ideológica pelo mercado mas de, nele atuando com outros princípios, promover a dignidade humana.

---

87. Francesco FONTANA, “Il Commercio Equo e Solidale in Europa”, in Fabio AMATUCCI (org.). *Il Commercio Equo e Solidale*. Milão, Etaslibri, 1997, p. 83.

88. *Ibidem*, p. 83.



Com efeito, a coordenação continental de atividades e entidades e a troca de experiências ampliaram a força do comércio équo e solidário na Europa. A complexidade deste comércio é elevada, considerando-se a extensão geográfica que ele abrange e as especificidades locais. Destaque-se que “... o estudo do impacto sócio-ambiental de uma certa atividade econômica, da produção ao consumo, é uma operação complexa que requer a criação de uma estrutura organizativa *ad hoc*.”<sup>89</sup>

A fim de ampliar a coordenação e compartilhar uma estrutura organizativa que aprimorasse o profissionalismo do conjunto das atividades, considerando-se a sua complexidade, onze centrais de importação de nove países constituíram, em 1990, a *EFTA – European Fair Trade Association*<sup>90</sup>. Esta entidade tem como proposta “... melhorar o nível de conhecimento dos operadores sobre os produtos e sobre sua comercialização; otimizar os recursos necessários para visitar os produtores e para organizar a expedição de mercadorias em grandes proporções; desenvolver consultorias...; sustentar nos espaços institucionais oportunos as causas dos trabalhadores do Sul.”<sup>91</sup> Saliente-se que no ano anterior ao surgimento desta entidade havia ocorrido a fundação da primeira Federação Internacional do Comércio Alternativo, a *IFAT – International Federation of Alternativ Trade*, “... que reunia organizações de comércio alternativo africanas, asiáticas, australianas, europeias, japonesas, norte-americanas e sul-americanas.”<sup>92</sup>

O fluxograma do comércio équo e solidário praticado na Europa pode ser visto na *Figura 4*, considerando-se os fluxos de financiamento, informação e de mercadorias.

---

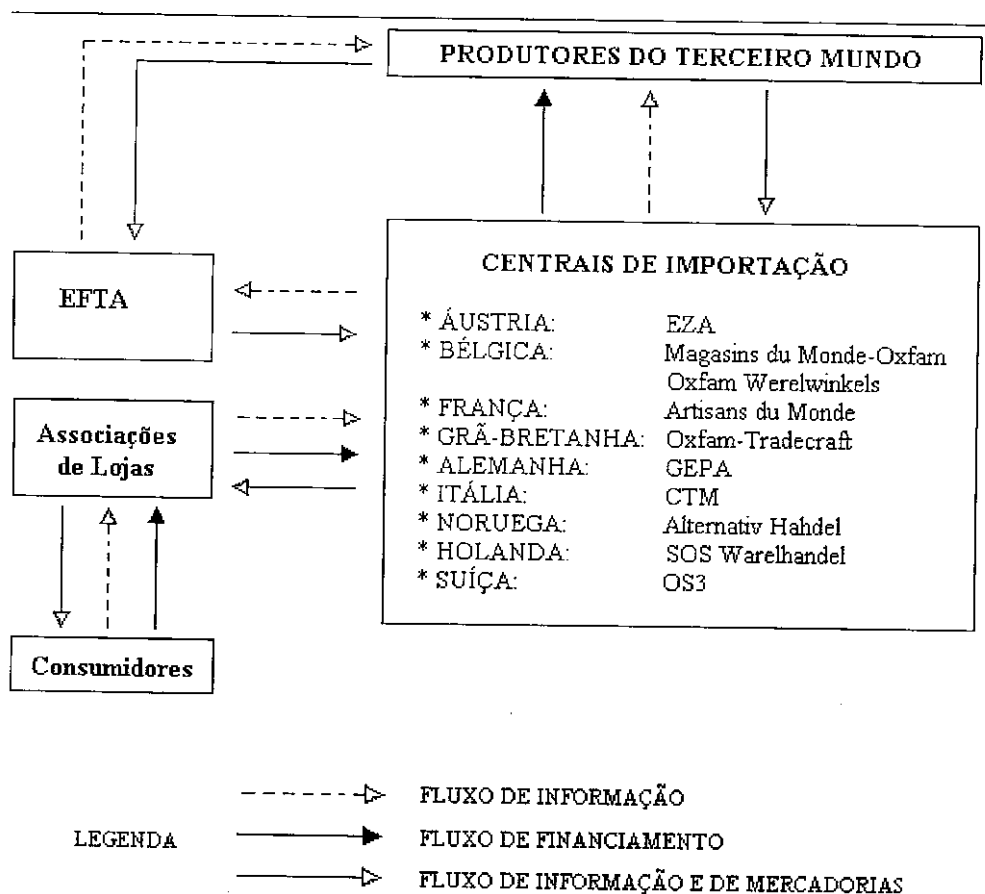
89. *Ibidem*, p. 84.

90. Cuidado o leitor em não confundir a *European Fair Trade Association* com *European Free Trade Association*, a associação de países europeus fundada em 1959 com a finalidade de criar, entre si, uma área de livre comércio de produtos industriais. A sigla de ambas as organizações é a mesma: EFTA.

91. Francesco FONTANA, “Il Commercio Equo...”, p. 85.

92. EFTA, *Il Raporto del Commercio Equo...*, p. 26.

Figura 4 – Fluxograma do Comércio Équo e Solidário na Europa



Fonte: Francesco FONTANA<sup>93</sup>.

Cabe destacar a percepção que o sistema de Comércio Équo e Solidário tem da cadeia de valor. Diferentemente do sistema vigente no mercado, assume-se "... uma oposta interpretação da cadeia de valor: a parte relevante (da cadeia produtiva), isto é, as fases com maior conteúdo de valor adicionado,

93. Francesco FONTANA, "Il Commercio Equo..." p. 85.

deve ser confiada às empresas de produção locais; é este o desafio do Comércio Équo e Solidário, através da instauração das relações diretas com os produtores: eliminar as numerosas fases de intermediação comercial, financiadora e asseguradora, com a finalidade de permitir que as empresas locais conservem uma parte substancial do valor econômico produzido.”<sup>94</sup> Com esta finalidade pratica-se um prefinanciamento, quando da contratação da produção de mercadorias, permitindo aos produtores realizarem o processo produtivo sem ter de recorrer a financiamentos no mercado capitalista.

A EFTA efetuou, por outra parte, o registro de uma marca própria aos produtos do comércio équo e solidário – tendo sido criado um organismo gestor dessa marca, denominado *FTI – Fair Trade International*. Esta marca comercial que identifica os produtos permite que o consumidor possa considerar a sua atitude de consumo como possibilidade de um posicionamento ético e solidário com vistas a colaborar na manutenção de atividades produtivas democráticas, em que não existe exploração do trabalhador e em que se respeitam princípios ecológicos. Além disso, a marca é, para os consumidores, um atestado de garantia da qualidade dos produtos, facilitando relações com a grande distribuição organizada, sendo também um instrumento importante de *marketing*. O estabelecimento de uma logomarca identificadora surge de uma necessidade concreta, uma vez que existem atualmente 70 mil pontos comerciais que vendem produtos do comércio équo na Europa<sup>95</sup>.

Foi na Holanda que surgiu, em 1988, a primeira marca com essas finalidades, sob o signo Max Havellar. Os produtos que levam esta etiqueta advêm de processos de produção e comércio équos e solidários, sendo a marca licenciada a partir de determinados critérios. Max Havellar é um personagem literário de um romance publicado em 1860, tratando-se de “... um ‘funcionário’ da velha colônia holandesa que se bateu contra a injustiça do colonialismo para garantir condições mais dignas aos indígenas...”<sup>96</sup> O emprego desta marca se difundiu pela ação de organizações locais em alguns países como Bélgica, Suíça, Noruega, França e Dinamarca. Com a política simbólica, busca-se “... conferir à própria produção uma identidade bem específica que a diferencia dos produtos análogos da concorrência, personalizando-a mediante uma marca. Tra-

---

94. Fabio AMATUCCI, “Il ruolo del Commercio Equo e Solidale nello sviluppo del Terzo Mondo”. In Fabio AMATUCCI (org.), *Il Commercio Equo e Solidale*. Milão, Etaslibri, 1997, p. 18. Parêntesis nosso.

95. EFTA, *Il Raporto del Commercio Equo...*, p. 27.

96. Paolo PASTORE, “Marchi etici e di garanzia del Fair Trade: alla ricerca di nuovi canali distributivi”. In Fabio AMATUCCI (org.), *Il Commercio Equo e Solidale*. Milão, Etaslibri, 1997, p. 99.

ta-se de uma primeira forma de comunicação com o consumidor, comunicação que será, em seguida, desenvolvida sob diversas formas.”<sup>97</sup> Espera-se que os consumidores reconheçam, através da logomarca, que consomem produtos cujos interlocutores estão “... atentos à defesa dos direitos humanos, a um desenvolvimento mais harmônico, diferenciando-se dos concorrentes tradicionais.”<sup>98</sup>

Em 1992, a EFTA, depois de muito debate sobre os critérios e processos para licenciamento de uma marca comum aos produtos do comércio équo e solidário, decidiu criar uma nova associação, a Transfair, da qual são associadas a EFTA e as organizações Transfair fundadas a seguir na Áustria, Alemanha, Itália, Estados Unidos, Canadá, Luxemburgo e Japão. Nos anos seguintes entidades inglesas instituíram outra organização de marca, a *Fair Trade Foundation*. Por fim em 1997 nasceu um “guarda-chuva” único para o conjunto destas marcas, denominado *FLO – Fair Trade Labelling Organizations*.

Estas organizações de marcas assumem basicamente quatro critérios para o emprego de seus signos:

- “1. Produtor: definição do Grupo Produtor. Através deste critério, selecionam-se grupos com escassa ou nenhuma possibilidade de acesso ao mercado tradicional, assegurando-se que todos os membros do grupo participam do processo decisório acerca da utilização dos benefícios derivados do preço pago pelo mercado équo. Os produtores que se adequam a este critério vêm a ser incluídos em um ‘registro dos produtores’ próprio das organizações de marca.
2. Preço: definição de um preço mínimo que cobre não só os custos de produção mas que assegura ao Grupo Produtor uma margem para investimento de tipo social ou produtivo. Frequentemente vem agregado um *bonus* pelo incentivo do cultivo biológico.”<sup>99</sup>
3. Suporte de financiamento: concessão de prefinanciamento ou crédito ao Grupo Produtor de modo que não se encontre em dificuldade antes de ter vendido o produto.
4. *Partnership*: empenho por estabelecer relações comerciais de longo período, de modo que os produtores possam planificar com maior certeza o seu futuro.”<sup>100</sup>

---

97. Francesco FONTANA, “Strategie di sviluppo del Commercio Equo e Solidale”. In Fabio AMATUCCI (org.) // *Commercio Equo e Solidale*. Milão, Etaslibri, 1997, p. 133.

98. Paolo PASTORE, *op. cit.*, p. 107.

99. Trata-se do controle biológico de pragas, adubação orgânica, etc.

100. Paolo PASTORE, *op. cit.*, p. 101.

Em 1994, o faturamento em vendas dos produtos do Comércio Équo e Solidário na Europa somou 205 milhões de ECU e vem crescendo aproximadamente 5% ao ano neste continente<sup>101</sup>. Despontando em valores absolutos nesse consumo tem-se a Alemanha com 80,5 milhões, seguida da Holanda com 33 milhões e da Suíça com 30 milhões de ECU – ver *Tabela 12*. Considerando-se o faturamento *per capita*, entretanto, desponta a Suíça, seguida da Holanda e da Alemanha.

***Tabela 12 – Faturamento em Vendas no Comércio Équo e Solidário nos Principais Países Europeus em 1994 – (Valores em milhões de ECU)***

PAÍS	FATURAMENTO EM VENDAS
Alemanha	80,5
Holanda	33,3
Suíça	30,0
Reino Unido	25,0
Bélgica	10,0
Itália	9,0
Áustria	7,0
Dinamarca	3,0
França	2,5
Suécia	2,0
Espanha	1,5
Noruega	1,0
Luxemburgo	0,2
<b>Total</b>	<b>205,0</b>

Fonte: EFTA<sup>102</sup>.

101. EFTA. *Il Raporto del Commercio Equo...*, p. 27. ECU é a abreviação para *European Currency Unit*, posteriormente denominada *Euro*, a unidade monetária comum da União Européia.

102. Cf. Luca ZANDERIGHI, “Offerta dei prodotti etici e grande distribuzione organizzata”. In Fabio AMATUCCI (org.), *Il Commercio Equo e Solidale*. Milão, Etaslibri, 1997, p. 92.

Em alguns países a venda de certos produtos sob o modelo équo e solidário assume posições relevantes, como mostra a *Tabela 13*. Assim, por exemplo, na Suíça este comércio é responsável por cerca de 10% no faturamento de todas as vendas de mel, 5% no faturamento em vendas de café, sendo responsável por 13% das vendas de banana no país. Do mesmo modo, este comércio responde por 8% do mercado de bananas na Holanda e por 70% do mercado austríaco de café produzido sob controle biológico<sup>103</sup>.

*Tabela 13 – Cota do Mercado de Café e Mel Vendidos pelo Sistema de Comércio Équo e Solidário em Alguns Países Europeus (1995-1996)*

PAÍS	CAFÉ	MEL
Suíça	5%	8-10%
Holanda	2-3%	4-5%
Alemanha	2%	1,0%
Reino Unido	2,8%	nd

Fonte: Luca ZANDERIGHI<sup>104</sup>.

O Comércio Équo e solidário é uma forma de oportunizar às pessoas a prática do consumo ético, isto é, movido pelos critérios já referidos anteriormente. Em um sugestivo estudo, Tonino Perna investigou as possíveis relações entre consumo ético, nível de renda, grau de escolarização e índice de desenvolvimento humano peculiar ao país em que é praticado. A *Tabela 14* mostra estes indicadores para 13 países europeus.

103.EFTA. *Il Raporto del Commercio Equo...*, p. 27.

104.Cf. Luca ZANDERIGHI, *op. cit.*, p. 93.

**Tabela 14 – Graduação por Ordem Decrescente entre 13 Países Europeus por Faturamento de Consumo Ético Per Capita, Rendimento Per Capita, % da População (entre 20 e 24 anos) com Formação Superior e Índice de Desenvolvimento Humano\***

Consumo Ético Per Capita	Rendimento Per Capita	% da População (entre 20 e 24 anos) com Grau de Formação Superior	IDH
1) Suíça (5,0)	1) Luxemburgo (39.600)	1) Noruega 54	1) Holanda (0,938)
2) Holanda (2,1)	2) Suíça (37.930)	2) França 50	2) Noruega (0,937)
3) Alemanha (1,0)	3) Dinamarca (27.970)	3) Holanda 45	3) França (0,935)
4) Bélgica (1,0)	4) Noruega (26.390)	4) Áustria 43	4) Suécia (0,933)
5) Áustria (0,9)	5) Alemanha (25.580)	5) Luxemburgo 42	5) Espanha (0,933)
6) Dinamarca (0,6)	6) Áustria (24.630)	6) Dinamarca 41	6) Bélgica (0,929)
7) Luxemburgo (0,5)	7) Suécia (23.530)	7) Espanha 41	7) Áustria (0,928)
8) Reino Unido (0,4)	8) França (23.420)	8) Bélgica 39	8) Suíça (0,926)
9) Noruega (0,2)	9) Bélgica (22.870)	9) Suécia 38	9) Reino Unido (0,924)
10) Suécia (0,2)	10) Holanda (22.010)	10) Reino Unido 37	10) Dinamarca (0,924)
11) Itália (0,2)	11) Itália (19.300)	11) Itália 37	11) Alemanha (0,920)
12) França (0,04)	12) Reino Unido (18.340)	12) Alemanha 36	12) Itália (0,914)
13) Espanha (0,04)	13) Espanha (13.440)	13) Suíça 31	13) Luxemburgo (0,895)

\* Os dados relativos ao consumo ético *per capita* são expressos em ECU; os dados relativos ao rendimento *per capita* são expressos em US\$.

Fonte: EFTA, Banco Mundial, PNUD<sup>105</sup>.

Após várias análises sobre esses dados, o autor concluiu que não existe vínculo significativo entre nível de renda *per capita* e consumo ético *per capita* nesses treze países; concluiu também que não há relação entre o grau de for-

105. Cf. Tonino PERNA, *Fair Trade – La Sfida etica al mercato mondiale*. Bollati Boringhieri, Torino, 1998, p. 107 e 108, tabelas 1 e 2.

mação superior da população considerada e a prática deste consumo; e, por fim, do mesmo modo, que não há relação entre o índice de desenvolvimento humano do país em questão e a prática do consumo ético. Outra de suas conclusões é a de que o consumo ético é um fenômeno que não se determina facilmente utilizando-se indicadores sócio-econômicos. Ocorre, entretanto, que ao se trabalhar com amplas totalidades certas variáveis acabam sendo diluídas em seu interior. Assim, se o autor tivesse optado por considerar uma amostragem dos que praticam tal consumo, poderia, a partir dela, construir um perfil sócio-econômico do universo desta população. Seja como for, parece correto supor que não há uma relação direta entre nível de rendimento e escolarização com a prática do consumo ético e que pessoas com níveis de rendimento e escolarização não elevados possam também praticá-lo desde um peculiar exercício de sua própria liberdade.

O comércio ético e solidário vem tomando proporções tão significativas na Europa que o Parlamento Europeu aprovou, por unanimidade, uma resolução em 2 de julho de 1998 solicitando “... que o apoio ao comércio ético e solidário torne-se elemento integrante da política externa, de cooperação para o desenvolvimento e da política comercial da União Européia, (...) que a promoção do comércio ético e solidário seja inserida como instrumento de desenvolvimento na conclusão de um novo acordo com os países da África, do Caribe e do Pacífico (ACP); solicita além disso que seja incluída nos acordos de cooperação com os países contemplados pelo regulamento ALA” – envolvendo países da Ásia e América Latina<sup>106</sup>.

#### h) Perspectivas Promissoras

Independentemente de adotarem modelos *assistencialista*, *capitalista*, *socialista*, de *economia de comunhão*, estarem organizados sob o *modelo LETS*, ou praticarem o *comércio ético e solidário*, cabe ao conjunto das unidades produtivas e organizações referidas nesta seção, e às organizações de financiamento solidário referidas anteriormente, avançar na reflexão sobre a

---

106. “Commercio ético e solidale, la nuova cooperazione allo sviluppo – Il testo integrale della risoluzione A4-198/98 approvata all’unanimità dal Parlamento Europeo il 2 luglio 1998”. *Altreconomia*, Ano VIII, N. 3, jul-ago 1998, p. 36. A União Européia mantém relações especiais de comércio com inúmeros países do Terceiro Mundo reguladas por diversos acordos, em razão dos quais certos produtos originários desses países são livres de tarifas de acesso àquele mercado; igualmente a UE pratica uma política diferenciada de financiamento em relação a esses países. A sigla ACP indica a região da África, Caribe e Pacífico ao passo que ALA indica Ásia e América Latina.

necessidade e a importância de se converterem à proposta da colaboração solidária, assumindo o caráter de uma rede capaz de aprimorar-se, auto-reproduzir-se e expandir-se.

Articulando um imenso conjunto de organizações do setor público não estatal, a rede apoiaria o desenvolvimento das células de produção e consumo, e qualificaria as unidades já existentes, contribuindo, entre outros objetivos, para: a) aprimorar tecnicamente a produção e a comercialização; b) conectar estas unidades em cadeia produtiva com fornecedores e consumidores finais; c) manter um potente mercado consumidor; d) garantir linhas de crédito que permitam expandir, diversificar e qualificar a produção; e) sanar debilidades administrativas, econômicas e contábeis por elas experimentadas. Para tanto, a rede organizaria células que a) prestem serviços de assessoria para levantamentos de demandas e de fornecedores, implementação dos registros legais, contabilidade e balanços das células, etc.; b) que colaborem metodologicamente na implantação do modelo solidário de autogestão; c) que assessorem tecnicamente as células para pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas que possibilitem uma boa produção, tanto em qualidade quanto em quantidade, a preços baixos e sob padrões ecologicamente sustentáveis.

Com o fortalecimento político das redes locais, elas poderão forçar a mudança das legislações a fim de ampliar as liberdades públicas e privadas, permitindo que os setores populares da sociedade civil exerçam uma democrática hegemonia na condução das políticas estatais. Uma pequena mudança que fortaleceria ainda mais as redes seria incluir como critério seletivo nas licitações e concorrências estatais a preferência por empresas que pratiquem a colaboração solidária, uma vez que estas geram maior número de empregos na região, com maiores benefícios sociais e preservação ambiental.

Com a produção de excedentes nas redes, será possível desenvolver-se programas, em parceria com as prefeituras, para recuperação ambiental (saneamento, arborização urbana, limpeza de rios e outras ações) e implantação de equipamentos novos nos parques, coleta de lixo sob princípios de reciclagem, etc., que também gerariam recursos, realimentando as redes.

Com criatividade e investimentos feitos em processos de *cadenciamento*, as redes regionais podem gerar milhares de empregos e ampliar a renda das famílias. Somente em Curitiba, se fossem organizadas duas células produtivas em cada favela, com vinte e cinco trabalhadores em cada uma, revezando em vários turnos, elas somariam mais de 400 células, gerando 10.000 novos empregos diretos. Qual não seria o volume de consumo em compras comunitárias

demandadas por 10 mil famílias e que diversidade de produtos não poderia ser elaborada nessas 400 células articuladas em cadeias produtivas! Grupos de desempregados, ou mesmo famílias inteiras, poderiam organizar células produtivas, como padarias comunitárias, produção de tapeçaria, móveis, confecções, microempresas de informática, etc. Tudo o que se requer é a prática do consumo e da produção solidárias.

### *1.12. Conectando Pequenos Projetos Produtivos em Rede*

Considerando os itens mais consumidos pelas famílias de até 3 salários mínimos segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, apontamos algumas unidades produtivas que podem atender parte desta demanda (ver *Tabela 15*). Essas empresas aqui elencadas foram projetadas pelo SEBRAE como perfis de oportunidades de negócios ou divulgadas em revistas especializadas. Elas se constituem como unidades produtivas capazes de sobreviver em meio à disputa de mercado, independentemente de ter consumidores finais motivados pelo princípio de colaboração solidária. Sob a lógica capitalista do SEBRAE e das revistas especializadas consultadas, o lucro líquido é apropriado pelo proprietário, que decide se reinvestirá alguma parcela na empresa ou se a manterá nas mesmas condições a partir de uma avaliação do mercado. Sob a lógica da colaboração solidária, entretanto, a gestão do empreendimento deve ser democrática e coletiva, e o que aparece nas *Tabelas 15 e 16* como lucro líquido pode ser compreendido como um excedente que permite a expansão da rede solidária, financiando o surgimento de novas unidades de produção solidária.

Uma análise da *Tabela 15* possibilita algumas ponderações. Se tais unidades produtivas se mantivessem graças ao *consumo* e ao *trabalho solidários*, o processo produtivo poderia ser organizado de modo tal a incorporar mais pessoas na condição de trabalhadores, multiplicando o benefício social do empreendimento e liberando uma quantidade maior de recursos para investimento em outras células produtivas conectadas em rede. Poder-se-ia escolher as tecnologias mais adequadas à incorporação de um maior número de trabalhadores sob condições adequadas de trabalho. A escolha dessas tecnologias também poderia baratear a instalação inicial do empreendimento, facilitando a multiplicação de células. Assim, se o empreendimento não estiver voltado ao lucro, mas à promoção da colaboração solidária, seria possível desenhar-se quatro cenários diferentes.

Tabela 15 – Empreendimentos Produtivos Diversos – Investimento, Giro, Ocupação, Custo e Lucro<sup>107</sup>

Empreendimento	Moeda	Investimento Global	Investimento fixo	Capital de Giro	Custo Fixo	Retirada dos Sócios	Custo de Mão-de-Obra Direta	Mão-de-Obra Direta	Receita Operacional	Lucro Líquido
Casa de Massas Caseiras	US\$	19.436,00	14.940,00	4.496,00	2.843,83	—	654,33	4 + E	17.976,16	3.934,25
Panificadora	US\$	32.832,00	31.482,00	1.350,00	2.888,83	479,41*	839,58	4 + E	20.229,75	2.061,66
Rotisseria	R\$	19.032,00	10.010,00	9.022,00	1.840,00	500,00	1.160,00	7	14.705,00	1.192,00
Avícolas	R\$	27.809,00	17.520,00	10.289,00	620,00	—	850,00	5	16.332,00	1.875,00
Fábrica de Temperos	US\$	13.530,17	2.510,00	9.790,17	1.501,00	430,00	760,00	9	22.781,25	6.202,09
Fábrica de Compostas e Geliñas	\$	13.533,80	7.700,00	5.556,00	1.810,00	600,00	200,00	1 + E	6.688,20	668,90
Fábrica de Sabão em Barra I	US\$	4.730,88	1.414,76	2.886,04	1.678,75	954,20	349,87	3	6.664,12	467,56
Fábrica de Sabão em Barra II	R\$	9.412,00	4.390,00	5.022,00	880,00	250,00	560,00	4	9.073,00	1.533,00
Ind. Produtos Higiene e Limpeza	\$	23.989,95	2.440,00	20.523,76	4.401,81	1.500,00	900,00	5	28.600,00	2.796,53
Confecção de Malhas	R\$	20.754,00	8.560,00	12.194,00	2.500,00	360,00	790,00	6	19.874,00	1.610,00

107. Os dados levantados a partir do SEBRAE referem-se a números hipotéticos gerados a partir de estudos técnicos sobre empreendimentos na área. Os dados advindos da revista *Pequenas Empresas – Grandes Negócios* consideram unidades produtivas em funcionamento quando da publicação da matéria. O interessado em organizar alguma unidade produtiva destas deve, contudo, fazer um novo levantamento de dados a partir da realidade concreta onde a empresa será montada. Esclareçamos o caráter das colunas. *Empreendimento*: unidade produtiva a ser instalada. *Moeda* – alguns livros do SEBRAE apresentam projetos orçados em moeda nacional e em dólares, outros apenas em reais e outros sem indicação de moeda específica. Para uma compreensão geral apropriada à análise que faremos, todas as cifras apresentadas nesta tabela podem ser consideradas, grosso modo, como expressão de unidades de dólar, se considerarmos a estabilidade relativa e a certa paridade do câmbio no período em que foram elaborados esses estudos. *Investimento inicial*: é a soma do investimento fixo, do capital de giro e, em alguns projetos do SEBRAE, de uma reserva técnica. *Investimento Fixo*: composto pela aquisição de máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e instalações necessárias. *Capital de Giro*: engloba gastos com materiais diretos, mão-de-obra direta e custo fixo. *Custo Fixo*: são despesas que independem do volume de produção ou do faturamento, tais como aluguéis de imóveis e outros, retirada dos sócios, salários, depreciação de móveis e equipamentos, despesas de manutenção, honorários de contador, etc. *Retirada dos Sócios*: remuneração recebida pelos sócios da empresa em razão de seu trabalho; está incluído no valor a par-ocela referente ao recolhimento de impostos devidos. *Custo de Mão-de-Obra Direta*: o que é pago aos trabalhadores em salário sem incluir os encargos sociais. *Mão-de-Obra Di-reta*: a equipe de trabalhadores diretamente ocupados. A letra E indica que o empresário trabalhará diretamente junto à produção ou na loja em que se vende o produto. *Receita Operacional*: trata-se do valor bruto das vendas do período ou faturamento. *Lucro Líquido*: é a diferença entre a receita operacional e o custo total que, por sua vez, se compõe do custo de matérias-primas, despesas de comercialização, mão-de-obra direta e custos fixos. Por fim cabe destacar que, sob a perspectiva de uma Rede de Colaboração Solidária, o lucro líquido é considerado um excedente a ser reinvestido na expansão da mesma e também na redução da jornada de trabalho dos seus participantes. Além disso saliente-se ainda que os valores referentes a custo de mão-de-obra direta e retirada dos sócios (excluindo-se os encargos sociais) seriam compartilhados igualmente entre todos os trabalha-dores da célula e que tais recursos podem realimentar a rede produtiva quando estes praticam o consumo solidário dos bens e serviços que ela disponibiliza.

Marcenaria – I	R\$	10.046,00	5.450,00	4.596,00	1.050,00	105,00	400,00	3	9.128,00	1.233,00
Marcenaria – II	US\$	22.407,69	11.946,00	8.424,63	1.943,70	660,00	1.375,00	3	19.515,66	3.991,88
Coletores de Energia Solar	US\$	24.668,00	11.696,00	10.730,00	1.590,00	602,00	552,00	2	19.509,00	2.194,00
Fábrica de Blocos	R\$	15.724,00	6.030,00	9.694,00	860,00	210,00	330,00	3	14.558,00	1.353,00
Reciclagem de Papéis	\$	11.069,86	4.250,00	6.495,10	5.175,10	1.800,00	600,00	2	7.840,00	1.183,80
Farmácia e Drogeria	\$	62.750,09	19.580,00	32.481,00	3.229,53	950,00	600,00	2 + E	38.000,00	4.446,47

\* Incluímos aqui este valor, referente à remuneração do empreendedor que trabalha na administração, portanto, mão-de-obra indireta. Não foram computados os encargos sociais.

Fonte: SEBRAE, Pequenas Empresas & Grandes Negócios<sup>108</sup>

**Tabela 16 – Empreendimento Produtivo (Produção de Aves) – Investimento, Giro, Ocupação, Custo e Lucro**

Empreendimento	Moeda	Idade Média de Abatimento	Investimento Total	Investimento Fixo	Investimento em Giro	Capital de Giro	Custo Fixo	Retirada do Sócio	Custo da Mão-de-Obra Direta	Mão-de-Obra Direta	Receita Operacional	Lucro Líquido
Frango para corte	US\$	45 dias	26.283,38	20.098,53	4.933,26	1.709,36	1.200,00	375,00	4	18.513,78	2.499,36	

Fonte: SEBRAE<sup>109</sup>

108. Estes perfis de empreendimentos advêm das seguintes fontes: SEBRAE-PR. *Casa de Massas Caseiras*. Curitiba, SEBRAE-PR, 1995; "Monte a sua Rotisseria". *Pequenas Empresas – Grandes Negócios*. Ano V, N. 7, maio de 1995, p. 84-87; "O Policial das Avícolas". *Pequenas Empresas – Grandes Negócios*. Ano V, N. 7, maio de 1995, p. 74-78 (trata-se de uma empresa equipada para abater e limpar os frangos); SEBRAE. *Como Montar Fábrica de Temperos*. Brasília, Ed. SEBRAE, 2ª ed., 1994; SEBRAE-SP. *Como Montar Uma Fábrica de Compostas e Geléias*. São Paulo, SEBRAE-SP, 1997; SEBRAE. *Como Montar Fábrica de Salsão em Barra*. Ed. SEBRAE, 2ª ed., 1994; "Produção de Sabão". *Pequenas Empresas – Grandes Negócios*. Ano V, N. 7, maio de 1995, p. 110-113; SEBRAE-SP. *Como Montar Uma Indústria de Produtos de Higiene e Limpeza*. São Paulo, SEBRAE-SP, 1997; "Confecções de Malhas". *Pequenas Empresas – Grandes Negócios*. Ano V, N. 7, maio de 1995, p. 171-175; "Marcenaria". *Pequenas Empresas – Grandes Negócios*. Ano V, N. 7, maio de 1995, p. 142-145; SEBRAE. *Como Montar Marcenaria*. Brasília, Ed. SEBRAE, 1996; SEBRAE. *Como Montar Indústria de Coletores de Energia Solar*. Ed. SEBRAE, 1994 (trata-se de sistema de aquecimento de água com placas metálicas expostas ao sol); "Fábrica de Blocos". *Pequenas Empresas – Grandes Negócios*. Ano V, N. 7, maio de 1995, p. 133-136; SEBRAE-SP. *Como Montar Uma Reciclagem de Papel*. São Paulo, 2ª ed., SEBRAE-SP, 1996; SEBRAE-SP. *Como Montar Uma Farmácia e Drogeria*. São Paulo, SEBRAE-SP, 1996.

109. A coluna *Idade Média de Abatimento* refere-se ao ciclo produtivo de 45 dias, com as aves agrupadas em três aviários, nos quais a primeira produção é iniciada com 15 dias de intervalo. Após o primeiro ciclo produtivo, a produção se completa a cada 15 dias, permitindo considerar-se assim o capital de giro e demais aspectos em períodos de 30 dias. As demais colunas indicam o mesmo que na *Tabela 15*. Este empreendimento advêm da seguinte fonte: SEBRAE-AM. *Criação de Frangos*. Manaus, SEBRAE-AM, 1995.

Tabela 17 – Produção de Olerícolas em Cultivo Mecanizado<sup>110</sup>

Produto	Época do Plantio	Ciclo Médio (dias)	Produtividade (Kg/ha)	Custo Variável (US\$/ha)	Serviços Manuais	Receita Bruta (US\$/ha)	Margem Bruta (US\$/ha)	Custo Variável (US\$/kg)	Rend. Bruto (US\$/kg)
Abobrinha	Ago/Dez	45 a 60	20.000	3.888,60	1.575,00	6.400,00	2.511,40	0,19	0,32
Alface	Ano Todo	70 a 80	20.000	5.771,68	2.310,00	8.800,00	3.028,32	0,29	0,44
Alho	Abr/Jul	150	6.000	5.233,70	2.265,00	14.040,00	8.806,30	0,87	2,34
Batata-doce	Ago/Nov	130	16.000	2.451,25	1.140,00	4.480,00	2.028,75	0,15	0,28
Batata-Salsa	Mai/Out	360	10.000	3.096,00	1.867,50	5.600,00	2.504,00	0,31	0,56
Beterraba	Ano Todo	60 a 70	23.000	4.940,50	3.210,00	6.670,00	1.729,50	0,21	0,29
Cebola	Mar/Jul	150 a 170	10.000	1.839,00	960,00	2.100,00	261,00	0,18	0,21
Cenoura	Ano Todo	80 a 120	30.000	4.821,00	2.835,00	9.300,00	4.479,00	0,16	0,31
Chuchu	Ago/Nov	100	40.000	7.609,74	1.890,00	8.060,00	390,26	0,19	0,20
Conve-Flor	Ano Todo	80 a 120	30.000	2.836,12	1.350,00	6.000,00	3.163,88	0,09	0,20
Feijão Vagem	Ago/Dez	50 a 70	20.000	5.667,54	2.610,00	10.800,00	5.132,46	0,28	0,54
Morango	Mar/Abr	80 a 100	26.000	28.051,00	13.260,00	34.060,00	6.009,00	1,08	1,31
Pepino	Ago/Dez	40 a 60	30.000	5.598,64	2.625,00	6.300,00	701,36	0,19	0,21
Pimentão	Ago/Dez	100 a 120	23.000	5.834,00	2.670,00	10.810,00	4.975,30	0,25	0,47
Repolho	Ano Todo	100 a 120	40.000	3.479,52	1.485,00	5.200,00	1.720,48	0,09	0,13
Tomate	Ago/Nov Jan/Fev	95 a 110	45.000	9.027,54	4.845,00	15.750,00	6.722,46	0,20	0,35

Fonte: EMATER-PR.

110. Considerando as condições climáticas do sul do Brasil. Fonte: EMATER-PR. Manual Técnico de Olericultura (5ª ed. revisada e ampliada). Curitiba, EMATER-PR, 1997. A coluna *Custo Variável* inclui serviços manuais.

No primeiro cenário, o lucro poderia ser convertido em novos postos de trabalho ou na ampliação de acesso ao consumo para os mais carentes. Em outras palavras se o que é retirado do processo produtivo na forma de lucro não o for, pode-se remunerar um conjunto maior de trabalhadores: a) reduzindo a jornada de trabalho e aumentando o número de trabalhadores ocupados garantindo-se, ainda assim, a auto-suficiência econômica do projeto produtivo; ou b) criando um novo turno de trabalho – quando as instalações o permitam – aumentando ainda mais o volume de riqueza produzida. Sob outro aspecto, ampliar-se-ia diretamente o acesso ao consumo dos mais carentes – fortalecendo-se a rede junto aos que praticam o consumo compulsório – se o volume do lucro fosse descontado do preço final da mercadoria, barateando-as. A concorrência teria sérias dificuldades em produzir a preços mais baixos que estes, uma vez que a concorrência não produziria sem nenhuma margem de lucro. Este procedimento, em alguns casos, poderia forçar o processo de conversão produtiva de algumas unidades capitalistas que poderão se ver forçadas a vender suas instalações e equipamentos porque já não conseguem acumular riqueza explorando o trabalho alheio. Em outros casos, levaria o capitalista a introduzir uma nova tecnologia que permita produzir mais com menor custo, visando reconquistar o mercado. Isto entretanto não é problema para a célula solidária, uma vez que os consumidores solidários que garantem a sua auto-suficiência continuariam comprando o seu produto. As medidas agrupadas neste primeiro rol, entretanto, podem ser bastante imediatistas, sem uma visão de longo alcance, como a que vai sendo projetada nos cenários seguintes.

No segundo cenário, tem-se a poupança de todo o excedente da célula, com o objetivo de criar-se uma nova unidade produtiva similar em outra região, atendendo-se a um outro conjunto de pessoas. Mesmo sem conectar-se em redes produtivas, sem realizar o processo de *cadenciamento*, o conjunto das células, considerando-se a *Tabela 15*, poderia replicar-se, em média, uma vez ao ano. Poupano-se os lucros líquidos da Casa de Massas Caseiras, em 5 meses acumula-se o suficiente para instalar uma nova unidade produtiva. A fábrica de temperos se replica em pouco mais de 2 meses; a Unidade I de sabão em barras, em 11 meses; ao passo que a Unidade II, em pouco mais de 6 meses. Os excedentes produzidos pela Indústria de Produtos de Higiene e Limpeza, acumulados em pouco mais de 8 meses, permitiriam constituir uma nova unidade produtiva do mesmo perfil. No caso da fábrica de blocos, seriam necessários 12 meses de acúmulo do excedente para replicá-la. Essa estratégia, contudo, embora permita gerar mais empregos, aumentar a produção e unir em

uma cadeia de consumo solidário um conjunto bem maior de pessoas em diversas localidades, ainda não é, contudo, a melhor estratégia.

No terceiro cenário, é criada uma *rede de reinvestimento do excedente*; isto é, o excedente de uma unidade é utilizado para a instalação de novos e diversos empreendimentos, cujos excedentes são somados para novos investimentos. Tomando-se hipoteticamente como célula inicial a Casa de Massas Caseiras, poderíamos ter o seguinte percurso. Com o seu excedente, em um mês e meio, monta-se uma Fábrica de Sabão; a partir daí, com o excedente de ambas, em três meses e meio monta-se uma Fábrica de Blocos. Com o excedente gerado pelas três empresas, em apenas quatro meses e meio seria possível instalar uma Indústria de Produtos de Higiene e Limpeza. Somando-se o excedente desta ao das demais unidades já instaladas, poder-se-ia montar uma confecção em 2 meses e meio. Assim, em um ano, com um capital inicial de US\$ 19.436,00 – praticando-se o consumo e o trabalho solidários – geram-se 24 empregos diretos, a rede passa a ter um patrimônio de US\$ 38.834,00 e um excedente mensal líquido de US\$ 10.160,00. Este tipo de reinvestimento implicaria uma consciência solidária bem elaborada por parte de todos, destacando-se que o objetivo maior da rede é gerar melhores condições de vida para o maior número possível de pessoas e não apenas para alguns, pois, se assim fosse, o excedente produzido seria repartido entre os que já trabalham nas unidades instaladas, ao invés de gerar-se novas oportunidades de emprego e de consumo para os que ainda estão excluídos das condições básicas de vida. O conjunto das unidades produtivas necessitaria formar uma rede para decidir sobre os movimentos de expansão. Quanto mais democrático, transparente e participativa forem as tomadas de decisão, mais sólido será o crescimento da rede. Este terceiro cenário, contudo, ainda não é o melhor, uma vez que as células ainda não se articulam em cadeia produtiva.

No quarto cenário considera-se que se as células forem montadas em cadeia produtiva, circulando entre si matérias diversas – como insumos ou produtos finais – então o movimento de enriquecimento coletivo é bem maior. Assim, por exemplo, uma marcenaria produziria todos os móveis necessários à fábrica de blocos. Ambas produziriam a infra-estrutura elementar para a fábrica de produtos de higiene e limpeza e assim sucessivamente. Por outra parte, todos utilizariam sabões, detergentes, desinfetantes e outros produtos fabricados na própria rede. Isto teria duas conseqüências práticas: a) parte do investimento inicial das novas unidades produtivas seria coberto com produtos das unidades já existentes; b) a instalação e funcionamento de novas unidades produtivas ampliariam o consumo de certos produtos finais elaborados nas demais unida-

des. Assim além de uma *rede do reinvestimento do excedente*, têm-se o *cadenciamento* das células fazendo com que este reinvestimento potencialize a própria produção das células já existentes. Sob esta perspectiva, a expansão da rede necessita considerar as suas próprias demandas definindo, a partir delas, que novas unidades devem ser instaladas. Considerando o estágio hipotético dessa rede, que tomamos como exemplo, talvez fosse conveniente organizar-se uma célula de prestação de serviços construtivos, hidráulicos e elétricos; uma célula que atendesse aos serviços de contabilidade; uma célula de desinsetização (uma vez que é necessário periodicamente desinsetizar empresas alimentícias), uma fábrica de sacos de papel, uma célula de transporte de cargas, etc.

Considerando-se as principais dificuldades que atingem as microempresas no primeiro ano de sua atividade e as causas que levam ao seu fechamento, percebe-se que esse quarto cenário – mesmo se ocorrer dificuldades em consolidar-se o consumo solidário que absorva todo o conjunto da produção da empresa – é o que apresenta melhores condições para permitir a continuidade dos empreendimentos. A *Tabela 18* mostra as principais dificuldades na condução dos negócios da empresa no primeiro ano de sua atividade e os motivos que levam o proprietário a fechá-la, conforme pesquisa feita entre empresários que iniciaram seus empreendimentos em 95 e 96 em Minas Gerais<sup>111</sup>. Levantando dados junto aos órgãos competentes no setor, os pesquisadores afirmaram que “pode-se fazer uma estimativa da mortalidade das empresas: 36% morrem/desaparecem com até um ano de atividade e 47% com até 2 anos ou, então, 64% sobreviveram ao primeiro ano de atividades e 53% sobreviveram até o segundo ano.”<sup>112</sup>

---

111. Gláucia M. VASCONCELOS VALE e Outros. *Fatores Condicionantes da Mortalidade de Empresas*. Brasília, Edição SEBRAE, 1998.

112. *Ibidem*, p. 21.

**Tabela 18 – Principais Dificuldades na Condução dos Negócios da Empresa no Brasil em seu Primeiro Ano de Atividade e Motivos de Fechamento da Empresa**

Aspecto	Principais Dificuldades na Condução dos Negócios da Empresa no Primeiro Ano de Atividade		Motivos de Fechamento da Empresa
	Empresas de Sucesso	Empresas Extintas	
Falta de Capital de Giro	35,6	32,5	26,
Concorrência Muito Forte	28,2	22,9	10,5
Carga Tributária Elevada	28,2	25,3	17,5
Maus Pagadores	20,7	19,3	12,3
Falta de Crédito	16,0	12,1	7,0
Falta de Clientes	11,2	26,5	21,1
Problemas Financeiros	8,5	6,0	8,8
Recessão Econômica no País	5,3	4,8	14,0
Falta de Mão-de-Obra Qualificada	4,8	4,8	5,3
Falta de Conhecimentos Gerenciais	2,7	2,4	3,5
Instalações Inadequadas	1,1	0,0	3,5
Ponto Inadequado	1,1	3,6	5,3
Problemas com a Fiscalização	1,1	0,0	—
Outros	17,0	15,7	28,1

Fonte: SEBRAE<sup>113</sup>.

Sob o quarto cenário analisado, se algum empreendimento ficar temporariamente *sem capital de giro*, ele pode recorrer a financiamentos junto à própria rede, uma vez que ela se configura também como uma *Rede de Reinvestimento do Excedente*. A rede necessita, entretanto, avaliar as causas do problema a fim de reverter a situação da célula. Quanto à *falta de clientes*, isso dificilmente ocorrerá, uma vez que o *consumo solidário* garante a venda do produto final necessário à manutenção da célula. O ideal é que cada célula funcione com o seu potencial produtivo normal e que as células de consumo aumentem sua intensividade e extensividade, evitando que reduções temporárias de consumo tragam problemas à célula laboral. A *carga tributária* elevada também não é problema, uma vez que sendo o volume dispendido com ela proporcional ao faturamento, ela permanece equacionada no próprio plano produtivo

113. *Ibidem*.

da unidade. A *recessão econômica no país*, que reduz o consumo em geral, tende a não afetar as redes uma vez que elas supõem o consumo solidário. Contudo, se ocorrer que o consumo solidário diminua em razão da queda de rendimento dos consumidores finais que, por esse motivo, passando a desenvolver um consumo compulsório, adquiram menores quantidades de produto da rede, ela, então, poderá reduzir os preços dos produtos a margens inferiores aos do mercado (uma das variantes do cenário um) e permanecer em condições de garantir o seu capital de giro. O problema dos *maus pagadores* também não a atinge em geral, pois os consumidores que garantem o seu capital de giro praticam o consumo solidário. Por este mesmo motivo não há para as unidades da rede, que se instalarem de modo consistente, problemas como *concorrência muito forte*; além do mais, a célula da rede pode inclusive operar, temporariamente, com lucro zero, o que o concorrente não pode fazer. Se o concorrente qualificar os equipamentos produtivos ele poderá reconquistar o segmento que pratica o consumo compulsório e o consumo alienante, mas isso não será problema pois os consumidores solidários garantirão, com suas compras, um faturamento mínimo necessário para a manutenção do empreendimento. Mesmo a *falta de créditos* – como vimos ao considerar a falta de capital de giro – também não é problema para as células conectadas em rede. Assim, todos os principais aspectos que levam ao fechamento de unidades produtivas capitalistas sob a lógica da disputa competitiva de mercado não afetam do mesmo modo o desempenho de células conectadas em rede sob o cenário número quatro. Note-se que sob os cenários número um e dois esses aspectos poderiam conduzir ao fechamento dos empreendimentos se, porventura, o consumo solidário necessário ao faturamento mínimo que garanta a sobrevivência da unidade produtiva não ocorrer. Já nos cenários 3 e 4, mesmo que o volume de consumo solidário oscile negativamente por algum período para alguma unidade, a rede como um todo tem condições de garantir a sua manutenção devendo adotar políticas imediatas para sanar tal debilidade.

Desdobremos melhor esse quarto cenário, considerando as matérias necessárias ao processo produtivo e os produtos finais nele elaborados. Ao tratar o conjunto dos empreendimentos como um único conglomerado, seria possível comprar estoques de matérias-primas, matérias auxiliares, ingredientes e outros insumos em quantidades muito mais elevadas, barateando esses itens e os produtos finais.

Considerando a produção de olerícolas, os custos variáveis se distribuem em sementes e mudas, fertilizantes, agrotóxicos, serviços manuais, serviços de tração animal, serviços mecanizados e na aquisição de outros insumos (como

caixas, estacas, arames, mourões, etc.). Poder-se-ia organizar células que prestassem os serviços de tração animal (sulcamento, capina e outros) e serviços mecanizados (aração, gradeação, transporte interno, levantamento de caneteiro e outros). Nesses casos, a produção de uma célula demanda serviço em outra. Por sua vez a produção de caixas, estacas e mourões poderia ser feita também por outra célula, uma marcenaria. Quanto aos fertilizantes e agrotóxicos, seria possível buscar alternativas de agricultura com controle biológico de pragas e outras possibilidades de correção do solo. De qualquer modo, qualquer uma dessas iniciativas de cadenciamento atuaria sobre os fluxos de valor, fazendo-o girar no interior da própria rede aumentando ainda mais a riqueza nela produzida.

Seria possível por exemplo que o milho cultivado em uma célula agrícola fosse transformado em farelo para alimentar frangos em outra célula, cujos ovos iriam para a casa de massas caseiras; os frangos iriam para a avícola, onde seriam abatidos e limpos; por fim, frangos limpos e massas chegariam na rotisseria, produzindo-se dúzias de lasanhas que seriam consumidas em uma festa comunitária celebrando o bem-viver. Considerando a cadeia produtiva, as 6 toneladas de alho da célula agrícola, produzidas em um hectare – conforme a *Tabela 17* –, teriam destino certo: a célula de produção de temperos. Ocorrendo uma superprodução naquela safra, os agricultores não teriam que se preocupar com os preços, pois receberiam o mesmo valor por uma quantidade maior de produto. Havendo uma quebra da safra, a rede – quando estiver consolidada – terá como garantir um preço mínimo que lhes permita cobrir os custos realizados, antecipando-lhes como crédito um valor que lhes permita iniciar um novo giro produtivo e que será recuperado à rede paulatinamente com os excedentes das colheitas seguintes. Isto é possível porque o excedente produzido em outras células da rede permite cobrir dificuldades momentâneas de quaisquer unidades conectadas. Além disso, seguindo-se o princípio de extensividade, a produção de bens do mesmo tipo tende a se espalhar pelo maior número de regiões possíveis, em que haja condições propícias para a sua produção. Dessa forma, a quebra da safra em uma região não prejudica o desempenho da rede como um todo, pois outras regiões poderão suprir momentaneamente aquela demanda, havendo ainda a possibilidade de uma recomposição de insumos para a realização dos produtos finais, a manutenção temporária de outras linhas de produtos similares, ou a própria alteração no perfil dos itens consumidos como produto final na rede, mantendo-se com esses expedientes fluxos de realimentação interna de valor.

Embora tenhamos tomado as microempresas apresentadas na *Tabela 15* como exemplo, e indicado a proporção produtiva em culturas mecanizadas referidas na *Tabela 17*, importa destacar que, criativamente, é possível produzir com qualidade adequada e em condições de satisfazer as demandas de células de consumo, sem necessariamente seguir-se os padrões de empreendimentos ali apontados. Cabe destacar, entretanto, que se um coletivo de pessoas solidárias decidisse implementar essas unidades com a finalidade de reverter o lucro em benefício dos trabalhadores e da constituição de uma rede, seria possível erguer – com algumas iniciativas criativas, estrategicamente desenvolvidas – o capital necessário para iniciar esses empreendimentos e para multiplicá-los. A administração democrática e tecnicamente eficiente do conjunto de reinvestimentos, contudo, será o maior desafio.

Uma importante questão, contudo, pode ser formulada acerca do *ponto de equilíbrio* de qualquer rede, isto é, do equacionamento das variáveis envolvidas em seus ciclos para que a mesma possa comportar-se autopoieticamente. Em particular, o questionamento poderia centrar-se sobre o faturamento mínimo necessário à manutenção das unidades produtivas<sup>114</sup>. Ora, o ponto de equilíbrio da rede depende da composição orgânica de cada uma das células que a conforma. Por composição orgânica entenda-se a relação entre os meios de produção que ela contém e o trabalho vivo que ela emprega considerando-se o produto final obtido em valor. O aumento da composição técnica de uma célula que incorpora novas tecnologias, embora altere a sua composição orgânica, nem sempre significa alteração de composição de valor da rede, dependendo de como as outras células se comportarão frente a este novo patamar de produtividade que diminui o tempo de trabalho vivo necessário à produção de um certo volume de mercadorias, e que reduz o valor delas. Importa destacar que as células devem produzir em função das demandas e, ao atender as demandas, necessitam produzir um excedente que possibilite expandir a rede ou nenhum excedente, simplesmente para girar a produção e garantir o consumo das demais células. Produzir excedente significa, por exemplo, faturar \$ 100 – isto é, obter-se esse valor com o total das vendas –, tendo-se gasto \$ 90 para cobrir to-

---

114. Conforme a metodologia adotada pelo SEBRAE, “o Ponto de Equilíbrio de uma empresa é o momento em que ela não apresenta lucro nem tampouco prejuízo, neste instante as despesas equivalem às receitas e a partir daí qualquer venda que aconteça gerará lucros para a empresa. Dizemos que o **Ponto de Equilíbrio** da empresa foi atingido quando a **Receita Total** se iguala ao **Custo Total**, neste ponto a empresa deixa de dar prejuízo pois seus custos e receitas se equivalem. É importante que a empresa conheça o seu Ponto de Equilíbrio, não só para administrar corretamente sua estrutura de custos, como também determinar suas metas de vendas ou estabelecer políticas de descontos ou promoções.” Carlos FRAGA FILHO. *Como calcular o custo e preço de venda nas pequenas empresas*. Salvador, SEBRAE-BA, 1996, p. 59.

das as despesas; neste caso obtêm-se \$ 10 como excedente que permite a expansão da rede.

A composição orgânica das células sob padrões do SEBRAE supõe a competição no mercado, daí, em geral, a produção em escala como forma de sustentação do empreendimento. Se partimos do padrão dessas unidades produtivas e considerarmos o produto final das unidades apresentadas na *Tabela 15*, teríamos que avaliar quantas famílias necessitariam integrar as células de consumo para que toda a produção de tais unidades fosse consumida. As células da rede, entretanto, não necessitando competir no mercado – em razão do consumo solidário – e praticando margens de excedente negociáveis coletivamente podem sobreviver produzindo em menor escala, sob uma outra composição orgânica, utilizando maquinários, equipamentos, procedimentos, fontes de energia, etc., sob outros parâmetros que os da lógica capitalista da economia de escala ou da economia de velocidade. Aqui desenvolve-se uma economia de escopo, isto é, parte-se da demanda por consumo para o dimensionamento da produção, permitindo-se um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Suponhamos que dez células que compõem 30 famílias cada uma decidam produzir pães caseiros que elas mesmas consumirão mensalmente – 10 pães por família, perfazendo um total de 3.000 pães. Elas poderão decidir que um membro de cada célula fabrique os pães em sua casa. Assim, se dez pessoas passarem a fabricar pães em suas residências e produzirem 15 unidades ao dia, de segunda a sexta, elas produzirão 3.000 pães ao mês. Vendendo cada unidade a R\$ 2,00, faturarão R\$ 6.000,00 mensais. Supondo que metade desse valor seja custos, cada pessoa teria por mês um ganho líquido de R\$ 300,00. Nada impede que essas pessoas trabalhem juntas em um mesmo local em regime de colaboração solidária, tornando-se uma célula produtiva caracterizável como panificadora, podendo vender legalmente seus pães sob fiscalização sanitária com o reconhecimento público de sua qualidade. Neste caso, a produção conjunta, racionalizando custos, compartilhando infra-estrutura, integrando habilidades coletivas, etc., gera uma parcela maior de excedente, possibilitando cobrir as taxas legais e instituir um fundo de recursos permitindo instalar novas unidades produtivas que atendam as próprias demandas da rede. Desse modo, por exemplo, poder-se-ia iniciar uma produção de roupas, com a aquisição de máquinas de tricotar e de costurar. A composição orgânica dessa “panificadora” ou da “confeção” que poderia surgir em seguida é bastante diferente da que consta na *Tabela 15*, mas permite fluxos positivos de valor e crescimento sustentável de uma rede local.

Assim, é possível iniciar e manter as redes de colaboração solidária sob **distintas** composições orgânicas, dependendo de cada situação concreta. Contudo, após organizar-se as células de consumo solidário e diagnosticar-se as demandas permanentes em diversidade e volume, cabe organizar empreendimentos produtivos com uma composição orgânica tal que permita atender parte destas demandas gerando, preferentemente, um excedente que permita à rede expandir-se. Quanto maior o grau de realimentação interna da rede para a geração de produtos finais com preços acessíveis às células de consumo, maior facilidade ela terá de ajustar a composição orgânica de cada célula à estratégia autopoiética de sua expansão.

### *1.13. Fluxos de Valor e Cadeia Produtiva*

A superioridade qualitativa do quarto cenário frente aos demais é melhor compreendida quando se analisa o movimento de produção do valor econômico e sua circulação em toda a esfera de produção e consumo, considerando-se as cadeias produtivas, isto é, a cadeia que envolve as fases do cultivo ou extração, transformação ou industrialização e comércio de cada bem que se torna disponível ao consumo final<sup>115</sup>.

Economicamente, produção e consumo são duas faces de um mesmo movimento. Todo valor econômico supõe a ambos em vários momentos de uma ampla cadeia. Qualquer atividade produtiva, em cada momento da cadeia de produção de um bem, exige consumo de matérias, energia, força de trabalho, etc. Por sua vez, este mesmo bem deve ser consumido para que seu valor objetivo possa converter-se em valor econômico, permitindo um novo giro produtivo. Assim, uma unidade produtiva necessita vender sua produção para converter a sua forma de valor e poder reinvesti-lo em matérias, energia, força de trabalho, etc., que permitirão gerar uma nova quantidade de produtos.

Se uma empresa produz mais do que consome, e se seu produto é consumido por outras empresas ou consumidores finais, então ela passa a acumular mais valor econômico, enriquecendo-se. Do mesmo modo, se um segmento da cadeia produtiva produz mais valor do que consome em relações aos demais segmentos, então nele passa a se concentrar um valor econômico maior que nos demais.

---

115.Exemplos de cadeias produtivas do milho e da ovinocultura podem ser encontrados no *Anexo 3*.

O mesmo vale para a rede de colaboração solidária. Se, em seu movimento de reprodução, ela produz mais valor econômico do que o necessário para um novo ciclo produtivo, então ela passa a enriquecer. Igualmente, se o conjunto da produção gera um volume de mercadorias e serviços que excedem a própria demanda da rede e se tais serviços e mercadorias forem consumidos por segmentos externos a ela, tem-se a ampliação da quantidade de valor econômico interna à rede. Se a rede gastar seu excedente comprando produtos externos, não elaborados por ela, então empobrecerá em igual medida desse consumo, pois o valor econômico por ela gerado transitará para fora dela mesma.

Com efeito, em sua fase inicial, a rede realiza compras externas porque ainda não produz os bens que necessita para a reprodução de seu valor econômico e para a satisfação do consumo final de seus membros. Na medida, entretanto, que ela diversifique sua produção e implante novas células que venham a atender suas próprias demandas, ou que reorienta a produção das células já existentes com vistas a esse atendimento, o valor produzido por essas células passa a circular através da própria rede, efetivam-se ligações de unidades em cadeias produtivas, atende-se um volume maior de demandas e potencializa-se o crescimento de todas as células. Desse modo, o desenvolvimento da rede deve vir acompanhado da diversificação da produção, evitando-se a ocorrência de compras junto aos capitalistas. Assim, se forem organizadas cadeias produtivas sob a lógica de rede, realizando-se a *autopoiese*, o valor circulará através destas cadeias, ampliando sua produção de valor e evitando a fuga deste para fora delas.<sup>116</sup> Trata-se pois de ampliar a permanência de valor econômico na rede, reduzindo-se o volume das saídas de valor (que ocorrem pelo pagamento de produtos e serviços externos), compensando-as com a venda de bens para clientes externos a ela e promovendo-se a produção dos diversos insumos e produtos finais que ela mesma necessita.

Em sua fase média de crescimento, a rede como um todo enriquecerá: a) quando conseguir criar cadeias de realimentação que vão da extração e cultivo, passando pela transformação e circulação, chegando ao consumo final; b) quando desenvolver uma alta produção de excedentes econômicos em algum momento da cadeia que seja muito superior ao valor dos insumos e produtos

---

116. Sob esse mesmo princípio, uma interessante análise de fluxos de matérias e de valor, em movimento de rede, buscando-se evitar qualquer perda possível pela recuperação de resíduos em ciclos sucessivos, pode ser analisada no Anexo 2, onde um conjunto habitacional é integrado em um ecossistema produtivo, estabelecendo-se cadeias de realimentações que resultam na redução de gastos, na elevação de renda dos condôminos e no aprimoramento do bem-viver de todos.

finais que ela ainda demanda de fora; c) quando reduzir o tempo em que o valor econômico circula nela mesma, produzindo novos valores que sejam consumidos em seu interior.

Desse modo, redução do tempo de giro do valor econômico, diversificação da produção e produção de um volume maior de produtos – que sejam consumidos no interior da rede ou fora dela, gerando excedentes nela reinvestidos –, ampliam a sua própria riqueza. Contudo, o objetivo maior da produção econômica em redes de colaboração solidária não é acumular riquezas, mas possibilitar o bem-viver de todos. Sendo assim, na fase final de agregação das redes, quando a economia solidária tornar-se sistema hegemônico, a preocupação estará em diversificar os produtos para atender as demandas do bem-viver de todos e não em reduzir o tempo de giro visando acumular mais riqueza. Isso se justifica pelo fato de que se o bem-viver necessita de alguma riqueza para efetivar-se, apenas acumular riqueza como tal não significa realizar o bem-viver.

A preocupação de fundo será sempre corrigir os fluxos de valor com a finalidade de que os valores produzidos na rede realimentem a produção e o consumo nela mesma. Assegurado esse princípio, a rede tende a crescer rapidamente, promovendo uma acumulação coletiva de valor econômico do qual todos participam, significando uma sensível melhoria progressiva no padrão de consumo de todos.

De fato, a correção de fluxo de valor pode ocorrer de vários modos, em particular, com a alteração de hábitos de consumo ou com a mudança na composição de matérias necessárias à produção final, privilegiando-se, em ambos os casos, o consumo de produtos elaborados na rede. Exemplifiquemos isso com alguns dados concretos.

No primeiro caso, uma célula de consumo gasta mensalmente R\$ 500,00 em carne bovina, R\$ 100,00 em enlatados – itens esses adquiridos no mercado, girando a produção capitalista – e R\$ 200,00 em aves e ovos e R\$ 100,00 em legumes e verduras, comprados junto à rede, realimentando a colaboração solidária. Se esta célula alterar seus padrões de consumo, passando a comprar R\$ 200,00 em carne bovina, R\$ 50,00 em enlatados, R\$ 500,00 em aves e ovos e R\$ 150,00 em legumes e verduras, ocorre uma correção de fluxo de valor, possibilitando à rede vender R\$ 350,00 a mais do que anteriormente. O incentivo a essa correção de fluxo, à alteração de hábitos de consumo, visando uma alimentação mais saudável, saborosa e nutritiva, pode ser feito de muitas formas, com atividades de educação alimentar que envolvam, por exemplo, concursos culinários, premiando-se a receita de suflê mais saboroso – prato que

implica no consumo de ovos, verduras e legumes – ou a receita de como preparar os pratos mais rápidos e saborosos no microondas, utilizando-se gêneros que a rede produz, etc.

No segundo caso, a correção de fluxo pode ser feita alterando-se a composição dos insumos sem prejudicar a qualidade do produto final. Assim, modificando-se a receita de um tipo de massa para incluir mais ovos, fibras ou legumes, pode-se aumentar a demanda desses produtos sem alterar quantidade final de consumo de massas. Novas linhas de produção podem ser organizadas paralelamente às linhas já existentes, ofertando uma diversidade maior de produtos e aumentando a probabilidade de concentrar os fluxos de valor no interior da rede, o que lhe permitirá estender-se e intensificar-se elevando o padrão de vida de um número maior de pessoas.

No Brasil, conforme o *DataFolha*<sup>117</sup>, os excluídos (pobres, despossuídos e miseráveis) com 16 anos ou mais de idade, somam 63,6 milhões de pessoas, com uma renda média individual mensal de R\$ 207,00 – excluindo-se, portanto, crianças e adolescentes de 0 a 15 anos desse rateio estatístico. Se considerarmos a *Pesquisa de Orçamentos Familiares-1996* do IBGE para famílias que sobrevivem com até dois salários mínimos teremos um desembolso de 33,51% com alimentação, 5% com vestuário e 2,05% com higiene e limpeza, o que perfaz um total de 40,56%. Assim, da renda mensal média dos excluídos citados, aproximadamente R\$ 83,95 são gastos com os itens mencionados, o que totaliza em seu conjunto, aproximadamente, um gasto mensal de R\$ 5,34 bilhões. Supondo-se que unidades produtivas sem conexão de rede, empregando excluídos e comprando todos os materiais necessários ao processo produtivo junto aos capitalistas, passassem a produzir bens que satisfizessem as demandas elencadas desse segmento de consumidores finais, o conjunto dessas unidades teria mensalmente um faturamento de R\$ 5,34 bilhões. Considerando que 10% desse faturamento seja lucro líquido (tomando-se por referência os modelos já analisados de empreendimentos produtivos) haveria, mensalmente, um excedente econômico de R\$ 534 milhões sendo incorporado pelos excluídos.

Se ocorrer, contudo, que essas unidades produtivas se convertam em células conectadas em cadeia produtiva, ao invés de comprarem junto aos capitalistas os insumos necessários ao processo produtivo, elas o farão junto a outras

---

117. "O Mapa dos Excluídos". *Folha de S. Paulo*, Caderno Especial A, 26 de setembro, 1998, p. A-3.

células de colaboração solidária. Desse modo, o gasto com insumos de uma célula aumentaria o faturamento de outra. Imaginemos que cerca de 30% do faturamento de cada unidade seja destinado a cobrir gastos com matérias que comporão o produto final e outros produtos indiretamente consumidos pelas empresas em seu processo produtivo. Consideremos que o conjunto de células da rede possa atender essa demanda de insumos e materiais indiretos. Isso significa que o faturamento mensal da rede como um todo cresceria em 30%, alcançando a marca de 6,942 bilhões de reais e o lucro líquido final saltaria para 694,2 milhões de reais ao mês. Esse aumento ocorre porque ao corrigir os fluxos de valor, deixando de comprar materiais dos capitalistas e passando a comprar da rede solidária (uma vez que se estabeleceram conexões de cadeia produtiva), o valor econômico produzido na rede permanece nela mesma.

Este exemplo simples demonstra que se os excluídos começarem a organizar células produtivas para satisfazer as suas próprias demandas, e se passarem a consumir o que eles próprios produzirem em uma rede de colaboração solidária, iniciar-se-á um processo de significativa melhoria de seu padrão de consumo, promovendo-se um movimento de acumulação de renda compartilhada entre todos, gerando-se empregos em uma infinidade de novas células que visem atender tanto demandas de produtos finais ainda não produzidos na rede quanto de produtos que se convertam em insumos de outras células conectadas em cadeias produtivas.

#### a) A Formalização dos Fluxos de Valor

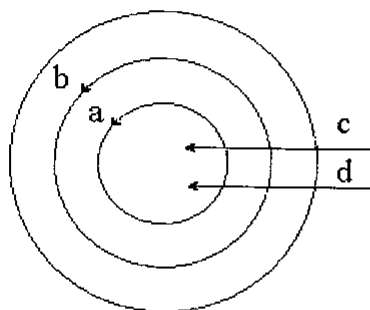
Formalizando os vetores dos fluxos de valor, podemos equacionar, entre outros aspectos, *o ponto e a margem de equilíbrio* de uma rede em particular, o seu *grau de realimentação* e sua *taxa de expansão*. Como já analisamos, a composição orgânica de cada célula varia conforme a relação entre emprego de trabalho vivo e tecnologia produtiva, produzindo um certo volume de mercadoria a um certo custo, a ser vendida a um certo preço, permitindo a produção de um determinado valor econômico que, preferencialmente, garanta a autopeise da rede. Interessa-nos formalizar agora simplesmente os fluxos de valor independentemente da composição orgânica das células, desde já, contudo, ressaltando que a alteração da composição orgânica de qualquer célula altera o fluxo de valor, podendo ou não afetar a resultante desses fluxos.

Consideraremos nesta formalização os fluxos de valor nas células de consumo, células de produção e células de serviço. Necessariamente os fluxos de valor se movimentam em sentido inverso aos fluxos de produtos e serviços que, em seu conjunto, podem ser denominados como *fluxo material*. No caso dos fluxos de crédito, estes se movimentam no sentido inverso aos fluxos de débito. Desse modo, todos os fluxos se compensam em seu movimento. Assim, teremos que formalizar os vetores de fluxo material para cada célula em particular, a fim de formalizarmos os vetores dos fluxos de valor destas para, posteriormente, equacionarmos os fluxos de valor da rede como um todo. Na simbologia aqui adotada, as letras minúsculas do alfabeto ocidental indicam vetores simples das células; as letras maiúsculas desse alfabeto indicam totalizações de vetores das células em particular; as letras gregas (maiúsculas e minúsculas) indicam propriedades da rede como um todo.

Considerando as *células de consumo* sob o aspecto do *fluxo de produtos e serviços* (ver *Figura 5*)  $\underline{a}$  significa o consumo de produtos disponibilizados no interior da rede,  $\underline{b}$  significa a recorrência a serviços também nela disponibilizados,  $\underline{c}$  significa o consumo de produtos advindos do exterior da rede e  $\underline{d}$  significa a recorrência a serviços prestados por agentes que não participam dela.

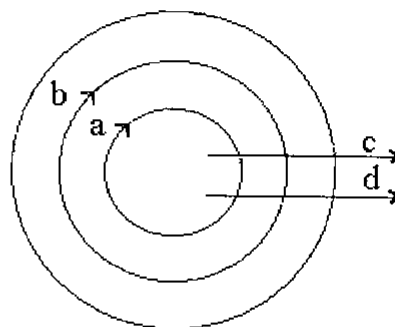
O mesmo movimento, sob o aspecto do *fluxo de valor* (ver *Figura 6*), significa que:  $\underline{a}$  e  $\underline{b}$  indicam a circulação de valor sob a forma de moeda nacional no interior da própria rede em razão do consumo de produtos e serviços por ela disponibilizados, circulação essa que realimenta o processo produtivo da própria rede, ao passo que  $\underline{c}$  e  $\underline{d}$  indicam a saída de valor em razão do consumo de produtos advindos do exterior da rede ou da recorrência a serviços prestados por agentes que dela não participam. Considerando esses vetores podemos formalizar o consumo total da célula, representado pela letra  $\underline{A}$ , na seguinte equação:  $A = a + b + c + d$ . Cabe salientar ainda que o consumo individual de cada trabalhador pode ser analogamente formalizado sob vetores similares ao das *Figuras 5 e 6*.

**Figura 5**  
**Fluxo Material de Célula de Consumo**



- a = Compras de produtos elaborados na rede
- b = Recorrência a serviços prestados na rede
- c = Compras de produtos de fora da rede
- d = Recorrência a serviços de agentes externos à rede

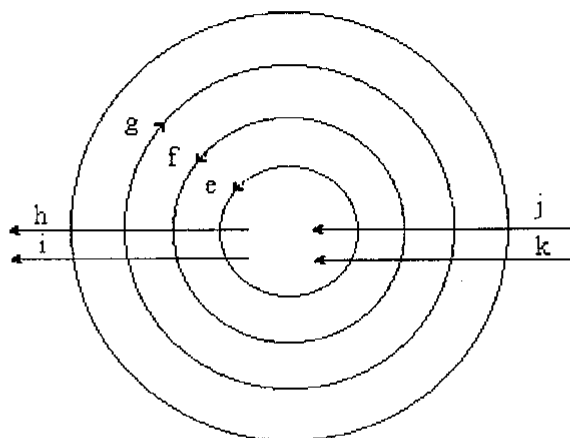
**Figura 6**  
**Fluxo de Valor de Célula de Consumo**



- a = Circulação de valor por pagamento de produtos adquiridos na rede
- b = Circulação de valor por pagamentos de serviços prestados na rede
- c = Saída de valor por compra de produtos de fora da rede
- d = Saída de valor por pagamentos de serviços de agentes externos à rede
- A = Valor Total de Consumo
- $A = a + b + c + d$

Considerando as *células de produção* sob o aspecto do *fluxo material* (ver *Figura 7*), *e* significa realimentação produtiva de outras células pela aquisição de insumos e materiais de manutenção junto a elas – isto é, trata-se de uma célula produtiva comprando insumos e materiais de manutenção junto a outra célula produtiva; *f* significa realimentação produtiva por recorrência a serviços remunerados prestados por outra célula da rede; *g* significa realimentação produtiva por venda de insumos e materiais de manutenção junto a células de produção ou de serviço; *h* significa venda de produtos a células de consumo da rede; *i* significa vendas a consumidores que não participam da rede; ao passo que *j* e *k* significam, respectivamente, compras de insumos junto a fornecedores externos a ela e a recorrência a serviços remunerados por agentes que também não participam dela.

**Figura 7 – Fluxo Material de Célula Produtiva**



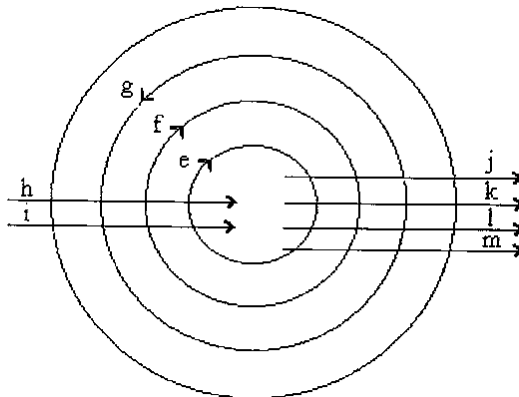
- c = Aquisição junto à rede de insumos e materiais de manutenção
- f = Recorrência a serviços disponibilizados na rede
- g = Vendas de insumos e materiais de manutenção a células de produção e serviço
- h = Vendas de Produtos a Células de Consumo
- i = Vendas de Produtos a Consumidores que não participam da rede
- j = Compras de Insumos de fornecedores externos à rede
- k = Recorrência a serviços remunerados prestados por agentes externos à rede

Este mesmo movimento, considerado sob o aspecto do *fluxo de valor* (ver *Figura 8*) pode ser analisado do seguinte modo: *e* e *f* indicam pagamento de valor no interior da própria rede (seja sob a forma de moeda nacional seja sob a forma de créditos e débitos compensados periodicamente em uma câmara da rede local ou em câmaras regionais), tanto em razão do consumo produtivo de insumos produzidos na própria rede, no primeiro caso, quanto em razão da recorrência a serviços remunerados disponibilizados na rede, no segundo caso; *g* indica recebimento de valor em razão de vendas de insumos e materiais de manutenção em movimento de realimentação da própria rede, isto é, para outras células produtivas ou de serviços; *h* indica a entrada de valor por vendas de produtos a células de consumo; *i* indica a entrada de valor por vendas de produtos a clientes externos à rede; *j*, *k* e *l* significam a saída de valores sob a forma de moeda nacional respectivamente por compras de insumos junto a fornecedores externos à rede, recorrência a serviços remunerados prestados por agentes externos à rede e saída de valor por pagamento de força de trabalho (uma vez que este valor somente pode retornar ao processo produtivo da rede se os trabalhadores consumirem produtos ou serviços da rede, isto é, como figuram os vetores *a* e *b* das células de consumo que correspondem ao

vetores  $\underline{h}$  das células produtivas e  $\underline{q}$  das células de serviço);  $\underline{m}$  indica a saída de valor por outras despesas (impostos, aluguéis, depreciação de equipamentos, encargos sociais, etc.).

Assim, a entrada total de valor externo é dada pela equação  $B = h + i$ , o intercâmbio interno de valor é figurado pela equação  $C = g - (e + f)$ , ao passo que a saída total de valor é equacionada em  $D = j + k + l + m$ . Por fim, o excedente gerado pela célula produtiva é formalizável na seguinte equação  $E = g + B - D$ . Consideramos metodologicamente o vetor  $\underline{h}$  (referente ao consumo final das células de consumo) como entrada externa ao processo produtivo da rede (e igualmente o vetor  $\underline{q}$  das células de serviço) a fim de podermos isolar o consumo produtivo, operado pelas células de produção e serviço, no interior da própria rede laboral e de considerar o pagamento da força de trabalho como saída de valor das células de produção e serviço. Com efeito, se o consumo final de produtos da rede por trabalhadores que laboram nela não fosse considerado entrada, então, a remuneração por eles recebida, que possibilita este consumo, não poderia ser considerada saída. Isso, contudo, traria dificuldades analíticas desnecessárias, pois teríamos de analisar os fluxos de valor peculiares ao consumo dos trabalhadores individuais, caso a caso, e não mais os fluxos de valor das células enquanto tal que estamos procedendo.

**Figura 8 – Fluxo de Valor de Célula Produtiva**



$e$  = Pagamento por consumo produtivo de insumos produzidos na rede

$f$  = Pagamento por recorrência a serviços remunerados disponibilizados na rede

$g$  = Recebimento por vendas, no interior da rede, de insumos e materiais de manutenção a células de produção e serviço

$h$  = Entrada de valor por vendas de produtos a células de consumo da rede

$i$  = Entrada de valor por vendas de produtos a consumidores que não participam da rede

$j$  = Saída de valor por Compras de Insumos junto a fornecedores externos à rede

$k$  = Saída de valor por recorrência a serviços remunerados prestados por agentes externos à rede

$l$  = Saída de valor por pagamento de Força de Trabalho

$m$  = Saída de valor por Outras Despesas (impostos, aluguéis, depreciação de equipamentos, encargos sociais, etc.)

$B$  = Entrada Total de Valor

$B = h + i$

$C$  = Saldo do Intercâmbio Interno de Valor

$C = g - (c + f)$

$D$  = Saída Total de Valor

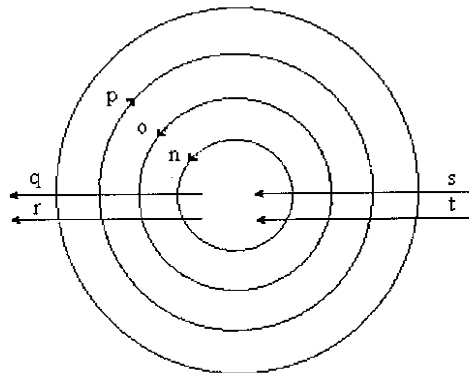
$D = j + k + l + m$

$E$  = Excedente

$E = g + B - D$

Considerando as *células de serviço* sob o aspecto do *fluxo de material* (ver *Figura 9*),  $\underline{n}$  significa realimentação produtiva por consumo produtivo de insumos e materiais de manutenção, isto é, trata-se de uma célula de serviços comprando insumos e materiais de manutenção junto a células produtivas;  $\underline{o}$  indica realimentação produtiva por recorrência a serviços remunerados prestados por outra célula de serviço da rede;  $\underline{p}$  significa realimentação produtiva por prestação de serviços a outras células de produção e de serviços da rede;  $\underline{q}$  significa prestação de serviços para células de consumo da rede;  $\underline{r}$  indica prestação de serviços para clientes que não participam dela; ao passo que  $\underline{s}$  e  $\underline{t}$  simbolizam respectivamente a aquisição, junto a fornecedores externos, de materiais necessários à realização do serviço e a recorrência a outros serviços remunerados prestados por agentes que não participam da rede.

*Figura 9 – Fluxo Material de Célula de Serviço*



$n$  = Aquisição na rede de materiais necessários à prestação do serviço

$o$  = Recorrência a prestação de serviços executados por outras células da rede

$p$  = Prestação de Serviços a células produtivas e de serviço

$q$  = Prestação de serviços a células de consumo

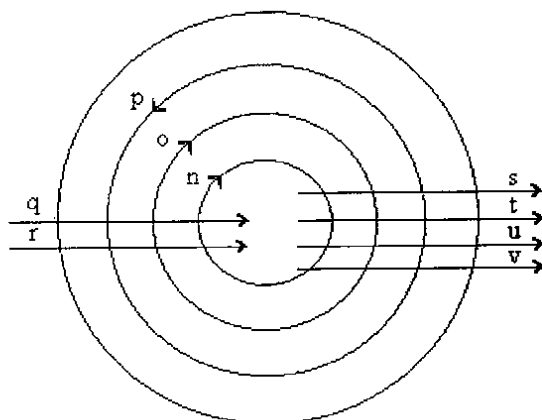
$r$  = Prestação de serviços atendendo demandas externas à rede

$s$  = Aquisição, junto a fornecedores externos à rede, de materiais necessários à prestação do serviço

$t$  = Recorrência a serviços remunerados prestados por agentes externos à rede

Este mesmo movimento, considerado sob o aspecto do *fluxo de valor* (ver *Figura 10*), pode ser analisado do seguinte modo:  $\underline{n}$  e  $\underline{o}$  indicam a circulação de valor no interior da própria rede (seja sob a forma de moeda nacional seja sob a forma de créditos e débitos compensados periodicamente em uma câmara da rede local ou em câmaras regionais), tanto em razão do pagamento por consumo de materiais produzidos na própria rede para a prestação do serviço, no primeiro caso, quanto em razão de pagamento por prestação de serviço recebido de outras células de serviço;  $\underline{p}$  significa recebimento por prestação de serviços realizados a células de produção e serviço;  $\underline{q}$  indica a entrada de valor por prestação de serviço a células de consumo da própria rede;  $\underline{r}$  indica a entrada de valor por prestação de serviços a clientes externos à rede;  $\underline{s}$ ,  $\underline{t}$  e  $\underline{u}$  significam a saída de valores sob a forma de moeda nacional respectivamente por compras de materiais junto a fornecedores externos à rede, recorrência a serviços remunerados externos à rede e por pagamento da força de trabalho dos que realizam o serviço (uma vez que este valor somente pode retornar ao processo produtivo da rede se os trabalhadores consumirem produtos da rede, conforme o vetor  $\underline{a}$  das células de consumo que corresponde ao vetor  $\underline{h}$  das células produtivas ou valerem-se de serviços prestados na rede, conforme o vetor  $\underline{b}$  das células de consumo que corresponde ao vetor  $\underline{q}$  da célula de serviço);  $\underline{v}$  indica a saída de valor por outras despesas (impostos, aluguéis, depreciação de equipamentos, encargos sociais, etc.). Assim, a entrada total de valor externo é dada pela equação  $F = q + r$ , o intercâmbio interno de valor é figurado pela equação  $G = p - (n + o)$ , ao passo que a saída total de valor é apresentada na seguinte equação  $H = s + t + u + v$ , sendo o valor total de excedente formalizável sob a equação  $I = p + F - H$ .

**Figura 10 – Fluxo de Valor de Célula de Serviço**



- n = Pagamento por consumo de materiais produzidos na rede
- o = Pagamento por recorrência a serviços prestados por outras células de serviço
- p = Recebimento por prestação de serviços a células de produção e serviço
- q = Entrada de valor por prestação de serviços a células de consumo
- r = Entrada de valor por prestação de serviços a clientes externos à rede
- s = Saída de valor por compras, junto a fornecedores externos, de materiais necessários à prestação do serviço
- t = Saída de valor por recorrência a serviços remunerados prestados por agentes externos à rede
- u = Saída de valor por pagamento de Força de Trabalho
- v = Saída de valor por Outras Despesas (impostos, aluguéis, depreciação de equipamentos, encargos sociais, etc.)
- F = Entrada Total de Valor
- $F = q + r$
- G = Saldo do Intercâmbio Interno de Valor
- $G = p - (n + o)$
- H = Saída Total de Valor
- $H = s + t + u + v$
- I = Excedente
- $I = p + F - H$

Considerando os vetores descritos acima podemos determinar o ponto e a margem de equilíbrio de qualquer rede, analisando os fluxos de entrada e saída de valor; bem como estabelecer os parâmetros 0 e 1 (zero e um) para medir o seu grau de realimentação – significando *zero* o limite de realimentação nula, isto é, quando todas as unidades produtivas comercializam seus produtos e serviços no mercado capitalista, sem constituir uma rede de colaboração solidária, e *um* quando todas as células somente compram mercadorias e recorrem a serviços ofertados no interior da própria rede. Zero indicaria a situação anterior ao surgimento da rede e um o momento de seu ápice quando o novo siste-

ma produtivo da colaboração solidária, totalmente independente do sistema capitalista, está efetivado.

Para se definir o *ponto de equilíbrio*, segue-se a seguinte formalização: A entrada total de valores em moeda corrente é dada pela equação  $\alpha = h + i + q + r$  e a saída total em moeda corrente, necessária à reposição do ciclo produtivo e prestação de serviços, é figurada por  $\beta = j + k + l + m + s + t + u + v$ . Desse modo, para que a rede possa manter sua autopoiese é necessário que  $\alpha \geq \beta$ . Assim, o ponto de equilíbrio mínimo da rede é o valor representado por  $\beta$ <sup>118</sup>. Por outra parte, a *margem de equilíbrio* da rede é o saldo de entrada em moedas acima do ponto de equilíbrio dividido por este<sup>119</sup>. Temos, portanto, como formalização da margem de equilíbrio, a equação  $\chi = (\alpha - \beta) / \beta$ . Com efeito, poder-se-ia ainda considerar o quanto os trabalhadores das células consomem da rede, e supor a situação em que receberiam tal valor, ou parte dele, em créditos, diminuindo-se com este expediente a saída em moeda corrente; isto implicaria também na redução da entrada de tal moeda quando do consumo final destes trabalhadores, que o realizariam debitando créditos anteriormente recebidos<sup>120</sup>.

Antes de calcular o *grau de realimentação* da rede podemos ainda formalizar algumas resultantes. A circulação de valor, na forma de créditos (orçados em moeda corrente) ou em pagamentos efetivos, das células de produção entre si, das células de serviços entre si, e entre as de produção e de serviços, é dada pela equação  $\delta = g + p$ . Assim, o total de valor corrente na rede é dado pela

---

118. O cálculo normalmente feito para empreendimentos capitalistas é o seguinte:  $P = D / (M/R)$ , onde P = Ponto de Equilíbrio; D = Despesa Fixa; M = Margem de Contribuição e R = Receita Operacional. Em nosso caso, contudo, estamos considerando o equilíbrio autopoietico da rede frente ao mercado, razão pela qual trabalhamos com os vetores de entrada e saída de valor econômico da rede em relação ao mercado.

119. Em geral considera-se como *margem de contribuição* em uma empresa capitalista a diferença entre sua *receita operacional* (faturamento) e seus *custos variáveis – diretos e de venda*. Os *custos variáveis diretos* são: para empresas industriais – matérias-primas, materiais secundários, energia, salários, despesas gerais de fabricação; para empresas prestadoras de serviços – materiais utilizados na execução dos serviços, salários, fretes e outros; para empresas comerciais – custo de aquisição da mercadoria, rateio dos fretes, das despesas de viagem, dos seguros referentes às mercadorias e outros. Os *custos variáveis de vendas*, para empresas dos três setores, referem-se ao pagamento de impostos, de comissões por vendas ou distribuição de produtos e outros gastos do gênero. Todos os *custos variáveis* se alteram conforme o aumento ou diminuição das vendas. Em nosso caso, todavia, trata-se da *margem de equilíbrio da rede como um todo*, considerando-se os fluxos de valor que tanto podem realimentá-la quanto desaguar no mercado. No cálculo da *margem de equilíbrio* são desconsideradas as relações de intercâmbio produtivo interno à rede, estabelecendo-se com esse expediente as suas margens de autonomia frente ao mercado.

120. Esse procedimento operaria, de fato, uma espécie de financiamento dos trabalhadores à sua célula produtiva, aceitando receber créditos a serem convertidos somente em produtos disponibilizados na própria rede ao invés de receber moedas que permitam a aquisição de quaisquer mercadorias ou serviços internos ou externos a ela. Como inicialmente as redes não atendem ao conjunto das demandas dos trabalhadores, esse expediente torna-se, nesse contexto, inadequado.

equação  $\Sigma = \alpha + \delta$ . Por sua vez, o grau de realimentação da rede (laboral e de consumo final) é dado por uma equação que tem por dividendo a totalização dos valores de entrada referentes ao consumo operado no intercâmbio interno e pelas células de consumo e por divisor a totalização dos fluxos de saídas em razão do consumo de produtos e serviços operado pelo conjunto das células, podendo ser apresentada do seguinte modo:  $\Omega = (g + h + p + q) / (a + b + c + d + e + f + j + k + n + o + s + t)$ .

Por fim, para calcular a *taxa de expansão* da rede relacionamos percentualmente o total do excedente produzido com o total do valor aplicado no processo produtivo. Assim, o total do excedente é dado pela equação  $\Delta = E + I$ , o total aplicado é formalizável com a equação  $\Phi = (e + f + J + k + l + m) + (n + o + s + t + u + v)$  e a taxa percentual de expansão pela equação  $\Gamma = (\Delta / \Phi) \cdot 100$ .

Analisemos dois exemplos hipotéticos, considerando os vetores e resultantes apontados.

### ***Exemplo 1***

Imaginemos uma rede com seis células (2 de consumo, 2 de produção e 2 de serviço). O valor total em gastos de cada *célula de consumo* é \$ 10 mil, sendo \$ 4 mil em compras de produtos da rede, \$ 1 mil em pagamentos de serviços nela prestados, \$ 4 mil em compras de produtos externos a ela e \$ 1 mil em serviços prestados por agentes externos.

Por sua vez, cada *célula de produção* vendeu \$ 4 mil às células de consumo, realizou \$ 7 mil em vendas externas à rede, realizou \$ 1 mil em vendas internas às células de produção e serviço e pagou \$ 3,5 mil em insumos externos, \$ 500 em aquisição de material interno, \$ 2 mil em taxas e outros, \$ 5 mil em força de trabalho, \$ 500 em serviços internos à rede e \$ 500 em serviços externos à rede.

Por sua vez, cada *célula de serviço* recebeu \$ 1 mil por serviços prestados a consumidores finais da rede, \$ 500 em serviços às células de produção e \$ 700 de serviços externos e gastou \$ 300 em compras externas, \$ 500 em compras internas, \$ 300 em taxas e outros, \$ 1 mil em força de trabalho e \$ 100 em serviços externos.

Neste caso, considerando cada célula de consumo, produção e serviço, temos o seguinte:

Célula	Saídas			
	Produtos Rede	Serviços Rede	Produtos Ext.	Serviços Ext.
Consumo	a = 4.000	b = 1.000	c = 4.000	d = 1.000

Célula	Circulação		Entradas				Saídas			
	Produtos	Serviços	Intercam.	C. Consumo	Externas	Prod. Ex.	Serv. Ex.	Trabalho	Outros	
Produção	c = 500	f = 500	g = 1.000	h = 4.000	i = 7.000	j = 3.500	k = 500	l = 5.000	m = 2.000	
Serviço	n = 500	o = 0	p = 500	q = 1.000	r = 700	s = 300	t = 100	u = 1.000	v = 300	

## Análise do comportamento de cada célula

### Células de Consumo

A = Valor Total de Consumo

$$A = a + b + c + d$$

$$A = 10.000$$

### Células de Produção

B = Entrada Total de Valor

$$B = h + i$$

$$B = 11.000$$

C = Saldo do Intercâmbio Interno de Valor

$$C = g - (e + f)$$

$$C = 0$$

D = Saída Total de Valor

$$D = j + k + l + m$$

$$D = 11.000$$

E = Excedente

$$E = g + B - D$$

$$E = 1.000$$

### Células de Serviços

F = Entrada Total de Valor

$$F = q + r$$

$$F = 1.700$$

$G = \text{Saldo do Intercâmbio Interno de Valor}$

$$G = p - (n + o)$$

$$G = 0$$

$H = \text{Saída Total de Valor}$

$$H = s + t + u + v$$

$$H = 1.700$$

$I = \text{Excedente}$

$$I = p + F - H$$

$$I = 500$$

Considerando os valores totais da rede que é composta por duas células de consumo, duas células de produção e duas células de serviço, temos o seguinte:

Células	Saídas			
	Produtos Rede	Serviços Rede	Produtos Ext.	Serviços Ext.
Consumo	a = 8.000	b = 2.000	c = 8.000	d = 2.000

Células	Circulação		Entradas			Saídas			
	Produtos	Serviços	Intercam.	C.Consumo	Externas	Prod. Ex.	Serv. Ex.	Trabalho	Outros
Produção	c = 1.000	f = 1.000	g = 2.000	h = 8.000	i = 14.000	j = 7.000	k = 1.000	l = 10.000	m = 4.000
Serviço	n = 1.000	o = 0	p = 1.000	q = 2.000	r = 1.400	s = 600	t = 200	u = 2.000	v = 600

### Análise do Comportamento da Rede

$\alpha = \text{entrada total de valores em moeda corrente}$

$$\alpha = h + i + q + r$$

$$\alpha = 25.400$$

$\beta = \text{saída total em moeda corrente}$

$$\beta = j + k + l + m + s + t + u + v$$

$$\beta = 25.400$$

$\beta = \text{ponto de equilíbrio da rede}$

$$\beta = 25.400$$

$\chi = \text{margem de equilíbrio}$

$$\chi = (\alpha - \beta) / \beta.$$

$$\chi = 0$$

$\delta$  = circulação de valor entre as células de produção e serviço

$$\delta = g + p$$

$$\delta = 3.000$$

$\Sigma$  = total de valor corrente na rede

$$\Sigma = \alpha + \delta$$

$$\Sigma = 28.400$$

$\Omega$  = grau de realimentação da rede

$$\Omega = (g + h + p + q) / (a + b + c + d + e + f + j + k + n + o + s + t)$$

$$\Omega = 0,408$$

$\Phi$  = total aplicado

$$\Phi = (e + f + J + k + l + m) + (n + o + s + t + u + v).$$

$$\Phi = 28.400$$

$\Delta$  = total do excedente

$$\Delta = E + I$$

$$\Delta = 3.000$$

$\Gamma$  = taxa percentual de expansão

$$\Gamma = (\Delta / \Phi) . 100$$

$$\Gamma = 10,56\%$$

Considerando-se que o intercâmbio interno na rede de produção e serviços tenha sido feito em moeda corrente, mesmo com uma margem de equilíbrio zero (isto é, com recebimentos e pagamentos externos se compensando), o valor da rede expandiu-se em 10,56% ou \$ 3.000,00 em números absolutos. Este valor a mais foi gerado pelo trabalho das células de produção e serviço e movimentou-se no intercâmbio interno entre as células laborais.

## ***Exemplo 2***

Antes de apresentarmos o segundo exemplo em que a rede não consome nem vende produtos ou serviços externos a ela, precisamos tecer algumas considerações sobre os fluxos de valor no sistema capitalista.

Considerando globalmente, em um certo período, todo o conjunto de salários, retirada dos sócios, dividendos e impostos cobertos pelos capitalistas no mundo, respectivamente, aos trabalhadores, sócios do empreendimento, acionistas e Estado, e considerando, igualmente, todo o conjunto de consumo de seus produtos e serviços praticado por esses segmentos, levanta-se a seguinte questão: como podem os capitalistas receber, pelas mercadorias e serviços que negociam, um volume maior de dinheiro do que o volume por eles pago em salário, dividendos, impostos e retirada dos sócios? Em outras palavras, se o conjunto dos capitalistas paga aos trabalhadores, acionistas e Estado um valor que somado à própria retirada mensal é igual  $x$ , como poderão esses quatro segmentos pagar pelas mercadorias e serviços um valor maior que esse?

Responder que uma parte dos comerciantes e prestadores de serviços, ao perder a concorrência, terá de atuar no mercado com margens de prejuízo abaixo do que gastá em salário, compensando assim o lucro dos demais, é um equívoco, pois, se assim fosse, no sistema capitalista como um todo não haveria lucro e somente reposição do mesmo montante de valor produzido. Entretanto é um fato que a riqueza no capitalismo aumenta e que a concentração global do conjunto dessa riqueza acumulada é cada vez maior.

Por outra parte, responder que o lucro líquido apropriado pelo capitalista, seja responsável pelo consumo final do restante das mercadorias e serviços, que excede ao consumo possibilitado pelo volume dos recursos pagos em salário, dividendos, retirada dos sócios e impostos é outro equívoco, pois se assim fosse todo o lucro seria gasto no consumo final e nenhum valor seria acumulado privadamente e reinvestido no processo de produção sob a forma de consumo produtivo.

Por fim, pode-se afirmar que parte deste consumo total refere-se ao *consumo produtivo*, realizado pelas empresas que, assim, reinvestem o excedente no processo produtivo. Aqui argumenta-se que uma parcela do valor que alimenta (sob a forma de salário, dividendos, retirada dos sócios e impostos) o consumo final não advém diretamente do consumo de produtos finais praticado pelas quatro categorias referidas (trabalhadores, acionistas, empreendedores e Estado), mas da venda de bens de capital, insumos, materiais de manutenção e serviços para outras empresas. Entretanto, para cobrir tais gastos e investimentos, estas necessitam, por sua vez, vender produtos finais a alguma das categorias mencionadas. Aqui, portanto, temos a mesma dificuldade, apenas com uma passagem a mais, uma vez que o consumo final do conjunto dos trabalhadores, acionistas, empreendedores e Estado é o que permitiria cobrir a aquisição

ção empresarial de insumos, materiais de manutenção, bens de capital e os pagamentos por serviços contratados junto a outras empresas. Assim, é o consumo final dos trabalhadores, acionistas, empreendedores e Estado o que deveria cobrir os salários dos trabalhadores, os dividendos recebidos pelos acionistas, as retiradas dos empreendedores, os gastos com insumos e bens de capital, os impostos recebidos pelo Estado, etc. Contudo, o volume recebido em salários, dividendos, retirada dos sócios e impostos é necessariamente inferior ao volume total de valor pelo qual os produtos são vendidos no mercado.

Com efeito, se a produção se completa no consumo, sendo este o que permite ao capitalista recuperar o que investiu – obtendo uma certa margem de lucro (pois não paga ao trabalhador todo o valor que este produziu) –, de onde surge o valor utilizado no consumo das mercadorias e serviços ofertados pelos capitalistas que excede ao valor que estes pagam em salário, dividendos, impostos e em seu próprio consumo final? Há três respostas satisfatórias para essa pergunta, sendo necessário contextualizar a vigência histórica das três.

Com efeito, *antes* de o capitalismo surgir, havia um significativo volume de riqueza que fora acumulada a partir de atividades econômicas de tipo escravista, servil ou feudal. Além disso, as atividades de comércio e a pilhagem de riquezas nos processos coloniais *concomitantes* ao surgimento do capitalismo também geraram a acumulação de um grande volume de valor que independia do trabalho assalariado. Todo esse valor acumulado passou a fluir na realimentação do capitalismo, sendo nele acumulado, contribuindo na instalação de parques produtivos, na produção propriamente dita, ou sustentando a atividade de consumo, pelas elites, dos produtos elaborados e serviços ofertados sob o regime assalariado.

Destaque-se, em segundo lugar, que muitas atividades produtivas não-assalariadas continuaram existindo e gerando valores em produções artesanais, familiares, etc., que, consumindo produtos do mercado capitalista, também acabaram por desaguar em sua espiral de acumulação. O processo neocolonial na África, por exemplo, que perdurou em regiões daquele continente até meados da década de 70, possibilitou que valores econômicos produzidos também sob estruturas tribais não capitalistas e periféricas fosse deslocado para os centros dominantes, política e economicamente, que tinham na periferia um espaço consumidor de seus produtos. A espoliação neocolonial continuou, assim, financiando o desenvolvimento capitalista de potências hegemônicas que buscavam não somente fontes de matérias-primas baratas, mas especialmente mercados que consumissem produtos elaborados nos centros economicamen-

te avançados. Mesmo após as independências políticas, significativas parcelas de valor produzidas em países do Terceiro Mundo sob regimes de produção não-assalariada continuaram realimentando as economias capitalistas locais que, por sua vez, permaneciam dependentes dos centros economicamente hegemônicos do Primeiro Mundo, para os quais fluíam esses valores, em razão dos termos degradados de intercâmbio dos produtos periféricos no comércio internacional e das sucessivas queimas de capitais na importação de tecnologias.

Contudo, a terceira resposta, que é a mais fundamental a esse problema, reside no desenvolvimento das relações de comércio centradas no crédito que, gerando promessas escritas de pagamento futuro como forma de moedas intercambiáveis por moedas correntes (a uma certa taxa de juros e sob uma certa confiança na concretização do pagamento), permite vender o conjunto das mercadorias, ao mesmo tempo em que gera um significativo volume de capital fictício – uma vez que promessas de pagamento não são efetivamente riquezas acumuladas<sup>121</sup>. Desse modo surge o capital fictício: promessas de pagamento futuro são registradas em papéis que circulam presentemente no mercado, como se fossem capital. De fato, como o capital distribui na forma de salário, retirada dos sócios, dividendos e impostos um valor menor do que o necessário para o consumo dos bens e serviços que oferece no mercado, torna-se condição, para completar o giro destes, a concessão de crédito – a ser saldado futuramente –, disponibilizando-se um volume de valor destinado ao consumo que seja ao menos equivalente ao volume do valor das mercadorias a serviços a serem consumidos. Como cada giro produtivo supõe um novo movimento de crédito, superior ao anteriormente compensado em razão do crescimento econômico, cada giro implica em nova ampliação de volume do capital financeiro, instituído por promessas de pagamento futuro.

Na medida em que o capitalismo como sistema econômico hegemônico sugou os valores produzidos sob outras relações produtivas não-assalariadas,

---

121. No Livro Terceiro de *O Capital*, Marx investigou esse problema. Com o desenvolvimento capitalista do comércio aperfeiçoa-se a mediação entre credor e devedor, possibilitando que se venda a mercadoria sem, entretanto, trocá-la por dinheiro, mas "... por promessa escrita de pagamento em determinado prazo. (...) Até o dia do vencimento e pagamento [promessas escritas] circulam por sua vez como meio de pagamento e constituem dinheiro genuíno do comércio." [Karl MARX, *O Capital*, Livro Terceiro – O Processo Global da Produção Capitalista, Vol. V. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980. p. 461 – colchete nosso.] Essas letras recaem para o autor sob a categoria de capital fictício. Quanto ao estatuto de realidade dessa forma de capital, veja-se nosso artigo "Realidade Virtual – A Conversibilidade dos Signos em Capital e Poder Político". *Revista Lumen* 2(4):75-135 jun 1996. FAI, São Paulo, e o trabalho de Reinaldo CARCANHOLO e Paulo NAKATANI. "O Capital Especulativo Parasitário: Uma Precisão Teórica sobre o Capital Financeiro, Característico da Globalização". In VÁRIOS, *III Encontro Nacional de Economia Política*. Vol. I. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998, p. 312. Manteremos aqui a categoria marxiana de *capital fictício* apenas para facilitar o entendimento das passagens.

as fontes de financiamento de seu consumo foram se tornando cada vez mais financeiras, chegando-se à situação atual em que o volume imenso de capital financeiro – que não pode mais ser investido na produção, pois o mercado consumidor está cada vez mais saturado – passou a valorizar-se a si mesmo em fenômenos especulativos que o fazem agigantar-se cada vez mais, na exata medida em que gera dívidas privadas e públicas cada vez maiores em todo o planeta. De fato, como o giro do capital acelerou-se, a geração de capital fictício – como forma de permitir o consumo, girando a mercadoria e realizando o lucro – acelerou-se igualmente.

Com efeito, se não houvesse um sistema de crédito tão gigantesco, seria impossível a atual expansão do capitalismo. Entretanto, posto que o crédito não pode substituir o salário como forma essencial de sustentar o consumo sob o capitalismo, uma vez que o salário futuro deverá pagar o crédito passado, o sistema capitalista experimenta um movimento de profunda exclusão. Do mesmo modo que aumenta o desemprego, aumenta também o endividamento, e ambos são provocados intencionalmente como forma de reduzir os custos das mercadorias ou de fornecer créditos visando, em ambos os casos, promover o consumo e girar o capital. Como o crédito é concedido àqueles que possam futuramente pagá-lo e como desempregados e países quebrados não se enquadram satisfatoriamente nesse perfil, eles passam a ter dificuldades em obter crédito. Neste contexto, grande parte dos que não mais recebem salário, em razão do desemprego, passa a desenvolver atividades econômicas geradoras de renda que, paradoxalmente, podem não apenas atender demandas de subsistência deles mesmos e de suas famílias, mas também repor os ciclos de produção capitalista, se os fluxos de valor dessas atividades produtivas não-assalariadas forem canalizados para a aquisição das mercadorias elaboradas em processos tipicamente capitalistas.

Portanto, do ponto de vista econômico, o capitalismo não é um sistema auto-sustentável. Primeiro, porque, desde a sua origem, os recursos que ele distribui na forma de salário, dividendos, retirada dos sócios e impostos são insuficientes para consumir os próprios produtos que ele vende no mercado. Segundo, porque resolve esse problema valendo-se inicialmente de recursos que não são produzidos sob o modelo de assalariamento e, finalmente, criando um sistema de crédito que, em contrapartida, gera dívidas em cujo pagamento são canalizados recursos a serem futuramente recebidos pelo trabalho a ser realizado – recursos que seriam destinados ao consumo em momento futuro, mas que passam a ser utilizados para o pagamento de consumo anteriormente já realizado e de juros sobre o crédito concedido. Este movimento diminui ainda mais a própria quantidade de recursos destinados ao consumo, o que implica

em gerar-se mais créditos que permitam rolar dívidas e mantê-lo em certos patamares, os quais permitem girar a produção. Com isso, surge uma esfera financeira de autovalorização do capital de crédito que desvia o recurso do consumo para o pagamento de juros e que passa a avolumar-se cada vez mais frente à quantidade de recursos distribuída na forma de salário que efetivamente é gasta em consumo.

Destaque-se também que parte do valor acumulado pelo Estado sob a forma de taxas e impostos retorna a atividades produtivas ou de serviços que por sua vez realimentam o capitalismo. O movimento das privatizações em curso visa ampliar ainda mais essa realimentação, uma vez que os serviços prestados pelo Estado não têm por objetivo gerar lucro, ao passo que os mesmos serviços, quando privatizados passam a ter esta finalidade.

Essa análise precedente é necessária para que se compreenda um curioso fenômeno. Quando as redes suplantarem o capitalismo, não efetuando compras ou vendas externas, as células de consumo gastarão nas redes os recursos recebidos pela remuneração dos trabalhadores solidários, visando satisfazer suas necessidades e desejos, realimentando a produção solidária da rede. Contudo, como o processo produtivo implica além do pagamento de força de trabalho o pagamento de insumos, desgaste de equipamentos e, por força jurídica, o pagamento de taxas, impostos, etc., o preço final do conjunto dos produtos seria necessariamente maior do que o volume de recursos recebido pelos trabalhadores e, assim, não se poderia girar a produção mesmo se os trabalhadores gastassem em seu consumo a totalidade dos recursos recebidos. Todavia, se o capitalismo não for mais o modo de produção dominante, todos os gastos do Estado poderiam realimentar a rede, seja porque o pagamento de aposentadorias, pensões e salários de funcionários ampliaria o potencial de consumo final das células de consumo, seja porque as atividades fins do Estado demandariam produção e serviço na rede. Desse modo, taxas e impostos realimentariam também, de algum modo, a rede. Contudo, mesmo assim o problema não estaria equacionado, posto que se os preços das mercadorias forem fixados considerando-se o volume de recursos disponíveis ao consumo distribuído em remuneração dos trabalhadores e pagamentos de impostos, não haveria como saldar-se as dívidas laborais de consumo produtivo operado entre as células da rede. Entretanto, uma vez que esta não depende do dinheiro como condição de intercâmbio, as células poderão também gerar créditos – sobre os quais não incidem taxas de juros – com a finalidade de possibilitar o consumo e girar a produção. Ora, se esses créditos forem gerados na rede laboral quando do intercâmbio de insumos, materiais de manutenção e serviços, e se for evitada a concentração de valor em algum setor específico da cadeia produtiva ou em alguma célula em particular, o conjunto dos créditos e débitos distribu-

ir-se-á homogeneamente por toda a rede laboral, significando que poderão compensar-se e serem zerados periodicamente, sem nenhum prejuízo para a reprodução da rede como um todo.

No caso do *Exemplo 2*, tanto quanto no *Exemplo 1*, estamos abstraindo o pagamento, feito pelos *consumidores*, de impostos e taxas por serviços públicos – que também, em graus variados, realimentariam igualmente a rede – embora mantenhamos o pagamento referente a despesas deste tipo ao considerar a produção e serviço. Esses \$ 6.000, referentes a taxas e impostos no *Exemplo 2*, poderiam realimentar a rede incrementando as células de consumo – se imaginarmos que o próprio Estado tenha sido incorporado à rede de colaboração solidária –, ou poderia incrementar em \$ 3 mil as células de consumo – em razão de benefícios a aposentados, funcionários e pensionistas –, em \$ 1.500 as células de produção e em \$ 1.500 as células de serviço gerando uma entrada externa de \$ 3.000 por produtos e serviços contratados entre o Estado e a Rede. Considerando-se que o Estado venha a participar da rede de colaboração solidária, elencamos esses últimos \$ 3.000 conjuntamente ao das células de consumo. Por outra parte, nas demandas por serviço e no intercâmbio de insumos e materiais de manutenção entre as células laborais acionam-se sistemas de crédito sempre que o fluxo produtivo assim o exigir.

### Propriedades das Células

Células	Saídas			
	Produtos Rede	Serviços Rede	Produtos Ext.	Serviços Ext.
Consumo	a = 23.000	b = 13.000	c = 0	d = 0

Células	Circulação		Entradas						
	Produtos	Serviços	Intercam.	C. Consumo	Externas	Prod. Ex.	Serv. Ex.	Trabalho	Outros
Produção	e = 5.000	f = 8.000	g = 15.000	h = 23.000	i = 0	j = 0	k = 0	l = 22.000	m = 4.000
Serviço	n = 10.000	o = 4.000	p = 12.000	q = 13.000	r = 0	s = 0	t = 0	u = 8.000	v = 2.000

Vetor	Composição	Valor
A	$a + b + c + d$	36.000
B	$h + i$	23.000
C	$g - (e + f)$	2.000
D	$j + k + l + m$	26.000
E	$g + B - D$	12.000
F	$q + r$	13.000
G	$p - (n + o)$	- 2.000
H	$s + t + u + v$	10.000
I	$p + F - H$	15.000

## Propriedades da Rede

Vetor	Composição	Valor
$\alpha$	$h + i + q + r$	36.000
$\beta$	$j + k + l + m + s + t + u + v$	36.000
$z$	$(\alpha - \beta) / \beta$	0
$\delta$	$g + p$	27.000
$\Sigma$	$\alpha + \delta$	63.000
$\Omega$	$(g + h + p + q) / (a + b + c + d + e + f + j + k + n + o + s + t)$	1
$\Phi$	$(e + f + j + k + l + m) + (n + o + s + t + u + v)$	63.000
$\Delta$	$E + I$	27.000
$\Gamma$	$(\Delta / \Phi) . 100$	42 %

### Lista de Vetores

#### *Células de Consumo*

a = Pagamentos de produtos adquiridos na rede

b = Pagamentos de serviços atendidos pela rede

c = Saída de valor por compras de produtos de fora da rede

d = Saída de valor por pagamentos de serviços prestados por agentes externos à rede

#### *Células de Produção*

e = Pagamento por consumo produtivo de insumos e materiais de manutenção produzidos na rede

f = Pagamento por recorrência a serviços disponibilizados na rede

g = Recebimento por vendas de insumos e materiais de manutenção a células de produção e serviço

h = Entrada de valor por vendas de produtos a células de consumo

i = Entrada de valor por vendas de produtos a consumidores que não participam da rede

j = Saída de valor por compras de insumos e materiais de manutenção de fornecedores externos à rede

k = Saída de valor por recorrência a serviços remunerados prestados por agentes externos à rede

l = Saída de valor por pagamento de Força de Trabalho

m = Saída de valor por Outras Despesas (impostos, aluguéis, depreciação de equipamentos, encargos sociais, etc.)

### *Células de Serviço*

- n = Pagamento por consumo de materiais produzidos na rede
- o = Pagamento por recorrência a serviços prestados por outras células de serviço
- p = Recebimento por prestação de serviços a células de produção e serviço
- q = Entrada de valor por prestação de serviços a células de consumo
- r = Entrada de valor por prestação de serviços a clientes externos à rede
- s = Saída de valor por compras, junto a fornecedores externos, de materiais necessários à prestação do serviço
- t = Saída de valor por recorrência a serviços remunerados prestados por agentes externos à rede
- u = Saída de valor por pagamento de Força de Trabalho
- v = Saída de valor por Outras Despesas (impostos, aluguéis, depreciação de equipamentos, encargos sociais, etc.)

### *Totalizações por Tipo de Célula*

- A = Valor Total de Consumo em Células de Consumo
- B = Entrada Total de Valor em Célula de Produção
- C = Saldo do Intercâmbio Interno de Valor para Célula de Produção
- D = Saída Total de Valor em Célula de Produção
- E = Excedente em Célula de Produção
- F = Entrada Total de Valor em Célula de Serviço
- G = Saldo do Intercâmbio Interno de Valor para Célula de Serviço
- H = Saída Total de Valor em Célula de Serviço
- I = Excedente em Célula de Serviço

### *Rede*

- $\alpha$  = entrada total de valores na rede em moeda corrente
- $\beta$  = saída total de valores da rede em moeda corrente
- $\beta$  = ponto de equilíbrio da rede
- $\chi$  = Margem de equilíbrio da rede
- $\delta$  = circulação de valor entre as células laborais
- $\Sigma$  = total de valor corrente na rede
- $\Omega$  = grau de realimentação da rede
- $\Phi$  = total aplicado na rede
- $\Delta$  = total do excedente da rede
- $\Gamma$  = Taxa percentual de expansão da rede

### 1.14. O Estatuto da Produção Colaborativa

A curto prazo, a implantação das redes será apenas uma forma de criar postos de trabalho para as populações excluídas pelo capital, garantindo-lhes uma condição elementar para sobreviver dignamente de seu próprio trabalho. A médio prazo, contudo, quando as pequenas redes locais passarem a manter intercâmbios com redes mais distantes, realizando o princípio de *agregação*, o modelo das redes começará a efetivar-se como uma alternativa de desenvolvimento econômico para os países descapitalizados e dependentes tecnologicamente, tendendo a fortalecer-se cada vez mais. Por fim, como consequência do movimento de agregação, quando estiver implantada mundialmente, a rede se tornará tão potente que será capaz de incorporar à cidadania o conjunto dos excluídos das regiões por onde se estender, elevar significativamente o poder aquisitivo dos que dela participarem e reduzir a jornada de trabalho de todos a períodos cada vez menores de horas trabalhadas.

Em meio a esse processo, ela necessitará construir, democraticamente, estatutos que regulem suas ações em todo o mundo. Seus organismos decisórios ganharão tamanha importância que acabarão definindo os rumos das políticas de desenvolvimento internacionais. Funcionando como um grande bloco econômico e político solidário, de envergadura mundial, a rede avançará na superação do sistema capitalista e dos aparelhos que o suportam nesta sua atual fase de globalização. Assim, ao invés da segregação capitalista entre incluídos e excluídos, teremos um movimento de agregação solidária mundial suprimindo a exclusão social.

Por ora somente se pode destacar que na base deste processo está a noção de democracia total ou substancial: todos poderão participar na definição do que produzir, participarão da gestão da produção, praticarão um trabalho compartilhado que progressivamente será reduzido a jornadas menores e participarão, de maneira justa, no resultado do processo produtivo. A rede necessitará de coordenações locais, microrregionais, macrorregionais e mundial com representantes eleitos nas diversas esferas. Suas orientações básicas visarão atender as demandas locais – inicialmente, enfatizando alimentação, vestuário, higiene e limpeza, moradia, transporte, educação, saúde, informação e lazer. A rede deverá seguir princípios ecológicos, preferindo fontes de energia renováveis e reciclagem de material. A avaliação periódica de cada célula pelas demais poderá levar a que algumas delas – que estejam desrespeitando os princípios da colaboração solidária ou despreocupadas em atender as solicitações de aprimoramento de seu produto – sejam desautorizadas a utilizar o *selo*

*de colaboração solidária* em seus produtos, estabelecendo-se o desligamento da venda dos produtos daquela célula na rede como um todo.

Seja como for, o crescimento da rede reduzirá o mercado capitalista, acirrando ainda mais o seu movimento de desenvolvimento tecnológico e acentuando sua volatilização em busca de taxas de juros e outros fenômenos especulativos. Neste momento micros e pequenas empresas capitalistas passarão por um processo de conversão de sistema: a) seja porque, não conseguindo competir no mercado, serão postas à venda e compradas pela rede (no caso das pequenas); b) seja porque seus proprietários, que nelas também trabalham, preferirão convertê-las a esse modelo para poder participar da redução de jornada de trabalho verificada na rede e da riqueza por ela distribuída aos seus participantes, refinando constantemente o bem-viver.

Quaisquer que sejam as regulações que a rede estabeleça a si mesma, elas têm que respeitar o princípio de uma adesão voluntária por parte dos participantes, uma vez que se estes desistirem de praticar o consumo solidário e novamente passarem a consumir em busca dos menores preços, a rede tende a enfraquecer-se se ainda não tiver suplantado o capitalismo. Após ter iniciado essa fase de suplantação, isso também não será mais problema, uma vez que a rede produzirá produtos com melhor qualidade e a preços mais baixos que o capitalista, retornando uma remuneração ainda melhor ao trabalhador que também cumprirá uma jornada de trabalho menor.

Com efeito a rede irá restringindo ao capital o que ele mais disputa atualmente: o mercado. Desde sua constituição inicial até à suplantação do capitalismo a rede ampliará o número dos que praticam o consumo solidário em busca do bem-viver – possibilitando que uma grande parcela da humanidade deixe de praticar o consumo compulsório, promovendo a elevação de seus ganhos, e que outra grande parcela abandone o consumo alienante, ao compreender que os seres humanos consomem para viver em liberdade, não sendo sensato, portanto, tornar-se escravo do consumismo, por mais fascinantes que as mercadorias possam ser.

### *1.15. Crescimento Econômico e Colaboração Solidária Mundial*

Apresentaremos brevemente, neste item, alguns desdobramentos benéficos da implantação da Rede de Colaboração Solidária para o conjunto das nações que a adotarem como estratégia de desenvolvimento, considerando, particularmente, a crise atual experimentada por nações que se acreditam depen-

dentes de capitais externos como fonte necessária para a promoção do crescimento econômico nacional.

O primeiro aspecto a ser destacado, neste cenário, é o equívoco de se considerar o crescimento do Produto Interno Bruto como sinônimo de geração de empregos ou como sinal de melhoria do padrão aquisitivo do conjunto da sociedade. Em razão da adoção de novas tecnologias é possível ocorrer desenvolvimento econômico – incrementando-se a produtividade de muitas empresas – com o simultâneo aumento do desemprego ou com estabilização do nível de emprego em um determinado patamar. Por outra parte o crescimento econômico de um país não significa um aumento da riqueza disponível ao conjunto da sociedade. Frente a estes aspectos, as redes de economia solidária que começam como um paliativo para minimizar os efeitos do desemprego e do consumo compulsório, acabam se tornando efetivamente um modelo de desenvolvimento econômico auto-sustentável, na medida em que possibilitam produzir para atender demandas permanentes e crescentes do conjunto da população, em particular dos atualmente excluídos, em meio a um mercado cada vez mais saturado e abarrotado de mercadorias. O modelo das redes não apenas provocará um crescimento do Produto Interno Bruto, em razão de melhor aproveitar as forças produtivas disponíveis – a força de trabalho desocupada e as tecnologias já existentes nos diversos países –, como promoverá uma profunda distribuição de renda entre os trabalhadores; ao crescer em função de atender as demandas socialmente definidas, as redes permitem maximizar a produção em função da melhoria do bem-viver da coletividade. Ao expandir-se, estruturando criativamente as cadeias produtivas, ela implanta um projeto de desenvolvimento capaz de melhor aproveitar todos os recursos geoestratégicos disponíveis, ainda que sejam escassos.

De outra parte, ao privilegiar a produção local como forma de atender as demandas regionais, a economia das redes provocará uma melhora no desempenho da balança comercial dos países que a adotarem, provocando uma queda de importações, tanto de produtos finais, quanto de insumos e de tecnologia.

Este movimento de reversão da fuga de capitais provoca um aumento da poupança interna que permite financiar o desenvolvimento nacional. A rede, ela mesma, pela característica da autopoiese, financiará a sua própria expansão, não respeitando as fronteiras políticas para definir a localização de novas células, mas apenas a livre deliberação das pessoas que, ali residindo, decidam participar da colaboração solidária. Desse modo, ela se expandirá por toda a parte onde seja possível às pessoas organizarem com autonomia atividades de

consumo e labor, promovendo um crescimento econômico mundial generalizado em função do bem-viver e não em função do acúmulo de capitais privados pelos grandes grupos. O intercâmbio produtivo entre as células e a correção dos fluxos de valor evitarão desequilíbrios comerciais entre os países e permitirão, a cada um deles, apropriar-se da diversidade de produtos elaborados nos demais. Considerando que: a) o crescimento de cada país dependerá menos de tecnologias externas adquiríveis no mercado capitalista – uma vez que as tecnologias produzidas na rede nela circularão sob o estatuto de *livre apropriação solidária* –, b) que tal crescimento não depende de capitais internacionais, pois a rede se autofinancia, e c) que o crescimento econômico desses países provocará um incremento da arrecadação dos Estados, pode-se concluir que d) após algum tempo os países começarão a saldar suas dívidas, sob taxas de juros muito baixas, uma vez que a abundância de recursos financiando as redes fará com que sobre capitais que não terão mais como se sobrevalorizar – seja porque não haverá mercado para consumir o que eles possam produzir, seja porque nenhum país que desenvolva a economia de redes necessitará praticar taxas de juros elevadas para garantir fluxos favoráveis de capital.

Como conseqüência desse fenômeno, as nações experimentarão uma diminuição progressiva da dependência de capitais internacionais, uma vez que recursos circularão internacionalmente através das redes sob um princípio de colaboração solidária. Paralelamente à crescente independentização das economias internacionais dos fluxos capitalistas de financiamento, começará a ocorrer um aumento de produtividade das redes que passarão a produzir com novas tecnologias solidárias, reduzindo a jornada laboral do conjunto dos trabalhadores que estiver participando da colaboração solidária mundial.

De outra parte, como a rede promove o surgimento de células que atendem as diversas demandas locais sob a perspectiva de realização do interesse público não-estatal, inúmeras demandas, provocadas pela exclusão capitalista, que buscam no Estado a sua solução, serão resolvidas pela própria colaboração solidária, reduzindo-se a pressão de gastos estatais com essas atividades.

Diferentemente do desenvolvimento tecnológico capitalista que gera progressivamente desemprego, o desenvolvimento tecnológico praticado pela rede, incrementando a produção das células, gerará uma progressiva redução da jornada de trabalho, ampliando-se o conjunto de células voltadas ao desenvolvimento de atividades científicas, artísticas, esportivas, etc.

Ao mesmo tempo em que se reduz a jornada de trabalho de todos, essas tecnologias permitirão a produção de uma riqueza ainda maior que será com-

partilhada por todas as células da rede. Não somente se trabalhará menos, como também se receberá mais pelo trabalho realizado (isto é, poder-se-á consumir mais e melhor com a mesma quantidade de recursos recebida, uma vez que ocorre o barateamento do preço das mercadorias em razão do progressivo desenvolvimento tecnológico –, ampliando-se o tempo livre de todos e aprimorando-se as possibilidades de consumo em função do bem-viver.

Destaque-se ainda que as redes de colaboração solidária são a melhor maneira de promover a preservação dos ecossistemas, desenvolvendo-se atividades auto-sustentáveis locais, havendo um crescimento do poder político e cultural contra a degradação ambiental, que se generalizou por toda a parte com o capitalismo e acentuou-se com o neoliberalismo.

Enfim, todas as localidades, regiões e nações que implementarem redes solidárias – respeitando os princípios de autopoiese, intensividade, extensividade, diversidade, integralidade, agregação, etc. – experimentarão, progressivamente, uma melhora significativa dos indicadores sociais e a promoção do bem-viver de todos os cidadãos que participarem de suas células.

Cabe ainda destacar mais alguns aspectos que tendem a ocorrer após a implementação da Rede de Colaboração Solidária Mundial. Como todas as células estarão conectadas em uma rede informatizada com a segurança que atualmente têm os grandes bancos que operam com cartões internacionais, os quais permitem movimentar uma mesma conta independentemente do país em que esteja o cliente, grande parte da economia da rede não envolverá moedas correntes nas ações de consumo produtivo ou final. Atualmente o comércio na Internet já provocou a digitalização das moedas que são utilizadas nas transações comerciais através desta rede de computadores. É perfeitamente possível, com a tecnologia já disponibilizada, efetivar transações de compra e venda de produtos entre as células da rede utilizando-se créditos de um banco de colaboração solidária, que nela opere como uma célula de serviço. Assim, cada trabalhador terá direito a gastar, mensalmente, um conjunto de créditos que poderá ser utilizado para adquirir produtos da rede em qualquer lugar em que se encontre. Como ocorre atualmente com os cartões de banco, ao adquirir produtos em qualquer loja conectada à rede, em qualquer ponto do mundo, o consumidor utilizará seu cartão magnético, entrará com sua senha e o programa debitará seus créditos no banco. O interessante é que a unidade desses créditos converter-se-á em um novo padrão monetário mundial – estabelecido e adotado pela rede mundial de colaboração solidária – que não está sujeito à especulação, à inflação e que se mantém estável mesmo com a redução progressiva da jornada de trabalho de todos.

O Banco Solidário Internacional converterá créditos em moeda local ou moeda local em créditos, sempre que necessário, para facilitar o consumo de produtos finais, insumos e serviços disponibilizados entre células de países diversos ou para instalar unidades produtivas em outros países, por exemplo. Isto é, os créditos circularão como moeda digital universal, podendo ser intercambiados por moedas locais, não apenas em movimentos de realimentação da rede, mas também – dependendo do volume de depósitos recebidos e sob certas condições – para satisfazer demandas de consumo final dos membros da rede que ainda não sejam satisfeitas por ela própria. O que lastreará essas operações de câmbio e de geração de créditos serão os excedentes depositados pelas células laborais no Fundo de Desenvolvimento da Rede e a riqueza material que a ela pertencer (no caso dos equipamentos, estruturas produtivas, materiais e signos que serão propriedade da rede mundial, porque foram adquiridos ou produzidos com recursos dela mesma). A coordenação mundial, neste cenário prospectivo, estabelecerá critérios para financiamentos regionais, as políticas de câmbio e as melhores alternativas de exportação e importação regional de insumos para o desenvolvimento solidário e ecologicamente sustentável das diversas regiões do planeta.

Para o setor econômico ainda capitalista, entretanto, o desenvolvimento da rede provocará o aumento dos salários pagos nas empresas, pois a redução do desemprego permite aos trabalhadores assalariados forçarem a elevação de seus ganhos; a conversão de pequenas indústrias capitalistas ao modelo de rede solidária, como única forma de enfrentar a falta de mercados; a desvalorização progressiva das ações das grandes empresas capitalistas, uma vez que se reduzem as perspectivas de ampliação de lucros; o enfraquecimento do poder dos capitais voláteis e dos capitais produtivos privados em determinar os projetos econômicos dos países, suas taxas de juros e outros vetores macroeconômicos; uma progressiva queda das taxas de juros internacionais; o fechamento progressivo de empresas capitalistas, uma vez que seus trabalhadores optarão por trabalhar em redes de economia solidária. Contudo, ocorrerá a permanência de algumas fábricas e empresas capitalistas, em algumas regiões, como resquícios do modelo anterior, embora tenham cada vez mais dificuldade de encontrar mercados para os seus produtos.

## **2. Alguns Equívocos sobre a Economia Solidária**

Na última década, elaboraram-se várias análises sobre as alternativas produtivas encontradas pelos excluídos como forma de garantir sua sobrevivên-

cia. Esses estudos têm ensejado a formulação de novas categorias voltadas à compreensão de tais fenômenos. Destaca Gaudêncio Frigotto que “o fim da idade de ouro do capitalismo e a realidade crescente do desemprego estrutural, precarização e aviltamento do trabalho assalariado constituem um quadro sócio-econômico, cultural e existencial de milhões de trabalhadores em que os clássicos conceitos de economia e mercado formal não dão conta. Novas categorias e conceitos como economia de sobrevivência, economia solidária, economia associativa e popular, buscam expressar uma heterogênea e complexa rede de formas de geração da sobrevivência.”<sup>122</sup>

Entre as concepções de *economia solidária* que têm sido difundidas no Brasil, cabe destacar a que permeia os estudos de Paul Singer e de outras elaborações coletivas desenvolvidas no interior do Partido dos Trabalhadores. Apresentaremos a seguir algumas teses centrais desta compreensão para posteriormente criticá-la, conjuntamente a outras posições similares de outros autores.

Em um artigo intitulado “Economia Solidária Contra o Desemprego”<sup>123</sup>, o economista expôs algumas propostas sobre o tema, que constavam no programa de governo defendido por aquele partido quando das eleições municipais na cidade de São Paulo, no ano de 1996. O programa envolvia, entre outros aspectos, o “fomento à economia popular solidária” que tinha por objetivo a “formação de duas grandes redes de cooperativas, uma de produção e outra de distribuição e consumo.”<sup>124</sup> Proposta similar a esta fora também apresentada anteriormente no programa de governo defendido pela oposição democrática e popular na cidade de Curitiba, em 1992, e antes disso, igualmente, na cidade de Piraquara, Paraná, nas eleições municipais de 1988<sup>125</sup>.

Conforme Singer, uma certa parte dos desempregados converte o seu fundo de garantia em investimento inicial para a realização de atividades produtivas que, em geral, fracassam ao competir individualmente no livre-mercado, embora pudessem ser bem sucedidas sob outra estratégia que superasse o isolamento entre elas. Partindo desta consideração, destaca o economista os principais aspectos da proposta:

---

122. Gaudêncio FRIGOTTO, “A Nova LDB e o Projeto Neoconservador do Governo no Brasil dos Anos 90: Uma Agenda Contra-Hegemônica”. SINPRO. <http://www.sindicato.com.br/sinpro/ldbprof.htm>.

123. Paul SINGER, “Economia solidária contra o desemprego”. *Folha de S. Paulo*, 11-07-96, p. 1-3.

124. “Programa econômico de Luiza Erundina”. *Folha de S. Paulo*. 06-08-96, p. 1-10.

125. A proposta de 1988 teve, em sua origem, a colaboração de um grupo de estudos em Curitiba sobre o tema. Uma parte desta pesquisa pode ser recuperada em [www.milenio.com.br/mancc/carta.htm](http://www.milenio.com.br/mancc/carta.htm).

“Para que a estratégia ‘microeconômica’ de combate ao desemprego tenha êxito é preciso inserir os novos pequenos empresários num setor econômico especialmente projetado para maximizar suas chances de sucesso, o qual terá que se caracterizar pela solidariedade entre os seus integrantes.

“A primeira manifestação de solidariedade deve ser a preferência dada mutuamente pelos produtos do próprio setor. Cada empresário da economia solidária gastará a receita de suas vendas efetuadas dentro do setor comprando de outras empresas pertencentes ao mesmo. Desse modo, os novos pequenos empresários contarão com um mercado protegido, formado por eles próprios, que lhes possibilitará ganhar a eficiência e a credibilidade de que necessitam.

“É claro que a economia solidária terá que ser bastante ampla para comportar grande diversidade de empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços, de modo que cada integrante possa satisfazer muitas de suas necessidades dentro dela. Mais do que isso, é vital que dentro da economia solidária haja competição entre empresas para que todas sejam estimuladas a oferecer produtos mais em conta e de melhor qualidade.

“Para evitar um pesado esquema de fiscalização, o mais simples, para garantir que a renda gerada realmente o setor, é adotar uma moeda que só valha integralmente dentro dele. Mesmo que, inicialmente, os produtos da economia solidária sejam mais caros que os de fora, não haverá prejuízo, pois os consumidores só têm como alternativa o desemprego, em que nada produzem e nada consomem.”<sup>126</sup>

Mais do que uma alternativa precária ao desemprego, conforme Singer, a economia solidária pode viabilizar um movimento de acumulação de capital, permitindo reintegrar o conjunto dos desempregados à atividade econômica produtiva. Contudo, tal economia atinge esse patamar “... desde que ela seja criada e desenvolvida pelo poder público, com apoio dos setores organizados vitalmente interessados no combate ao desemprego.”<sup>127</sup>

A economia solidária, entre outras características, proporciona um mercado protegido aos pequenos empreendedores; oferece crédito, através de um

---

126. Paul SINGER, “Economia solidária...”, p. 1-3.

127. *Ibidem*.

Banco do Povo, mesmo para aqueles que não tenham como apresentar garantias; garante treinamento e assistência tecnológicos, bem como informações e orientação que permitam maximizar a complementaridade entre as unidades que integram o sistema solidário. Assim, “ao quebrar o isolamento do pequeno operador, a economia solidária lhe confere condições favoráveis de sucesso.”<sup>128</sup>

Recentemente, dois anos depois desta exposição de propostas ao governo de São Paulo, Singer vem apresentando novas elaborações sobre o tema<sup>129</sup>, abordando algumas alternativas à crise da atual sociedade de trabalho.

Considerando a economia solidária como uma alternativa viável frente ao capitalismo atual, destaca o autor que no mundo inteiro vem ocorrendo o ressurgimento de ações observadas em períodos anteriores. Ressurge uma espécie de cooperativismo – o qual não se reduz ao que se entende normalmente por esta expressão – envolvendo pessoas que se tornaram vítimas da presente crise do trabalho assalariado formal e que buscam sobreviver do trabalho informal, isto é, trabalhando por conta própria. Nos casos de pessoas da classe média que, ao ficarem desempregadas, tinham algum capital, estes acabam montando pequenos negócios. E como as alternativas individualistas têm cada vez menos sucesso, muitos passaram a colaborar entre si.

Como esclarece o economista, a auto-ajuda individual – praticada em todo o mundo – encontra limitações, pois na atual economia capitalista “são poucos os setores em que não predomina o ganho em escala e quando há ganho em escala a atividade pequena não tem como sobreviver.”<sup>130</sup> Assim, os “... poucos mercados em que há uma atividade do tipo artesanal, ou comercial de pequena escala, estão praticamente saturados por superoferta, quer dizer, todo mundo excluído pela crise corre para esses mercados, o que é absolutamente normal. Então, hoje, não dá mais para sobreviver vendendo *hot dog* porque em cada esquina há quatro carros, tentando vender *hot dog* mais barato do que o outro.”<sup>131</sup>

Esta situação faz com que as alternativas necessariamente sejam coletivas e não individualistas. Singer toma como exemplos dessa tese o crescimento das empresas autogeridas no mundo, as cooperativas agropecuárias organizadas no Brasil pelo MST, que avançam para atividades de agroindustrialização,

---

128. *Ibidem*.

129. Paul SINGER, *Globalização e Desemprego – Diagnóstico e Alternativas*. São Paulo, Ed. Contexto, 1998, 139 p.

130. Paul SINGER, “Crise do Trabalho...”.

131. *Ibidem*.

as incubadoras de cooperativas populares mantidas por universidades em vários estados brasileiros, os Bancos do Povo organizados por microprodutores em muitos países, bem como a proliferação dos *LETS* systems.

A proposta que Singer formula a partir da reflexão sobre estas práticas e sobre o acúmulo prévio de reflexão já sistematizada nos programas de governo anteriormente mencionados, parcela dos quais ajudou a elaborar, consubstancia-se em uma alternativa econômica, que se pretende anticapitalista, distanciando-se dos paradigmas individualistas, liberais, mas também dos paradigmas estruturais, marxistas e keynesianos<sup>132</sup>. Conforme os analistas:

“A alternativa anticapitalista de Paul Singer não ocorre no sentido de negar a propriedade privada, mas no de valorizar novas formas de organização empresarial, como as cooperativas e a autogestão...

“Seriam essas formas de organização as responsáveis pela ocupação dos atuais desempregados e excluídos, o que Singer chama de economia solidária. Isso porque o setor público não emprega mais em número suficiente (até diminui seu quadro de funcionários, com as privatizações). Por outro lado, as grandes corporações buscam ganhos de produtividade e redução de custos.

“Piorando o quadro já desfavorável ao trabalho, segundo Paul Singer, estão os economistas responsáveis pela condução das políticas econômicas, que intencionalmente sacrificam a criação de postos de trabalho em favor da estabilidade monetária.”<sup>133</sup>

Não obstante esse quadro, conforme o autor, segundo os jornais, “... para tirar do isolamento as pequenas empresas, autogestões e cooperativas seria necessária a intervenção do poder público, por meio de crédito facilitado, esforço gerencial e até reserva de mercado, políticas improváveis em grande escala hoje em dia.”<sup>134</sup> Para ele, “a economia solidária não é uma panacéia. Ela é um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não eliminação – destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre pro-

---

132. Maurício ESPOSITO, “Livro propõe alternativa para o desemprego”. *Folha de S. Paulo*, 18-04-98, p. 2-5.

133. *Ibidem*.

134. *Ibidem*.

dutores e consumidores.”<sup>135</sup> Por suas características intrínsecas, “... a economia solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase neoliberal exacerba.”<sup>136</sup>

Esclarecendo o conceito de economia solidária, considerando particularmente os produtores, afirma Singer: “a idéia básica é assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil, etc. através da solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos.”<sup>137</sup> Como a disputa no mercado é bastante difícil para os novos produtores autônomos, posto que o mercado está saturado e a concorrência abaixa o preço das mercadorias, cabe considerar a solidariedade entre eles para enfrentar a situação: “dadas estas dificuldades, a solidariedade é a solução racional: um conjunto de produtores autônomos se organiza para trocar seus produtos entre si, o que dá a todos e a cada um maneira de escoar a produção sem ser de imediato aniquilado pela superioridade dos que já estão estabelecidos.”<sup>138</sup>

Contudo, a economia solidária não se realiza somente como sistema cooperativado, no sentido clássico do termo. Sobre isso, esclarece Singer:

“A idéia de criar uma economia solidária significa ‘organizar’ unidades de produção, em geral pequenas, em função delas mesmas e não de um grande capital centralizador. Em outras palavras, a cooperativa desempenhará o papel de uma grande franqueadora múltipla, atuando em qualquer setor, mas que será possuída e comandada pelos próprios franqueados.

“A cooperativa deveria aceitar em princípio qualquer membro que quisesse se associar, inclusive *empresa com assalariados*, porque ela também gera emprego e portanto serve ao fim maior da cooperativa, qual seja, o de resolver o problema do desemprego. Possivelmente, o assalariamento não corresponderá às preferências ideológicas da maioria dos cooperados, mas, desde que ele seja espontâneo, não deveria ser vetado. Em outras palavras, se a economia solidária der certo, ninguém será obrigado a se tor-

---

135. Paul SINGER, *Globalização e Desemprego...* p. 9.

136. *Ibidem*, p. 10.

137. *Ibidem*, p. 132.

138. *Ibidem*, p. 132.

nar empregado para sobreviver... Se, nestas condições, pessoas preferirem trabalhar como empregados, elas não deveriam ser impedidas de integrar a economia solidária, o que significa que o patrão poderá ser cooperado, se assim o desejar.”<sup>139</sup>

Contudo, para Singer se a economia solidária, experimentando diversas formas de organização, se expandir, há uma probabilidade de que tais formas de organização possam ser sementes de um novo modo de produção:

“Se a economia solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies contratualmente ligados por laços de solidariedade.”<sup>140</sup>

## *2.1. Críticas à Proposta de Economia Solidária e sua Estratégia*

### a) O aumento das Desigualdades

Alguns críticos destacam que, mesmo não abandonando a idéia de que o trabalho permaneça como principal elemento de integração social e do acesso à cidadania,

“... os defensores das teses da ‘economia solidária’ propõem um compromisso entre economia monetária e não monetária, que passa pelo estímulo às formas de reciprocidade entre os cidadãos e pela associação destes à concepção e gestão dos serviços que lhe são destinados.

“Porém, a experiência (escassa) de projectos neste sentido mostra que uma tal proposta corre o risco de se realizar de uma forma muito desigual, ao deixar de fora os estratos sociais menos aptos a ‘tomarem a palavra’ e menos providos de capital relacional para investir na reciprocidade. Assentando ainda numa concepção eufemizada das solidariedades familiares, ela pode conduzir ao re-

---

139. *Ibidem*, p. 125.

140. *Ibidem*, p. 139.

sultado perverso de um aumento das desigualdades em função do carácter particularista e selectivo daquelas solidariedades.”<sup>141</sup>

De certo modo, esta crítica pode valer a) para alguns casos particulares em que trabalhadores, servindo-se de seus próprios recursos, tornam-se empresários e, buscando preservar o seu negócio, acabam desconsiderando iniciativas solidárias com os mais excluídos ainda, ou b) para salientar que os excluídos em grau elevado não têm recursos sequer para comer ou vestir, quanto mais para organizar iniciativas produtivas tecnicamente competentes e economicamente viáveis, ficando até mesmo à margem da economia solidária. Contudo, não nos parece correto considerar que a economia solidária – se atender aos que praticam o consumo compulsório – leve a sociedade ao resultado perverso de aumentar ainda mais as desigualdades.

#### b) A Ação dos Governos como Condição Necessária ao Sucesso da Economia Solidária

Muitos consideram que as “novas formas de organização empresarial” – cooperativas, companhias autogeridas, pequenas e microempresas – podem se tornar uma alternativa frente ao desemprego e à exclusão social, necessitando para tanto sair do isolamento em que se encontram atualmente. Apontam então que: “esse passo, o de transformar um fenômeno isolado em uma força econômica significativa, entretanto, ainda não pode ser previsto ou mesmo esperado sem uma atuação mais incisiva dos governos.”<sup>142</sup>

Aloísio Mercadante, por exemplo, destaca o papel do Estado na promoção da economia solidária, considerando que as iniciativas do gênero não teriam como se expandir sem tal apoio. Nessa perspectiva, afirma que

“O Brasil precisa reagir e construir um projeto de desenvolvimento econômico sustentável, soberano e solidário. Uma economia reestruturada para distribuir renda, impulsionando um amplo mercado de consumo de massas. (...) A economia solidária começa com esse compromisso maior de distribuir para crescer e crescer distribuindo. O Estado nacional tem de promover ações estratégi-

---

141. CES. “Claude Martin. Os Limites da Protecção da Família. Introdução a Uma Discussão Sobre as Novas Solidariedades na Relação Família-Estado (p. 53-76) – Resumo”. Centro de Estudos Sociais – Revista Crítica de Ciências Sociais – Nº 42 <http://www2.fe.uc.pt/~ccs/rccs/00042.html>.

142. “Proposta depende de ação do Estado”. *Folha de S. Paulo*, 19-04-98, p. 2-10.

cas, recuperar os mecanismos de fomento ao desenvolvimento e regulação da economia. (...) A economia solidária não se opõe à busca da competitividade, mas teria como grande meta enfrentar esse *apartheid* social e o desemprego em massa. Mecanismos como o crédito solidário, viveiros para micro e pequenas empresas, programas de requalificação profissional, políticas de geração de emprego e renda, a formação de cooperativas nesse imenso universo da economia popular de subsistência são dimensões fundamentais de uma nova perspectiva solidária de ser Brasil.”<sup>143</sup>

Por outra parte, conforme Paul Singer, segundo os jornalistas, a economia solidária pode deixar de ser apenas um paliativo, para transformar-se em uma real alternativa, mas “... essa transformação depende necessariamente de vontade política das autoridades. Vontade no sentido de oferecer linhas de crédito, treinamento em gerenciamento e até para estabelecer reservas de mercado aos produtos das microempresas. Sem isso, ... a economia solidária pode permanecer como mais um paliativo para amenizar o desemprego e a exclusão social.”<sup>144</sup>

Em seu livro *Globalização e desemprego*, o autor afirma claramente: “a opção que estamos discutindo é como eventualmente abrir um novo ciclo de crescimento a partir de iniciativas de governos municipais, em parceria com forças da sociedade civil.”<sup>145</sup> Com a força dos governos seria possível superar o desafio de mobilizar a iniciativa dos marginalizados, para que estes venham a organizar empreendimentos econômicos os mais diversos:

“Este portanto seria o desafio, colocado por exemplo para governos municipais progressistas dispostos a ir além das políticas compensatórias de alcance limitado. Em cidades de grande porte..., governos municipais detêm recursos econômicos apreciáveis. É provável que bastassem para começar a financiar a criação de novas empresas desenhadas deliberadamente para escapar do ambiente econômico adverso ao crescimento em que estão inseridas as empresas capitalistas *normais*.”<sup>146</sup>

---

143. Aloísio MERCADANTE, “O centro e a economia solidária”. *Folha de S. Paulo*, 19-10-97, p. 2-11.

144. “Proposta depende...”, p. 2-10.

145. Paul SINGER, *Globalização e Desemprego*... p. 56-57.

146. *Ibidem*, p. 57.

Em outra passagem, considerando que no país as experiências deste tipo de produção autônoma com crédito recíproco são recentes e restritas, analisa o autor que

“para enfrentar a política recessiva no plano nacional e lograr uma redução significativa do desemprego, a luta pela organização dos excluídos terá que alcançar o plano político. Será preciso eleger governos municipais, estaduais e federal que dêem prioridade ao combate ao desemprego através do apoio concreto a todas as formas de economia solidária. Mas antes será necessário reforçar e multiplicar as iniciativas surgidas no seio da sociedade civil, para que a proposta de economia solidária ganhe visibilidade e possa atrair apoio das forças que se opõem à exclusão social.”<sup>147</sup>

Divergindo dessa tese, contra-argumentamos que, sob o modelo das redes, a intervenção do Estado não é necessária, embora, se vier a ocorrer favoravelmente, confira maior velocidade ao seu desenvolvimento. A própria sociedade organizada, todavia, tem condições de levantar recursos e agenciar mobilizações capazes de pôr em movimento a constituição, crescimento e expansão auto-sustentável das redes de colaboração solidária.

Essa visão ainda inadequada – de que a ação dos governos é condição necessária ao sucesso da economia solidária – é partilhada por muitos de seus defensores e advém do fato de não a considerarem sob o *modelo teórico da complexidade*, isto é, de como sistemas abertos podem engendrar movimentos autopoiéticos quando um conjunto de unidades estrategicamente se conecta em rede.

### c) A Economia Solidária entre Empresas Capitalistas Privadas

Na proposta de Singer há uma ambigüidade que tanto pode ser real, resultando de uma concepção de fundo sem consistência, quanto apenas aparente, em razão de não explicitar cabalmente a estratégia proposta.

Ao tratar da forma organizativa dos empreendimentos, salienta o autor que “todas as formas de organização são válidas, de empresas privadas isoladas, franqueadas, associadas etc. a empresas coletivas, como cooperativas, comu-

---

147. *Ibidem*, p. 135.

nidades de produção e o que mais puder ser inventado e experimentado”<sup>148</sup> – incluindo-se nesse rol empresas privadas que produzem contratando trabalho assalariado<sup>149</sup>.

Em outra passagem ele destaca que “diferentes tipos de desenho deveriam ser testados em escala piloto, para selecionar os melhores. A título apenas de ilustração, se poderia imaginar um sistema de cooperativas de produção e de consumo, formadas durante uma fase embrionária apenas por sub ou desempregados, que se constituiria numa unidade auto-suficiente de oferta e de demanda capaz de crescer sem invadir os mercados das empresas já funcionantes.”<sup>150</sup>

Por fim, retomando uma citação já feita relembramos que para o autor o desenho das empresas deliberadamente busca “... escapar do ambiente econômico adverso ao crescimento em que estão inseridas as empresas capitalistas *normais*”.<sup>151</sup>

Ora, se a concepção de fundo de *Economia Solidária* de Singer compõe empresas capitalistas com não capitalistas, uma vez que o setor poderia abarcar também empresas privadas que contratam trabalho assalariado gerando lucro para seus proprietários – uma vez que todas as formas de organização têm validade para o setor –, então temos a ambigüidade de que empresas capitalistas escapariam ao ambiente adverso participando da economia solidária, girando com isso a sua produção e aumentando o lucro privado de seus proprietários. A *economia solidária*, assim, daria respaldo a formas capitalistas de exploração do trabalho, simplesmente por essas empresas gerarem emprego e pagarem salários.

Por outro lado, essa ambigüidade poderia ser apenas aparente, se considerássemos que sob a estratégia de Singer na primeira etapa da *economia solidária* empresas capitalistas e não capitalistas poderiam se entrepoiar, mas que com o passar do tempo as empresas não capitalistas se expandiriam e por fim ninguém seria obrigado a trabalhar sob o regime de assalariamento capitalista, fazendo apenas se o quisesse.

Consideramos esta posição, entretanto, como um equívoco estratégico, por não considerar adequadamente os fluxos de valor. Parte do excedente pro-

---

148. *Ibidem*, p. 56-57.

149. *Ibidem*, p. 125.

150. *Ibidem*, p. 57.

151. *Ibidem*, p. 57.

duzido sob uma rede de economia solidária acabaria acumulado pelo capitalista privado, quando tal excedente poderia, com efeito, potencializar a expansão da própria rede. Deste modo, não caberia simplesmente conectar na rede empresas privadas porque geram emprego e pagam salários. Sua entrada necessitaria de uma conversão de sistema, para que pratiquem os princípios da colaboração solidária, uma vez que sem isso elas comprometeriam o próprio crescimento da rede de colaboração solidária em seu todo.

Destaque-se também que a ambigüidade acerca da invasão de mercados não ocorre do ponto de vista das redes solidárias, uma vez que cada célula que se efetiva vai suprimindo mercado ao capitalista e expandindo o trabalho e o consumo em razão do bem-viver. Desse modo elas, deliberadamente, invadem o mercado das empresas capitalistas que já funcionam mas não competem com outras células da rede solidária, uma vez que são instituídas em razão de atender demandas estabelecidas por células de consumo e células laborais.

Por fim, as ambigüidades apontadas podem ser apenas aparentes, advindo da terminologia adotada pelo autor, para quem as expressões “empresas privadas com assalariamento” e “todas as formas de organização” talvez não devam ser interpretadas como abertura do setor a formas capitalistas de emprego do trabalho. Os contextos, entretanto, permitem interpretações ambíguas.

#### d) A Competição Solidária

Para Singer, a competição entre empresas que praticam a economia solidária é imprescindível: “Será importante que haja várias empresas competindo pelos consumidores em cada ramo de produção *dentro do setor*, para que cada uma delas seja estimulada a melhorar a qualidade e baixar os custos.”<sup>152</sup>

Pelo contrário, consideramos que o que qualificará a produção não é a competição entre as unidades laborais, posto que é o fluxo de valor entre elas o que permite a expansão da rede, mas a avaliação pública dos consumidores que têm autonomia, inclusive, para propor mudanças sobre os produtos e serviços ofertados na rede.

---

152. *Ibidem*, p. 123.

## e) A Solidariedade dos Pobres entre Si

A afirmação de Singer de que “as pequenas iniciativas de uma economia solidária não podem ser de pobres para os pobres, têm que ser competitivas”<sup>153</sup>, se realmente foi feita deste modo – como noticiou a imprensa –, não considera que o conceito de competitividade deve ser suplantado pelo conceito de solidariedade, o que permite que pequenas iniciativas de pobres para pobres, mas articuladas em cadeia produtiva, conectando células de produção e células de consumo, possibilitem gerar um movimento virtuoso de geração e socialização da riqueza. Caberia ao autor considerar como as formas de *consumo compulsório* podem ser melhor atendidas sob uma economia solidária para perceber que os pobres podem ser sujeitos econômicos de sua própria libertação.

## f) Proteção Externa no Período de Aprendizagem

Conforme Singer, a oportunidade para que a massa de desempregados possa reinserir-se, por sua própria iniciativa, na economia

“... pode ser criada a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta-própria, composto por ex-desempregados, que tenha um *mercado protegido da competição externa para seus produtos*. Tal condição é indispensável porque os ex-desempregados, como se viu, necessitam de um período de aprendizagem para ganhar eficiência e angariar fregueses. Para garantir-lhes o período de aprendizagem, os próprios participantes do novo setor devem criar um mercado protegido para suas empresas.

“Uma maneira de criar o novo setor de reinserção produtiva é fundar uma cooperativa de produção e de consumo, à qual se associarão a massa dos sem-trabalho e dos que sobrevivem precariamente com trabalho incerto. Quanto maior o número de empresas da cooperativa, tanto melhores as suas chances de sucesso.”<sup>154</sup>

Ora, a rede de consumo não visa garantir um período de aprendizagem à empresa, para que esta possa se estruturar posteriormente no mercado capitalista. Trata-se, com efeito, de construir um outro âmbito de relações de troca paralelo ao mercado capitalista, o que vai sendo realizado na medida em que

---

153. “Proposta depende...”, p. 2-10.

154. Paul SINGER, *Globalização e Desemprego...* p. 122.

novas células de consumo são organizadas e novas unidades produtivas vão surgindo, em especial por cadenciamento, isto é, ampliando o intercâmbio material entre as células laborais. Sem isso, a rede perde o seu caráter revolucionário e pode ser assimilada pelo sistema capitalista.

#### g) Uma Moeda Própria para a Reserva de Mercado

Singer advoga a instituição de uma moeda alternativa como maneira de garantir uma reserva de mercado para a economia solidária. Sobre isso afirma o autor:

“O compromisso básico dos cooperados seria o de dar preferência aos produtos da própria cooperativa no gasto da receita obtida da venda de seus produtos a outros cooperados. Para garantir este compromisso, as transações entre cooperados deveriam ser feitas com uma moeda própria, diferente da moeda geral do país, digamos um ‘Sol’ (de solidariedade) em vez de ‘Real’. O uso desta moeda que só terá validade para pagar produtos do novo setor dará a proteção de mercado que as pequenas empresas precisam para poder se viabilizar (...) sendo [a pequena empresa] protegida da concorrência da grande empresa capitalista ... porque as mercadorias destes concorrentes ‘externos’ não poderão ser compradas com ‘Sóis’, mas apenas com ‘Reais’.”<sup>155</sup>

Diferentemente do que propõe o autor, consideramos que a garantia do consumo dos produtos e a recorrência a serviços efetivados na Rede de Colaboração Solidária necessita ocorrer por uma *livre decisão* dos participantes que a ela se integram. O consumo solidário supõe, portanto, uma livre decisão do consumidor, tomada a partir de sua compreensão sobre o consumo em razão do bem-viver pessoal e coletivo, e não por uma coerção que se estabeleceria ao receber uma nova moeda, uma vez que recebendo Sóis somente poderia a) comprar produtos da cooperativa ou b) trocá-los pela moeda nacional, passando a outro esta obrigação. A adoção deste segundo expediente levaria a operações de câmbio desfavoráveis aos que desejarem converter parte de seus ganhos em moeda corrente nacional que permita satisfazer outras de suas demandas que a economia solidária não seja capaz de suprir em sua fase inicial.

Diferentemente, considerando que cada célula de produção nasce conectada a uma ou mais células de consumo, o sistema de trocas se equilibra, garantindo-se consumo à produção. Contudo, os trabalhadores das células de produ-

---

155. *Ibidem*, p. 123.

ção e serviço devem receber seus proventos – com os quais pagam suas compras nas células de consumo – em dinheiro nacional. A quantidade de moeda nacional que flui para o intercâmbio na rede se avoluma dependendo da quantidade de produto excedente vendida para fora da rede – embora tal necessidade de venda externa diminua na medida em que a rede se expande, diversifica sua produção e amplia sua intensividade e extensividade. No período inicial, contudo, como somente uma parcela do consumo das *células de consumo* – que inclui também os trabalhadores da rede – é satisfeita pela produção da própria rede, somente parte da demanda dos trabalhadores pode ser satisfeita com produtos ou serviços nela disponibilizados. Com efeito, nesta primeira fase, boa parte das demandas dos trabalhadores não pode ser satisfeita com produtos da rede, o que os obriga dispor de moeda corrente nacional a fim de satisfazer tais demandas junto ao mercado capitalista. Em um período posterior, contudo, os trabalhadores necessitarão cada vez menos de moeda corrente para satisfazer no mercado as suas necessidades e desejos, uma vez que aumenta a oferta de produtos e serviços na própria rede. No final seria possível até mesmo abolir o objeto moeda, embora continue sendo necessário manter um padrão virtual de valor para equalizar as trocas.

Nenhuma moeda alternativa, contudo, garantirá a viabilidade da expansão de uma rede econômica de colaboração solidária. Somente a livre decisão coletiva de buscar consumir em razão do bem-viver de todos o poderá fazer!

#### h) Competição, Qualidade e Custos

Embora concordemos com Singer que “quanto maior e mais diversificado for o novo setor, tanto maior será o mercado à disposição de cada empresa especializada que o compõe”, não concordamos com o desdobramento que disso faz: “será importante que haja várias empresas competindo pelos consumidores em cada ramo de produção *dentro do setor*, para que cada uma delas seja estimulada a melhorar a qualidade e baixar os custos.”<sup>156</sup> Se as células de produção estão conectadas a células de consumo, são os consumidores que pressionarão pela melhoria da qualidade dos produtos. Assim, é a avaliação solidária dos consumidores e não a competição entre as células produtivas o que aprimora a qualidade dos produtos e orienta as inovações tecnológicas a serem adotadas. Uma célula que aumente a produção abaixando os custos produtivos pela inovação tecnológica altera a sua própria composição orgânica em rela-

---

156. *Ibidem*, p. 123.

ção a outras células similares modificando os fluxos e momentos de concentração de valor no interior da rede. Portanto, é em função das demandas reais por consumo e por redução da jornada de trabalho que a composição orgânica das células deve ser alterada, considerando-se o seu impacto sobre toda a rede. Neste caso uma célula não pode competir com outra como se estivessem em um mercado capitalista, mas colaborar com as demais visando ampliar a produtividade do conjunto das células, possibilitando reduzir a jornada de trabalho de todos, com um menor volume de trabalho atendendo ao conjunto da demanda da rede. Como a estratégia de crescimento da rede prevê que não haja células hiperconectadas, haverá sempre várias células colaborando umas com as outras na produção que atende as demandas da rede, possibilitando inclusive que células, cuja produção seja insatisfatória ao bem-viver dos consumidores, possam ser – em situação extrema – temporariamente desativadas a fim de melhorar sua qualidade produtiva, sendo aquelas demandas atendidas por outras células que produzam o mesmo bem.

#### i) O Prestígio e o Patrocínio Externos

Mesmo propondo uma reserva de mercado pela adoção de uma moeda local e enfatizando a concorrência entre as empresas do setor solidário, Singer destaca que, sem um *prestígio* socialmente conferido a este sistema produtivo por um patrocínio externo, ele não poderia erguer-se: “Seria importante que a cooperativa de economia solidária contasse desde o início com o apoio e patrocínio do poder público municipal, dos sindicatos de trabalhadores, das entidades empresariais progressistas e dos movimentos populares. Este patrocínio conferirá à cooperativa o prestígio necessário para atrair a adesão de um número grande de desempregados, sem o qual o novo setor não terá o vigor necessário para levantar vôo.”<sup>157</sup>

O seu raciocínio é similar para o financiamento da cooperativa solidária: “... o apoio do poder público será crucial para erguer instituições de ajuda à cooperativa, dentre as quais a mais importante será um ‘banco do povo’, para garantir crédito às pequenas empresas e aos trabalhadores por conta própria que não têm propriedades para oferecer em garantia. Em lugar destas garantias, o banco do povo organizará grupos solidários, que poupam em conjunto e se

---

157. *Ibidem*, p. 123.

responsabilizam solidariamente pelo pagamento de juros e principal dos créditos concedidos a seus membros.”<sup>158</sup>

Essas afirmações levam-nos a formular duas indagações a serem previamente respondidas, antes de uma última observação crítica. a) O sistema proposto por Singer é economicamente auto-sustentável e capaz de se expandir por conta própria? b) Quais as condições para iniciá-lo? Ao que parece Singer acredita que o sistema seja auto-sustentável e capaz de expandir a si mesmo, mas coloca como condições para sua emergência e reprodução uma série de elementos sobre os quais a maioria dos trabalhadores desempregados e das populações carentes de todo o mundo não teriam qualquer governabilidade: apoio dos governos municipais, de entidades empresariais progressistas e de outras organizações da sociedade civil que, em seu conjunto, emprestariam às cooperativas o seu *prestígio*, gerariam formas de captação de *recursos*, etc.

Pelo contrário, consideramos que se o consumo solidário for praticado nas comunidades locais, redes de colaboração solidária poderão surgir em qualquer município, independentemente de apoio de governos e entidades empresariais, uma vez que o princípio de *agregação* de redes locais em redes regionais permite que fluxos de valor, de matérias e de informações se desloquem para qualquer ponto em que uma célula provoque demanda produtiva ou de consumo. Se, com efeito, o apoio de governos e outras organizações pode ser extremamente benéfico para a colaboração solidária, cabe salientar que ele não é condição necessária para que as redes surjam e se expandam, uma vez que elas são autopoéticas, podendo ser iniciadas por quaisquer coletivos humanos interessados em praticar o consumo e o trabalho solidários.

## 2.2. O conceito de Colaboração Solidária é mais complexo que o de Economia Solidária

A noção de *colaboração*, no sentido de trabalhar juntos sob a perspectiva ética inicialmente considerada neste livro, é muito diversa da noção de *economia*, seja no sentido mais específico da “ciência que trata dos fenômenos relativos à produção, distribuição, acumulação e consumo dos bens materiais” ou no sentido mais genérico da “arte de bem administrar um estabelecimento qualquer”. Ao considerarmos a *colaboração solidária* como “um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, pri-

---

158. *Ibidem*, p. 123.

meiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública”, introduzimos no cerne desta definição o exercício humano da liberdade.

Em geral os economistas, formalizando matematicamente suas elaborações científicas, esquecem que em cada ato de consumo ou produção sempre há um exercício de liberdade de um ser humano que se pauta por algum critério particular na orientação de suas ações. Com efeito, mesmo quando premidos por situações dramáticas, os comportamentos humanos não se reduzem a fenômenos naturais que possam ser equacionados sob leis universalmente necessárias.

As valiosas elaborações de Singer – embora as limitações apontadas – estão longe deste reducionismo, o que torna possível ao autor adjetivar a economia como solidária, considerando a atitude coletiva de parte dos agentes econômicos que podem se entrepoiar na consecução do fortalecimento de todos. Mas por não considerar a economia sob o prisma da *colaboração*, sua proposta, ao que parece – com as ressalvas indicadas no item 2.1.c –, torna-se conivente com a forma capitalista de produção, aceitando ambigualmente que empresas capitalistas, isto é, empresas que explorem mão-de-obra assalariada com vistas a ampliar o capital dos proprietários dos meios produtivos, possam ser incluídas como participantes de uma economia solidária, apenas pelas razões econômicas de gerarem empregos e pagarem salários, não obstante também acumulem lucro sobre o trabalho alheio, abdicando, pois, de um critério ético consistente na definição do caráter da solidariedade que propõe.

O objetivo da colaboração solidária, entretanto, é garantir a todas as pessoas as melhores condições materiais, políticas, educativas e informacionais para o exercício de sua liberdade, promovendo assim o bem-viver de todos e de cada um. Não se trata apenas de uma proposta econômica para gerar empregos e distribuir renda. Mais do que isso, trata-se de uma compreensão filosófica da existência humana segundo a qual o exercício da liberdade privada só é legítimo quando deseja a liberdade pública, quando deseja que cada outro possa viver eticamente a sua singularidade dispondo das mediações que lhe sejam necessárias para realizar – nas melhores condições possíveis – a sua humanidade, exercendo a sua própria liberdade. Igualmente, sob esta mesma compreensão, a liberdade pública somente é exercida de modo ético quando promove a ética realização da liberdade privada.

### 3. A Dimensão Política e Cultural da Colaboração Solidária

#### a) O Aspecto Político da Colaboração Solidária

Sendo a rede econômica baseada no consumo solidário, ela se constitui simultaneamente como rede política, isto é, a rede econômica não pode sobreviver sem que seus membros assumam uma outra concepção sobre os princípios que regem a convivência entre as pessoas, no caso, a superação do individualismo pelo colaboracionismo solidário. Se cada qual continuar buscando seu interesse privado sob a lógica do liberalismo capitalista, o resultado será a própria exclusão progressiva da maioria, não obstante a massiva difusão pelas mídias de imagens que destaquem as “ilhas de prosperidade” que o capital desenvolve em alguns lugares.

Assim, a rede, como organização que aglutina cada vez mais pessoas em torno de um modelo de organização social pós-capitalista, experimentará um aumento progressivo de seu poder político, tornando-se capaz de influenciar parcelas crescentes da sociedade a superarem o consumo compulsório – em razão do aumento de seu poder aquisitivo – ou a abandonarem o consumo alienante – em razão do refinamento humano de sua sensibilidade ética e estética – passando a consumir em função do bem-viver, promovendo a liberdade pública e privada.

Com efeito, o sentido maior do consumo solidário é possibilitar que as condições materiais do exercício da liberdade sejam disponibilizadas para o maior número de pessoas. O exercício da liberdade supõe, todavia, não apenas condições materiais, mas também políticas, informativo-educacionais e éticas. Quando as pessoas passam a praticar o consumo solidário, elas abdicam de buscar somente seu bem privado, passando a promover igualmente o bem-viver pessoal e coletivo sob a melhor equação possível. Isto significa que o consumo solidário é movido por um princípio ético que busca garantir as mediações do exercício da liberdade nas melhores condições possíveis ao conjunto de todos os que aderem às redes de colaboração. Assim, consumir certos produtos significa poder colaborar na geração de mais empregos, na melhor distribuição de renda, na progressiva redução da jornada de trabalho para todos, na promoção de um desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável. Trata-se pois de assumir uma posição política frente às contradições sociais e históricas em favor da libertação dos explorados, excluídos e dominados.

Como a promoção da liberdade pública e privada, sem a qual o bem-viver não pode realizar-se, supõe também mediações políticas e informativo-educacionais, o crescimento da rede e o aumento de seu poder político – em razão de aglutinar um segmento cada vez maior da sociedade em torno de uma proposta

de sociedade pós-capitalista que começa a ser implementada em toda a parte em que surge uma célula solidária – permitirão a constituição de um novo bloco social, que promoverá mudanças nas políticas públicas a partir dos princípios da colaboração solidária. Essas mudanças ocorrerão progressivamente, mas não serão meros ajustes do modelo capitalista a uma nova situação da globalização econômica, uma vez que se contrapõem aos princípios e parâmetros do capitalismo.

Sob o aspecto político, podemos considerar a organização do poder de autocontrole da rede sobre si mesma e do poder que ela passa a exercer no conjunto da sociedade. Internamente, cada célula da rede é um núcleo de gestão das ações. Qualquer decisão de caráter econômico, político e comunicativo passa pelo conjunto das células que poderá sugerir e, em certos casos, decidir, por votação direta, o que deverá ser feito. Provavelmente, cada região terá uma coordenação composta por representantes das células que se revezarão conforme as próprias necessidades organizativas da gestão democrática.

Saliente-se, também, que poderão estar conectados à Rede de Colaboração Solidária um conjunto de ONGs, movimentos social-populares, sindicatos e partidos – seja como células de serviço, no caso das ONGs, seja como promotoras de expansão de células de consumo, no caso dos movimentos, sindicatos, ONGs e partidos, ou buscando alterar disposições legais no corpo do Estado, no caso dos partidos, conectados a fortes movimentos de pressão social.

Considerando a relação da rede com os partidos políticos, destaque-se que ela é suprapartidária. Isto significa que qualquer pessoa filiada a qualquer partido poderá ingressar na rede, desde que assuma os princípios da colaboração solidária e respeite os seus estatutos. De outra parte, considerando os membros da rede como cidadãos, esta incentivará que seus membros desenvolvam ações intrapartidárias a fim de promoverem a alteração de políticas públicas em favor da expansão da colaboração solidária.

Promovendo uma interação comunicativa entre os participantes das células, a rede poderá colaborar no exercício de cidadania dos seus associados, possibilitando debates sobre as candidaturas a governos locais, estaduais e nacionais que melhor representem os interesses dela mesma e promovam os princípios solidários. Com a ampliação de seu poder, em razão do crescimento do número de células e da *intensividade* das células, a rede pressionará por mudanças de legislação, alterando inicialmente, por exemplo, os critérios sobre licitações e concorrências, privilegiando, paralelamente aos critérios técnicos, critérios de colaboração solidária tais como: manter um maior número de empregados com menor jornada de trabalho na região, promover a maior

socialização dos resultados, estar utilizando tecnologias ecologicamente corretas, etc. A rede avançará na democratização das políticas públicas, no controle popular dos orçamentos, na socialização das informações; suprimirá leis injustas e instituirá novos direitos, fazendo com que a legislação pública se torne expressão de uma ética solidária.

## b) O Aspecto Cultural da Colaboração Solidária

Sob esse aspecto a rede deve promover um intercâmbio entre as células, possibilitando o aprimoramento constante das mediações informativas e educacionais do conjunto de seus membros. Não se ampliam as liberdades públicas e privadas que promovam o bem-viver solidário se não forem postas à disposição dos participantes da rede informações suficientes e qualitativamente relevantes para as tomadas de decisão pessoal e coletiva, e se os mesmos, embora dispondo de tais informações, não souberem compreendê-las adequadamente, isto é, não souberem interpretá-las. Assim, para o fortalecimento da rede solidária é fundamental democratizar a educação e o acesso à informação, garantindo a todos as mediações necessárias à emissão e recepção de mensagens através da rede.

Embora sempre exista alguma liberdade no ato de escolher – mesmo entre aqueles que praticam o consumo alienante e o consumo compulsório – as suas escolhas acabam sendo agenciadas, no primeiro caso, pelas mídias com suas publicidades, e, no segundo, pela situação de carência material. Cabe, pois, à rede socializar informações e propiciar atividades educativas que permitam às pessoas modificar seus próprios hábitos de consumo, tendo em vista uma prática mais saudável em razão do bem-viver. Para tanto, além de promover a circulação de informações, a rede implementará um amplo processo educativo, contribuindo com o desenvolvimento de habilidades intelectuais de seus membros para a compreensão de seus problemas e a pesquisa de suas soluções, para a problematização de seu mundo e a tomada de decisões, ampliando a liberdade de todos, além de promover um movimento de ressingularização de interpretantes afetivos e energéticos que operam na ação de cada ser humano frente à realidade.

Com efeito, certas informações sobre um determinado assunto geram um certo conjunto de interpretantes. Outras informações, contudo, sobre o mesmo tema podem gerar outras disposições. Desse modo, a habilidade em perceber e compreender cada acontecimento, situação ou realidade a partir de múltiplas perspectivas e abordagens é fundamental para estender o exercício da liberda-

de de todos e de cada um. Em razão disso, a rede promoverá o constante intercâmbio comunicativo entre os seus membros, não apenas sobre os temas relevantes para o crescimento e fortalecimento dela, mas sobre todas as questões importantes que avancem na consolidação de posições pessoais e coletivas tendo em vista o bem viver. Este intercâmbio educativo permitirá que representações fragmentadas sejam suplantadas por conceituações abrangentes, uma vez que, sem isso, as opções políticas – mesmo a de aderir à colaboração solidária – podem resultar de uma aparente autonomia solidária, embora, de fato, não passem de um movimento premido por necessidades imediatas que, uma vez satisfeitas, fazem desaparecer consigo o espírito da livre iniciativa solidária.

A organização regional e mundial da rede permitirá que o acesso à diversidade de culturas, a abertura aos variados padrões estéticos e a outras referências para a organização do bem-viver a partir da sabedoria local, levem ao desenvolvimento de uma nova sensibilidade frente ao mistério do ser humano em devir, capaz de singularizar-se nos modos de vida mais diversos realizando ao mesmo tempo o sentimento maior de solidariedade e de promoção do bem-viver coletivo e pessoal. De outra parte, esta mesma abertura será fecunda, no sentido de questionar constantemente as referências adotadas pela própria rede em seu movimento de *extensividade*.

De qualquer modo, o fortalecimento cultural desta rede sob o princípio da *integralidade* e da *diversidade* permitirá que ela, econômica e politicamente, avance na propagação da colaboração solidária entre os povos e pessoas.

Como a ampliação das células é fundamental para ampliar a demanda por consumo e para a diversificação dos bens e serviços que circulam na rede, muitas células de serviço surgirão enriquecendo a vivência cultural do conjunto dos participantes da rede. Inicialmente serão células educativas ou de assessorias técnicas preocupadas com o desenvolvimento de habilidades, como: diagnóstico de demandas econômicas, elaboração de projetos produtivos e de estratégias de execução, estudos sobre a expansão regional das redes, assessorias de gerenciamento e contabilidade, atividades de educação formal de jovens e adultos, cursos de alfabetização, de informática, etc.

Contudo, quando ocorrer a incorporação de tecnologias produtivas que gerem um excedente significativamente superior ao que a rede regional normalmente consome, novas células de serviço surgirão na forma de células artísticas voltadas ao entretenimento, promovendo cursos de pintura, danças, teatros, artes multimídia, etc. Circos percorrerão as regiões e serão multiplicados os festivais de teatro, de poesias e música. Milhares de novos canais de te-

levisão surgirão através da Internet ou de outras redes de transmissão de dados – bastando a cada célula acoplar uma câmera e um microfone a um computador conectado a uma linha telefônica para criar-se uma nova estação de TV – e a rede solidária promoverá a *diversidade* e a *integralidade* das múltiplas formas de expressão e comunicação. Com o aumento do tempo livre das pessoas, a rede cultural possibilitará não apenas a apreciação e compreensão das artes e de sua história, como permitirá a cada pessoa desenvolver novas habilidades criativas de expressão. Círculos de estudo e redes de pesquisadores se multiplicarão e uma infinidade de encontros serão desenvolvidos através de canais de comunicação acessíveis e democratizados. Multiplicar-se-ão os congressos internacionais nas diversas áreas do conhecimento e as pessoas viajarão por muitos lugares encontrando em cada parte colaboradores de uma rede solidária que já conheciam através dos intercâmbios que estabeleceram virtualmente em grupos de bate-papo ou através de mensagens eletrônicas sobre os mais variados assuntos, entre os quais, como produzir melhor, aprimorando a qualidade dos produtos e reduzindo o trabalho de todos.

Assim, os sistemas de comunicação aplicados às redes de solidariedade – como no caso da utilização da Internet para esse fim, por exemplo – possibilitarão uma infinidade de ações participativas em proveito da colaboração solidária, as quais somente podem ser apontadas superficialmente por enquanto. Eles contribuirão com a rede econômica, promovendo a circulação da informação, permitindo o acesso público aos bancos de dados que ela comporta, aos projetos estratégicos e diagramas de expansão, entre outros aspectos já destacados. Permitirão tecer cruzamentos de informações entre as diversas células, não apenas fortalecendo a autonomia local, como também a autonomia regional e mundial da rede, com desdobramentos valiosos para a rede política. Claro está, pois, que o avanço econômico e político da colaboração solidária depende, intrinsecamente, do fortalecimento e exuberância das redes culturais que venham a se estabelecer.

## Conclusão

---

Apresentamos neste livro uma alternativa econômica viável para a expansão das liberdades públicas e privadas, eticamente referenciadas. Operando com o *paradigma da complexidade* desenvolvemos uma tese simples: sendo praticado o consumo solidário sob certos parâmetros, qualquer unidade produtiva pode vender toda a sua produção, gerando um excedente que permite criar novas unidades produtivas solidárias que, conectadas em rede, podem atender a uma diversidade ainda maior de elementos demandada pelo consumo final e produtivo de novas células, incorporando um número maior de consumidores e produtores em um movimento auto-sustentável de expansão. A essa tese acrescentamos uma segunda: as pessoas excluídas nas sociedades capitalistas podem organizar redes de colaboração solidária em qualquer comunidade, em qualquer país, partindo das ações que atualmente desenvolvem de consumo, posto que as compras coletivas permitem melhorá-lo a todos os participantes e ainda poupar recursos que podem financiar atividades de produção solidária que, por sua vez, possibilitam ampliá-lo ainda mais em quantidade, qualidade e diversidade. O conjunto dessas duas teses nos leva à conclusão de que uma revolução econômica pode ocorrer atualmente se os atores econômicos, que buscam gerar uma alternativa auto-sustentável, conectarem suas ações em uma rede de colaboração solidária.

Canalizando fluxos de valor, de matérias e de informações, a rede possui não apenas um caráter econômico, mas necessariamente político e cultural. O seu desenvolvimento tende a provocar: o fortalecimento do poder local e da democracia participativa; a revitalização dos poderes políticos nacionais, que passarão a celebrar contratos de colaboração internacionais em proveito da expansão das redes de economia, política e cultura solidárias; a redução dos conflitos internacionais por territórios ou matérias-primas; a revitalização da produção cultural e artística locais e a intensificação do diálogo intercultural; a

aceleração mundial do desenvolvimento científico e tecnológico, ecológica e socialmente sustentáveis; a redução dos efeitos de poluição ambiental – uma vez que para suprimir esses efeitos da tragédia ambiental provocada pelo capitalismo serão precisos séculos, senão milênios; redução da jornada de trabalho no mundo todo com melhorias da qualidade de vida no conjunto dos países; equalização dos índices de distribuição de renda no planeta, introduzindo-se, por exemplo, taxações progressivas de grandes fortunas em benefício social (suprimindo progressivamente as desigualdades provocadas anteriormente pela exploração capitalista, pelo colonialismo e neocolonialismo); redução do crescimento demográfico mundial como consequência do livre planejamento familiar em razão do bem-viver – entre várias outras consequências que analisamos em particular. Em síntese trata-se do ingresso da humanidade não apenas em um novo ciclo virtuoso de crescimento econômico, mas em uma nova forma política e culturalmente solidária de organizar-se a vida dos povos e das pessoas entre si.

As sementes desta nova sociedade estão lançadas em inúmeras organização e atividades solidárias que resenhamos e analisamos em boa parte deste estudo e em tantas outras que certamente desconhecemos. Pelo que compreendemos, a partir dos dados indicialmente levantados, falta ao conjunto dessas organizações e atividades uma estratégia orgânica que articule a todas para fazer brotar uma nova ordem mundial solidária. Este foi um dos nossos esforços nesse estudo: apresentar uma possível estratégia com esse escopo, à qual denominamos *revolução das redes*.

Conforme o estudo apresentado, portanto, existe uma alternativa democrática viável em contraposição à lógica perversa do capitalismo. A sua construção coletiva, entretanto, será obra de todos os que se dispuserem a praticar a colaboração solidária. O seu principal fruto será a promoção do bem-viver de todos que a praticarem, ampliando as liberdades públicas e privadas, uma vez que garantirá a todas as pessoas as mediações materiais, políticas, informativas e educativas para a realização ética de sua singularidade e para a democrática sustentação do bem comum.

# Anexos

---

## 1. Consumo Crítico e Economia Alternativa

Na última década, a entidade italiana *Centro Novo Modelo de Desenvolvimento* publicou vários livros visando promover a intervenção ativa dos consumidores sobre as empresas e, desse modo, interferir sobre as injustiças econômicas nacionais e internacionais.<sup>159</sup> Interessa-nos, aqui, destacar um desses estudos, *Guida al Consumo Critico* (EMI, 1996): um guia que traz inúmeras informações ordenadas a partir de vários critérios cuidadosamente elaborados, permitindo ao consumidor selecionar objetivamente os produtos que necessita ou deseja consumir.

Conforme os autores, cada ato de consumo é um gesto de dimensão planetária, que pode tornar o consumidor um cúmplice de ações desumanas e ecologicamente prejudiciais – podendo o consumo ser poluidor, insustentável e opressivo. O consumo de certos tipos de produtos agrava o problema da poluição ambiental. Não se trata somente do lixo final derivado do consumo – invólucros, embalagens, etc. –, mas do impacto ambiental do próprio processo produtivo. Por outra parte, ele pode ser insustentável, provocando fenômenos não apenas de esgotamento de recursos, como também alterações prejudiciais aos ecossistemas locais e planetário, como o buraco na camada de ozônio, o efeito

---

159. Em *Lettera a un consumatore del Nord* (EMI, 1998), o Centro apresentou "... como se pode utilizar o consumo em solidariedade com os condenados da terra"; em *Boycott* (Macroedizioni, 1992), indicou "... como transformar o consumo e a poupança em instrumentos de condicionamento do sistema"; em *Nord/Sud. Predatori, predati e opportunisti* (EMI, 1997), explicitou "... mecanismos que empobrecem o Sul do mundo"; em *Sulla pelle dei bambini* (EMI, 1997), denunciou "... a trágica realidade do trabalho infantil que se conclui em nosso consumo"; em *Geografia del supermercato mundial* (EMI, 1997), encoraja "... os consumidores a agirem como cidadãos do mundo"; em *Sud-Nord. Nuove alleanze per la dignità del lavoro* (1997), o Centro propõe um aliança "... entre trabalhadores e consumidores do mundo todo." Cf. CENTRO NUOVO MODELLO DI SVILUPPO. *Op. cit.*, p. 6.

estufa, a alteração de correntes de ar, etc., cujas conseqüências são dramáticas para as populações e para o planeta como um todo. Além disso, o consumo pode configurar-se também como uma forma de conivência com a opressão e a injustiça, quando consumimos produtos que resultam de atividades produtivas desumanas a que estão submetidos trabalhadores e trabalhadoras, inclusive crianças. Frente a esta situação, segundo os autores, é preciso realizar uma escolha:

“Se queremos sustentar o perigo da guerra, a destruição do planeta, a exploração, a corrupção, a opressão, então continuemos a consumir às cegas, como fazemos hoje.

“Mas se queremos salvar o planeta, se queremos fazer crescer a justiça, a participação, a não-violência, então devemos consumir menos e devemos tomar distância das empresas que se comportam de maneira injusta.

“Em outras palavras, devemos seguir pela estrada da sobriedade e do consumo crítico.”<sup>160</sup>

Sob a perspectiva que advogamos, entretanto, cabe dizer que não se trata de consumir *mais* ou *menos*. Trata-se, com efeito, de praticar o consumo solidário, em razão do bem-viver pessoal e coletivo – o que supõe também a adoção de critérios ecológicos quando da produção e do consumo. O contexto do consumo opulento e supérfluo experimentado por muitos setores no Primeiro Mundo – com um impacto destrutivo sobre o meio ambiente e opressivo socialmente em outros países – é o que motiva a afirmação dos autores que se deva consumir menos. No caso do Terceiro Mundo, em que a maioria vive sob o consumo compulsório, trata-se de, praticando o consumo solidário, permitir que todos possam consumir mais e melhor, sob princípios ecologicamente sustentáveis.

A sobriedade proposta pelos autores é uma contraposição ao consumismo alienante. Trata-se de selecionar os produtos de modo a: a) *reduzir* o consumo de itens inúteis, descartáveis, que dispendem recursos não renováveis, etc.; b) *recuperar através da reciclagem* o que for possível; c) *recuperar os bens através da sua reutilização*, abandonando modismos, adquirindo produtos usados, etc.; d) *reparar* os bens que se danificam, aumentando sua vida útil. Além disso, cabe: não desperdiçar energia (petróleo e outros recursos); manter uma posição defensiva nos supermercados (uma vez que a música ambiente, exposi-

---

160. *Ibidem*, p. 12.

ção dos objetos, entregas a domicílio, facilitação de pagamento, publicidades e outros elementos visam mover ao consumo de bens que, a rigor, seriam dispensáveis); encorajar os serviços coletivos – em particular o uso do transporte público – ou a utilização coletiva de equipamentos, tais como lavadoras, computadores, etc.; por fim, superar o medo da sobriedade, isto é, perceber que é possível viver confortavelmente, dispondo de menos objetos e utensílios que nada acrescentam significativamente às mediações que necessitamos ao bem viver.

Frente ao grande poder das empresas em produzir excedentes e induzir o consumo massivo, a fim de girar o capital e ampliar seus lucros, os consumidores têm à sua disposição dois instrumentos para condicioná-las à adoção de certos critérios de produção e comércio: o boicote e o consumo crítico. O *boicote* consiste na “... interrupção organizada e temporária da aquisição de um ou mais produtos para forçar a sociedade produtora a abandonar certos comportamentos.”<sup>161</sup> Por sua vez, o *consumo crítico* é “... uma postura permanente de escolha, toda vez que fazemos algum gasto, frente a tudo o que compramos. Concretamente, o consumo crítico consiste em escolher-se os produtos tendo por base não somente o preço e a qualidade destes, mas também a sua história e a dos produtos similares, e o comportamento das empresas que os oferecem.”<sup>162</sup> Desse modo, o consumo crítico se apóia sobre o exame dos produtos e das empresas que os elaboram, permitindo ao consumidor que suas escolhas se pautem por critérios conscientes, considerando, além das qualidades técnicas dos produtos e seus similares, os impactos de sua produção e consumo sob uma perspectiva econômica, ética e ecológica.

O *Guia para o Consumo Crítico* apresenta quase trezentas páginas de análises detalhadas sobre uma infinidade de produtos, marcas e empresas, considerando aspectos sociais, ambientais e morais, sendo avaliados pelos seguintes quesitos:

1) *Transparência*: indica a disposição da sociedade empresarial em fornecer informações e se as informações, por ela fornecidas, são verdadeiras.

2) *Abuso de Poder*: refere-se a ações da empresa que, valendo-se de seu poder econômico, visam “... condicionar a opinião pública e os poderes políticos no que se refere a escolhas políticas, sociais, econômicas e tecnológicas.”<sup>163</sup>

---

161. *Ibidem*, p. 18.

162. *Ibidem*, p. 19.

163. *Ibidem*, p. 23.

3) *Terceiro Mundo*: refere-se ao modo de gerir atividades produtivas e comerciais nos países compreendidos sob esta categoria. Neste item, em particular, considera-se negativamente: a) o tratamento injusto concedido aos trabalhadores – destacando-se questões salariais, sindicais e trabalhistas; b) os preços baixos, pagos pelas matérias-primas, que mantêm os camponeses na miséria; c) a apropriação de terras ou de partes das florestas dos camponeses e populações locais; d) o envio aos países do Terceiro Mundo de lixo tóxico ou a instalação de fábricas altamente poluentes em seus territórios; e) práticas produtivas que poluem e degradam o meio ambiente.

4) *Ambiente*: refere-se a comportamentos a esse respeito, avaliando-se negativamente: a) condenações ou multas por transgredir a legislação ambiental; b) críticas argumentadas por associações ambientalistas e periódicos de que a empresa cometa violações ambientais; c) produção de pesticidas muito danosos para os seres humanos e o meio ambiente; d) produção geradora de muito lixo que não é não reciclado. Por outro lado, avalia-se positivamente: a) adoção de programas que reduzam, o máximo possível, o impacto ambiental da produção; b) escolha de elementos recicláveis; c) promoção da educação ambiental dos clientes; d) adoção de programas para a economia de energia e de matérias-primas.

5) *Armas e Exército*: considera-se a produção de armamentos e a venda de quaisquer outros produtos aos exércitos.

6) *Vendas Irresponsáveis*: Trata-se da venda de produtos perigosos, com defeitos técnicos (de projeto, por exemplo) ou que se tornam perigosos em determinadas situações sócio-econômicas. Aí se incluem: fármacos com perigosos efeitos colaterais, produtos com pouca segurança de uso, tabacos, bebidas superalcoólicas, “a promoção do leite em pó no sul do mundo”, etc.

7) *Segurança e direitos dos trabalhadores*: refere-se à ausência de salvaguardas da segurança dos trabalhadores e o desrespeito aos seus direitos legais. São considerados elementos de avaliação negativa: ocorrência de acidentes graves ou fatais em razão do ritmo excessivo do trabalho, multas e condenações por sonegação previdenciária ou transgressão de legislação trabalhista e retaliação de atividades sindicais.

8) *Regime Opressivo*: desenvolvimento de atividades econômicas em países que são administrados em regimes de opressão, uma vez que as atividades econômicas ali realizadas pelas empresas fornecem, em razão do pagamento de taxas, impostos, etc., financiamento a governos opressivos. Define-se como regimes opressivos aqueles que limitam direitos fundamentais – tais como di-

reito de voto, expressão, associação e greve –, prendem opositores do governo, valem-se da tortura, executam opositores sem processos que garantam direito de defesa ou que reprimem violentamente manifestações populares.

9) *Fraude e corrupção*: refere-se à produção de bens falsificados, engodos comerciais, fraudes financeiras e uso de corrupção.

10) *Animais*: refere-se ao trato de animais: alimentação, utilização em testes de produtos, forma de abate, etc.

11) *Etiqueta e publicidade*: refere-se às mensagens transmitidas ao consumidor através das etiquetas e publicidades, sendo motivo de avaliação negativa o desrespeito a pessoas, etnia, sexo e religião, etiquetas sem informações úteis à segurança do consumidor e que não possibilitam conhecer o produtor. Positivamente avaliam-se as etiquetas que facilitam a leitura dos vários aspectos do produto ou características legais a ele relacionadas.

12) *Paraísos Fiscais*: “Refere-se ao registro da matriz ou de outras filiais importantes em países como Panamá, Andorra, Bahamas que garantem à empresa a mais completa segurança e um regime fiscal muito conveniente.”<sup>164</sup> Em geral os paraísos fiscais são procurados por empresas que desejam evitar obrigações legais de seus países de origem, em particular legislações fiscais e financeiras.

13) *Boicote*: indica que a empresa sofre atualmente alguma ação de boicote.

Este *Guia para o Consumo Crítico*, publicado na Itália, analisa produtos de mais de 180 empresas daquele país e estrangeiras, indicando se os produtos são indispensáveis, úteis ou inúteis ao consumidor, apresentando os diversos critérios acima sob inúmeras gradações, aduzindo significativos conjuntos de informação relevantes aos diversos itens. Para os seus autores, o consumo crítico é um passo importante em direção de uma *Economia Alternativa* como o são as redes de economia solidária.

Cumprir destacar que a primeira edição deste *guia*, publicada em fevereiro de 1996, sofreu sete reimpressões até março de 1997, e que a segunda edição, de janeiro de 1998, já estava sendo reimpressa em março do mesmo ano. Isso indica, provavelmente, o interesse dos consumidores em conhecer melhor os produtos e as empresas que por eles respondem, visando adotar critérios sele-

---

164. *Ibidem*, p. 26.

tivos quando de suas aquisições. Em outras palavras, revela uma disposição dos consumidores em fazer de seu ato de consumo um consciente exercício de poder em benefício não apenas de si mesmos mas também da sociedade em geral, considerando particularmente a situação social dos produtores e os impactos da produção e consumo de certos bens sobre o meio ambiente. Esta nova consciência é basilar para a construção de uma sociedade justa e solidária.

## 2. Habitações Auto-sustentáveis e Fluxos de Material e Valor

Sob os princípios da complexidade pode-se organizar sistemas habitacionais que sejam capazes de reorientar fluxos de matéria e valor, gerando-se uma infra-estrutura ecológica, edificações autônomas e paisagismo produtivo. Em outras palavras é possível construir-se conjuntos habitacionais urbanos sob princípios ecológicos que permitam estabelecer atividades de geração de valor, reaproveitando dejetos como insumos em uma rica cadeia ecológica, capaz de produzir alimentos e outros bens de consumo aos moradores, criando ambientes agradáveis de lazer e serviço, tirando melhor proveito de fontes naturais de energia como luz solar, águas de chuva, ventos e outras, reduzindo o custo de vida de todos os moradores, os seus gastos com fontes externas de energia e melhorando ao mesmo tempo o seu bem-viver.

Um conjunto habitacional deste tipo foi organizado em Porto Alegre, pela Cooperativa de Produção e Manutenção da Habitação dos Metalúrgicos de Porto Alegre Ltda., com assessoria da ARCOO – Cooperativa de Trabalho Transdisciplinar<sup>165</sup>.

Embora esta proposta tenha uma percepção equivocada de que seja possível buscar o “equilíbrio complementar” entre “capital e trabalho”<sup>166</sup>, embasa-se no sugestivo conceito da *permacultura*, que “... permite projetar ecossistemas humanos, a um só tempo equilibrados e produtivos... A PERMACULTURA é... a ciência ecológica transformada em **tecnologia** (...) é uma verdadeira **engenharia de ecossistemas**, que permite cooperar com a natureza, ao invés de lutar contra ela. É uma ferramenta de *design*, que permite criar habitats huma-

---

165. Flávio PAIM e Otávio Urquiza Chaves, *Habitações auto-sustentadas: diretrizes permaculturais COOMETAL*. Porto Alegre, ARCOO Cooperativa de Trabalho Transdisciplinar, 1995.

166. *Ibidem*, p. 18.

nos em franca harmonia com o meio ambiente, beneficiando toda a vida, social e natural.”<sup>167</sup>

Sob esta perspectiva o conjunto habitacional converte-se em um ecossistema projetado que se irradia, a partir das edificações, em um espaço integrado com uma rica diversidade de formas orgânicas, compondo um habitat que beneficia simultaneamente ao homem e à natureza:

“O projeto consiste, basicamente, em criar uma REDE DE ELEMENTOS ECOLOGICAMENTE INTEGRADOS. Esta rede deve ser capaz de recolher as ENERGIAS NATURAIS que atravessam a área, de modo a retê-las e a transformá-las beneficentemente, antes que se escoem. Promoverá, assim, o melhor uso dos FLUXOS ENERGÉTICOS NATURAIS dentro do próprio sistema, para benefício de toda VIDA (social e natural).

“O conceito de CICLOS torna-se fundamental para se alcançar uma eficiência maior no fluxo energético do sistema. Cada elemento componente do ecossistema projetado é entendido como um reciclador. Deverá ser implantado de modo a receber, como insumos, os resíduos de outro componente. E deverá ter seus resíduos reciclados por um terceiro elemento, constituindo, assim, o ecossistema integrado. Com isso, elimina-se a poluição, reutilizando-se resíduos. Ao mesmo tempo, elimina-se a necessidade de trabalhos extras e custos, pois as demandas de cada elemento são servidas automaticamente pelo próprio ecossistema. O Projeto Ecológico consiste em organizar ciclos harmônicos entre os elementos. Otimizará, assim, os fluxos energéticos do ecossistema.

“Na medida em que o ecossistema assim projetado evolui e se estabiliza, atingindo seu CLÍMAX, temos uma necessidade cada vez menor de energias externas para a manutenção de seus ciclos.

“Isto significa que as rendas também serão crescentes, até se estabilizarem num patamar final, quando o ecossistema projetado atingir a fase clímax. A RENDA de um projeto ecológico é dada por todo o excedente de energia – produzida, reservada, conservada ou reusada beneficentemente pelo sistema, seja sob a forma de nutrientes, de calor, água, etc. Entre custos e benefícios, forma-se rendas diretas, isto é, aqueles excedentes que podem ser comerciali-

---

167. *Ibidem*, p. 15.

zados e rendas indiretas, ou seja, aqueles custos normais, que serão poupados pelo projeto, através de um funcionamento mais racional do sistema.”<sup>168</sup>

Assim, por exemplo, usando água das chuvas – através de uma tubulação paralela – para esgotamento sanitário, irrigação de jardins e outros usos que não demandem água livre de impurezas, diminui-se o pagamento mensal do condomínio em água; aproveitando a energia solar para o aquecimento dos apartamentos e de águas que ficam armazenadas em caixas térmicas é possível usar durante todo o dia – inclusive à noite – água quente para banhos e outros usos e manter o apartamento em temperaturas mais agradáveis no inverno, diminuindo o consumo de energia elétrica; etc. Sistemas de ventilação doméstica permitem uma bioclimatização nos meses de verão, captando ar fresco em regiões de jardins perfumados. O paisagismo produtivo, os pomares condominiais, as hortas multifamiliares nas coberturas dos prédios, por sua vez, geram frutos e outros alimentos que diminuem a despesa com esses itens ao mesmo tempo que geram forragens para a alimentação de uma cadeia de criação de aves, mamíferos e peixes. O projeto feito pela ARCOO inclui a criação de codornas, cabras, galinhas, invertebrados, porcos e peixes – gerando-se carnes, ovos, leite e derivados – aproveitando-se, nesse ciclo, o lixo orgânico do conjunto habitacional. A coleta seletiva de lixo por classes (orgânico, vidro, papel, metais/latas, plástico, etc.) traz receitas ao condomínio, através da sua comercialização para a reciclagem industrial. Por outra parte, sendo os esgotos a “principal carga de poluição gerada por um assentamento humano” eles necessitam ser adequadamente tratados. Para tanto um sistema de seu recolhimento, com dutos separados para águas oriundas de vaso sanitário e outras provenientes dos demais pontos de uso, permite processos de tratamento diferenciado e reaproveitamento de águas e matérias orgânicas. O sistema como um todo não apenas permite economia de despesas e geração de receitas, como reduz a pressão de demanda sobre a rede pública de águas e o impacto sobre a rede de esgotos.

Distribuindo as atividades adequadamente pelo espaço do condomínio, criando um ambiente agradável e funcional, o projeto prevê a integração de cinco zonas espacialmente distribuídas em razão dos usos diversos – zona zero: edificações; zona um: cobertura dos prédios (hortas multifamiliares); zona dois: integração condominial (paisagismo produtivo); zona três: abaste-

---

168. *Ibidem*, p. 18.

cimento condominial (criações, culturas, laboratório agroecológico); zona 4: parque ecológico (lazer, repovoamento de flora e fauna e laboratório natural).

As redes de colaboração solidária, portanto, podem desenvolver projetos de habitação auto-sustentável de modo a permitir que os fluxos materiais dos processos de consumo possam também ser ecologicamente recuperados na realimentação da rede, bem como reduzir as saídas de valor das redes, diminuindo-se o pagamento por água, eletricidade e outros elementos. O resultado é uma melhoria da qualidade de vida de todos em um ecossistema local equilibrado e um fluxo positivo de valor que pode realimentar a expansão das redes de colaboração solidárias.

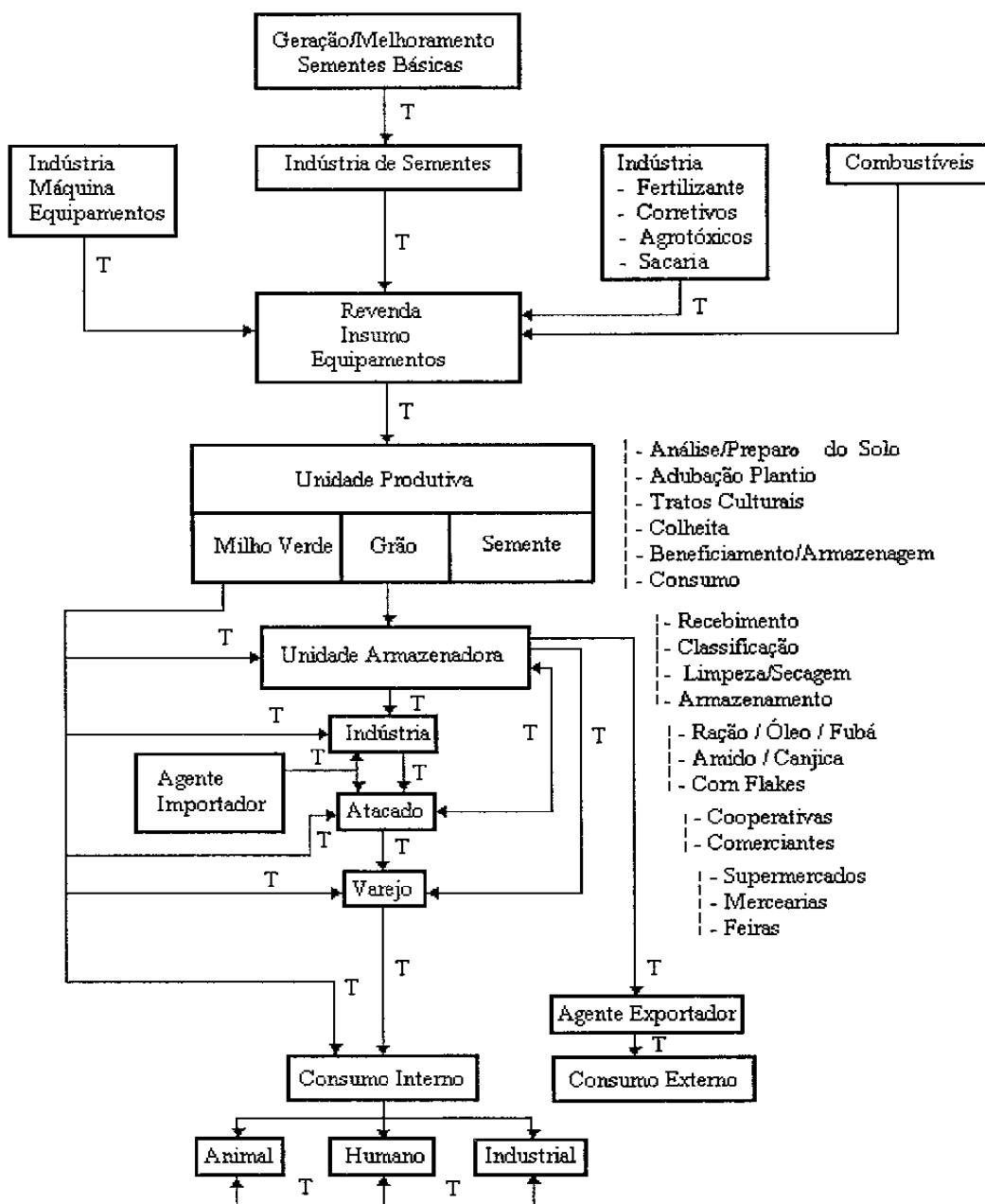
### 3. Exemplos de Cadeias Produtivas

Nas páginas a seguir são apresentados os *Fluxogramas de Cadeias Produtivas* do milho e da ovinocultura, elaborados pela EMATER-PR, com dados de agosto de 1995, para o estado do Paraná<sup>169</sup>. Interessa-nos destacar que, sob o princípio de *cadenciamento*, uma unidade produtiva demanda equipamentos, insumos e outros materiais de manutenção provenientes de outras unidades produtivas. A estratégia de crescimento da Rede de Colaboração Solidária prevê a substituição de compras de produtos elaborados em unidades que atuam sob o modelo capitalista por outros produtos (idênticos ou similares, que atendam as mesmas demandas) elaborados em unidades produtivas que adotem o regime de colaboração solidária. Isso permite a ocorrência de fluxos de valor positivos no interior das cadeias produtivas integradas em rede, realimentando a expansão da própria economia solidária.

---

169. EMATER, *Fluxograma de Cadeias Produtivas*. Paraná. Curitiba, EMATER, 1995. Suprimimos as linhas que indicavam as áreas de realização das atividades, se na propriedade do agricultor ou pecuarista ou se fora dela.

**Figura 11 – Cadeia Produtiva – Milho**



\* Obs.: T – Transporte.  
 Fonte: EMATER – PR.



#### 4. Alternativas para Comunicação Eletrônica em Redes

A organização de Redes de Colaboração Solidária pode contar com um grande estoque de recursos já disponibilizados pelas novas tecnologias da informação, permitindo elevar os níveis de agilidade e eficiência dos seus fluxos, valendo-se de instrumentais simples e baratos. Para se criar um *servidor local* que suporte um sistema de Gerenciamento de Informação e Comunicação, como o descrito na seção 2.1.8.b deste livro, permitindo aos usuários enviarem mensagens eletrônicas entre si e possibilitando disponibilizar gigantescos bancos de dados compartilháveis coletivamente, somente é necessário um computador com placa modem conectado a uma linha telefônica. Este sistema, conhecido na língua inglesa como *Bulletin Board System (BBS)*<sup>170</sup>, pode ser comparado a um quadro de mensagens, onde cada participante pode deixar suas comunicações ou obter inúmeras informações relevantes disponibilizadas por outros membros.

De fato, grande parte das necessidades básicas para se estabelecer conexões entre pessoas e grupos em rede, seja através de um conjunto de BBS ou da Internet, podem ser satisfeitas com programas gratuitos: softwares que permitam enviar e receber correios eletrônicos, editar páginas de hipertexto, executar arquivos de áudio, assistir exibições de vídeo, participar de reuniões em salas virtuais ou de videoconferências, etc. Há servidores na Internet que disponibilizam gratuitamente *websites*, salas de reunião, caixas postais para correio eletrônico, listas de diálogo, etc. Esses serviços são gratuitos porque junto deles, em geral, veiculam-se publicidades, como ocorrem com os programas de TV em sinal aberto, que são captados gratuitamente e mantidos com as inserções comerciais.

Em Curitiba, mantivemos um sistema alternativo e informatizado de comunicação funcionando em 1996 com o nome *BBS-Cidadania*. Um computador simples (AT-386, com um disco rígido de 40 mb e uma placa modem de 14.400 kbps) – que hoje poderia ser comprado de segunda mão e por não mais que R\$ 300,00 – ficava ligado e conectado a uma tomada de telefone das 7:00 às 24:00h, aguardando alguma chamada. Quando um usuário de qualquer lugar da cidade fazia uma ligação telefônica com um computador qualquer para este servidor, ele automaticamente atendia a chamada, possibilitando o acesso

---

170. Veja-se Sérgio GALLO, *Guia do BBS*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1995. Estes sistemas hoje dispõem de interfaces muito mais simples, agradáveis e fáceis de manejar, em comparação às interfaces de quatro anos atrás.

a vários serviços como receber e enviar *correspondências eletrônicas*, exibir listas de discussão, agendas de reuniões de movimentos sociais, materiais para cursos de formação popular, etc. Os usuários podiam mandar mensagens aos demais e receber deles novas mensagens, copiar textos, enviar outros materiais para grupos, etc., independentemente de qualquer intermediação de terceiros. Quando o usuário encerrava aquela conexão, o computador se preparava automaticamente para receber outra chamada. Este serviço era totalmente gratuito e disponibilizado sob o princípio da colaboração solidária.

Uma das engenhosidades do sistema residia no software de comunicação. Cada usuário possuía um disquete em que era executado o programa necessário à conexão e acesso a todas as funções do BBS-Cidadania, não havendo necessidade de instalá-lo no computador em uso, bastando que o mesmo estivesse conectado em uma linha telefônica, através de uma placa modem – independentemente de suas configurações ou dos programas nele instalados. Isso facilitava o acesso ao sistema para todos os que não dispunham de um mesmo equipamento para suas conexões, podendo valer-se de computadores de paróquias, sindicatos, colegas, etc. Encerrada a conexão, o usuário levava consigo o seu disquete, sem ter realizado qualquer alteração na configuração do equipamento utilizado.

Com a finalidade de “... contribuir com o intercâmbio e integração de movimentos sociais e ações culturais voltadas à construção da cidadania e à efetivação da democracia popular”<sup>171</sup>, o BBS-Cidadania tornou-se um espaço democrático de comunicação. Nele estavam disponíveis agendas da Central de Movimentos Populares de Curitiba e do Instituto de Filosofia da Libertação, que eram atualizadas periodicamente, documentos da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria, subsídios para análise de conjuntura, boletins da Rede Verde sobre questões ecológicas, informações e fotografias sobre crianças desaparecidas, textos didáticos para formação política, áreas destinadas a materiais de movimentos populares específicos e de grupos de estudo do IFIL. Também era possível copiar gratuitamente softwares *freeware* e *shareware*. Cada usuário tinha uma caixa postal eletrônica e podia trocar mensagens em particular com os demais.

Neste caso, não se tratava da Internet, mas apenas de uma conexão remota entre computadores através de uma chamada telefônica local. O custo para

---

171. BBS-CIDADANIA. “Informações sobre o BBS-Cidadania”. Curitiba, 1996.

manter um sistema como esse é praticamente zero, uma vez que o servidor somente recebe as chamadas telefônicas – o que não implica em nenhum gasto –, e a linha telefônica pode ser normalmente utilizada por outras pessoas para fazer chamadas de voz quando não estiver ocupada em alguma conexão, não havendo necessidade de uma linha exclusiva para este serviço.

Todavia, se uma simples assinatura de Internet for realizada, qualquer BBS pode ser programado, por exemplo, para realizar a cada dia algumas breves conexões com esta rede e nesses momentos enviar o conjunto de *e-mails* que recebeu no período posterior à última conexão, e receber, através da mesma rede, os *e-mails* endereçados aos seus usuários. Assim, todos os usuários do sistema, compartilhando uma única assinatura de Internet, poderiam trocar mensagens eletrônicas com pessoas do mundo inteiro. Se houver mais linhas telefônicas permitindo acesso ao BBS, além de os usuários poderem comunicar-se entre si em conexões simultâneas, torna-se possível navegar na Internet através dele, quando o mesmo estiver conectado naquela rede.

Para conexões ágeis e econômicas entre diversas cidades e regiões, é possível organizar-se também uma rede de BBS que se conectem periodicamente para escoar e receber mensagens, como ocorreu no Brasil antes do *boom* da Internet. Em 1992 foi fundada Rede Brasileira de Teleinformática que é uma associação sem fins lucrativos, a qual se propõe “... prestar serviços de interesse da sociedade brasileira, disseminando conhecimento, informação e tecnologia”<sup>172</sup>; essa associação organizou uma rede de BBS e desenvolveu um software próprio que “... tornou possível a completa integração entre a RBT e a Internet mundial.” Desde então, os usuários dos BBS associados à RBT passaram a poder intercambiar *mensagens eletrônicas* através da Internet com interlocutores de qualquer lugar do mundo, mesmo sem terem assinatura de Internet. Atualmente mais de 100 BBS, espalhados na maioria dos estados brasileiros, estão conectados nesta rede.

Se as Redes de Colaboração Solidária desejarem, elas poderão, também, organizar suas próprias redes de transmissão de dados, estabelecendo conexões remotas entre *servidores locais* de diversas regiões, independentemente das redes já existentes e a um custo relativamente baixo, dado que podem utilizar até mesmo computadores já considerados obsoletos. Os resultados, entretanto, podem ser suficientes para os seus propósitos, devendo-se considerar,

---

172. RBT. “O que é a Rede Brasileira de Teleinformática.” [http://www.rbt.com.br/p\\_rbt.htm](http://www.rbt.com.br/p_rbt.htm), 1999.

quando da seleção dos equipamentos, os fluxos de valor e a relação entre custo e benefício para avaliar-se as melhores opções com vistas a promover o fluxo de informações sem o qual as redes solidárias não conseguem se expandir.

## **5. Informativos Diários Organizados em Rede**

O adequado fluxo de informação é condição imprescindível para que as Redes de Colaboração Solidária possam se expandir, implementando movimentos de agregação, intensividade e extensividade. É possível promover fluxos diários de comunicação entre distintas redes locais de cidades longínquas, de forma simples e barata, valendo-se dos recursos que estão disponíveis entre os movimentos sociais, ONGs, comunidades eclesiais, sindicatos e outras entidades populares.

Para produzir-se, por exemplo, um informativo diário que interligue redes de cidades longínquas, o procedimento é bastante simples, demandando a definição de colaboradores que enviarão notícias a uma equipe de finalização, das pessoas que comporão tal equipe e de outras encarregadas de multiplicá-lo e distribuí-lo. Recebendo as matérias e fotografias, essa equipe formatará a edição final (considerando uma escala de prioridades informativas) e a enviará aos multiplicadores que, por sua vez, a encaminham às células, onde serão reproduzidas e distribuídas.

Na versão mais simples para a implementação de um informativo nacional impresso de circulação diária, a única tecnologia requerida são conexões telefônicas, aparelhos de fax, fotocopiadoras e um computador. O procedimento será, aqui, ilustrado com um exemplo. Os colaboradores locais, durante a manhã e tarde, enviam suas matérias (textos datilografados) por fax a outras redes regionais e à equipe, democraticamente eleita, que fechará a edição. Após receber – em seu computador e sob o formato digital – tais matérias, a equipe, no início da noite, passa a selecionar – sob critérios já acordados com todos os colaboradores – as informações mais relevantes para o jornal. Após a seleção, as matérias são convertidas na forma de arquivos editáveis, utilizando-se um programa *OCR*. O informativo é diagramado e pouco tempo depois inicia-se o processo de sua transmissão novamente através de fax. Como o texto será emitido diretamente de um computador, este utilizará os aparelhos de fax receptores como se fossem uma impressora laser. Assim, a qualidade final da impressão não terá letras tremidas ou marcas de poeira. Como o programa permite que sejam listados vários endereços para receberem o mesmo fax, a equipe so-

mente terá o trabalho de enviá-lo uma única vez, posto que o programa o reenviará aos demais endereços que constam de seu catálogo. O informativo irá chegando assim aos multiplicadores em residências, paróquias, sindicatos e ONGs durante a madrugada. Pela manhã, estes o fotocopiam, acrescentando também as matérias de sua região – se elas não tiverem sido incorporadas na edição nacional. No final da manhã ou início da tarde as cópias chegarão aos leitores.

Na versão um pouco mais sofisticada, pode-se contar com um melhor acabamento gráfico e impressão colorida. Para tanto serão necessários computadores para interligar a rede, *scanners* e fotocopiadoras ou impressoras coloridas. O procedimento é basicamente o mesmo, mudando-se apenas os meios de transmissão. Os colaboradores locais poderão escanear fotografias e enviá-las por *e-mail* juntamente com suas matérias para a equipe de finalização. Esta poderá montar a edição final compondo textos e imagens, podendo devolvê-la aos distribuidores na forma de um arquivo *documento* (\*.doc) também por *e-mail*, ou na forma impressa, para os que somente têm aparelhos de fax. Os distribuidores abrem o seu *e-mail* pela manhã e imprimem o jornal com uma impressora colorida. Podem em seguida fotocopiar o jornal para distribuí-lo entre os assinantes.

Sofisticando ainda um pouco mais, os leitores que dispuserem de computador e conexão à Internet poderão ler o jornal diário através de um *site*, atualizável o dia todo pela equipe de finalização. Mais que isso, todas as matérias (textos e fotos) enviadas por *email* pelos colaboradores poderão ser disponibilizadas para todo o público que abrir o jornal. Neste caso, poderia haver uma página indicando os títulos das últimas notícias e outras páginas agrupando-as por assunto, regiões de origem, quem as enviou, etc. Se o usuário clicar sobre o título de qualquer matéria, poderá visualizar o texto e as fotografias enviadas. Neste caso, além de um jornal nacional atualizado a cada hora, teria sido criada uma agência nacional de notícias, como fruto da colaboração solidária. Uma seção deste *website* poderia ser dedicada aos direitos humanos, outra ao intercâmbio de alternativas produtivas, etc. O informativo poderia também ser enviado a BBS locais, permitindo que pessoas sem acesso à Internet pudessem lê-lo *on line* ao conectar-se a esses sistemas locais de comunicação ou *offline*, após descarregá-lo no disco rígido ou em um disquete.

Por fim, acoplado-se uma câmera e um microfone ao computador, seria possível à equipe de sistematização do informativo montar um “estúdio de TV” com transmissão modulável pela Internet e apresentar um noticiário diário, similar ao das redes de televisão, captável por qualquer computador co-

nectado à rede – embora as imagens deste tipo de transmissão ainda não sejam muito boas, dependendo em larga medida do computador utilizado, de sua velocidade de recepção e processamento de dados, e da linha de transmissão de sinais utilizada. De qualquer modo, seria possível – com baixo custo – apresentar uma resenha das notícias diárias neste programa, fazer entrevistas ao vivo, etc.

Cabe destacar que essas tecnologias estão evoluindo rapidamente, tendendo a ocorrer uma fusão entre a TV e o Computador. Nos próximos dez anos, seguramente, assistiremos pela Internet programas que somente poderiam ser modulados pela TV, compondo vídeo e áudio. Por outra parte, o barateamento desta tecnologia permitirá que as pessoas, antes passivas frente aos meios de grande alcance, possam emitir suas mensagens sem limites de fronteiras. Seja como for, através de fax, de redes de BBS, da Internet ou de outra forma de transmissão de dados, é possível organizar-se um informativo diário que atinja todas as células de uma rede, garantindo-se os fluxos de informação necessários ao seu fortalecimento e expansão.

## 6. A Revolução das Redes – Uma Apresentação Sintética<sup>173</sup>

Apresentamos neste texto algumas hipóteses atualmente investigadas por pesquisadores do Instituto de Filosofia da Libertação sobre a viabilidade da *colaboração solidária* como estratégia para organização de uma sociedade pós-capitalista, baseada na implantação de redes que conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como uma transformação cultural das sociedades em que se implanta, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônicas não apenas ao neoliberalismo mas ao próprio capitalismo. Se as hipóteses em estudo – aqui sinteticamente apresentadas – forem consistentes, então é possível dar-se início a redes de colaboração solidária locais, regionais e mundial, construindo-se uma viável alternativa pós-capitalista à globalização em curso, gerando-se emprego e distribuição de renda e promovendo-se o crescimento ecológica e socialmente sustentável.

---

173. Este texto foi publicado no periódico *CEPAT – Informa*, Ano 4, N. 46, p. 10-19 dez. 1998. Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, Curitiba, PR, sob o mesmo título do presente livro. Algumas passagens foram posteriormente modificadas.

## A Exclusão do Consumo

Conforme dados do último relatório do Programa de Desenvolvimento Humano da ONU intitulado *Consumo para o Desenvolvimento Humano*, enquanto os 20% mais ricos da população mundial são responsáveis por 86% do total de gastos em consumo privado, os 20% mais pobres respondem apenas por 1,3%. Conforme o documento, “bem mais de um bilhão de pessoas estão privadas de satisfazer suas necessidades básicas de consumo”<sup>174</sup>. Por outro lado, as 358 pessoas mais ricas do mundo, já em 1993, possuíam ativos que superavam a soma da renda anual de países em que residiam 2,3 bilhões de pessoas, isto é, 45% de toda a população do mundo<sup>175</sup>. Considerando-se este quadro, pode-se afirmar que o movimento capitalista de acúmulo e reinvestimento em busca do maior volume de lucro está levando o sistema ao ápice de concentração. Tal concentração é gerenciada por algumas centenas de megaconglomerados transnacionais que graças à automação, informática e biotecnologia dependem cada vez menos de trabalho vivo para realizar o processo produtivo, gerando um volume de lucro cada vez maior para os que dominam maiores fatias do mercado e barateando cada vez mais as mercadorias. A lógica da concentração, entretanto, faz com que haja cada vez menos mercado consumidor para adquirir tais produtos e que menos recurso seja distribuído na forma de salário, tendo-se uma multidão de excluídos cujo potencial de trabalho já não mais interessa ao capital. Esta exclusão econômica e social tem levado parcelas da sociedade civil a buscar alternativas que atendam as necessidades dos marginalizados, ensejando o surgimento de inúmeras unidades produtivas comunitárias de pequeno porte. Além de encontrar soluções de geração de emprego e renda que satisfaçam as demandas de consumo dos excluídos, trata-se, com efeito, de consolidar uma nova sociedade baseada na *colaboração solidária*, como forma de uma nova organização econômica, política e cultural pós-capitalista, cuja construção pode ser iniciada, entretanto, desde já e em toda a parte onde seja possível às pessoas organizarem atividades autônomas de consumo e labor, se as hipóteses do presente estudo estiverem corretas.

## O Consumo Solidário

A viabilidade da produção econômica solidária e da afirmação prática desta alternativa pós-capitalista está diretamente vinculada à difusão do consumo

---

174. UNDP. *Human Development Report 1998 – Changing today's consumption patterns – for tomorrow's human development* – “Overview” <http://www.undp.org/undp/hdro/c98over.htm>.

175. “Os números da ONU”. Folha de São Paulo, 16 jul. 96, p. 1-8, São Paulo.

solidário. Podemos distinguir quatro *tipos de consumo*: alienante, compulsório, em razão do bem-viver e solidário. a) O *consumo alienante* é praticado massivamente na atual sociedade capitalista por uma parcela da população que busca nas mercadorias qualidades que lhes são vinculadas pelas publicidades e modismos. Desejos, anseios, angústias, medos e necessidades são modelizados semioticamente de tal modo que o consumo de certos produtos de certas marcas passa a ser considerado como a melhor opção para alcançar a felicidade e a realização humana. b) Outra parcela da sociedade, entretanto, pratica o *consumo compulsório*. Trata-se dos pobres e excluídos, subempregados, desempregados que não dispõem de recursos para consumir os produtos de grife ou as marcas famosas e caras. Premidos pela necessidade, buscam maximizar o poder de consumo dos poucos recursos que têm. Nos casos mais dramáticos, reviram as latas de lixo nos centros urbanos em busca de restos de comida ou agasalhos que satisfaçam suas necessidades. Os trabalhadores pobres, por sua vez, “esticam o salário” buscando comprar o que é essencial e mais barato, primando mais pela quantidade de produtos adquiridos com a mesma quantia de dinheiro do que pela sua qualidade propriamente dita. No estrato um pouco mais elevado, por sua parte, os consumidores passam sempre a jogar com os critérios de quantidade e qualidade considerando sempre a mesma quantia de recursos que podem dispor para realizar suas compras. Todos estes, entretanto, têm como ideal de consumo o consumo alienante, e se pudessem comprariam os produtos identificados com o consumo de elite, buscando destacar-se socialmente. c) Já no caso do *consumo como mediação do bem-viver*, menos importa as aparências e imaginários produzidos pelas mídias do que a satisfação das necessidades pessoais, a preservação da saúde e do bem-estar pessoal e coletivo, bem como o refinamento dos prazeres possibilitados pelo consumo, uma vez que as necessidades pessoais variam conforme a singularidade de cada um. As pessoas que praticam o *consumo como mediação do bem-viver* não seguem ondas consumistas, não se deixando levar pelas publicidades e seus engodos. A prática deste consumo requer, todavia, a elaboração de critérios avaliativos a partir dos quais selecionam-se os objetos – dentro das possibilidades de consumo de cada um – tendo em vista contribuir com a singularização de cada pessoa e a preservação dos ecossistemas. Este consumo, quando estamos em meio a uma sociedade de excluídos, pode converter-se em um *consumo solidário*, visando contribuir socialmente com o bem-viver de toda a coletividade. d) O *consumo solidário*, assim, ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem-viver pessoal, mas também o bem-viver coletivo, uma vez que é no consumo que a produção se completa e que este tem impacto sobre todo o ecossistema e sobre a socie-

dade em geral. Em outras palavras, as escolhas de consumo influenciam tanto na geração ou manutenção de postos produtivos em uma dada sociedade (quando se consome os produtos nela elaborados), na preservação de ecossistemas (quando se consome produtos de empresas que adotam a reciclagem de materiais, o combate à poluição, etc.), enfim, na promoção do bem-estar coletivo da população de sua comunidade, de seu país e do planeta. Por outra parte, as escolhas de consumo também podem gerar desemprego local, colaborar na destruição de ecossistemas e na extinção de espécies vegetais e animais, na produção cada vez maior de lixo não biodegradável, no aumento da poluição e na piora da qualidade de vida da população de sua comunidade, de seu país e do planeta como um todo.

### As Redes de Colaboração Solidária em sua Dimensão Econômica

Se considerarmos que as unidades produtivas comunitárias já existentes – que produzem gêneros alimentícios, peças de vestuário, produtos de higiene e limpeza, entre outros – *podem crescer em razão de todos os produtos por elas elaborados serem consumidos solidariamente* pelos que praticam o consumo voltado ao bem-viver ou o consumo compulsório, podemos, então, desenhar – sob o paradigma da complexidade – a organização econômica de uma *Rede de Colaboração Solidária*, conectando tais unidades em cadeia produtiva, cuja produção estaria voltada a atender demandas de células de consumo solidário, gerando-se assim emprego local e distribuindo renda sob um modelo ecologicamente sustentável que, em razão do reinvestimento de parte do excedente, pode, progressivamente, reduzir a jornada de trabalho de todos e elevar igualmente o tempo livre e o padrão de consumo de cada pessoa.

Os *elementos básicos dessa rede* são a) as *Células* de consumo (grupos de compras comunitárias, por ex.) e de labor (unidades produtivas cooperativadas, por ex., nas áreas de extração, cultivo, criação, transformação e serviço), b) as *Conexões* entre elas e c) os *Fluxos* de materiais, de informação e de valor que circulam através da rede. As *propriedades básicas da rede* são: a) *Autopoiése* – a qualidade que ela tem de reproduzir-se a si mesma na medida em que é capaz de produzir os bens ou valores necessários para satisfazer suas próprias demandas e um excedente que lhe permite expandir-se, incorporando mais pessoas e aumentando, assim, a demanda produtiva. b) *Intensividade* – trata-se da qualidade de envolver o maior número possível de pessoas tanto no consumo quanto na produção solidárias. c) *Extensividade* – trata-se da pro-

priedade de gerar novas células de produção e de consumo em regiões cada vez mais longínquas possibilitando chegar até elas os fluxos de matérias, informação e valor necessários a promover desenvolvimento local auto-sustentável. d) *Diversidade* – refere-se a produzir a maior diversidade possível de bens visando satisfazer as necessidades e desejos de todos os consumidores solidários, buscando produzir tudo o que eles ainda consumam do mercado capitalista em função de seu bem-viver ou como insumos necessários ao processo produtivo. e) *Integralidade* – significa que cada célula, através da rede, está conectada a todas as outras células, sendo afetada pelo crescimento das demais ou por seus problemas e dificuldades, apontando-se, assim, a necessidade de um crescimento organicamente sustentável da rede como um todo em razão do que se dimensiona a composição orgânica de cada célula em particular, isto é, a incorporação de tecnologia em sua relação com o trabalho vivo empregado. f) *Realimentação* – o fato de que uma célula demanda produtos e serviços de outras, o que permite o crescimento sustentável de todas, isto é, da rede como um todo. Quanto maior o número de células com maior intensividade, maior é a realimentação da rede. g) *Fluxo de Valor* – significa que o valor econômico produzido em cada etapa da cadeia produtiva circula pela rede, podendo nela se concentrar ou dela evadir-se. Isto é, quando uma célula produtiva compra insumos do mercado capitalista (uma fábrica de macarrão compra ovos no mercado capitalista, por ex.), uma certa quantidade de valor sai da rede realimentando o giro capitalista. Entretanto, se uma nova célula que produza aquele insumo for criada em conexão com as demais (uma granja que supra a demanda por ovos), então aquele valor (gasto, neste exemplo, no consumo de ovos) permanece realimentando a produção de outra célula da rede. Por outro lado, se o que for produzido na rede for consumido por parcelas mais amplas da sociedade (vender macarrão e ovos para fora da rede, por ex.), então o volume de valor que resulta desse processo se concentra na realimentação da rede. O excedente de valor produzido pela rede pode ser utilizado para criar novas unidades produtivas que satisfaçam as demandas produtivas ou de consumo final dela mesma (uma unidade que produza trigo para o macarrão e ração para as aves, por ex., ou novos produtos finais que a rede consome mas que ainda não são produzidos por ela mesma). h) *Fluxo de Informação* – isso significa que todo o conhecimento gerado na rede está disponível em qualquer célula. Assim, se por extensionalidade uma nova célula for criada em um local distante, a partir dela é possível que a comunidade tenha toda a informação necessária para replicar qualquer uma das células já existentes, possibilitando realizar

a intensividade ampliando as possibilidades de emprego e renda local, melhorando o padrão de consumo de todos os envolvidos na colaboração solidária. i) *Fluxo de Matérias* – significa que o que é produzido em uma célula pode ser consumido como insumo produtivo ou como produto final por outras células, de modo que uma realimenta outra. Com o desenvolvimento da rede, a tendência é que ela chegue a formar cadeias produtivas completas ou semicompletas. j) *Agregação* – trata-se da propriedade de redes locais se integrarem em redes regionais, de redes regionais se integrarem em redes internacionais e de redes internacionais se integrarem em uma rede mundial de colaboração solidária. Cada agregação fortalece a rede ampliando a diversidade de ofertas de produtos, aumentando a demanda deles e totalizando um volume maior de excedente, que pode ser aplicado na criação de novas células, ampliando a extensividade, isto é, a capacidade de expansão da rede em razão do maior fluxo de valor e especialmente de informação, com um banco de dados muito maior de células adaptáveis às diversas realidade locais.

## A Gestão da Rede

A gestão da rede deve ser necessariamente democrática, pois a rede depende da colaboração solidária, o que supõe a adesão e participação livre de cada pessoa. Entre outros aspectos têm-se: a) *Descentralização*, uma vez que não há um núcleo central e que a partir de cada célula novas redes complexas podem se construir. b) *Gestão Participativa*, uma vez que todos os trabalhadores e consumidores participam nas decisões sobre o surgimento de novas células, sobre o que deve ser produzido, sobre o reinvestimento do excedente, etc. c) *Coordenação*, eleita democraticamente pelas células com mandato revogável; d) *Regionalização*, com as instâncias democráticas organizando-se desde as células de consumo até às instâncias regionais e mundial.

## Tipos de Células

A rede compõe basicamente três tipos de células. a) *Células de Consumo* – grupos de consumidores que se organizam em sistemas de compras comunitárias, comprando mercadorias direto dos fornecedores, suprimindo atravessadores e barateando o custo final de suas compras. Estas células dão preferência ao consumo do que é produzido na rede, comprando no mercado capitalista somente o que a rede não produz satisfatoriamente ao bem-viver dos consumi-

dores. Novas células produtivas são organizadas para atender as demandas que a rede ainda não satisfaz. Outros tipos de células de consumo, distintas das compras comunitárias, podem ser organizadas. b) *Células de Produção* – tratam-se de unidades produtivas, sejam microempresas de porte similar aos padrões do SEBRAE, sejam unidades de produção doméstica e artesanal, cuja qualidade do produto permita satisfazer o bem viver do consumidor. Estas células geram produtos finais ou insumos produtivos. Elas também consomem *Matérias Produtivas* (insumos que fazem parte do produto final), *Matérias de Manutenção* (outras matérias necessárias à manutenção da atividade produtiva, mas que não compõem o produto final) e *Força de Trabalho*, gerando, pois, emprego local. c) *Células de Serviço* – células prestadoras de serviço, no sentido terciário da expressão, que podem ser de assessoria técnica, administrativa e contábil, qualificação profissional e produtiva, etc. Atividades de comércio solidário podem igualmente ser consideradas serviços prestados à Rede. Aqui também podem ser incluídas todas as ONGs que atuam com educação popular e outros tipos similares de atividade de colaboração solidária pertinentes ao setor de serviços.

### Fases no Surgimento de Novas Células

Quando algumas células já se conectaram em rede, o surgimento democrático de novas células passa por algumas *fases*: a) *Projeção*, quando a proposta de incorporar uma nova célula é feita ao conjunto dos participantes da rede. b) *Avaliação* – fase em que o conjunto dos participantes analisa se o novo bem a ser produzido é do interesse da rede de consumidores e produtores, se o custo produtivo, o preço final e o volume do bem a ser efetivado são compatíveis com a autopeise da rede. Considerando a avaliação coletiva, a coordenação aprova ou rejeita a realização da nova célula. c) *Realização* – período em que a nova célula aprovada estará sendo efetivada até que seja de fato *incorporada*, quando efetivamente passa a oferecer produtos e ampliar a demanda por consumo produtivo e final.

As células podem surgir por quatro *movimentos*: a) *Geração espontânea* – quando quaisquer pessoas (alguns desempregados, por exemplo) movidas pela livre iniciativa solidária propõem o surgimento de uma nova célula que efetive algum bem ou serviço qualquer. b) *Cadenciamento* – trata-se do surgimento de uma nova célula que visa produzir um insumo para uma outra célula

ou prestar-lhe algum serviço permanente, permitindo que o fluxo de valor realimente o próprio crescimento da rede. c) *Fissão* – que ocorre quando uma célula passa a produzir insumos, produtos finais ou serviços que alimentam muitas outras células, tornando-se necessário – para uma estratégia segura de crescimento da rede – fracionar esta célula, isto é, criar uma outra célula similar preferencialmente mais próxima à região de um conjunto de células consumidoras daquele produto ou serviço. Deste modo a produção ou serviço que era efetivada por uma determinada célula é agora efetuada por mais células. Caso ocorra algo inesperado com aquela célula que estava hiperconectada – um incêndio criminoso ou a cooptação capitalista dos trabalhadores que nela atuam – a produção de insumos e a garantia de produtos finais e de serviços que realimentam a rede podem ser supridas elevando-se temporariamente a atividade laboral em outras células similares. d) *Conversão de sistema* – trata-se de microempresas capitalistas que não conseguindo competir no mercado capitalista (porque não dispõem da melhor tecnologia) e não tendo a vantagem de escoar toda a sua produção com o consumo final solidário, acabam se endividando ou exigindo do proprietário um sobretrabalho intenso para manter o seu negócio, levando-o a optar, enfim, por converter sua unidade produtiva ao sistema de colaboração solidária, abandonando a idéia de acumular lucro privado, preferindo participar do bem-viver progressivo que a rede vai gerando aos que nela se integram. Na fase final de expansão da rede, grandes unidades produtivas também serão convertidas ao sistema de colaboração solidária, contribuindo para reduzir a jornada de trabalho de toda a rede e ampliar o tempo livre para o bem-viver.

## Dinâmica das Células

Cada célula possui um *Grau de Conectividade* com as demais. Células hiperconectadas necessitam ser fracionadas, garantindo crescimento seguro à rede. A *Produção* realizada pelas células laborais pode ser analisada considerando-se o *valor de reposição*, isto é, o valor que a célula necessita produzir para atender as demandas de sua própria reposição como célula e o *valor excedente*, isto é, o valor a mais (considerado lucro sob o sistema capitalista) produzido por esta célula que será reinvestido na rede permitindo o surgimento de novas células por cadenciamento, fissão ou geração espontânea. Por fim, o *Consumo* é efetivado por todas as células. No caso das células de consumo, estas realizam o consumo final; no caso das células laborais (de produção ou de

serviço) o consumo de insumos, energias, materiais de manutenção e força de trabalho é considerado consumo produtivo. Toda a forma de consumo pode realimentar a rede como um todo quando as células de produção e serviço sejam capazes de atender tal demanda.

### Funções do sistema de informação e comunicação

O adequado gerenciamento da informação é condição fundamental para que a rede possa realizar suas funções. O sistema de informação e comunicação pode recorrer desde às mediações mais simples – como reuniões presenciais, registros manuscritos e utilização de correios tradicionais – até as mediações mais ágeis como sistemas informatizados, valendo-se da Internet ou de outras redes de comunicação de dados.

Esse sistema de gerenciamento de informações deve disponibilizar os seguintes dados e possibilitar as seguintes ações: a) *Diagnóstico Real da Situação da Rede*: arrolar demandas por insumos e produtos finais, visualizar cadenciamento das células, instrumentar a avaliação dos produtos pelos consumidores, gerar listas de toda a produção final, detectar tendências de superprodução ou saturação, exibir o valor de reposição e o valor excedente produzido por qualquer célula. b) *Instrumentar a Proposição de Alterações da Rede*: fissão de células, geração por cadenciamento, etc. c) *Adicionar células projetadas*, disponibilizando a todos os seus dados, por exemplo: local em que será efetuada, quem a propõe, qual o investimento inicial, o investimento fixo, o capital de giro, a despesa fixa, quantos trabalhadores serão incorporados, quanto será gasto com mão-de-obra, quantas horas de trabalho serão realizadas, tipo de trabalho a ser executado, o tipo e quantidade do produto final a ser produzido, o potencial produtivo da unidade (quanto poderia produzir com capacidade total e em casos excepcionais com demanda extra), custo por unidade produzida ou serviço prestado, preço final por unidade ou serviço prestado, valor de reposição, valor excedente, demandas que atende, insumos que necessita (o que e quanto consome da rede solidária, o que e quanto consome do mercado capitalista), etc. d) *Simular o possível desempenho futuro da rede*, considerando o impacto que nela seria provocado pela incorporação de células projetadas, se a região indicada no projeto comporta o cadenciamento de novas células, se é preferível que a célula projetada se efetive em outra região, etc. e) *Simular o desempenho futuro real da rede* considerando o que ocorrerá

quando as *células aprovadas*, mas ainda em fase de realização, forem efetivamente incorporadas. f) *Viabilizar o fluxo de informações entre todas as células*, de modo tal que em qualquer unidade da rede seja possível obter dados sobre cada célula: sua produção, consumo de insumos, avaliação pública de seus bens e serviços, aspectos pessoais dos membros que estão envolvidos como produtores e consumidores. g) *Fornecer o detalhamento de cada célula e do processo produtivo nela realizado*, para facilitar sua reprodução por qualquer outro grupo em qualquer outra região. h) *Possibilitar que os mesmos procedimentos assinalados acima possam ocorrer por regiões*. Assim, torna-se possível saber, para cada região: que insumos ali consumidos são produzidos por células incorporadas, ou quais deles serão futuramente atendidos por células já aprovadas, bem como que insumos das células aprovadas serão futuramente demanda efetiva quando estas células forem incorporadas e que parte destes será atendida pelo mercado capitalista. Sobre os produtos finais, destinados às células de consumo, pode-se saber o que é atendido pela rede solidária e que o é pelo mercado capitalista, quanto desta demanda será atendida por células aprovadas ainda não incorporadas, quanto aumentará – com a incorporação das novas células de consumo – a demanda de produção das células produtivas; quais são os produtos fabricados na região, sua quantidade e a demanda que atende na região; quais as demandas na região, sua quantidade e o que é atendido pela rede solidária ali instalada; qual o grau de saturação local de produtos e qual a sua demanda em outras regiões, permitindo-se analisar se o que está saturado naquele local deve continuar a ser produzido ali mesmo e distribuído para outras regiões ou deve ser produzido em outras regiões, ampliando a extensividade e intensividade da rede sem provocar desequilíbrio local. Igualmente permite saber, para cada região, peculiaridades similares referentes às células de serviço. i) *Visualizar as interconexões de cadeias produtivas da rede*, destacando também as células que possuem maior número de conexões. j) *Propor, sob certos parâmetros, a fissão de células hiperconectadas*. k) *Mapear as células das Redes Política e Cultural de Colaboração Solidária*, os serviços de Organizações Não-Governamentais por regiões, os materiais consumidos por essas entidades, etc. l) *Mapear as demandas por serviços* (qualificação profissional, gerenciamento, educação, saúde, etc.) e cruzá-las com as células de serviço e assessoria que possam atendê-las.

## Conclusão da Fase Inicial desta Pesquisa

Na fase atual desta investigação estamos organizando, com recursos informáticos, a simulação de uma rede elementar de colaboração solidária que visa atender demandas de famílias com rendimento de até três salários mínimos, considerando-se os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE e unidades produtivas conforme padrões do SEBRAE e parâmetros de experiências de produção comunitária em funcionamento. A simulação virtual da rede – com um programa de computador especificamente criado para esse fim – permitirá avaliar o seu comportamento sob diversas situações de composição orgânica das células, de incorporação de células produtivas e de consumo, o que ocorre com a agregação de redes diversas, com o desaparecimento súbito de uma célula, etc.



## Referências Bibliográficas Citadas

---

- AMATUCCI, Fabio. “Il ruolo del Commercio Equo e Solidale nello sviluppo del Terzo Mondo”. In AMATUCCI, Fabio (org.). *Il Commercio Equo e Solidale*. Milão, Etaslibri, 1997.
- BENSI, Roberto. “Un questionario per la futura Banca Etica”. In *Banca Note – Rapporto 1*. (2ª ed.) Padova, Agosto de 1998.
- BLUNT, Andy (comp.). *LETSystem – A Guide*. LETSgo Manchester, Manchester, 1994. <http://www.gmlets.u-net.com/zips/guide.zip>
- CALIARI, Luca. “Alcune Banche Etiche/Alternative in Europa – ABS, Ökobank, Triodos”. In *Banca Note – Rapporto 1*. (2ª ed.) Padova, Agosto de 1998.
- CARCANHOLO, Reinaldo e NAKATANI, Paulo. “O Capital Especulativo Parasitário: Uma Precisão Teórica sobre o Capital Financeiro, Característico da Globalização”. In VÁRIOS. *III Encontro Nacional de Economia Política*. Vol. I. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.
- CENTRO NUOVO MODELLO DI SVILUPPO. *Guida ao Consumo Critico – Informazioni sul comportamento delle imprese per un consumo consapevole*. Bolonha, EMI, 2ª ed., 1998.
- COTTAM, Terry e BREEZE, Heather. “Ottawa LETS: Questions and Answers”. [http://www.sandelman.ottawa.on.ca/lets/terry\\_cottam\\_essay.htm](http://www.sandelman.ottawa.on.ca/lets/terry_cottam_essay.htm)
- CREŞOL. *O Crédito da Agricultura Familiar*. Folder de divulgação. Francisco Beltrão, PR, s.d.

- CTM. *Viaggio a Sud – prodotti e produttori del commercio equo e solidale*. Cooperazione Terzo Mundo, Bolzano, 1996.
- DAVIES, Roy. “Money – Past, Present & Future”. <http://www.ex.ac.uk/~Rdavies/arian/money.html>
- EFTA. *Il Rapporto del Commercio Equo: 1998-2000*. Cooperazione Terzo Mundo, Bolzano, 1998.
- EMATER. *Fluxograma de Cadeias Produtivas*. Paraná. Curitiba, EMATER, 1995.
- ESPOSITO, Maurício. “Livro propõe alternativa para o desemprego”. *Folha de S. Paulo*, 18-04-98, p. 2-5.
- FARIA, Aparecido. “Autogestão, emprego a custo zero”. *Folha de S. Paulo*, 23-03-98, p. 2-2.
- FERNANDES, Daniela. “BNDES tem financiamento para sistema”. *Folha de S. Paulo*, 03-11-96, p. 2-5
- . “Entenda como é o programa”. *Folha de S. Paulo*, 03-11-96, p. 2-4.
- FERNANDES, Fátima. “Crise leva indústrias a virar cooperativas”. *Folha de S. Paulo*, 17-08-98, p. 3-3.
- . “Desafio é sobreviver sem a crise”. *Folha de S. Paulo*, 17-08-98, p. 3-3.
- FERRERÓ, Valeria. *Economia di Comunione e gestione delle imprese: dall’utopia alla proposta*. Tese de Láurea em Economia e Comercio. Università degli Studi di Torino. Torino, Itália, 1997.
- FERRUCCI, Alberto. *Economia de Comunhão na Liberdade*. [www.focolares.org.br/PAGE2EDC.htm](http://www.focolares.org.br/PAGE2EDC.htm)
- FIORENTINO, Giorgio. “Il prodotto-progetto nel Commercio Equo e Solidale”. In AMATUCCI, Fabio (org.). *Il Commercio Equo e Solidale*. Milão, Etaslibri, 1997, p. 111-117.

- FONTANA, Francesco. “Il Commercio Equo e Solidale in Europa”. In AMATUCCI, Fabio (org.). *Il Commercio Equo e Solidale*. Milão, Etaslibri, 1997, 78-91.
- . “Strategie di sviluppo del Commercio Equo e Solidale”. In AMATUCCI, Fabio (org.). *Il Commercio Equo e Solidale*. Milão, Etaslibri, 1997, p. 121-136.
- FRAGA FILHO, Carlos. *Como calcular o custo e preço de venda nas pequenas empresas*. Salvador, SEBRAE-BA, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. “A Nova LDB e o Projeto Neoconservador do Governo no Brasil dos Anos 90: Uma Agenda Contra-Hegemônica”. SINPRO. <http://www.sindicato.com.br/sinpro/ldbprof.htm>
- GALLO, Sérgio. *Guia do BBS*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1995.
- GANDINI, Andrea. “L’Altra Economia – finanza e mercati alternativi”. Milão, *Orientamenti*, N. 5-6, 1998.
- GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. 5ª ed. São Paulo, Editora Papirus, 1995.
- IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares, 1995-1996*. Rio de Janeiro, IBGE, 1997.
- IPARDES. *Avaliação de Experiências Comunitárias no Paraná*. Relatório N. 1 – Volume 1. IPARDES, julho de 1987.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. “Rifkin anuncia ‘fim do emprego’”. *Folha de S. Paulo*, 03/03/96, p. 5-11.
- LINTON, Michael e OUTROS. “The Origin of LETSsystem”. In: *GM LETSsystems – Registry*. LETSgo Manchester, 1994.
- LUNARIA. *Lavori scelti – Come creare occupazione nel terzo settore*. Edizioni Gruppo Abele, Torino, 1997.
- MANCE, Euclides André. “Realidade Virtual – Conversibilidade dos Signos em Capital e Poder Político”. *Revista Lumen* 2(4):75-135, jun. 1996. FAI, São Paulo.

- MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*, 10ª ed., México, Editora Siglo Veintiuno, 1985.
- . *O Capital – Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista*, Vol. V. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980.
- MERCADANTE, Aloísio. “O centro e a economia solidária”. *Folha de S. Paulo*, 19-10-97, p. 2-11.
- MOVIMENTO DOS FOCOLARES. *Economia de Comunhão*. [www.focolares.org.br/PAGEEDC.html](http://www.focolares.org.br/PAGEEDC.html)
- OSTAN, Sergio. *Stato e Mercato: dall'economia del benessere all'economia civile*. Tese de Láurea em Economia e Comércio – Universidade Católica de Piacenza, 1997.
- PAIM, Flávio e CHAVES, Otávio Urquiza. *Habitações auto-sustentadas: diretrizes permaculturais COOMETAL*. Porto Alegre, ARCOO Cooperativa de Trabalho Transdisciplinar, 1995.
- PAM, Andrew. “LETS. The Economic System of giving”. [www.aus.xanadu.com/GlassWings/utopia/lets.html](http://www.aus.xanadu.com/GlassWings/utopia/lets.html)
- PASTORE, Paolo. “Marchi etici e di garanzia del Fair Trade: alla ricerca di nuovi canali distributivi”. In AMATUCCI, Fabio (org.). *Il Commercio Equo e Solidale*. Milão, Etaslibri, 1997, p. 99.
- PERNA, Tonino. *Fair Trade – La Sfida etica al mercato mondiale*. Bollati Boringhieri, Torino, 1998.
- POLO, Manuela. *Economia di Comunione: Aspetti socio-organizzativi*. Tese de Láurea em Economia e Comércio. Universidade Católica do Sagrado Coração. PIACENZA, Itália, 1998.
- RBT. “O que é a Rede Brasileira de Teleinformática.” [http://www.rbt.com.br/p\\_rbt.htm](http://www.rbt.com.br/p_rbt.htm) 1999.
- RIFKIN, Jeremy. “Prefazione”. In LUNARIA. *Lavori scelti – Come creare occupazione nel terzo settore*. Edizioni Gruppo Abele, Torino, 1997, p. 5-9.

- RODRIGUES, Francisca. “Autogestão de empresas ganha força, diz associação”. *Folha de S. Paulo*, 29-05-95, p. 2-3.
- . “EUA tem 10 mil firmas autogeridas”. *Folha de S. Paulo*, 29-05-95, p. 2-3.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 1993.
- SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego – Diagnóstico e Alternativas*. São Paulo, Editora Contexto, 1998.
- . “Autogestão contra o desemprego”. *Folha de S. Paulo*, 22-06-97, p. 2-2.
- . “Crise do Trabalho e Economia Solidária”. Fundação Joaquim Nabuco. [www.fundaj.gov.br/docs/tropico/semi/trop98-5.html](http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/semi/trop98-5.html)
- . Economia solidária contra o desemprego. *Folha de S. Paulo*, 11-07-96, p. 1-3.
- UNDP. *Human Development Report 1998 – Changing today’s consumption patterns – for tomorrow’s human development – “Overview”*. [Http://www.undp.org/undp/hdro/e98over.htm](http://www.undp.org/undp/hdro/e98over.htm)
- VÁRIOS. *Cooperativa verso la Banca Etica*. Supplemento della Rivista Dell’Economia Solidale (1/97). Cooperativa Ctm-Mag. Padova, 1997.
- VASCONCELOS VALE, Gláucia M. e Outros. *Fatores Condicionantes da Mortalidade de Empresas*. Brasília, Edição SEBRAE, 1998.
- ZANDERIGHI, Luca. “Offerta dei prodotti etici e grande distribuzione organizzata”. In AMATUCCI, Fabio (org.). *Il Commercio Equo e Solidale*. Milano, Etaslibri, 1997, p. 92-97.

#### *Textos de Periódicos Diversos*

- “Autogestão recupera empresas quebradas”. *Folha de S. Paulo*, 28-09-97, p. 2-15.
- “Commercio equo e solidale, la nuova cooperazione allo sviluppo – Il testo integrale della risoluzione A4-198/98 approvata all’unanimità dal Parlamento Europeo il 2 luglio 1998”. *Altresconomia*, Ano VIII, n. 3, jul-ago, 1998, Bolzano, p. 36.

- “Como se dividem as empresas de autogestão”. *Folha de S. Paulo*, 03-11-96, p. 2-4.
- “Il commercio solidale sbarca all’Est”. *Altreconomia*, Ano VIII, n. 4, set-out. 1998, *Supplemento Sud-Sud*, p. 23, Bolzano.
- “O Mapa dos Excluídos”. *Folha de S. Paulo*, Caderno Especial A, 26 de setembro, 1998, p. A-3.
- “Os números da ONU”. *Folha de S. Paulo*, 16 jul. 96, p. 1-8, São Paulo.
- “Programa econômico de Luiza Erundina”. *Folha de S. Paulo*, 06-08-96, p. 1-10.
- “Proposta depende de ação do Estado”. *Folha de S. Paulo*, 19-04-98, p. 2-10.

# A REVOLUÇÃO DAS REDES



A colaboração solidária  
como uma alternativa  
pós-capitalista à globalização atual

Como um herói de tragédia grega, o capitalismo viveu sua epopéia. A qualidade que o fez triunfar é a mesma que o leva a dissolver-se. O movimento de acúmulo e reinvestimento buscando melhores taxas de lucro está chegando ao ápice de concentração, sendo gerenciado por algumas centenas de megaconglomerados transnacionais que, graças à automação, informática e biotecnologia, dependem cada vez menos de trabalho vivo e obtêm um volume de lucro progressivamente maior ao vencer a concorrência, barateando e aprimorando constantemente as mercadorias. A lógica da concentração, entretanto, faz com que haja cada vez menos mercado consumidor para adquirir tais produtos e que um menor volume de recursos seja distribuído na forma de salário, tendo-se uma multidão de excluídos, cujo potencial de trabalho já não mais interessa ao capital. O capitalismo vai criando, assim, as próprias condições de sua superação.



EDITORA  
VOZES

Uma vida pelo bom livro

E-mail: vendas@vozes.com.br

ISBN 85.326.2280-1



www.vozes.com.br

Capa: Omar Santos